Mensagem à Assembleia Legislativa

2012

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

TITULARES DO PODER EXECUTIVO

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

FLÁVIO JOSÉ ARNS
Vice-Governador do Estado

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Secretário Chefe da Casa Civil

Coronel ADILSON CASTILHO CASITAS
Secretário Chefe da Casa Militar

JULIO CESAR ZEM CARDOZO
Procurador Geral do Estado

CASSIO TANIGUCHI
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

JORGE SEBASTIÃO DE BEM
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

LUIZ CARLOS JORGE HAULY
Secretário de Estado da Fazenda

MARCELO SIMAS DO AMARAL CATANI
Secretário de Estado da Comunicação Social

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

ALÍPIO SANTOS LEAL NETO
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PAULINO VIAPIANA
Secretário de Estado da Cultura

FLÁVIO JOSÉ ARNS
Secretário de Estado da Educação

EVANDRO ROGÉRIO ROMAN
Secretário de Estado do Esporte

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHA
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

JOSÉ RICHA FILHO
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul

MARIA TEREZA UILLE GOMES
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

JONEL NAZARENO IURK
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MICHELE CAPUTO NETO
Secretário de Estado da Saúde

CID MARCUS VASQUES
Secretário de Estado da Segurança Pública

LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

JACKSON PITOMBO CAVALCANTE FILHO
Secretário de Estado do Turismo

REINALDO DE ALMEIDA CÉSAR SOBRINHO
Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

RENE PEREIRA DA COSTA
Secretário Especial de Relações com a Comunidade

MARIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA
Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014

EDSON LUIZ CASAGRANDE
Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

CARLOS EDUARDO DE MOURA
Secretário de Controle Interno

DEONILSON ROLDO
Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

AMAURI ESCUDERO MARTINS
Escritório de Representação do Governo em Brasília (respondendo)

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Encaminho a essa egrégia Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 87, inciso X, da Constituição Estadual, a Mensagem referente à prestação de contas do exercício de 2012.

Muito obrigado. E que Deus nos ilumine a todos.

Curitiba, fevereiro de 2013

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Sumário

SUMÁRIO

A Evolução da Economia Paranaense em 2012 21
1 Casa Civil (CC) 29
1.1 Gabinete do Chefe da Casa Civil 29
1.2 Unidade de Gerenciamento dos Contratos de Gestão (UGCG) 29
1.3 Diretoria Geral 30
1.4 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE) 30
1.5 Núcleo de Informática e Informações (NII) 30
1.6 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA) 31
1.7 Centro de Apoio Operacional (CAO) 31
1.8 Grupo de Planejamento Setorial (GPS) 31
1.9 Grupo Administrativo Setorial (GAS) 32
1.10 Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS) 32
1.11 Grupo Financeiro Setorial (GFS) 33
1.12 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI) 33
1.13 Núcleo Jurídico da Administração (NJA) 34
1.14 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP) 34
2 Casa Militar 39
2.1 Transporte Aéreo 39
2.2 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil 39
3 Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) 51
3.1 Diretoria de Projetos (DIPR) 51
3.2 Diretoria de Programas e Obras (DIPO) 53
3.3 Diretoria Administrativo-Financeira (DIAF) 54
3.4 Superintendência de Planejamento e Controle (SUPC) 55
3.5 Superintendência de Gestão Imobiliária (SUGI) 56
3.6 Superintendência de Tecnologia de Informação e Comunicação (SUTI) 56
3.7 Superintendência de Regularização Fundiária (SURF) 57
3.7.1 Programa Morar Bem Paraná - Regularização Fundiária e Titulação 57
3.7.2 FNHIS - Parcerias com Municípios - Assessoramento e Capacitação Técnica dos Municípios para Atividades de Regularização Fundiária e Titulação 61
3.8 Superintendência de Urbanismo (SUUR) 61
3.9 Superintendência Jurídica (SUJU) 63
3.10 Gabinete da Presidência (GABI) 64
3.11 Departamento de Parcerias (DEPA) 64
4 Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) 69
4.1 Mercado e Investimentos 69
4.2 Concessões 70
4.3 Fontes de Financiamento 70
4.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 70
4.5 Outras Fontes de Recursos 71
4.6 Resultados Financeiros 71
4.7 Meio Ambiente 71
4.8 Tarifa Social 71
5 Companhia Paranaense de Energia (COPEL) 75

5.1 Destaques de 2012 ... 75
5.2 Modelo de Excelência da Gestão ... 75
5.3 Acompanhamento dos Projetos Corporativos ... 76
5.4 Geração de Energia Elétrica ... 76
5.4.1 Operação e manutenção de usinas ... 76
5.4.2 Expansão da geração de energia ... 76
5.4.3 Aproveitamentos Hidrelétricos Inventariados no Rio Piquiri ... 77
5.4.4 Complexo Hidrelétrico do Tapajós ... 77
5.4.5 Participação em Leilões de Energia Nova ... 78
5.4.6 Outras Fontes de Energia Renovável ... 78
5.5 Transmissão de Energia Elétrica ... 78
5.5.1 Novos empreendimentos ... 78
5.5.2 Operação e manutenção da Rede Básica ... 80
5.6 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica ... 80
5.7 Distribuição de Energia Elétrica ... 81
5.7.1 Mercado de energia elétrica ... 81
5.8 Telecomunicações ... 83
5.9 Regularização Fundiária ... 83
5.10 Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais ... 84
5.11 Administração ... 89
5.11.1 Gestão de Pessoas ... 89
5.11.2 Tecnologia da Informação ... 90
5.11.3 Outros Destaques ... 91
5.12 Resultados Econômico-financeiros ... 92
5.13 Reconhecimentos ... 92
6 Coordenação de Controle Interno (CCI) ... 97
7 Defensoria Pública do Estado do Paraná (DP) ... 101
8 Procuradoria Geral do Estado (PGE) ... 105
9 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) ... 113
9.1 Departamento de Recursos Humanos (DRH) ... 113
9.2 Gerência Executiva da Escola de Governo (GEEG) ... 113
9.3 Departamento de Seguridade Funcional (DSF) ... 114
9.4 Departamento de Assistência à Saúde (DAS) ... 114
9.5 Departamento de Administração de Material (DEAM) ... 114
9.6 Departamento de Transporte Oficial (DETO) ... 115
9.7 Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS) ... 115
9.8 Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE) ... 116
9.9 Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) ... 116
10 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) ... 119
10.1 Departamento de Desenvolvimento Agropecuário (DEAGRO) ... 119
10.1.1 Ações e Atividades Desenvolvidas ... 119
10.1.2 Divisão de Desenvolvimento Rural ... 121
10.1.3 Programa Leite das Crianças ... 122
10.1.4 Cultivos Florestais ... 122
10.2 Departamento de Economia Rural (DERAL) ... 122
10.3 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) ... 123
10.3.1 Gerência de Laboratórios - Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti (CDME) ... 124

10.3.2 Gerência de Saúde Animal 124
10.3.3 Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal 124
10.3.4 Gerência de Sanidade Vegetal 125
10.3.5 Gerência de Trânsito Agropecuário 125
10.3.6 Gerência de Apoio Técnico 125
10.4 Instituto Paranaense de Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER) 125
10.4.1 O Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural 125
10.4.2 Abordagem Territorial e Desenvolvimento Rural 126
10.4.3 Ações de Sustentabilidade do Meio Ambiente 127
10.4.4 Apoio à Geração de Renda da Agricultura Familiar 127
10.4.5 Inclusão Social 128
10.4.6 Outros Programas Sociais 128
10.4.7 Crédito Rural 129
10.4.8 Assentamentos Rurais 129
10.4.9 Ações Administrativas 129
10.5 Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) 129
10.5.1 Capacitação e Divulgação de Referências 129
10.5.2 Pesquisa 130
10.5.3 Relações Interinstitucionais 130
10.5.4 Participação em eventos 131
10.5.5 Constituição do Programa Paraná Agroecológico 131
10.5.6 Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica 131
10.5.7 Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável 131
10.5.8 Câmara Técnica de Meliponicultura 132
10.6 Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) 132
10.6.1 Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico 132
10.7 Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) 136
10.8 Centrais de Abastecimento do Paraná S/A (CEASA/PR) 138
11 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) 143
11.1 Sistema Estadual de Ensino Superior 144
11.2 Dificuldades enfrentadas no exercício 147
11.3 Realizações 147
11.4 Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) 151
11.5 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) 151
11.6 Fundação Araucária 152
11.7 Instituto Tecnológico SIMEPAR 152
12 Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS) 157
12.1 Coordenadoria de Marketing 157
12.2 Coordenadoria de Imprensa 157
13 Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) 161
13.1 Diretoria Geral 161
13.2 Assessoria de Comunicação Social 161
13.3 Coordenação de Ação Cultural (CAC) 162
13.4 Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM) 163
13.5 Coordenação de Incentivo à Cultura (CIC) 163
13.6 Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) 164
13.7 Museu da Imagem e do Som (MIS) 164

13.8 Museu Paranaense (MP) 164
13.9 Museu de Arte Contemporânea (MAC) 165
13.10 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG) 165
13.11 Biblioteca Pública do Paraná (BPP) 166
14 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) 173
14.1 Administração Direta 173
14.1.1 Na área de gestão 173
14.1.2 Na área programática 174
14.2 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) 176
14.2.1 PAC DA MOBILIDADE/COPA 2014 176
14.2.2 Proteção e Recuperação Ambiental 177
14.2.3 Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC 178
14.2.4 Gestão do Transporte Coletivo Metropolitano 179
14.3 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE 180
14.3.1 Ações Administrativas 180
14.3.2 Ações Operacionais 181
14.3.3 Recursos Aplicados 182
15 Secretaria de Estado da Educação (SEED) 187
15.1 Administração Direta 187
15.1.1 Recursos Humanos 187
15.1.2 Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional 188
15.1.3 Diretoria de Tecnologia Educacional 189
15.1.4 Diretoria de Políticas e Programas Educacionais 190
15.1.5 Departamento de Educação Básica 191
15.1.6 Legislação Escolar 193
15.1.7 Departamento de Educação e Trabalho 194
15.1.8 Superintendência de Desenvolvimento Educacional 196
15.1.9 Capacitação de Recursos Humanos 197
15.1.10 Departamento da Diversidade 197
15.2 Entidades Vinculadas 199
15.2.1 Colégio Estadual do Paraná 199
16 Secretaria de Estado do Esporte (SEES) 203
16.1 Administração Direta 203
16.2 Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE) 204
17 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) 211
17.1 Assessoria Técnica (AT) 212
17.2 Coordenação da Gestão do SUAS (CGS) 212
17.2.1 Quadro Síntese de Metas 213
17.3 Coordenação de Renda de Cidadania (CRC) 213
17.3.1 Cadastro Único de Programas Sociais 213
17.3.2 Programa Bolsa Família 213
17.3.3 Índice de Gestão Descentralizada Estadual e Municipal 214
17.3.4 Programa Luz Fraterna 214
17.3.5 Quadro síntese de metas 214
17.4 Coordenação de Proteção Social Básica (CPSB) 214
17.4.1 Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) 215
17.4.2 Serviços e Benefícios de Proteção Social Básica 215

17.4.3 Programa Atitude 215
17.4.4 Programa Centros da Juventude 215
17.4.5 Guarda Mirim do Paraná 215
17.4.6 Programa Adolescentes Paranaenses 216
17.4.7 Quadro Síntese de Metas 216
17.5 Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE) 216
17.5.1 Programas e Serviços de Proteção Social Especial 217
17.5.1.1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) 217
17.5.1.2 Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade 217
17.5.2 Quadro Síntese de Metas 217
17.6 Coordenação de Medidas Socioeducativas (CMS) 218
17.6.1 Programa de Educação das Unidades de Socioeducação (PROEDUSE) 218
17.6.2 Profissionalização 219
17.6.3 Esporte 219
17.6.4 Cultura 219
17.6.5 Programa de Apoio às Famílias 219
17.6.6 Convênio com Comunidades Terapêuticas 220
17.6.7 Programa Aprendiz 220
17.6.8 Investimento em Obras 220
17.7 Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente 220
17.7.1 Plano Decenal para Implementação e Acompanhamento dos Direitos da Criança e do Adolescente 221
17.7.2 Curso de Formação de Conselheiros Tutelares no SIPIA/ CT /Web 221
17.7.3 Curso de Formação Continuada para Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente 222
17.7.4 Laboratório de DNA 222
17.8 Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTPFP) 222
18 Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) 227
18.1 Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE) 227
18.1.1 Divisão de Análise Técnica Financeira (DATF) 228
18.1.2 Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública (DIRED) 228
18.1.3 Divisão de Controle da Despesa (DIDEP) 229
18.1.4 Divisão de Contabilidade Geral (DICON) 229
18.1.5 Núcleo de Informática e Informação (NII) 230
18.2 Coordenação da Receita do Estado (CRE) 231
18.2.1 Inspetoria Geral de Tributação (IGT) 231
18.2.2 Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA) 231
18.2.3 Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF) 232
18.2.4 Assessoria e Gerência de Tecnologia da Informação (AGTI) 233
18.2.5 Assessoria e Gerência de Recursos Humanos (AGRH) 234
18.2.6 Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira (AGAF) 234
18.2.7 Escola de Administração Tributária (ESAT) 235
18.2.8 Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) 235
18.2.9 Corregedoria (COR) 235
18.2.10 Assessoria e Gerência do Simples Nacional (AGSN) 236
18.3 Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC) 236
18.3.1 Assessoria Econômica 236

18.3.2 Divisão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 237
18.3.3 Outras atividades 238
18.4 Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF) 238
18.5 Entidades Vinculadas 239
18.5.1 Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR) 239
18.6 Gestão Financeira e Tributária 241
19 Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM) 247
19.1 Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC) 247
19.1.1 Programa Paraná Competitivo 247
19.1.2 Outras Ações Relevantes 247
19.2 Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) e Coordenadoria de Assuntos do Mercosul (CAM) 248
19.3 Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI) 249
19.4 Ambiental Paraná Florestas S/A 250
19.5 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) 252
19.5.1 Contratações por Segmento 252
19.5.2 Contratações por Porte das Entidades 253
19.5.3 Outras Ações e Atividades Realizadas 255
19.6 Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) 255
19.7 Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) 257
19.8 Minerais do Paraná S/A (MINEROPAR) 259
19.8.1 Diretoria Executiva 259
19.8.2 Diretoria Técnica 260
20 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) 265
20.1 Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP) 265
20.2 Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) 266
20.2.1 Fomento Rodoviário 266
20.2.2 Fomento Aeroviário 267
20.2.3 Emergência Litoral 267
20.3 Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO) 267
20.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER) 268
20.4.1 Programa Estadual de Atendimento às Estradas Rurais Municipais - Patrulhas Mecanizadas 270
20.4.2 Programa de Conservação e Manutenção do Sistema Rodoviário Estadual 271
20.4.3 Ações Emergenciais 271
20.4.4 Programa de Concessões 271
20.4.5 Obras de Edificações 272
20.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) 272
20.5.1 Movimentação de Cargas 273
20.5.2 Receita Cambial 274
20.6 Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE) 274
20.6.1 Produção 275
20.6.2 Ações desenvolvidas 275
21 Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) 279
21.1 Departamento de Execução Penal (DEPEN) 280
21.2 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) 284
21.3 Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR) 288

21.4 Demonstrativos de Execução Orçamentária 2012 290
22 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) 293
22.1 Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná 293
22.2 Coordenadoria de Educação Ambiental e Jardim Botânico 294
22.3 Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA) 295
22.4 Coordenadoria de Mudanças Climáticas 295
22.5 Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos 296
22.6 Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas (CBIO) 297
22.7 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral do Paraná (COLIT) 298
22.8 Coordenadoria de Planejamento e Projetos 299
22.9 Instituto Ambiental do Paraná (IAP) 300
22.9.1 Diretoria de Controle de Recursos Ambientais (DIRAM) 301
22.9.2 Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP) 301
22.9.3 Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais (DEPAM) 302
22.9.4 Diretoria de Desenvolvimento Florestal (DIDEF) 303
22.9.5 Procuradoria Jurídica (PROJU) 303
22.9.6 Diretoria Administrativa e Financeira (DIAFI) 303
22.9.7 Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) 304
22.10 Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC) 306
22.10.1 Regularização Fundiária 306
22.10.2 Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) 308
22.10.3 Cartografia 309
22.10.4 Geodésia e Reordenamento Territorial 309
22.11 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ) 310
22.11.1 Programa Paraná Sustentável 310
22.11.2 Outras Atividades Relevantes 311
23 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) 315
23.1 Coordenação de Modernização Institucional (CMI) 315
23.2 Coordenação de Orçamento e Programação (COP) 316
23.3 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA) 317
23.4 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG) 318
23.4.1 Projetos e Programas em desenvolvimento e em negociação 319
23.4.2 Parcerias Público-Privadas (PPPs) 321
23.4.3 Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais 321
23.4.4 Desenvolvimento Regional 322
23.5 Unidade de Coordenação Estadual do Programa Nacional de Apoio à Modernização do Planejamento e Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) 322
23.6 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) 323
23.6.1 Diretoria do Centro de Pesquisa 323
23.6.2 Diretoria do Centro Estadual de Estatística (CEE) 324
23.7 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) 325
24 Secretaria de Estado da Saúde (SESA) 331
24.1 Ações Estruturantes do Programa Saúde para todo Paraná 332
25 Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) 343
25.1 Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE) 344
25.2 Grupamento Aeropolicial – Resgate Aéreo (GRAER) 345
25.3 Polícia Civil 346

25.4 Polícia Militar (PMPR) 348
25.5 Corpo de Bombeiros 352
25.6 Polícia Científica 353
25.6.1 Instituto Médico-Legal (IML) 353
25.6.2 Instituto de Criminalística (IC) 354
25.7 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR) 355
25.8 Área de Saúde 358
26 Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS) 361
26.1 Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (DETER) 361
26.1.1 Programa Intermediação de Mão de Obra 361
26.1.2 Programa Habilitação ao Seguro Desemprego 362
26.1.3 Programa de Qualificação Social e Profissional 363
26.1.4 Programa Orientação Profissional do Trabalhador 363
26.1.5 Programa Certificação Profissional 363
26.2 Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN) 364
26.2.1 Divisão de Política de Segurança Alimentar e Nutricional (DPSAN) 364
26.2.2 Programa Aquisição de Alimentos (PAA) 364
26.2.3 Programa Leite das Crianças (PLC) 365
26.3 Departamento de Economia Solidária (DESOL) 366
26.3.1 Programa de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRODESOL) 366
26.3.2 Programa de Desenvolvimento do Artesanato Paranaense (PRODEAP) 367
26.4 Departamento de Relações do Trabalho (DRT) 368
27 Secretaria de Estado do Turismo (SETU) 371
27.1 Administração Direta 372
27.1.1 Atuação do Paraná no Turismo Nacional 372
27.1.2 Planejamento e Organização do Turismo Estadual 373
27.1.3 Dados e Estudos Turísticos 373
27.1.4 Estruturação de Projetos Estratégicos 374
27.1.5 Captação de Investimentos para o Turismo 374
27.1.6 Práticas Educativas no Turismo 374
27.1.7 Qualificação Profissional para o Turismo 374
27.2 Paraná Turismo (PRTUR) 374
27.2.1 Destinos Turísticos 375
27.2.1.1 Estruturação do Turismo em Áreas Urbanas 375
27.2.1.2 Legislação e Fiscalização Turística 375
27.2.1.3 Turismo Cultural 375
27.2.2 Marketing Turístico 375
27.2.2.1 Apoio à Captação, Promoção e Geração de Eventos 375
27.2.2.2 Promoção e Comunicação do Destino Paraná 376
27.2.2.3 Apoio à Comercialização do Destino Paraná 376
27.3 ECOPARANÁ 376
27.3.1 Estruturação do Turismo em Áreas Naturais 376
27.4 Centro de Convenções de Curitiba (CCC) 377
28 Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 381
29 Secretário Especial para Assuntos Estratégicos 387
29.1 Telecentros - Espaço Cidadão 387
29.2 Parcerias 387

29.3 Capacitações 388
29.4 Web conferência 388
29.5 Avança Paraná 388
29.6 Desburocratização 389
29.7 Outras Ações 389
30 Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral 393
30.1 Corregedoria Geral 393
30.2 Ouvidoria Geral 394
31 Secretário Especial de Relações com a Comunidade 399
32 Escritório de Representação do Governo em Brasília 405

Economia Paranaense

A Evolução da Economia Paranaense em 2012

Os indicadores econômicos do Paraná, levantados predominantemente para o intervalo de tempo compreendido entre janeiro e setembro de 2012, confirmam o caráter essencialmente dinâmico da estrutura produtiva paranaense, ainda discrepante da desaceleração observada em âmbito nacional, decorrente dos desdobramentos do agravamento da instabilidade financeira internacional, com o franco recrudescimento de um movimento recessivo em função da necessidade de profundos ajustes nas finanças governamentais da Europa, além das implicações negativas da política macroeconômica brasileira recente.

Ainda que a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponte redução de ritmo de crescimento das atividades fabris no Paraná e no País, mais precisamente retração de 0,82% e 3,45%, respectivamente, no acumulado de janeiro a setembro de 2012, confrontado com igual período de 2011, no caso do Estado há que considerar o efeito base de comparação, expresso na acentuada velocidade de expansão apresentada em 2011.

Tome-se como exemplos os segmentos que determinaram o recuo do setor manufatureiro paranaense em 2012, como os setores químico; automotivo; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e minerais não metálicos, que obtiveram apreciável crescimento em 2011 e são bastante representativos na renda industrial do Estado (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - 2012

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
Indústria geral	-0,82
Indústria de transformação	-0,82
Alimentos	1,28
Bebidas	1,43
Madeira	16,48
Celulose, papel e produtos de papel	-0,06
Edição, impressão e reprodução de gravação	7,54
Refino de petróleo e álcool	3,84
Outros produtos químicos	-13,74
Borracha e plástico	-0,17
Minerais não metálicos	-3,24
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,82
Máquinas e equipamentos	0,26
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-3,82
Veículos automotores	-9,58
Mobiliário	5,29

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Em contrapartida, as estatísticas do mercado de trabalho na indústria do Paraná têm se revelado bastante favoráveis e refletem a expectativa positiva dos agentes privados estabelecidos no Estado, mesmo diante do contágio da instabilidade mundial e da reduzida intensidade de resposta do setor produtivo às medidas de estímulo ao consumo e ao investimento, plantadas pelo governo federal.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), também do IBGE, o setor secundário estadual permanece, desde abril de 2011, liderando o ranking das unidades da federação em crescimento do pessoal ocupado assalariado, apresentando variação de 2,68%, contra redução de -1,42% no Brasil, entre janeiro e setembro de 2012, em relação ao mesmo intervalo de 2011.

O diferencial do Paraná na geração de emprego industrial pode ser imputado à combinação entre demanda ascendente por produtos alimentícios, maior participação das *commodities* na pauta de exportação e a vitalidade da construção civil, do comércio varejista e de outras atividades estabelecidas no interior do Estado. A performance favorável foi puxada por máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicação (30,5%), têxtil (11,7%), minerais não metálicos (8,40%), alimentos e bebidas (8,24%), produtos químicos (6,77%), metalurgia básica (6,75%) e petróleo e álcool (5,67%), no período apurado (tabela 2).

TABELA 2 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2012

ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO (%)(1)
Indústria geral	2,68
Indústrias extrativas	-2,58
Indústria de transformação	2,72
Alimentos e bebidas	8,24
Fumo	1,48
Têxtil	11,31
Vestuário	-16,46
Calçados e couro	-7,90
Madeira	-3,35
Papel e gráfica	-3,11
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	5,67
Produtos químicos	6,77
Borracha e plástico	-1,72
Minerais não metálicos	8,40
Metalurgia básica	6,75
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	-1,11
Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	-2,46
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	30,52
Fabricação de meios de transporte	4,19
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	-0,50

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário
(1) Em comparação a janeiro-setembro de 2011.

Cabe destacar os efeitos da estiagem severa que atingiu o Estado entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, que, de acordo com a pesquisa mensal de previsão e acompanhamento de safras realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), levou à redução de 2,3% da produção paranaense de grãos, com colheita de 31 milhões de toneladas, tendo impactado, sobretudo, nas lavouras de soja, que apresentou declínio de 29,2% na produção, feijão (-16,9%), café (-14,4%), trigo (-13,2%) e arroz (-11,8%). Já o milho registrou crescimento na quantidade produzida de 34,4%, saltando de 12,4 para 16,7 milhões de toneladas.

Cumpre assinalar que os efeitos financeiros da estiagem, que afetou a safra de soja no primeiro semestre, foram, em grande medida, amenizados por conta da favorável conjuntura das

commodities agrícolas no mercado internacional, o que tem mantido a cotação dos bens primários em patamares elevados (tabela 3).

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2011 E 2012

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		VAR. (%)
	Safra 2011	Safra 2012	
Milho	12.441.626	16.722.901	34,4
Soja	15.457.911	10.939.387	-29,2
Trigo	2.427.721	2.107.248	-13,2
Feijão	815.178	677.650	-16,9
Cevada	194.441	173.550	-10,7
Arroz	188.357	166.039	-11,8
Aveia	116.451	152.831	31,2
Café arábica	110.728	94.819	-14,4
Centeio	1.129	1.771	56,9
TOTAL	31.753.542	31.036.196	-2,3

FONTE: CONAB

Tanto é assim que os resultados da balança comercial paranaense, divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), demonstram o substancial peso das *commodities* agrícolas na pauta de exportações. Os grãos e as carnes representaram 42,1% e 10,6%, respectivamente, do valor total, o que indica forte predominância dos produtos agropecuários nas vendas externas do Estado, entre janeiro e outubro de 2012. O destaque, porém, são os resultados apresentados na comercialização do milho, que registrou crescimento de 70,7% no valor exportado e de 91,8% no *quantum*, no período (tabela 4).

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2011-2012

PRODUTO	JANEIRO A OUTUBRO DE 2011		JANEIRO A OUTUBRO DE 2012		VAR. (%)
	Export. (US$)	Part. (%)	Export. (US$)	Part. (%)	
Soja em grão	3.043.187.239	20,9	3.280.765.583	21,6	7,8
Carne de frango *in natura*	1.456.313.531	10,0	1.494.707.408	9,9	2,6
Farelo de soja	1.210.359.530	8,3	1.223.806.027	8,1	1,1
Cereais	523.254.496	3,6	893.069.372	5,9	70,7
Automóveis	692.180.017	4,7	703.149.475	4,6	1,6
Óleo de soja bruto	506.003.905	3,5	509.324.144	3,4	0,7
Papel	383.214.690	2,6	387.281.942	2,6	1,1
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	317.859.175	2,2	278.942.028	1,8	-12,2
Café solúvel	228.972.132	1,6	274.395.801	1,8	19,8
Óleos e combustíveis	178.148.796	1,2	268.722.078	1,8	50,8
Autopeças	242.786.430	1,7	266.545.110	1,8	9,8
Veículos de carga	194.727.446	1,3	259.223.057	1,7	33,1
Madeira compensada ou contraplacada	216.103.868	1,5	239.486.255	1,6	10,8
Tratores	212.826.549	1,5	200.289.460	1,3	-5,9
Couro	194.347.743	1,3	187.310.970	1,2	-3,6
Demais madeiras e manufaturas de madeira	151.136.375	1,0	178.071.335	1,2	17,8
Adubos e fertilizantes	174.191.998	1,2	177.617.510	1,2	2,0
Compressores e bombas	170.260.431	1,2	173.712.808	1,1	2,0
Motores para veículos	131.617.301	0,9	127.440.592	0,8	-3,2
Álcool etílico, não desnaturado	140.215.100	1,0	115.317.711	0,8	-17,8
Partes de motores para veículos	162.042.234	1,1	108.435.994	0,7	-33,1
Demais produtos	4.052.821.865	27,8	3.807.798.964	25,1	-14,9
TOTAL	14.582.570.851	100,0	15.155.413.624	100,0	3,9

FONTE: MDIC-SECEX
NOTA: Elaboração do IPARDES.
(1) Variação superior a 1.000%.

Passando a descrição ao setor terciário, observa-se expansão de 9,52% nas vendas no comércio varejista no Estado, contra 7,8% no Brasil, no acumulado de janeiro a setembro de 2012, em relação a igual período de 2011, em decorrência do aumento das vendas de artigos farmacêuticos (23,2%), produtos de uso pessoal doméstico (21,29%), hipermercados (11,9%) e móveis e eletrodomésticos (11,2%). Este desempenho positivo pode ser atribuído às condições favoráveis do mercado de trabalho, especialmente a expansão do emprego e os ganhos reais de salário, que configuram ampliação da demanda interna (tabela 5).

TABELA 5 - VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO ATIVIDADE - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2012

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
Combustíveis e lubrificantes	7,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	11,6
Hipermercados e supermercados	11,9
Tecidos, vestuário e calçados	6,4
Móveis e eletrodomésticos	11,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	23,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-6,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-11,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	21,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	8,3
Material de construção	4,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Nesse sentido, é possível constatar forte geração de ocupações formais no período de janeiro a outubro, com admissões suplantando os desligamentos em 125.819 vagas, abaixo apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o setor de serviços assinalou a maior participação na criação de postos de trabalho no Paraná, com 39,3% (tabela 6).

TABELA 6 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2012

ATIVIDADE	SALDO
Indústria	31.560
Construção Civil	12.982
Comércio	24.778
Serviços e administração pública	49.487
Agropecuária	7.012
TOTAL	125.819

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Ademais, no emprego incremental do ramo industrial há apreciável influência dos empreendimentos estabelecidos no interior do Estado, dedicados principalmente às atividades sucroalcooleiras, têxtil e confecções, abate de animais e fabricação de produtos de carne, moveleiro, medicamentos, fabricação de máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos, artefatos de concreto e cimento, estruturas metálicas e eletrodomésticos, as quais, no agregado, foram responsáveis pela geração de 70,2% das vagas no Estado.

Em síntese, apesar da tendência de convergência ao panorama de desaceleração dos níveis de atividade verificados no País, refletindo a interferência de variáveis exógenas e não passíveis de controle por parte dos agentes locais, a economia do Paraná delineia uma trajetória estrutural animadora, que deve ser intensificada com a maturação dos investimentos de mais de R$ 20 bilhões, anunciados pela iniciativa privada no Estado, e protocolados no Programa Paraná Competitivo, desde o início de 2011.

Isso é fruto de uma política industrial regional que, ao lado da restauração de um clima de confiança para a realização de negócios no Estado, busca induzir a interiorização do crescimento econômico, com a provável geração de mais de 115 mil empregos diretos, indiretos e pelo efeito renda.

01

Casa Civil

1 Casa Civil (CC)

O campo de atuação da Casa Civil, de acordo com as diretrizes do governo, envolveu atribuições, tarefas e responsabilidades diretas, advindas de sua existência como órgão do primeiro nível hierárquico da administração pública estadual, típicas de um órgão de assessoramento político e administrativo direto ao Chefe do Poder Executivo e também tarefas de apoio, conforme determina a legislação vigente, a unidades e órgãos desprovidos, ou providos parcialmente, de estrutura própria, entre eles o Secretário Especial de Relações com a Comunidade, o Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral, o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, o Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo 2014, o Secretário de Controle Interno, o Secretário Chefe de Gabinete do Governador e o Escritório de Representação do Governo em Brasília.

As atividades realizadas em 2012 estão relatadas a seguir.

1.1 Gabinete do Chefe da Casa Civil

A atuação do Gabinete envolveu o planejamento, a coordenação, a organização e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; a prestação de assistência direta e imediata ao Governador; o acompanhamento das atividades relativas ao processo político legislativo, bem como, o relacionamento com as lideranças políticas do governo; o atendimento a deputados federais, estaduais, secretários de Estado, prefeitos, vereadores, presidentes de partidos e de câmaras municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e público em geral.

1.2 Unidade de Gerenciamento dos Contratos de Gestão (UGCG)

No ano de 2012, os secretários de Estado, secretários especiais e o presidente da COHAPAR contrataram 203 projetos com o Governador, com 322 metas a serem cumpridas em 2012. Nos meses de setembro e outubro, foram renegociadas várias metas, inclusive a exclusão de projetos que, por diversos motivos, tiveram que ser paralisados.

No exercício, a UGCG, junto com a CELEPAR, desenvolveu e implantou um sistema de gerenciamento dos projetos online, o Business Intelligence (BI), sistema que permite acompanhar o andamento dos projetos contratados, verificando o percentual de realização atingido e o nível de risco de cada um dos projetos.

Além do BI, a UGCG, com o apoio da CELEPAR, adaptou uma ferramenta que permite apresentar as evidências da realização das ações dos projetos, via Expresso.

Nesse sentido, os Contratos de Gestão, enquanto dimensão da Gestão para Resultados, estão em fase avançada de implantação na administração pública estadual do Paraná.

1.3 Diretoria Geral

Acompanhou os processos de nomeação de pessoal do Estado e atendeu demandas apresentadas por diversos órgãos. O referido órgão manteve-se em constante contato principalmente com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP); do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL); e da Fazenda (SEFA), a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes do governo. Ademais, se fez presente nas reuniões do Comitê Especial do Secretariado Meio e do Comitê de Gestão.

No âmbito interno, desenvolveu suas atribuições envolvendo: a coordenação técnica e administrativa das unidades que compõem a Casa Civil da Governadoria, mantendo contato permanente com os responsáveis dos setores; a promoção da administração geral do órgão, em estreita observância aos dispositivos legais e normativos da administração pública; a manutenção do Palácio Iguaçu e das residências oficiais; a elaboração de minutas e análises, bem como a efetuação do controle e encaminhamento dos documentos submetidos ao Chefe da Casa Civil e ao Governador do Estado.

1.4 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE)

Prestou assessoramento ao Governador do Estado, ao Chefe da Casa Civil, a Diretoria Geral e às unidades da Casa Civil, na preparação das matérias que necessitem de formalização documental; atendeu também outros órgãos ligados diretamente ao Palácio Iguaçu, tais como, o Gabinete do Vice-Governador e a Assessoria Especial do Governador.

No âmbito da própria pasta, foram igualmente atendidos a Coordenadoria do Cerimonial e Relações Internacionais, o Núcleo de Informática e Informações, a Coordenadoria Técnico-Legislativa e a Coordenadoria de Assuntos Políticos e, esporadicamente outros setores.

Expedientes circulares da Chefia do Poder Executivo foram enviados aos secretários de Estado, aos titulares dos órgãos vinculados do Poder Executivo, parlamentares, e outras lideranças nacionais e internacionais; todas as solenidades e eventos realizados no âmbito da Governadoria tramitaram pelo CEE.

No exercício, foram elaborados e expedidos 147.399 expedientes, entre ofícios, cartas, telegramas, fax, e-mails, cartões e mensagens, bem como efetuados o registro e a guarda dos documentos.

1.5 Núcleo de Informática e Informações (NII)

Manutenção da estrutura de informática da Governadoria no Palácio Iguaçu, preservando a segurança e a integridade dos dados e equipamentos e permitindo a instalação de mais de 450 estações de trabalho; o suporte aos usuários na utilização de software básico, rede local, internet e

recursos multimídia; a administração e atualização do Cadastro de Autoridades (CAU), sistema, publicação na internet e atendimento ao público; a implantação, operacionalização, otimização e disponibilização de ferramentas de consulta GEO e BI, no sistema de Gestão Governamental (G-gov), em conjunto com os órgãos da administração estadual; ajustes operacionais no sistema de controle de processos (GCC), *Workflow*; análise, encaminhamento e resposta aos pleitos endereçados ao Chefe da Casa Civil, consolidando o sistema SIGO como sistema de Ouvidoria e controle de solicitações; atualização do Organograma do *Workflow* readequando o sistema e atualizando os dados da Lista Telefônica Interna da Casa Civil; atualização do sistema SIAP (apoio político); e a geração de mapas temáticos em apoio às atividades da COAP.

1.6 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA)

Manteve atualizado o controle dos cargos de provimento em comissão de todas as Secretarias de Estado e suas vinculadas, assim como de legislação, inclusive dos Conselhos para consultas e informações; ainda, manteve atualizado o Sistema de Legislação do Estado, bem como promoveu, durante o exercício, a lavratura de 2.992 decretos, além de inúmeros títulos de nomeações.

1.7 Centro de Apoio Operacional (CAO)

Promoveu a entrada de documentos oriundos das secretarias estaduais e de suas entidades vinculadas, e demais documentos endereçados ao Governador do Estado e Chefe da Casa Civil, que são direcionados às unidades responsáveis por atender às solicitações, bem como após as finalizações são devolvidos para que sejam remetidos às suas origens ou encaminhados aos destinos solicitados.

1.8 Grupo de Planejamento Setorial (GPS)

Prestou orientação técnica, coordenação e elaboração da proposta orçamentária anual 2013 da Casa Civil, Casa Militar, DIOE, SANEPAR, COHAPAR, COPEL, Escritório de Representação do Paraná em Brasília e Secretários Especiais; elaborou estudos e pareceres sobre questões técnicas da administração direta e indireta, no tocante ao planejamento e orçamento; promoveu orientação às unidades de execução da Casa Civil e Secretários Especiais para o cumprimento dos Decretos n.º 1.198/2011 e n.º 6.191/2012 (que revogou o Decreto n.º 1.198).

Produziu cerca de 230 informações técnicas solicitadas pela Direção Superior da Casa Civil e pela SEPL, elaborou 75 declarações de disponibilidade orçamentária, 90 declarações de adequação de despesa e 10 declarações de regularidade do pedido; acompanhou e atualizou os planos e programas sob a ótica orçamentária e programática das unidades da Casa Civil; promoveu a divulgação sistemática das informações técnicas geradas pelo Sistema Estadual de Planejamento;

elaborou em torno de 210 processos de alterações orçamentárias para ajuste de contas e suplementações de recursos da Casa Civil e suas vinculadas, Casa Militar e Secretários Especiais; realizou a coleta e o preparo das informações necessárias acompanhamento das Principais Ações e Obras da LOA 2012 no sistema SIGAME, de responsabilidade da SEPL, promoveu a elaboração do Relatório Anual de Atividades da Casa Civil, DIOE, Escritório de Brasília e Secretários Especiais.

1.9 Grupo Administrativo Setorial (GAS)

Responsável pela administração dos serviços meio necessários ao funcionamento da Casa Civil e dos Secretários Especiais, diretamente ou pela interveniência de empresas prestadoras de serviços, privilegiando questões relacionadas com: o Gerenciamento do Sistema de Almoxarifado (GMS), sendo catalogados 227 itens em estoque e realizado o controle de entrada e saída dos materiais. A administração patrimonial com atividades de levantamento, conferência dos bens móveis e a manutenção/alimentação do sistema AAB, esforços foram realizados para cumprir as metas impostas pela Coordenadoria do Patrimônio para o registro de todos os bens móveis do Palácio Iguaçu e residências oficiais, bem como a colocação das placas de patrimônio. A administração do protocolo geral registrou aproximadamente 181.483 documentos de diversas fontes. A manutenção dos serviços de biblioteca com atendimento a 97 consultas; e intercâmbio com outras bibliotecas visando suprir a deficiência bibliográfica, realização de pesquisas internas e externas e empréstimos de livros para usuários da Casa Civil e outros órgãos. A Comissão Permanente de Licitação da Casa Civil formalizou a elaboração de 36 procedimentos licitatórios de diversas modalidades. Controle da telefonia fixa e móvel, manutenção dos veículos e conferência dos valores solicitados pelos viajantes à Central de Viagem. Foram expedidos 180 ofícios, 390 memorandos, 197 folhas de despacho, 120 folhas de informações e ainda 954 pedidos de empenho.

1.10 Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

Promoveu a integração funcional entre a SEAP e a Casa Civil, nas questões que envolvem a administração de pessoal; a manutenção dos sistemas de controle de pessoal, com relação a pagamento, registros funcionais, movimentação, locação, admissão e demissão, férias e licenças; orientação sobre gestão de pessoal para as entidades vinculadas e outros órgãos do Estado; promoveu auditoria permanente dos dados funcionais dos funcionários efetivos da Casa Civil; a manutenção e controle de pensões a serem pagas por funcionários ativos; controle e manutenção de consignações em folha de pagamento; a manutenção e o controle de processos de disposição funcional e designações para prestação de serviços entre órgãos da administração direta e indireta do Estado; participação em comissões de processos de sindicância; propostas de reestruturação organizacional da Casa Civil e projeto para a contratação mediante concurso público de novos funcionários para a carreira de agente de aviação.

1.11 Grupo Financeiro Setorial (GFS)

Gerenciou os recursos financeiros, pela execução orçamentária por meio de processos de empenho, liquidação e pagamento de despesas geradas pelas Unidades da Casa Civil e Secretários Especiais, mantendo registros contábeis para o efetivo controle dos atos financeiros e orçamentários.

1.12 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)

As ações da CCRI desenvolveram-se por meio do planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades relativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência, bem como a coordenação das atividades de apoio administrativo na organização de recepções, eventos e festividades.

Cabe destacar a atuação nas seguintes atividades:

- Apoio as viagens oficiais do Governador, Primeira Dama, Vice-Governador e Secretário Chefe da Casa Civil ao exterior: Estados Unidos da América, República Popular da China, Emirados Árabes Unidos e República Italiana.
- Apoio ao Governador e a Embaixadores de países estrangeiros em visita oficial ao Estado, entre os quais: Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha; do Nepal; do Japão; da Hungria; da Austrália; do Reino da Dinamarca e do Reino Hashemita da Jordânia; Comitiva de Embaixadores da Ásia e Oceania, de Países da União Europeia, e de Embaixadores Árabes.
- Apoio a outras autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Estado: Vice-Presidente da Região de Rhône-Alpes, Ministro de Relações Exteriores da Letônia, Comitiva da República Popular da China, Secretário de Atividades Produtivas da Região de Emília Romagna, Vice-Presidente do Comitê Provincial Político de Conferência Consultiva do Povo Chinês, e do Vice-Governador da Província de Zhejiang – República Popular da China, Ministra do Superior Tribunal de Justiça.
- Assistência ao Governador nas visitas do Presidente da República, Ministros de Estados e Governadores.
- Assessoramento ao Chefe do Executivo em viagens realizadas: a) a 146 municípios do Estado do Paraná; b) a outros Estados e ao Distrito Federal: Rio de Janeiro – palestra proferida pelo Governador no Fórum de Sustentabilidade Corporativa – Rio + 20, Florianópolis – palestra proferida pelo Governador sobre Gestão Pública, São Paulo – palestra proferida pelo Governador no Seminário LIDE sobre Oportunidades de Investimentos no Estado do Paraná, e São Paulo – Abertura da Semana do Paraná – FIESP.
- Apoio a cerca de 130 eventos que contaram com a presença do Governador realizados na Capital com lideranças políticas e apoio a 261 outros eventos.

1.13 Núcleo Jurídico da Administração (NJA)

Prestou serviço de assessoramento jurídico, objetivando subsidiar decisões governamentais mediante exame, instrução e emissão de pareceres em processos submetidos à apreciação do Chefe do Poder Executivo e os de competência do Secretário Chefe da Casa Civil.

Em 2012, realizou a análise de 7.212 processos, emitiu 1.846 pareceres, 3.457 informações e 703 despachos administrativos.

1.14 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP)

Tem como objetivo estreitar o relacionamento da Casa Civil com as Câmaras Municipais, prefeituras, o Poder Legislativo Estadual e com as entidades de representação da Sociedade Civil Organizada.

Em 2012, promoveu as seguintes ações:

- Atendimento às solicitações dos outros poderes e segmentos da sociedade, nas mais abrangentes áreas, em conjunto com a Chefia de Gabinete da Casa Civil.
- Relacionamento do Governo do Estado com as lideranças políticas e outras esferas de Poder.
- Acompanhamento dos eventos e fatos políticos de interesse do Estado. Contatos para reforço de convites a prefeitos, deputados, vereadores e demais lideranças.
- Acompanhamento e articulação da agenda política do Governador, Vice-Governador, Secretária da SEDS e Chefe da Casa Civil.
- Coleta e manutenção de informações dos sistemas de cunho político, de uso exclusivo do Governador, com o apoio do NII da Casa Civil, além da articulação com todos os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, responsáveis pela geração de dados.
- Manutenção e prestação de informações relativas ao acompanhamento das reivindicações junto ao Governador.
- Coordenação, em consonância com a Casa Militar e a Coordenadoria do Cerimonial das atividades afetas às viagens do Governador.
- Orientação às entidades assistenciais paranaenses que reivindicaram auxílios ou subvenções sociais ao Governador.
- Orientação e encaminhamento de solicitações às diversas Secretarias de Estado e entidades vinculadas.
- Apoio e atendimento às prefeituras e câmaras municipais, como também o acompanhamento nas demais Secretarias.
- Atendimento médio diário de 35 pessoas, perfazendo um total de 700 pessoas/mês.
- Acompanhamento dos processos das Emendas do Legislativo.

- Acompanhamento e assessoramento junto às Secretarias de Estado e Vinculadas de Projetos de Descentralizações Regionais.
- Agenda Integrada e Sistema de Informação.
- Indicações de representantes do Governo em eventos que o Governador não pode comparecer.
- Desenvolvimento de materiais gráficos, mapas, planilhas, relatórios para análise política.

02

Casa Militar

2 Casa Militar

Órgão de primeiro nível hierárquico de assessoramento e apoio direto ao Governador. O âmbito de ação da Pasta compreende a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos policiais militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; a segurança do Governador, Vice-Governador e familiares, do Palácio e das residências oficiais; a recepção, estudo e triagens dos expedientes policiais militares, encaminhados ao Governador; a transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, o transporte aéreo do Chefe do Poder Executivo e demais autoridades.

2.1 Transporte Aéreo

A Seção de Transporte Aéreo da Casa Militar, localizada no Aeroporto do Bacacheri, sempre atuou com a missão principal do transporte aéreo do Chefe de Executivo e demais autoridades estaduais. Entretanto, atualmente com o considerável aumento da demanda para o transporte de órgãos humanos doados, serviços de translado de urgência de pacientes (Central de Transplantes e Central de Regulação de Leitos – SESA) e pacientes que necessitam de serviços especializados junto aos grandes centros hospitalares, as missões humanitárias tem se equiparado, por vezes superado a missão principal.

Os voos realizados de janeiro a outubro estão descritos na tabela a seguir.

MISSÕES REALIZADAS - NATUREZA DOS VOOS	TOTAL
Em atendimento a Central Estadual de Transplantes e Central de Regulação (Leitos) - SESA	120
Transporte de Autoridades	91
Em atendimento a Defesa Civil	14
Voos para cheque e recheque da tripulação pela ANAC	07
Voos de translado para manutenção de aeronave	11
TOTAL	243

HORAS VOADAS - AERONAVES	TOTAL HORAS/VOO
Cessna, Grand Caravan, matrícula PP-MMS	311,2
Embraer, Seneca III, matrícula PP-EIK	185,4
Embraer, Seneca III, matrícula PP-EUS	248,0
TOTAL	744.6

2.2 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

Teve atuação em diversas frentes de trabalho para desempenhar seu mister, tanto nas fases que antecedem um desastre (preparação, mitigação e prevenção), quanto nas fases de recuperação e reconstrução do local atingido. Tais ações encontram-se balizadas na Lei n.º 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Ações realizadas:

I. Distribuição de telhas de fibrocimento - com o objetivo de minimizar os danos experimentados pela população atingida por um desastre, a CEDEC realizou o encaminhamento de telhas de fibrocimento de 4 mm aos municípios vítimas de eventos cujos danos e prejuízos extrapolam sua capacidade de resposta, sendo esta classificação realizada com base em critérios técnicos e legais.

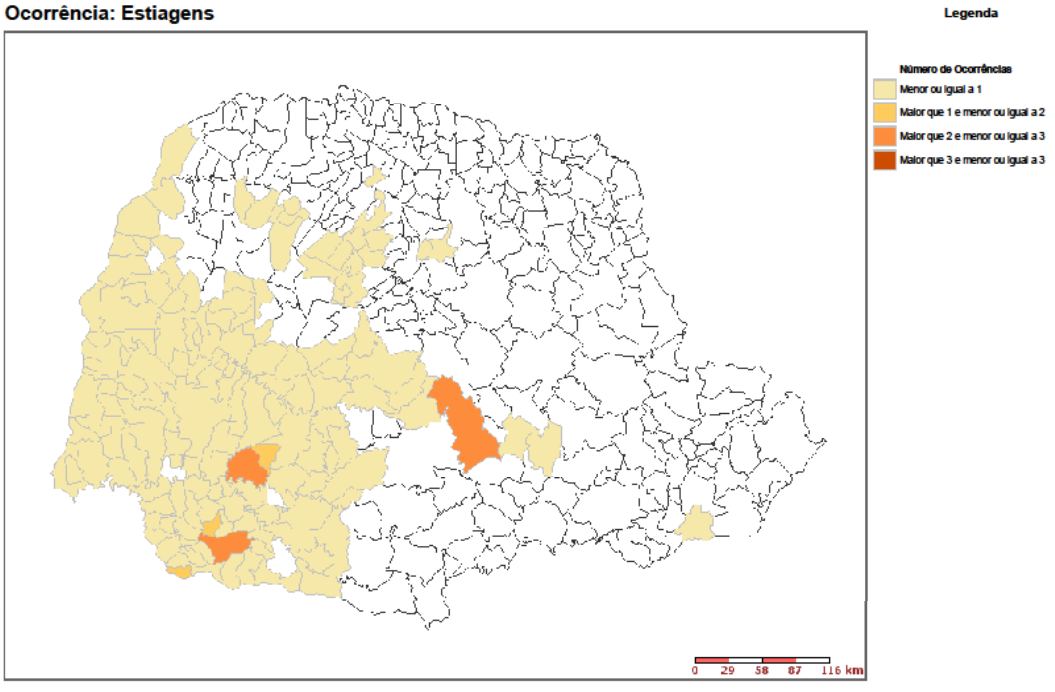
MUNICÍPIO	DATA DO EVENTO	TIPO DE DESASTRE	QUANTIDADE DE TELHAS ENVIADAS
Marmeleiro	27 maio 12	Vendaval	3.000
Marmeleiro	27 maio 12	Vendaval	3.000
Marmeleiro	27 maio 12	Vendaval	1.500
Campina da lagoa	10 set. 12	Vendaval	700
Lapa	25 set. 12	Granizo	3.000
Tijucas do Sul	25 set. 12	Granizo	3.000
Tijucas do Sul	25 set. 12	Granizo	3.000
Maripá	25 set. 12	Granizo	3.000
Maripá	25 set. 12	Granizo	3.000
Rebouças	25 set. 12	Granizo	2.200
Rebouças	25 set. 12	Granizo	2.800
Pien	25 set. 12	Granizo	3.500
Pien	25 set. 12	Granizo	1.500
Quitandinha	25 set. 12	Granizo	2.000
São Mateus do Sul	25 set. 12	Granizo	500
São Tomé	25 set. 12	Granizo	3.250
São Tomé	25 set. 12	Granizo	3.250
São Tomé	25 set. 12	Granizo	3.250
São Tomé	25 set. 12	Granizo	3.250
Antonio Olinto	25 set. 12	Granizo	1.400
Antonio Olinto	25 set. 12	Granizo	1.400
Antonio Olinto	25 set. 12	Granizo	1.400
Barracão	02 out. 12	Vendaval	3.380
Barracão	02 out. 12	Vendaval	3.380
Barracão	02 out. 12	Vendaval	1.871
Santo Antonio do Sudoeste	02 out. 12	Granizo	1.000
Flor da Serra do Sul	02 out. 12	Granizo	3.380
Flor da Serra do Sul	02 out. 12	Granizo	1.620
Pinhais	22 out. 12	Granizo	3.380
Pinhais	22 out. 12	Granizo	3.380
Pinhais	22 out. 12	Granizo	3.240
Barracão	02 out. 12	Granizo	3.000
Manfrinópolis	22 out. 12	Granizo	500
Manfrinópolis	22 out. 12	Granizo	3.500
Manfrinópolis	22 out. 12	Granizo	1.000
Barracão	02 out. 12	Granizo	2.000
TOTAL			7.531

II. Distribuição de cestas básicas - para as famílias atingidas por desastre, foram atendidos os seguintes municípios:

MUNICÍPIO	DATA DO EVENTO	QUANTIDADE
Nova Tebas	03-jun-12	50
Manoel Ribas	04-jun-12	150
Quitandinha	25-set-12	60
Barracão	02-out-12	370
Flor da Serra do Sul	02-out-12	100
Manfrinópolis	22-out-12	200
TOTAL		930

- Apoio aos municípios na obtenção de recursos federais - além do apoio individualizado aos municípios afetados, também realizou palestras sobre a forma de acessar recursos federais para representantes de municípios atingidos, visando a disseminação do conhecimento sobre essa possibilidade de apoio a maior quantidade de municípios possíveis.
- Simulado de Abandono Emergencial – em dezembro, o município de Foz do Iguaçu sediará o simulado de abandono emergencial, promovido pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil.
- Grupo de Apoio Estadual a Desastres (GAEDE) - dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2011, o GAEDE atualmente conta com especialistas do SIMEPAR, AGUASPARANÁ e MINEROPAR, além dos integrantes da CEDEC. No ano de 2012 o Grupo foi acionado principalmente para monitorar a evolução do quadro do litoral após o desastre de 2011.
- Estiagem - em 16 de janeiro deste ano, o Governo do Estado publicou o Decreto n.º 3.651 que decretou situação de emergência em 137 municípios em decorrência da estiagem que vinha castigando boa parte da região oeste desde o mês de dezembro. Com a decretação foi possível realizar a solicitação de recursos federais para complementar o apoio prestado pelo Estado. Para o apoio aos municípios foram solicitados ao Ministério da Integração Nacional por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, recursos para a construção de reservatórios de água em 81 dos municípios atingidos, sendo que nos demais o Governo do Estado arcou com os custos. Contudo, o Governo Federal não liberou os recursos solicitados.

Figura 1 - Municípios atingidos pela estiagem 2011/2012



- Desenvolvimento do Programa Brigadas Escolares/Defesa Civil na Escola - planejamento do Programa iniciado em março/2011, com os trabalhos em conjunto da Defesa Civil do Paraná e SEED. Em junho, foi assinado o Decreto n.º 4.837/2012, com o objetivo principal de oferecer segurança nas escolas sob o prisma da defesa civil. No curso de Ensino à Distância (EaD), pela Plataforma da Escola de Governo e gerenciada pela Seção de Ensino da Defesa Civil, foram atingidos 960 educadores com 48 turmas na primeira fase, curso encerrado em dezembro. Prevista ainda, a divulgação do relatório da quantidade de escolas e educadores atingidos com capacitações presenciais de diretores das escolas em todos os núcleos de educação do estado.
- Ações Relativas ao fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres (BANCO MUNDIAL) - parceria com duração prevista para três anos com o Banco Mundial tem possibilitado a realização de várias ações com o objetivo de melhorar a atuação estadual da defesa civil. Em 2012 estão sendo implementadas as seguintes: a) Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; b) criação do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil; c) alteração de legislação defesa civil, reestruturando a sua arquitetura institucional; d) confecção de Termo de Referência para a contratação de empresa para a construção de salas de gerenciamento fixas e móveis devidamente equipadas.
- Ações Específicas para o Litoral do Estado - a Defesa Civil atuou de forma articulada com diversos órgãos estaduais visando a prevenção de desastres nas áreas afetadas pelo evento de março/2011, dentre as quais destacaram-se: a) mapeamento das áreas definidas como áreas SISMAAR (Sistema de Monitoramento, Alerta e Alarmes) localizadas nas áreas com suscetibilidade e vulnerabilidades a desastres; b) acompanhamento do processo de adensamento da rede hidro meteorológica desenvolvido em parceria com o SIMEPAR; c) acompanhamento das ações desenvolvidas pela MINEROPAR visando o mapeamento do litoral em escala de detalhe; d) nos sete municípios do litoral: preparação e cadastramento dos abrigos; elaboração dos planos de contingência; mapeamento dos pontos de recorrência a desastre.
- Municípios atingidos por desastres no ano de 2012, bem como aqueles que devido à magnitude do evento, tiveram a situação de emergência ou estado de calamidade pública decretada, constam da tabela a seguir.

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2012

continua

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE EVENTOS	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
Almirante Tamandaré	5	Não
Altamira do Paraná	1	Não
Alto Paraíso	2	Sim
Alto Piquiri	1	Sim
Altônia	3	Sim
Amaporã	1	Não
Ampére	1	Sim
Anahy	1	Sim
Andirá	1	Não
Ângulo	1	Não
Antonina	2	Não
Antônio Olinto	1	Não
Apucarana	6	Não
Arapongas	2	Não
Araucária	22	Não
Assis Chateaubriand	3	Sim
Astorga	3	Não
Bandeirantes	1	Sim
Barbosa Ferraz	2	Sim
Barracão	5	Sim
Bela Vista do Paraíso	2	Não
Boa Esperança do Iguaçu	1	Sim
Boa Ventura de São Roque	1	Sim
Boa Vista da Aparecida	2	Sim
Bom Jesus do Sul	2	Sim
Bom Sucesso	1	Sim
Bom Sucesso do Sul	1	Sim
Braganey	1	Sim
Brasilândia do Sul	2	Sim
Cafelândia	2	Sim
Cafezal do Sul	1	Sim
Califórnia	1	Sim
Cambará	1	Não
Cambé	2	Não
Campina da Lagoa	2	Sim
Campina do Simão	1	Não
Campina Grande do Sul	3	Não
Campo Bonito	1	Sim
Campo Largo	1	Não
Candói	2	Sim
Cantagalo	1	Não
Capanema	1	Sim
Capitão Leônidas Marques	2	Sim
Carambeí	2	Não
Cascavel	8	Sim
Catanduvas	1	Sim
Céu Azul	2	Sim
Chopinzinho	3	Sim
Cianorte	3	Sim
Cidade Gaúcha	1	Não
Clevelândia	1	Sim
Colorado	1	Não
Corbélia	1	Sim
Coronel Vivida	1	Sim

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2012

continua

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE EVENTOS	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
Corumbataí do Sul	1	Sim
Cruzeiro do Iguaçu	1	Sim
Cruzeiro do Sul	1	Não
Curitiba	2	Não
Diamante do Oeste	2	Sim
Diamante do Sul	1	Sim
Dois Vizinhos	1	Sim
Douradina	1	Não
Doutor Camargo	1	Não
Enéas Marques	1	Sim
Engenheiro Beltrão	1	Sim
Entre Rios do Oeste	1	Sim
Esperança Nova	1	Sim
Espigão Alto do Iguaçu	2	Sim
Fazenda Rio Grande	4	Não
Fênix	1	Sim
Flor da Serra do Sul	3	Sim
Floresta	1	Não
Florestópolis	1	Sim
Formosa do Oeste	2	Sim
Foz do Iguaçu	4	Sim
Foz do Jordão	1	Sim
Francisco Alves	2	Sim
Francisco Beltrão	4	Não
General Carneiro	1	Não
Godoy Moreira	2	Não
Goioerê	3	Sim
Guaíra	1	Sim
Guairaçá	1	Não
Guamiranga	1	Não
Guaraniaçu	1	Sim
Guarapuava	7	Não
Guaraqueçaba	1	Não
Guaratuba	6	Não
Iguaraçu	2	Sim
Iguatu	1	Sim
Imbituva	3	Sim
Indianópolis	1	Não
Ipiranga	2	Não
Iporã	1	Sim
Iracema do Oeste	1	Sim
Irati	1	Não
Iretama	1	Sim
Itaipulândia	1	Sim
Itambé	2	Sim
Itapejara do Oeste	2	Sim
Jaboti	1	Não
Jacarezinho	1	Sim
Jandaia do Sul	1	Não
Janiópolis	1	Não
Japurá	1	Não
Jataizinho	1	Sim
Jesuítas	1	Sim
Juranda	1	Não

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2012

continua

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE EVENTOS	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
Lapa	1	Não
Laranjal	1	Sim
Laranjeiras do Sul	2	Não
Lindoeste	2	Sim
Londrina	2	Não
Mamborê	1	Não
Mandaguari	1	Não
Mandirituba	2	Não
Manfrinópolis	2	Sim
Mangueirinha	3	Sim
Manoel Ribas	1	Sim
Marechal Cândido Rondon	1	Sim
Marialva	1	Sim
Marilândia do Sul	2	Não
Maringá	5	Não
Mariópolis	1	Sim
Maripá	2	Sim
Marmeleiro	3	Sim
Marquinho	1	Não
Matelândia	2	Sim
Mato Rico	3	Sim
Mauá da Serra	1	Não
Medianeira	1	Sim
Mercedes	1	Sim
Missal	1	Sim
Moreira Sales	6	Sim
Morretes	2	Não
Nova América da Colina	1	Não
Nova Aurora	1	Sim
Nova Cantú	1	Não
Nova Esperança	3	Não
Nova Esperança do Sudoeste	4	Sim
Nova Laranjeiras	2	Sim
Nova Londrina	2	Não
Nova Olímpia	1	Não
Nova Prata do Iguaçu	1	Sim
Nova Santa Rosa	1	Sim
Nova Tebas	2	Sim
Ortigueira	1	Não
Ouro Verde do Oeste	1	Sim
Paiçandu	1	Não
Palmas	1	Não
Palmeira	2	Não
Palmital	2	Sim
Palotina	1	Sim
Paranaguá	6	Não
Paranavaí	2	Não
Pato Bragado	1	Sim
Pato Branco	1	Não
Peabiru	1	Sim
Perobal	1	Não
Pérola d'Oeste	1	Sim
Piên	1	Não
Pinhais	2	Não

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2012

continua

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE EVENTOS	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
Pinhal de São Bento	1	Sim
Pinhão	1	Não
Piraquara	2	Não
Pitanga	3	Sim
Planalto	1	Sim
Ponta Grossa	7	Não
Porecatu	1	Não
Porto Barreiro	2	Sim
Pranchita	1	Sim
Prudentópolis	5	Sim
Quarto Centenário	1	Sim
Quatro Barras	2	Não
Quedas do Iguaçú	4	Sim
Querência do Norte	8	Não
Quinta do Sol	1	Sim
Quitandinha	1	Não
Ramilândia	1	Sim
Rancho Alegre d'Oeste	1	Sim
Realeza	1	Sim
Rebouças	1	Não
Renascença	2	Sim
Reserva do Iguaçu	1	Não
Rio Bom	1	Sim
Rio Bonito do Iguaçu	1	Não
Rio Branco do Sul	3	Não
Rolândia	1	Não
Roncador	1	Sim
Rondon	1	Sim
Rosário do Ivaí	1	Sim
Salgado Filho	2	Sim
Salto do Lontra	2	Sim
Santa Helena	1	Sim
Santa Isabel do Ivaí	1	Não
Santa Izabel do Oeste	2	Sim
Santa Lúcia	1	Sim
Santa Maria do Oeste	1	Sim
Santa Mariana	1	Não
Santa Tereza do Oeste	3	Sim
Santa Terezinha de Itaipu	1	Sim
Santana do Itararé	1	Não
Santo Antônio da Platina	1	Sim
Santo Antônio do Sudoeste	2	Não
Santo Inácio	1	Sim
São João	1	Sim
São Jorge do Ivaí	1	Não
São Jorge do Patrocínio	1	Sim
São Jorge d'Oeste	2	Sim
São José das Palmeiras	1	Sim
São José dos Pinhais	6	Não
São Mateus do Sul	3	Não
São Miguel do Iguaçu	1	Sim
São Pedro do Iguaçu	2	Sim
São Pedro do Ivaí	1	Sim
São Tomé	2	Sim

MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES E QUE TIVERAM A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECRETADA - 2012

conclusão

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE EVENTOS	DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA?
Saudade do Iguaçu	2	Sim
Serranópolis do Iguaçu	1	Sim
Sertaneja	1	Não
Sertanópolis	1	Não
Siqueira Campos	2	Não
Tamarana	1	Não
Tapejara	1	Sim
Teixeira Soares	3	Sim
Terra Rica	2	Não
Terra Roxa	1	Sim
Tibagi	1	Não
Tijucas do Sul	3	Não
Toledo	4	Sim
Três Barras do Paraná	1	Sim
Tunas do Paraná	1	Não
Tupãssi	1	Sim
Turvo	2	Não
Ubiratã	3	Sim
Umuarama	6	Não
União da Vitória	1	Sim
Vera Cruz do Oeste	1	Sim
Verê	1	Sim
Virmond	2	Sim
Vitorino	3	Sim
Xambrê	3	Sim
TOTAL de Eventos	453	
TOTAL de Municípios Atingidos	241	

03

Companhia de Habitação do Paraná

MORAR BEM
PARANÁ

3 Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR)

A COHAPAR é uma empresa de economia mista que atua na viabilização e execução dos programas habitacionais do Governo do Estado do Paraná. Com a certeza de que o trabalho é de suma importância para as famílias paranaenses de menor poder aquisitivo, a Companhia vem realizando suas atribuições como órgão responsável pela execução da Política Habitacional no Estado.

Por meio do Programa Morar Bem Paraná, em 2012, a COHAPAR implantou inúmeras ações visando a redução do déficit habitacional no Estado. Desta forma, os esforços foram concentrados em prol do cumprimento da meta definida de atender 100 mil famílias até o ano de 2014.

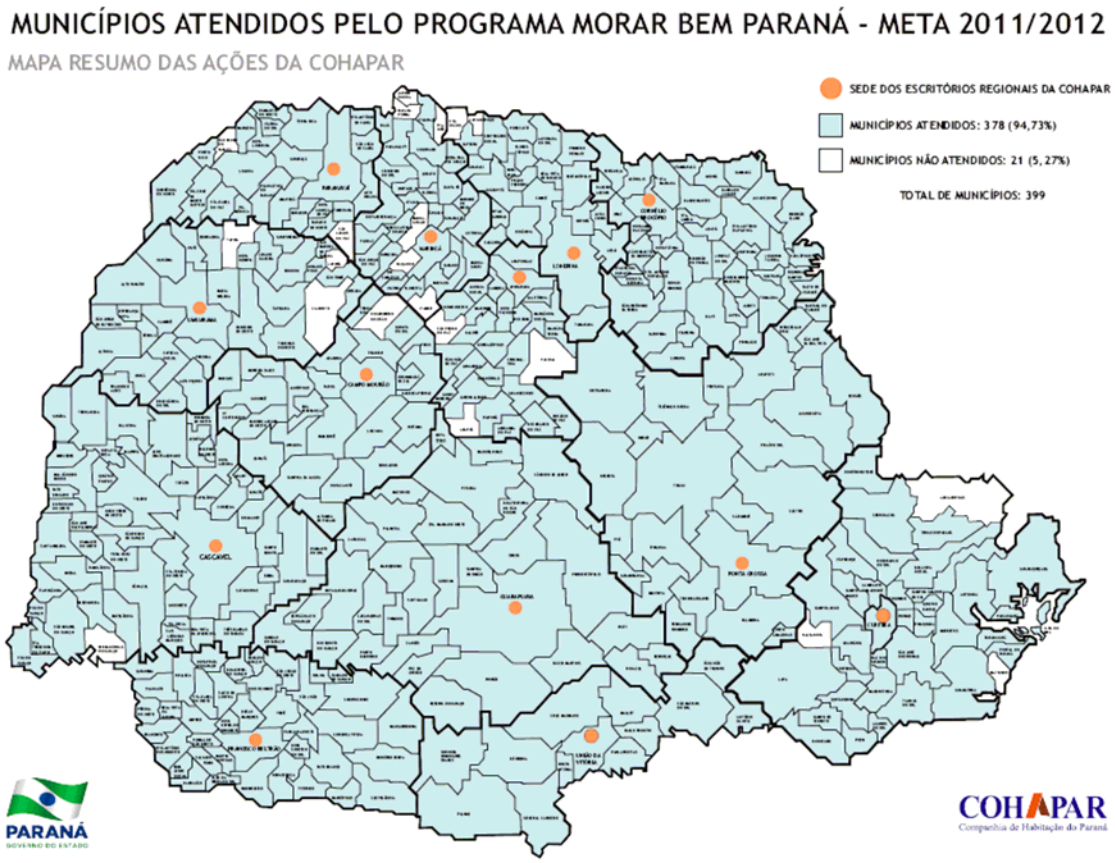
Com o objetivo de efetivar as táticas e estratégias previstas, encontram-se em processo 76 mil novas unidades habitacionais (novembro de 2012), sendo 53,2 mil em fase de projeto, e 22,8 mil em fase construtiva, que deverão beneficiar mais de 300 mil paranaenses.

Foram ainda desenvolvidas ações que ultrapassam a simples execução da unidade habitacional, ampliando os serviços para atendimento da população de menor renda com infraestrutura de qualidade, equipamentos urbanos e assistência jurídica no que se refere a posse da terra. Nesse sentido, em um importante resgate de dignidade, a COHAPAR atendeu, com obras e serviços, 4.531 famílias moradoras de áreas irregulares.

A fim de alinhar a capacidade produtiva da Companhia com os objetivos estratégicos definidos pelo Governo Estadual, fez-se necessária a adaptação dos instrumentos de gestão. Assim, tendo como premissa a Gestão Estratégica, partiu-se para uma completa reestruturação administrativa que vai da sistematização de processos a investimentos em capital humano.

3.1 Diretoria de Projetos (DIPR)

A DIPR é responsável pela viabilização técnica e social dos empreendimentos habitacionais produzidos pela COHAPAR. Participa desde a escolha da área, o desenvolvimento de projetos, o envio para os agentes financeiros até a sua contratação.



Situação da prospecção de áreas públicas subutilizadas da União, Estado, municípios e movimentos sociais – em novembro de 2012 (tabela 1):

TIPO DE ÁREA	QUANTIDADE	TOTAL EM M²
Áreas da União	12	618.409,03
Áreas do Estado	4	222.067,63
Áreas Movimentos Sociais	4	269.306,45
TOTAL	20	1.109.783,11

FONTE: DIPR

Situação dos projetos e participação em estudos para utilização de tecnologias inovadoras para habitação de interesse social – em novembro de 2012:

- Empreendimentos em licitação com tecnologias inovadoras – três projetos (228 unidades).
- Acompanhamento de homologação de sete tecnologias inovadoras junto ao Ministério das Cidades e agentes financeiros; e prospecção de 11 novas tecnologias inovadoras para a habitação.
- Ações relacionadas à viabilidade de requalificação de antigo edifício da União (INSS), no centro de Curitiba, para habitação de interesse social.

- Participação ativa nos grupos Aliança Nosso Paraná Sustentável, Viver Sem Limites e no Comitê Nacional Tecnológico da Habitação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.

Além de cumprir com o alcance das Metas do Governo propostas pela administração estadual, a DIPR também atingiu, mais uma vez, as metas estabelecidas para a produção de projetos habitacionais de interesse social, aplicando a melhor técnica disponível no mercado, com vistas às legislações federal, estadual e municipais vigentes, e contando com a contratação de novos técnicos, em especial das áreas de engenharia e arquitetura.

A demanda e a vontade de fazer acontecer, atreladas à elaboração de mais projetos, fez com que a COHAPAR se deparasse com o grave problema da falta de terrenos disponíveis para os projetos urbanos. Além de incentivar as prefeituras a participarem dos projetos com a doação de novas áreas, buscou-se a prospecção de novos terrenos, subutilizados, de propriedade da União, Estado, municípios e movimentos sociais (conforme tabela 1).

A COHAPAR buscou tecnologias inovadoras para alavancar ainda mais a produção e a diversificação de moradias para as famílias paranaenses de baixa renda. Além de três projetos com a utilização de *Wood Frame*[1], em fase de licitação, os técnicos desenvolveram um trabalho de análise e acompanhamento dessas novas tecnologias e participaram ativamente de grupos de estudos e desenvolvimento.

Além disso, manteve parcerias com outros órgãos do Estado, tais como SEFA, SEPL, SANEPAR, COPEL, IAP, entre outros, com o principal agente financeiro - CAIXA, com os municípios paranaenses, e com o novo agente financeiro para a área de habitação, o Banco do Brasil S.A.

3.2 Diretoria de Programas e Obras (DIPO)

Entre outras atividades, a DIPO é responsável pelo desenvolvimento de programas, planos, estudos de viabilidade técnico-econômico, bem como por predirigir as atividades de execução e supervisão das obras, baseando-se na programação estabelecida.

Entre projetos em execução, administrou 346 empreendimentos que totalizaram 22.848 unidades habitacionais, cujas obras estão protocoladas e contratadas, conforme tabela a seguir (quantidades atualizadas em 06/11/2012):

[1] O termo *Wood Frame* refere-se a uma técnica de construção muito usada nos Estados Unidos e na Europa. Todos os elementos estruturais acima das fundações são compostos de barrotes e vigas de madeira, conectados através de pregos e conectores metálicos.

TABELA 2 - EMPREENDIMENTOS E UNIDADES POR PROGRAMA/MODALIDADE

PROGRAMA / MODALIDADE	CONTRATADAS - NÃO INICIADAS		EM EXECUÇÃO		CONCLUÍDOS	
	Empreendimentos	Unidades	Empreendimentos	Unidades	Empreendimentos	Unidades
I. P. Parceria	9	351	4	168	-	-
I. P. Construtora	4	228	26	1.856	-	-
Fomento / Parceria	4	649	51	8.621	16	1.649
Caução	-	-	1	42	6	286
Parceria COHAB	6	999	4	703	-	-
PAC	-	-	4	1.191	-	-
FNHIS	-	-	9	491	5	120
Emergêncial	-	-	3	188	-	-
APPA	-	-	1	232	-	-
Rurais(1)	25	299	189	2.535	2	26
Quilombolas	-	-	1	22	1	19
Indígenas	-	-	-	-	-	-
Cooperativas(2)	2	1.700	5	2.599	1	1.046
Outros	-	-	-	-	-	-
TOTAL	48	4.200	298	18.648	31	3.146

FONTE: DIPO

(1) Obras sem início protocolado junto ao agente financeiro.

(2) Contratadas = Conveniadas.

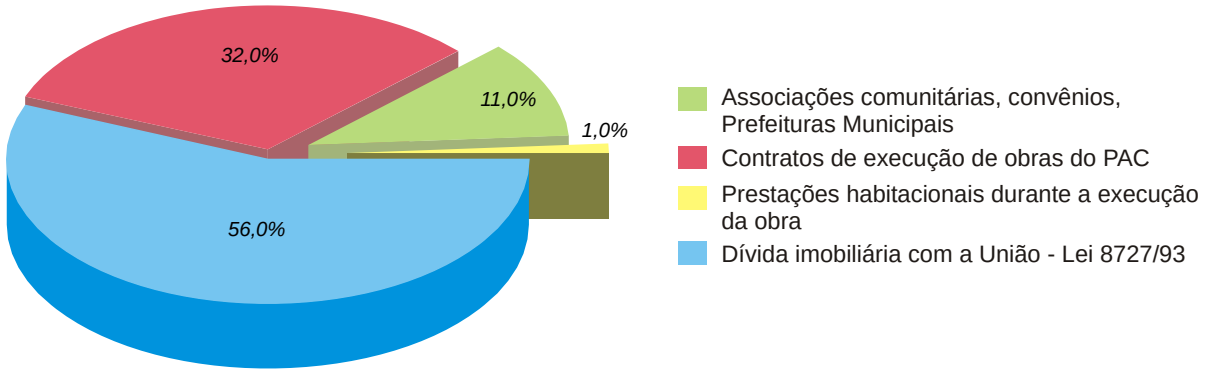
3.3 Diretoria Administrativo-Financeira (DIAF)

A DIAF tem entre suas atribuições a promoção das atividades relacionadas a gestão administrativa, financeira e orçamentária.

Na área financeira, os recursos recebidos, por meio da SEFA, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Caixa Econômica Federal, totalizaram R$ 105,5 milhões, assim distribuídos:

- Habitação Urbana: a) repasse do Governo do Estado de R$ 86,6 milhões (PAC, convênios, implantação do Programa Morar Bem – Paraná Urbano, Titulação, Urbanização, Reassentamento, Dívida Imobiliária – (Lei n.º 8727/93); b) repasse da União de R$ 15,6 milhões (PAC); c) liberações da CAIXA = R$ 3,3 milhões (Caução, Hipoteca).
- Habitação Rural - até o mês de novembro foram investidos pelo tesouro estadual R$ 1,0 milhão, com previsão de investir até o final de 2012 mais R$ 6,0 milhões, totalizando R$ 7,0 milhões repassados.
- Repasses de Recursos - os repasses realizados pela COHAPAR alcançaram R$ 68 milhões (gráfico 1), sendo: a) Associações Comunitárias, convênios, prefeituras = R$ 7,3 milhões; b) contratos de execução de obras do PAC = R$ 21,5 milhões; c) prestações habitacionais durante a execução da obra = R$ 534,0 mil; dívida imobiliária com a União – Lei n.º 8727/93 = R$ 38,7 milhões.

GRAFICO 1 - REPASSES DE RECURSOS



3.4 Superintendência de Planejamento e Controle (SUPC)

A SUPC coordena as atividades de planejamento da Companhia, visando a definição de objetivos a nível estratégico e a elaboração do plano operacional. Também acompanha e controla todos os projetos da COHAPAR de forma a garantir sua execução dentro dos programas e prazos previamente estabelecidos.

- Programa Parceiros por Excelência (PAEX) - com a consultoria da Fundação Dom Cabral, a Superintendência aplicou na COHAPAR um novo sistema de planejamento e gerenciamento de atividades, que inclui o planejamento estratégico e a aplicação de ferramentas de gestão, com foco no atingimento das metas com qualidade. As ações que tornaram isso possível foram desenvolvidas durante todo o ano e permitiu à COHAPAR um desenvolvimento gerencial capaz de prover condições para a elaboração de um planejamento estratégico estruturado e bem fundamentado, assim como, para uma execução coordenada das iniciativas propostas à Companhia.
- Grupo Rede - a equipe, formada por representantes de várias áreas da empresa, tem como objetivo discutir questões importantes para a Companhia e desenvolver estratégias que auxiliem na melhoria contínua dos processos e no cumprimento de metas. Foram discutidos assuntos como: PAEX, fluxogramas, implantação do RM, planejamento estratégico, etc.
- Diagnóstico do Setor Imobiliário - com o objetivo de solucionar a necessidade existente no que se refere ao tratamento da dívida dos mutuários com a Companhia, foi realizado um diagnóstico do problema envolvendo a SUGI e a SUPC, tendo sido realizadas reuniões que permitiram identificar e analisar o problema e suas causas e determinar melhores ações a serem aplicadas.
- Diagnóstico do Setor de Contabilidade - diante das mudanças realizadas pelo Governo Federal quanto à política fiscal e tributária, surgiu a necessidade de estruturar uma área fiscal dentro da Companhia, específica para o controle dessas obrigações. Para tanto,

foram realizados o levantamento de dados e o diagnóstico da situação atual do setor, assim como, a estrutura necessária para adequá-lo às novas regras do mercado.

- Dotproject - durante a execução das atividades da SUPC, em especial no que se refere ao controle dos projetos, surgiu a necessidade de ter um sistema que possibilite um controle mais direcionado e efetivo dos projetos na COHAPAR. Após a realização de reunião, onde foram apresentados os programas disponíveis no mercado para esse fim, optou-se pela utilização do Dotproject que por ser um software livre praticamente não apresenta custo de implantação e atende à necessidade da Companhia.
- Formatação do conceito de Sala de Situação - surgiu da necessidade de reformulação e estruturação da Companhia com o intuito de gerar condições para o planejamento estratégico e decisão rápida, que viabilize o atingimento das metas. A ideia começou a ser desenvolvida a partir de setembro e contou com a colaboração e participação da SUPC, da ASCP e da SUER.

3.5 Superintendência de Gestão Imobiliária (SUGI)

À SUGI compete coordenar projetos específicos de estudos, desenvolvimento e implementação de programas habitacionais, estabelecer políticas e diretrizes de comercialização de imóveis ofertados pela Companhia e realizar pesquisa de mercado a fim de identificar novas oportunidades de empreendimentos.

Em 2012, elaborou estudos visando o desenvolvimento de ações para recuperação dos valores inadimplentes da Companhia, provenientes de financiamentos imobiliários que somam, aproximadamente, R$ 150,0 milhões. As ações têm previsão de início em 2013.

Destacam-se os seguintes projetos:

- Projeto de Negociação de Inadimplência - envolve o desconto de juros e realização de conciliações, em parceria com o TJ (processo em análise na SUJU).
- Projeto de Liquidação por Subvenção - trata de alternativas para liquidação de contratos inexequíveis (tramitando em nível técnico).

3.6 Superintendência de Tecnologia de Informação e Comunicação (SUTI)

A SUTI planeja, organiza, avalia e orienta as atividades de tecnologia da informação e comunicação nas áreas da COHAPAR, promovendo estudos prévios de viabilidade de desenvolvimento de sistemas informatizados, e quando necessário a aquisição, contratação ou locação de recursos de tecnologia da informação e comunicação. Suas funções estão relacionadas ainda à manutenção de informações gerenciais, de forma a propiciar análises, avaliações e relatórios sobre atividades, metas e indicadores de desempenho. Na área de TI, dentre os serviços executados, pode-se enumerar:

- Estruturação do Ambiente Central da COHAPAR no Datacenter da CELEPAR e estruturação da equipe de TI.
- Revisão dos contratos de informática contemplando renegociações.
- Softwares adquiridos: AutoCAD, Google Earth Pro, Office 2010; e softwares em aquisição: SqlServer, CorelDraw, Adobe Lightroom 4 e ECM TOTVS.
- Equipamentos - adquiridos iPads, notebooks, desktops, projetores, miniprojetores; e encontram-se em fase de aquisição desktops, multifuncionais, scanners, GPSs.
- Substituição e adição de equipamentos de reprografia na Sede e ERs.
- Áudio e Videoconferência BBB.
- Atualização tecnológica da solução e normatização do controle de acessos à internet; manutenções evolutivas dos sites Internet, Intranet e nos sistemas de informação TOTVS existentes.
- Mapeamento de processos, treinamento e implantação do Sistema Projetos e Obras.
- Reestruturação da infraestrutura elétrica, lógica e telefônica de Escritórios Regionais.
- Telefonia IP: processo de estruturação e adesão ao Registro de Preços SEAP.

3.7 Superintendência de Regularização Fundiária (SURF)

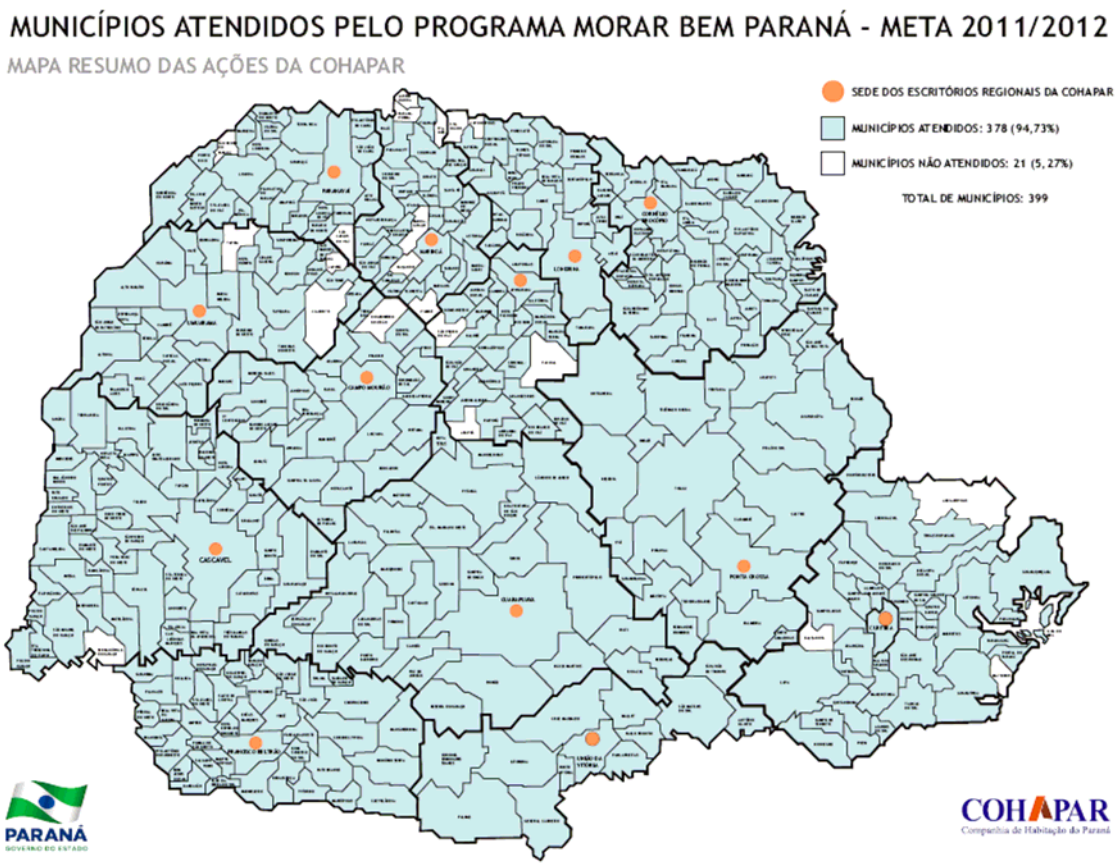
A SURF elabora os planos estratégicos de ação e otimiza as ações nas áreas a serem regularizadas, bem como cuida dos processos e procedimentos relativos às desapropriações necessárias, além da integração entre a COHAPAR e os órgãos externos envolvidos nos trabalhos de regularização. Também é responsável por encontrar as melhores alternativas jurídico-sociais com vistas à preservação, conservação e recuperação do meio ambiente das áreas. A Diretoria de Regularização Fundiária e Relações Comunitárias, diretamente ligada à SURF, operacionaliza o Programa Morar Bem Paraná – Regularização Fundiária e Titulação.

3.7.1 Programa Morar Bem Paraná - Regularização Fundiária e Titulação

O Estado do Paraná, por meio da COHAPAR, atuou em diversos programas habitacionais, buscando não somente a remoção de habitantes de assentamentos precários, como também para evitar que novos assentamentos precários se desenvolvam com a urbanização de áreas carentes de obras de infraestrutura. Para tanto os programas visam atingir as mais diversas necessidades de moradia nas diferentes comunidades existentes no Estado.

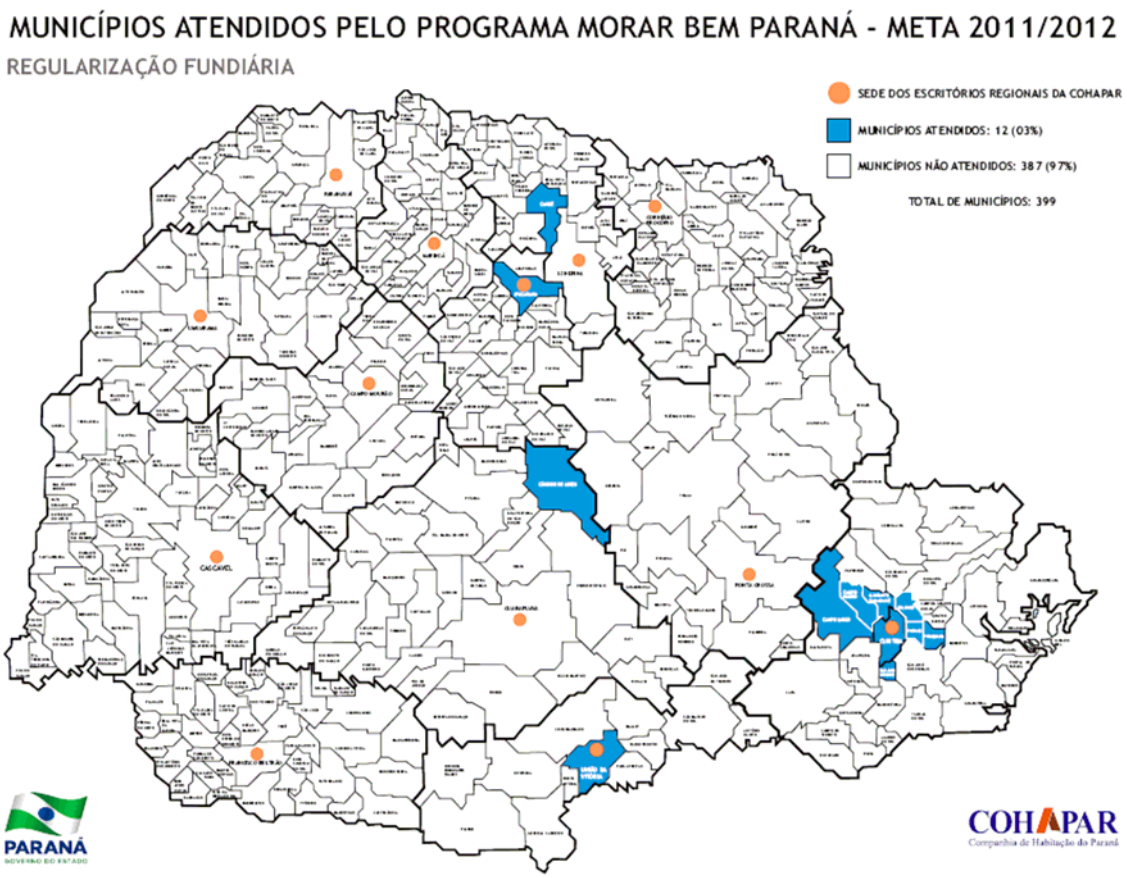
Na regularização fundiária, mais 4.531 famílias foram atendidas em 2012. Na titulação, 1.808 títulos de propriedade foram entregues, com previsão de mais 1.200 títulos a serem entregues até o fim do ano, totalizando mais de 3.000 títulos. O mapa 1, mostra os municípios atendidos pelo Programa – Meta 2011/2012.

MAPA 1



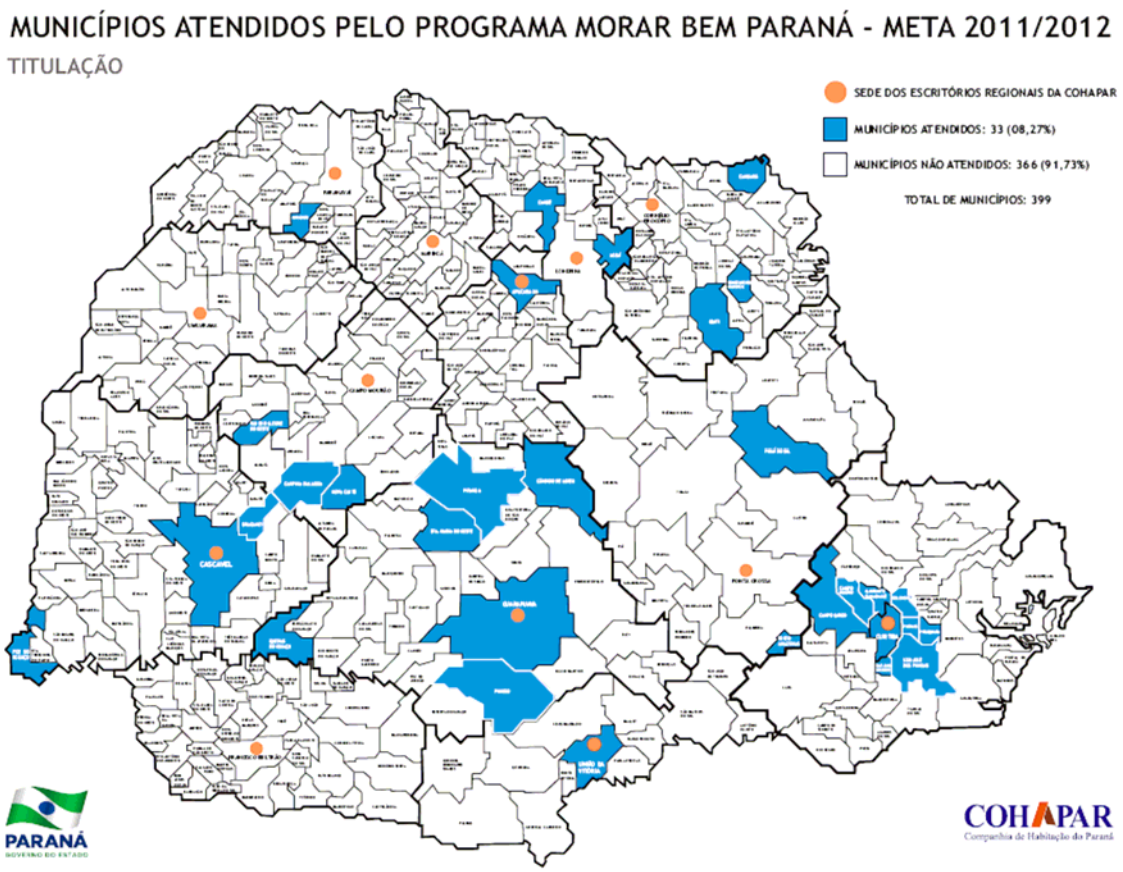
- Regularização fundiária por meio de obras de urbanização e reassentamento - regularizar as ocupações irregulares urbanas e recuperar as áreas de proteção ambiental degradadas promovendo o reassentamento são prioridades do Governo do Estado do Paraná. A Regularização Fundiária executada pela COHAPAR consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam a regularização de assentamentos irregulares de maneira a adequar os imóveis irregulares às normas urbanísticas, ambientais e imobiliárias da cidade. O objetivo do programa é atender a 16.000 famílias residentes em assentamentos precários até 2014. Em 2012, a COHAPAR atuou em parceria com a COHAB-CT, mediante convênio, atendendo 4.531 famílias e viabilizando junto a COPEL e a SANEPAR importantes obras para dar melhores condições de infraestrutura e urbanização. A COHAPAR licitou projetos com custos de mais de R$ 23,0 milhões para atender a mais de 10.000 famílias em 100 municípios que vivem em situação de vulnerabilidade social com projetos de regularização fundiária e retirada de famílias de áreas de risco e recuperação de favelas. O mapa 2 mostra os municípios atendidos pelo Programa – Meta 2011/2012 – Regularização Fundiária.

MAPA 2



- Titulação - o Governo tem como meta titular mais de 8.000 famílias que vivem sem documentação de propriedade, em cerca de 300 municípios do Paraná. Titulação é o conjunto de medidas jurídicas e sociais que visam garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, podendo ser precedida de processo de regularização fundiária. O mapa 3 traz os municípios atendidos pelo Programa – Meta 2011/2012 – Titulação.

MAPA 3



- Vila Zumbi e Vila Liberdade - Mutirão das Escrituras - dentro do programa de titulação a COHAPAR oferece especial atenção à regularização de empreendimentos próprios, decorrentes de equívocos e falta de fiscalização em administrações anteriores, e que geraram situações que impediam ou dificultavam a titulação dos imóveis financiados pela COHAPAR. Um dos projetos que atendem a esta demanda é o chamado Mutirão das Escrituras, baseado em empreendimento similar adotado com muito sucesso pela COHAB-MG, e tem três objetivos principais: titular os imóveis quitados pelos mutuários da COHAPAR, mas ainda não escriturados, regularizar os chamados contratos de gaveta e manter a destinação social dos empreendimentos executados pela COHAPAR. Para solucionar este problema a COHAPAR, utilizando-se da prerrogativa de poder outorgar contratos com força de escritura, passou a redigir Contratos Particulares com Força de Escritura Pública (eliminando os custos de escrituração) o que reduz significativamente o custo total de transmissão para o beneficiário. O projeto também busca regularizar os chamados "contratos de gaveta", mediante ações que esclareçam e estimulem a transferência formal junto à COHAPAR. A Companhia também passou a realizar mutirões visando atender aos mutuários que receberam o certificado de quitação e a liberação de hipoteca, bem como a aqueles que possuem direito a ela, mas ainda não a solicitaram e, além do mais, buscou efetuar diligências visando resguardar a finalidade social dos empreendimentos.

3.7.2 FNHIS - Parcerias com Municípios - Assessoramento e Capacitação Técnica dos Municípios para Atividades de Regularização Fundiária e Titulação

Além dos empreendimentos próprios a COHAPAR investiu forte na capacitação dos municípios paranaenses que possuem projetos de regularização fundiária e titulação, mediante a formação de técnicos das prefeituras, bem como no assessoramento das companhias de habitação municipais e das secretarias municipais de habitação e urbanismo.

Exemplo dessa parceria foi o Seminário Estadual de Regularização Fundiária Urbana realizado pela COHAPAR, em agosto, no qual mais de 250 municípios enviaram técnicos, visando a capacitação e aprimoramento de seus profissionais, que puderam aprimorar seus conhecimentos com especialistas do Ministério das Cidades, Ministério Público, Corregedoria de Justiça, COHAPAR, companhias municipais de habitação, entre vários outros órgãos.

3.8 Superintendência de Urbanismo (SUUR)

A SUUR elabora os planos estratégicos de ação nas áreas de intervenção para regularização, propõe à Diretoria Executiva uma política social de terra urbana e aplicação de instrumentos de acesso a ela, com vistas a orientar os municípios paranaenses quanto à provisão de terra urbanizada e bem localizada para fins de habitação de interesse social. Além disso, subsidia a Diretoria competente na captação de recursos visando o desenvolvimento das atividades de urbanização nos empreendimentos executados pela Companhia.

As ações da SUUR, em 2012, foram:

- Programa Família Paranaense - defesa, ajustes e aprovação da Carta Consulta para obtenção de financiamento do BID, junto ao COFIEX; formatação do Programa na qualidade de membro do Conselho Gestor; construção do Perfil do Projeto em missões de trabalho com consultores do BID, que, quando aprovado, permitirá a contratação dos projetos de Regularização Fundiária nas 10 cidades integrantes do Programa para o ano de 2012, atendendo com isto a cerca de 1.700 famílias.
- Programa Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas – Garantia Caução de Depósitos - reativação do programa; construção das normativas em conjunto com a Caixa Econômica Federal e definição de seu modus operandi; montagem e celebração de convênios com 51 municípios; organização do fluxograma dos projetos; gestão do fluxo de documentos e projetos junto à sede e Escritórios Regionais da COHAPAR, prefeituras e demais órgãos licenciadores; montagem de 14 processos e protocolização junto à Caixa; atendimento às diligências da Caixa; e formatação do processo de produção das casas.
- Programa Emendas Parlamentares - celebração de 16 convênios com municípios contemplados por emendas de deputados; gestão do fluxo de documentos e projetos junto à sede e Escritórios Regionais da COHAPAR, prefeituras e demais órgãos

licenciadores; montagem de 16 processos e protocolização junto à Caixa; atendimento às diligências da Caixa; e formatação do processo de produção das casas.

- Programa Beira Foz - construção de proposta para urbanização de 10 áreas de assentamentos precários ao longo das margens do Rio Paraná, em Foz do Iguaçu, totalizando 3.102 domicílios e investimento previsto de R$ 135,4 milhões, em conjunto com a prefeitura, Foz Habita e Itaipu Binacional; apresentação e defesa do projeto para o Ministro da Justiça e Ministra do Meio Ambiente, em Brasília; levantamento das áreas definidas no projeto em conjunto com a Foz Habita; reformatação do projeto conforme solicitação do Ministro da Justiça para reapresentação em Foz do Iguaçu; apresentação do projeto para o Prefeito eleito de Foz do Iguaçu.
- PAC 3 – montagem de proposta para urbanização de 17 áreas de assentamentos precários, com um total de 7.067 domicílios, nos municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Colombo, Paranaguá, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, para entrega ao Ministro das Cidades, para seleção de propostas do Ministério do Planejamento com vistas à obtenção de recursos; formação de seis equipes de trabalho com técnicos de todas as Diretorias da COHAPAR; levantamento das áreas e formulação de propostas de urbanização e reassentamento de famílias nas 17 áreas dos seis municípios; e editoração, entrega e acompanhamento da proposta junto ao Ministério das Cidades e Ministério do Planejamento.
- Programa Integrado de Recuperação de Bacias - Bacia do Rio Iguaçu - produção de material técnico para solicitação de recursos para urbanização de assentamentos precários situados em zona de risco às margens de rios integrantes da bacia do Rio Iguaçu, por solicitação do Ministério da Integração Nacional; levantamento, em conjunto com a Defesa Civil do Estado do Paraná e Águas Paraná, das áreas impactadas por cheias nos municípios definidos pelo Ministério da Integração Nacional (Curitiba, Almirante Tamandaré, Pinhais, Capitão Leônidas Marques, e Francisco Beltrão); quantificação, compatibilização com os projetos de drenagem e orçamento da proposta de investimentos para 1.619 domicílios, totalizando R$ 102,9 milhões; defesa do projeto junto ao Ministério do Planejamento e Ministério da Integração Nacional, com vistas à seleção do PAC Drenagem.
- Caução/FUNASA – reunião COHAPAR, FUNASA e CEF para definição de programa conjunto de edificação de unidades sanitárias e melhorias habitacionais por meio do programa Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas – Garantia Caução de Depósitos; formatação de proposta de trabalho; programação de projeto piloto no município de Piraí do Sul; levantamento de todas as 171 habitações e perfil socioeconômico das famílias dos beneficiários de unidades sanitárias localizadas no município de Piraí do Sul.

- Licitação de Projetos de Regularização Fundiária - produção do Termo de Referência e Edital de Licitação para a contratação de empresa especializada em projetos de Regularização Fundiária para 57 áreas de assentamentos precários em 27 municípios do Estado do Paraná; aprovação junto à Diretoria e publicação do edital; republicação do edital e participação na Comissão de Licitação; avaliação e pontuação das propostas das empresas participantes do certame; dos sete lotes licitados, um encontra-se praticamente finalizado (lote 7).
- Recurso PETROBRAS – Antonina - montagem de projeto para pleitear recursos da ordem de R$ 30,0 milhões de um fundo de compensação de danos ambientais, originários da PETROBRAS, junto ao Ministério Público Federal em conjunto com o Ministério Público do Estado do Paraná, para atendimento a 250 famílias atingidas pelos deslizamentos provocados pelas chuvas de janeiro de 2011 - ação civil pública n.º 2002.70.08.000260-1; montagem de projeto preliminar; participação em discussões para alocação dos recursos nas diversas áreas solicitantes; prospecção, levantamentos e elaboração de anteprojetos para as possíveis áreas de reassentamento; gestão para viabilização do projeto junto à Prefeitura de Antonina, IAP, SPU e outros.
- COPEL - Projeto de Eficientização Energética - levantamento dos empreendimentos da COHAPAR passíveis de participar do Programa, que fornece ou troca geladeiras, de baixo consumo de energia, para famílias de baixa renda beneficiárias do programa Morar Bem Paraná; elaboração de listagem das famílias selecionadas para os empreendimentos eleitos que deverão trocar suas geladeiras; encaminhamento e gestões junto à COPEL e ANEEL para aprovação dos empreendimentos selecionados e liberação das respectivas geladeiras.

3.9 Superintendência Jurídica (SUJU)

A SUJU zela pelo cumprimento da legislação e pela salvaguarda dos interesses da COHAPAR, em juízo ou fora dele, procede à análise de documentos e profere pareceres, elabora minutas, convênios, contratos, ajustes e outros instrumentos em que a COHAPAR seja parte, promove a defesa da Companhia perante órgãos públicos e demais entidades, oferece respostas a consultas verbais, comparece a reuniões e participa de comissões em que se faça necessário acompanhamento técnico-jurídico.

Em 2012, elaborou: 1.262 pareceres; 242 minutas de contrato/convênio; 452 análises e vistos em contratos/convênios; 1.645 vistos em contratos/convênios e aprovação de pareceres; 21 declarações de advogado em processos licitatórios; 26.480 despachos administrativos; 13.320 procedimentos diversos; 4.069 consultas/análises; 6.533 pesquisas; 575 respostas a ofícios; 2.699 petições/recursos; 1.517 reuniões internas/externas; 13.320 procedimentos adversos; 85 procurações; 210 certidões; 981 respostas a ofícios; 1.357 expedições de memorandos e ofícios; e 32.407 lançamentos administrativos.

3.10 Gabinete da Presidência (GABI)

Cabe ao GABI assegurar o apoio administrativo para a liberação do titular da Presidência de atividades burocráticas ou sociais que possam afastá-lo de assuntos e problemas prioritários e mais significativos para a missão e eficácia de sua unidade organizacional. Ainda pode providenciar assinaturas de convênios, termos e instrumentos congêneres junto a entidades e prefeituras convenentes.

Em 2012, a área atuou obtendo: 2.499 processos protocolados pelo Sistema Integrado de Documentos; 107 atas de reuniões do Conselho Diretor; 18 atas de reuniões do Conselho de Administração; 04 atas de Assembleia Geral de Acionistas; 290 atos administrativos; e 915 convênios, termos e instrumentos congêneres.

3.11 Departamento de Parcerias (DEPA)

O DEPA coordena e implementa os processos de parcerias para solucionar o déficit habitacional como um todo, com o propósito de aumentar o rol de parceiros com o objetivo comum ao da Companhia.

Em 2012, realizou as seguintes parcerias:

- Assinado, no dia 23/07/2012, Acordo de Cooperação e Parceria (ACP) entre a União, por meio do Ministério das Cidades, o Governo do Estado do Paraná, a COHAPAR, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, tendo como finalidade a articulação dos partícipes de modo a assegurar o aporte de recursos financeiros do Estado do Paraná, por intermédio da COHAPAR, a título de subsídio adicional para complementação dos investimentos em obras e serviços ou contrapartida dos beneficiários no âmbito das operações do Programa Minha Casa, Minha Vida contratadas em municípios paranaenses.
- Assinado, no dia 25/09/2012, Termo de Cooperação e Parceria entre a Caixa Econômica Federal e a COHAPAR, visando o aporte de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, nas modalidades do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e dos Programas de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no Estado do Paraná, para o desenvolvimento de empreendimentos habitacionais de interesse social que viabilizem o acesso à moradia, num total de 44.000 unidades habitacionais no período de 2012 a 2014.
- Assinado, no dia 26/09/2012, Termo de Cooperação e Parceria entre o Banco do Brasil e a COHAPAR, visando o aporte de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, compreendendo os Sub Programas do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), com recursos do Orçamento Geral da União e do

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), operados pelo BB, para o desenvolvimento de empreendimentos habitacionais de interesse social no Estado do Paraná, que viabilizem o acesso à moradia, num total de 26.000 unidades habitacionais no período de 2012 a 2014.

- Assinados convênios com construtoras, ou em processo de assinaturas até o final de 2012, com anuência dos municípios, para produção de 17.581 unidades habitacionais em terrenos de propriedade própria ou de terceiros, totalizando 58 convênios, nas modalidades de FAR, FDS e FGTS.

04

Companhia de Saneamento do Paraná

4 Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)

A atuação da SANEPAR em 2012 demonstra o firme propósito da sua direção na manutenção do crescimento sustentado, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná.

A SANEPAR obteve uma receita operacional de R$ 1,7 bilhão e um resultado líquido de R$ 300,0 milhões para remunerar os acionistas e aplicar em novos investimentos (até setembro).

Os esforços operacionais seguem ampliando a abrangência dos serviços de saneamento básico, fator essencial para garantir saúde e qualidade de vida à população. Mantendo toda a população urbana atendida com água tratada, vem cumprindo da mesma forma as metas de expansão dos serviços de esgoto.

A responsabilidade social é visível na ampliação dos serviços de saneamento básico e nos esforços para garantir a qualidade da água distribuída à população, além da preocupação com a preservação do meio ambiente. A Companhia mantém uma série de programas com o objetivo não só de eliminar o passivo ambiental mas, acima de tudo, adequar seus processos a práticas sociais justas e ambientalmente adequadas.

4.1 Mercado e Investimentos

Com investimentos de R$ 339,6 milhões nos primeiros nove meses de 2012, a SANEPAR mantém uma política transparente, voltada para a universalização dos serviços de saneamento básico. São investimentos decisivos para permitir a continuidade de uma de suas principais metas, que é a redução do déficit de saneamento do Estado do Paraná.

Em relação à água tratada, a SANEPAR atende 100% da população urbana nos municípios nos quais atua, ou seja, em torno de 9,5 milhões de pessoas consomem a água produzida e distribuída pela Companhia.

Para manter esse índice com qualidade na prestação dos serviços, os investimentos chegaram a R$ 150,1 milhões nos sistemas de abastecimento de água (até setembro). Houve o incremento de 65.724 novas ligações e o volume de água faturado cresceu 4,75% no período. Os sistemas de água representam um patrimônio físico, técnico e tecnológico equivalente a mais de R$ 3,1 bilhões, são 171 estações de tratamento, 239 captações superficiais, 958 captações subterrâneas, 43.990.975 metros de redes de água e 2.698.195 ligações totais.

Em relação ao esgotamento sanitário, a prestação desse serviço vem apresentando uma evolução constante, considerada prioridade pela Companhia. Ao todo, seis milhões de pessoas têm acesso à rede de coleta de esgotos, ou seja, 61,3% da população urbana atendida pela SANEPAR conta com serviços de esgotamento sanitário. Houve o incremento de 70.590 novas ligações e o volume de esgoto faturado cresceu 6,91% nesse período. Os sistemas de esgoto sanitário representam um

patrimônio físico, técnico e tecnológico equivalente a mais de R$ 3,0 bilhões, são 227 estações de tratamento, 26.010.358 metros de redes coletoras de esgoto e 1.529.602 ligações prediais.

A Companhia trata 100% do esgoto coletado, destaque entre os melhores índices nacionais. Foram investidos, até setembro, R$ 171,5 milhões nos sistemas de coleta e tratamento de esgoto.

4.2 Concessões

A SANEPAR presta serviços de tratamento e distribuição de água tratada em 345 sedes municipais e em 289 distritos ou localidades de menor porte no Estado do Paraná e um em Santa Catarina.

Em relação à coleta e ao tratamento de esgoto, a Companhia atende a 168 sedes municipais e 06 distritos.

As concessões para a prestação dos serviços estão sendo renovadas à medida que vencem os contratos entre a SANEPAR e os municípios, de acordo com a Lei 11.445/2007 (Lei Nacional do Saneamento).

4.3 Fontes de Financiamento

Para garantir os recursos necessários à manutenção do plano de investimentos, a SANEPAR recorre a várias fontes de financiamento, além dos recursos próprios que representaram R$ 163,7 milhões.

No ano, foram investidos com recursos do FGTS (CEF) e do FAT (BNDES) um total de R$ 261,7 milhões. Os investimentos da SANEPAR de 2003 a 2011 totalizaram R$ 2,7 bilhões em obras, sendo R$ 1,2 bilhão de água e R$ 1,5 bilhão de esgoto, proporcionando a geração de emprego e renda para 355 mil pessoas.

Para o período de 2013 a 2014, a Empresa pretende investir mais R$ 1,3 bilhão que irão gerar emprego e renda para mais de 192 mil pessoas.

4.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Para dar continuidade ao programa de investimentos a SANEPAR obteve junto ao Governo Federal novos recursos do PAC, quais sejam:

- PAC fase 1 - 111 empreendimentos no valor total de R$ 1,0 bilhão, assim distribuídos: 53 empreendimentos com recursos do FAT/BNDES, 17 concluídos (R$ 363,7 milhões), 98 empreendimentos com recursos do FGTS/CEF, 13 concluídos (R$ 654,6 milhões), 02 empreendimentos com recursos do OGU (R$ 13,2 milhões).

- PAC fase 2 (cidades com população menor que 150.00 habitantes) - serão investidos mais de R$ 121,0 milhões, recursos assegurados via BNDES e em fase de elaboração dos projetos e execução das obras.
- BNDES 2012 – 14 empreendimentos no valor de R$ 86,0 milhões.
- CAIXA 2012 – 22 empreendimentos no valor de R$ 46,0 milhões.

4.5 Outras Fontes de Recursos

Mediante a emissão de Debêntures pelo BNDES, foram garantidos recursos na ordem de R$ 464,8 milhões, compreendendo 166 empreendimentos.

4.6 Resultados Financeiros

A Receita Operacional Bruta da SANEPAR, de janeiro a setembro, foi de R$ 1,7 bilhão. Os custos dos produtos e serviços, totalizaram R$ 585,7 milhões. Com isso, o EBITDA do período foi de R$ 718,0 milhões.

Os ativos totais somaram R$ 6,0 bilhões, enquanto as dívidas somaram R$ 3,4 bilhões, o que representa um endividamento de 58,0% sobre os ativos.

O Patrimônio Líquido da SANEPAR, no final de setembro, era de R$ 2,5 bilhões.

4.7 Meio Ambiente

Na SANEPAR todas as ações devem obedecer a uma visão sistêmica para a construção de uma gestão integrada. Por meio dela, a operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário está perfeitamente integrada e interligada com a responsabilidade ambiental, ou seja, do mesmo modo que pesquisa soluções técnicas para racionalizar o uso dos recursos hídricos, a Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais decorrentes das ações de saneamento.

4.8 Tarifa Social

Lançada em 2004, essa forma de tarifa reduzida é destinada a famílias de baixa renda, beneficiando 167.240 famílias que pagam R$ 5,80 mensais para água e R$ 2,90 por mês para esgoto.

A SANEPAR beneficia 642 instituições com a tarifa de água filantrópica e 4.934 empresas têm a tarifa diferenciada para micro e pequenos comércios.

05

Companhia Paranaense de Energia

5 Companhia Paranaense de Energia (COPEL)

A COPEL, criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade e sua visão é ser simplesmente a melhor da década.

5.1 Destaques de 2012

Merece destaque o programa de investimentos, da ordem de R$ 1,6 bilhão, e o alinhamento dos principais objetivos da atual gestão: simplificar e tornar mais ágil o atendimento à população, investir em tecnologia para melhorar os serviços prestados ao público, reduzir custos e buscar novos investimentos em geração e transmissão de energia elétrica.

O Planejamento Estratégico Integrado da COPEL foi revisado em 2012 observando os novos cenários nacionais e internacionais em especial em relação à Medida Provisória n.º 579 de 11/09/2012 que dispõe sobre concessão de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, sobre redução de encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Esta revisão contou com a participação de profissionais de todas as Diretorias da empresa.

Este planejamento visa levar à conquista de sua Visão de ser "Simplesmente a Melhor da Década" nos negócios que compõem seu core business: Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.

5.2 Modelo de Excelência da Gestão

A Diretoria da Companhia adotou o Modelo de Excelência da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que tem o objetivo de promover a melhoria da gestão empresarial, tendo como referência os fundamentos de excelência, reconhecidos internacionalmente e que são encontrados em organizações líderes de Classe Mundial.

No ano de 2012 todas as Diretorias elaboraram sua auto avaliação de Gestão possibilitando identificar oportunidades por meio de um plano de melhoria, concluído em novembro e, desta forma, buscar melhoria em sua gestão.

5.3 Acompanhamento dos Projetos Corporativos

A Companhia estruturou seu Escritório de Projetos Corporativos, o que possibilitou o acompanhamento físico financeiro dos projetos executados exclusivamente pela COPEL, além dos executados em parceria com outras empresas em todos os seus negócios.

5.4 Geração de Energia Elétrica

5.4.1 Operação e manutenção de usinas

No âmbito de operação e manutenção do parque gerador, encontram-se em andamento obras e projetos para garantir maior confiabilidade ao sistema elétrico como um todo. Entre eles, destaca-se:

- Desenvolvimento do projeto de modernização da Usina Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto, incluindo a instalação das unidades geradoras adicionais 5 e 6 e a modernização dos equipamentos de elevação e transporte (pontes e pórticos rolantes).
- Comissionamento em fábrica e em campo dos equipamentos eletromecânicos da Usina Hidrelétrica Cavernoso II.
- Desenvolvimento do projeto do novo Centro de Operação da Geração e Transmissão.
- Iniciada a modernização da Usina Hidrelétrica Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, incluindo a automação, de forma a melhorar a confiabilidade da operação remota.
- Coordenação técnica e comissionamento da Usina Hidrelétrica Mauá.
- Substituição do sistema de proteção digital da Usina Hidrelétrica São Jorge.
- Reforma do gerador n.º 4 da Usina Hidrelétrica Chaminé.
- Revitalização dos transformadores elevadores, assim como instalação de proteção contra desmoronamento no paredão de rocha ao redor da casa de força e modernização do sistema de drenagem e esgotamento da Usina Hidrelétrica Gov. Ney Braga.

5.4.2 Expansão da geração de energia

Em novembro, a Usina Hidrelétrica Mauá colocou em operação comercial a primeira de suas cinco unidades geradoras. As obras civis foram concluídas e os testes nos equipamentos continuarão sendo feitos até o início de 2013, quando a usina deverá operar com força total. A construção do empreendimento começou em 2008, localizada no Rio Tibagi e é constituído por uma casa de força principal de 350 MW (com três unidades geradoras de energia) e outra complementar de 11 MW (com duas unidades geradoras), totalizando 361 MW de potência instalada. O projeto absorveu investimentos da ordem de R$ 1,4 bilhão. A concessão da Usina Mauá pertence ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, formado por COPEL Geração e Transmissão S.A. (51%) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (49%).

Outro empreendimento que chegou ao final de 2012 com as estruturas concluídas foi a Pequena Central Hidrelétrica Cavernoso II, localizada no Rio Cavernoso, entre os municípios de Virmond e Candói. As unidades geradoras encontram-se em testes, com previsão de entrar em operação comercial no início de 2013. O projeto tem investimento total aproximado de R$ 120,0 milhões. A PCH Cavernoso II, com potência instalada de 19 MW, teve sua energia comercializada pela COPEL no Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em agosto de 2010.

A Usina Hidrelétrica Colíder, localizada no Rio Teles Pires, nos municípios de Nova Canaã do Norte, Itaúba, Colíder e Cláudia, no Mato Grosso, teve as obras iniciadas em 2011, que seguem dentro do cronograma e devem absorver R$ 1,6 bilhão em investimentos. O empreendimento terá 300 MW de capacidade instalada e com previsão de entrar em operação comercial até dezembro de 2014. Cerca de 35% das obras estão concluídas.

5.4.3 Aproveitamentos Hidrelétricos Inventariados no Rio Piquiri

A COPEL obteve registro ativo perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a elaboração de estudos de viabilidade de quatro usinas hidrelétricas localizadas no Rio Piquiri, que totalizam 459,3 MW de capacidade instalada. Em janeiro, a Companhia entregou esses estudos à ANEEL e aguarda o seu aceite.

Também foi obtido registro ativo junto à ANEEL para a elaboração de estudos de viabilidade de três usinas hidrelétricas localizadas no Rio Tibagi, totalizando 320,0 MW de capacidade instalada.

5.4.4 Complexo Hidrelétrico do Tapajós

A COPEL assinou um Acordo de Cooperação Técnica com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na região Norte do Brasil, compreendendo a avaliação ambiental da Bacia do Rio Tapajós e estudos de viabilidade do Complexo do Rio Tapajós, composto por cinco usinas que somam 10.682 MW de capacidade instalada. As usinas que atualmente estão em estudo são Jatobá, com 2.338 MW, e São Luiz do Tapajós, a maior delas, com 6.133 MW, ambas no Rio Tapajós. No rio Jamanxim, serão estudadas futuramente as usinas de Cachoeira do Caí (802 MW), Cachoeira dos Patos (528 MW) e Jamanxim (881 MW). A expectativa inicial é de que o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA-RIMA) da UHE São Luiz do Tapajós seja concluído até o final do primeiro semestre de 2013, seguido pelo de Jatobá.

5.4.5 Participação em Leilões de Energia Nova

Encontram-se em desenvolvimento estudos de viabilidade técnica, socioambiental, institucional e econômica para subsidiar decisões sobre a participação nas disputas de concessões para implantação e exploração das usinas hidrelétricas que serão licitadas no próximo leilão de novos empreendimentos de geração promovido pela ANEEL.

5.4.6 Outras Fontes de Energia Renovável

Aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável, é uma das importantes diretrizes estratégicas estabelecidas para o negócio de geração da COPEL. Neste sentido, a Companhia vem pesquisando e prospectando novos negócios relativos a estas fontes de energia.

Principais projetos e ações:

- Estruturação de carteira própria de projetos eólicos.
- Projetos solares fotovoltaicos.
- Biomassa.
- Microalgas.
- Resíduos Sólidos Urbanos.

Em 2011, a COPEL adquiriu 49,9% nos parques eólicos: Farol (20 MW), Olho d'água (30 MW), São Bento do Norte (30 MW) e Boa Vista (14 MW), que encontram-se em fase de construção, com previsão de conclusão e entrada em operação no exercício de 2013.

Também adquiriu 49,9% de participação na SPE Cotia que congrega cinco projetos de parques eólicos, com aproximadamente 120 MW de potência, inscritos nos leilões regulados para comercializar a futura energia que será produzida.

5.5 Transmissão de Energia Elétrica

Foram conectadas ao sistema elétrico da COPEL sete novas subestações, nas tensões de 34,5 kV até 138 kV, nos municípios de Curitiba, Londrina, Maringá, Ibaiti, Paulo Frontin, São José dos Pinhais e União da Vitória. Além dessas, foram ampliadas outras subestações em Colorado, Maringá, Céu Azul e Curitiba. Houve ainda um acréscimo de 76,64 km de novas linhas de transmissão à rede.

As obras concluídas em 2012 acrescentaram 315,03 MVA de potência ao sistema e absorveram cerca de R$ 180,0 milhões em investimentos.

5.5.1 Novos empreendimentos

A COPEL está ampliando significativamente a sua participação no segmento de transmissão por meio de investimentos próprios e parcerias em Sociedades de Propósito Específico

(SPEs). Em conjunto, os empreendimentos equivalem a um total de 3.529 km de linhas de transmissão e 10 subestações e irão proporcionar uma Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 342,6 milhões (valores históricos), conforme descrito a seguir.

Em 2012, a COPEL obteve licença ambiental prévia para a linha de transmissão Araraquara II - Taubaté (500 kV) e licença ambiental de instalação para a subestação Cerquilho III (230 - 138 kV), ambas emitidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESTB).

Assinado em agosto, em Brasília, o contrato de concessão n.º 022/2012 para a construção de duas linhas de transmissão no Paraná, na tensão 230 mil volts: uma de 88 km que ligará as subestações de Londrina e Figueira, no norte do Estado; e outra que vai de Foz do Chopim a Salto Osório, no sudoeste, com 10 km. A concessão foi arrematada no leilão n.º 005/2012, da ANEEL, em junho, quando a COPEL venceu por R$ 4,2 milhões – 0% de deságio em relação à RAP. O investimento previsto pela ANEEL para as obras é de R$ 37,0 milhões.

Assinados os contratos de concessão de empreendimentos de transmissão conquistados em leilões de 2011 e 2012 por meio de parcerias com outras empresas citadas a seguir.

No Paraná, a Costa Oeste Transmissora S.A., empresa resultante de uma parceria entre a COPEL (51%) e a Eletrosul (49%), é responsável pela linha de transmissão Cascavel Oeste - Umuarama (230 kV), com 143 km de extensão, e pela subestação Umuarama (230/138 - 13,8 kV), com 300 MVA. Com previsão de entrada em operação em janeiro de 2014, estes empreendimentos proporcionarão RAP de R$ 8,9 milhões. A Marumbi Transmissora de Energia S.A, resultado de uma parceria entre a COPEL (80%) e a Eletrosul (20%), construirá a linha de transmissão Curitiba - Curitiba Leste (500 kV) e a subestação Curitiba Leste, com RAP de R$ 13,0 milhões. A Caiuá Transmissora de Energia S.A, resultado de uma parceria entre a COPEL (49%) e a Elecnor (51%) construirá as linhas Umuarama - Guaíra (230 kV) e Cascavel Oeste - Cascavel Norte C2 (230 kV), bem como as subestações Cascavel Norte e Santa Quitéria, em Curitiba, sendo que a RAP para estas obras é de R$ 17,7 milhões.

Fora do Estado, a Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A, empresa formada por uma parceria entre a COPEL (20%) e a Eletrosul (80%), é responsável pela construção de 798 km de linhas de transmissão nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de duas subestações, sendo que estes empreendimentos irão gerar uma RAP de R$ 49,4 milhões.

A Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A, empresa formada por uma parceria entre a COPEL (49%) e a Elecnor (51%), é responsável pela construção de 365 km de linhas de transmissão no Estado do Maranhão, com RAP de R$ 26,6 milhões.

Além disso, a COPEL (49%) e a State Grid Brazil Holding (51%) formaram a Matrinchã Transmissora de Energia S.A. e a Guaraciaba Transmissora de Energia S.A., empresas responsáveis, respectivamente, pelos Lotes A e B do Leilão de Transmissão n.º 02/2012, realizado pela ANEEL em março. Os lotes totalizam 1.605 km de linhas de transmissão e quatro subestações nos estados do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. A RAP total é de R$ 199,5 milhões, sendo R$ 126,4 milhões referentes ao Lote A e R$ 73,1 milhões ao Lote B.

Ainda em 2012, a COPEL deve participar do leilão de transmissão da ANEEL, onde serão disputadas novas oportunidades de grandes empreendimentos em Subestações e Linhas de Transmissão.

5.5.2 Operação e manutenção da Rede Básica

Quanto às atividades de operação e manutenção das instalações da COPEL na Rede Básica (acima de 230 kV), deu-se continuidade ao rigoroso e contínuo trabalho de melhorias, visando garantir os índices de disponibilidade dos 2.023 km de linhas de transmissão e 31 subestações.

Nesse contexto, destaca-se:

- Modernização do sistema de proteção, supervisão e controle das subestações Londrina, Ponta Grossa Norte, Ibiporã, Campo Mourão, Governador Parigot de Souza e Guaíra, todas em 230 kV, e Londrina Eletrosul, em 500 kV.
- Comissionamento e energização de novas instalações, em atendimento ao programa de expansão dos sistemas de transmissão e subtransmissão: a) Linha de transmissão Cascavel - Foz do Iguaçu Norte (230 kV); b) Conexões das subestações Distrito Industrial de São José dos Pinhais, Jaguariaíva, Figueira, Campo Mourão, Londrina, Maringá e Guaíra; c) Bancos de capacitores 69 kV das subestações Uberaba, Pilarzinho e Santa Mônica; d) Ampliação da barra 138kV da Subestação Areia.
- Aquisição de um transformador de potência 230/69 kV para a reserva operacional, objetivando o aumento da confiabilidade e disponibilidade das instalações de transmissão na região de Curitiba.
- Instalação de localizadores de faltas em linhas de transmissão com tecnologia de "ondas viajantes" nas subestações Campo Comprido, Gralha Azul, Bateias e Umbará. Esta tecnologia proporciona maior precisão na localização de defeitos e agilidade no restabelecimento de ocorrências em linhas de transmissão.
- Desenvolvimento de projeto para aplicação de transformadores de corrente ópticos nas subestações de transmissão - nova tecnologia em equipamentos de transformação para sistemas de proteção e medição.
- Desenvolvimento de procedimento de inspeção em isoladores de linhas de transmissão com registro de imagens, com objetivo de proporcionar diagnóstico mais apurado das condições de isoladores poliméricos em linhas de transmissão.

5.6 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica

A COPEL realiza o fomento e a gestão de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Inovação Tecnológica dos negócios geração, transmissão e distribuição de energia, aplicando, em especial, os investimentos obrigatórios definidos pela Lei n.º 9.991/2000 para as empresas concessionárias de energia.

Encontram-se em execução 28 projetos de P&D, sendo cinco projetos estratégicos, nos quais a COPEL participa de forma cooperada com outras empresas e cujos temas são estabelecidos pela ANEEL.

Como resultado de projetos de pesquisa e desenvolvimento, foram protocolizados três pedidos de patentes de produtos, totalizando sete pedidos já solicitados junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) desde início do Programa de P&D da Companhia.

5.7 Distribuição de Energia Elétrica

No âmbito de distribuição de energia, a Companhia apresenta, em relação aos anos anteriores, crescimento no número de consumidores de todas as classes.

O incremento de ligações previsto para 2012 é de 123,1 mil consumidores, sendo 100,6 mil residenciais, 5,6 mil industriais, 8,6 mil comerciais, 6,8 mil rurais e 1,4 mil das demais classes de consumo.

Desta forma, estima-se que ao término do ano serão faturados 4.040,0 mil consumidores, número 3,1% superior ao verificado em 2011.

5.7.1 Mercado de energia elétrica

A tabela a seguir apresenta o mercado realizado em 2011, o estimado para 2012 e as respectivas taxas de crescimento:

CLASSE	CONSUMO POR CLASSE - GWh			NÚMERO DE CONSUMIDORES (x mil)		
	2012(1)	2011	Variação (%)	2012(1)	2011	Variação (%)
Residencial	6.509	6.224	4,6	3.190,3	3.089,6	3,3
Industrial	7.544	7.467	1,0	86,4	80,8	7,0
Comercial	5.027	4.769	5,4	328,3	319,7	2,7
Rural	2.013	1.872	7,6	381,6	374,8	1,8
Outros	2.201	2.123	3,7	53,5	52,1	2,7
TOTAL	23.294	22.454	3,7	4.040,1	3.916,9	3,1

(1) Estimativa.

Visando o aperfeiçoamento contínuo dos padrões de atendimento e produtividade, foram implementadas diversas ações e projetos para maior aproximação da Companhia com os clientes, por meio de estruturação de canais de atendimento e melhoria da performance do sistema de distribuição de energia.

Entre tais ações destaca-se:

- Disponibilização de 410 postos e agências de atendimento personalizado, sendo 409 pontos de atendimento ao público no Paraná e em Porto União em Santa Catarina. Entre janeiro e outubro, foram realizados quase 2,5 milhões de atendimentos presenciais.
- Realização de 40 eventos em pequenas localidades e bairros dos grandes centros, por meio das 15 unidades volantes, chamadas Postos de Atendimento Móvel (PAM), com aproximadamente 11.166 visitantes. Nestes eventos o cliente teve acesso a serviços

comerciais, orientação sobre o uso seguro e eficiente da energia, direitos, deveres e programas sociais da COPEL.

- Realização de 1.082 eventos externos à empresa, tais como, visitas a escolas, empresas, entidades de classes e associações, nos quais foram contatadas cerca de 78.950 pessoas.
- Participação em 32 feiras e exposições, com cerca de 176.791 pessoas contatadas.
- Ampliação do sistema de leitura e impressão simultânea da fatura de energia, de 80% para 85% do número de consumidores urbanos atendidos em baixa tensão, que proporciona a economia de aproximadamente 160 toneladas de papel por ano, devido ao tamanho menor da fatura e por dispensar o uso de envelope.
- Inclusão de novas funcionalidades no site da COPEL - Serviços *Online* – facilitando o acesso pelos clientes, com destaque para o registro de faltas de energia, ocorrendo aproximadamente 500 mil transações mensais.
- Disponibilização ao público externo do projeto SMS (Short Message Service), pelo qual os consumidores podem comunicar a falta de energia por meio de uma mensagem de texto de seu celular para o número 28593, na qual basta informar a sigla SL (sem luz) acompanhada do número de identificação do cliente. Entre janeiro e outubro esse canal foi utilizado 139.333 vezes.
- Disponibilização do Mobile, canal de atendimento desenvolvido para smartphones e tablets, no qual é possível aos clientes informar sobre faltas de energia, consultar débitos e copiar o código de barras para pagamento da fatura, consultar desligamentos programados, consultar os locais onde estão situadas as agências e postos de atendimento da COPEL, atualizar telefone e e-mail, escolher uma data fixa de vencimento da fatura de energia e solicitar religações.
- Investimentos previstos de aproximadamente R$ 1,0 bilhão para as obras de expansão, melhoria, renovação, automação e desenvolvimento de redes de distribuição, sendo R$ 240,0 milhões para a construção de subestações e linhas de transmissão de alta tensão, R$ 640,0 milhões para as redes de distribuição de média e baixa tensão, além de R$ 120,0 milhões em obras para ampliação e reforço do sistema relacionados com o atendimento e fornecimento de energia para o evento da Copa do Mundo.
- Realização de estudos e execução de projetos nas áreas de novas tecnologias de redes de distribuição, ferramentas computacionais de apoio aos processos, automação, proteção e controle do sistema elétrico, desenvolvimento de materiais, equipamentos e dispositivos que preparam o sistema da COPEL para as aplicações futuras de uma rede inteligente (Smart Grid). Este conjunto de ações constitui o Programa de Smart Grid da COPEL, que visa planejar e desenvolver tecnologias para implantação – a curto, médio e longo prazo – no âmbito da distribuição de energia elétrica, visando atender às exigências do consumidor e do órgão regulador, proporcionando a melhoria na

qualidade da energia fornecida aos consumidores, a redução de custos operacionais, o aumento da segurança das atividades desenvolvidas e a otimização dos recursos e processos. Em 2012, foram priorizadas a aplicação de iniciativas na cidade de Curitiba, integrando o programa de obras para a Copa do Mundo e os estudos e projetos no Piloto da Cidade do Futuro na Fazenda Rio Grande, tendo atingido 30% dos pontos necessários para a automação da rede de média tensão de Curitiba.

5.8 Telecomunicações

Aceleração na expansão da rede de fibras ópticas (anel principal) - a COPEL chegou com sua fibra óptica em todos os 399 municípios paranaenses.

Principais dados técnicos da COPEL Telecomunicações em 2012:

- Cabos ópticos instalados no anel principal (backbone): 1.536 km (acumulado: 9.045 km).
- Cabos ópticos auto sustentados instalados: 5.956 km (acumulado: 20.262 km).
- Número de novas cidades atendidas: 399 no Paraná e 02 em Santa Catarina.
- Número de novos clientes: 1.316 (acumulado: 2.760).
- Número de escolas estaduais ligadas até 2012: 2.175.
- Número de atendimentos definitivos ao Governo: 424 (acumulado: 4.312, sendo 2.175 do Paraná Digital e 2.137 da RedeGov).
- Índice de disponibilidade média dos serviços: 99,98%.
- Novos projetos: a) início da comercialização do produto BEL Fibra-Internet para clientes corporativos em Banda Extra Larga junto com telefonia da Sercomtel em bairros de Curitiba e no município de Irati; b) fornecimento de acesso sem fio à internet (serviço wireless) durante a temporada no litoral do Estado e durante o ano em feiras e exposições no interior do Estado.

5.9 Regularização Fundiária

Concluída a regularização do título da terra em nome de 88 famílias do Reassentamento Refopas, no município de Cascavel.

Essas famílias foram relocadas para viabilizar o empreendimento da Usina Hidrelétrica Governador José Richa e os títulos serão entregues aos respectivos ocupantes.

Encontra-se em fase de conclusão a regularização de mais três reassentamentos em Cascavel, também decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Richa: a) Flamapec - serão repassados os títulos definitivos da terra para 238 famílias; b) Barater - serão repassados os títulos definitivos da terra para 27 famílias; c) Centenário - serão repassados os títulos definitivos da terra para 44 famílias.

5.10 Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais

- Programa Luz Fraterna - aproximadamente 142 mil famílias carentes com consumo de energia até 100 kWh/mês foram beneficiadas com o pagamento mensal da conta pelo Governo do Estado, envolvendo recursos na ordem de R$ 19,2 milhões (até outubro).
- Universalização Rural e o Programa Luz para Todos - iniciado em 2004, beneficiou mais de 380 mil pessoas no Paraná, por meio da ligação de 76.500 domicílios rurais, superando em mais de 110% a meta inicialmente estabelecida. As famílias, além de contarem com a construção gratuita das redes, foram beneficiadas com o postinho de luz e a instalação elétrica no interior da residência. O Programa entra agora em sua fase final com a ligação de mais 4.000 domicílios paranaenses nos anos de 2012 e 2013. Paralelamente a COPEL Distribuição se declarou universalizada, passando a atender a todos os demais pedidos de ligações de acordo com os prazos e condições estabelecidos nas Condições Gerais de Fornecimento. Ícone da universalização rural, o atendimento das comunidades isoladas do Estado, notadamente as localizadas nas ilhas e no litoral, começa a se tornar realidade. Entre o final de 2012 e início de 2013 mais de 450 famílias serão beneficiadas com energia elétrica por meio de redes especiais e sistemas solar fotovoltaico. Para estas ligações, além dos benefícios do Programa Luz Para Todos, cada família receberá uma geladeira, um sistema de aquecimento solar para água e lâmpadas a LED, patrocinados pelo Programa de Eficiência Energética (PEE) da COPEL. Desta forma, a soma dos esforços da COPEL e dos governos estadual e federal propiciará a conclusão do processo de universalização do acesso ao serviço de energia elétrica em todo o Estado do Paraná.
- Programa Luz Legal - encerrado em 2012, proporcionou melhoria nas condições de vida, cidadania, regularização e segurança no uso da energia em comunidades urbanas. O Programa abrangia atendimentos em áreas de invasão e comunidades que tiveram regularização fundiária e urbanização, coordenadas pela COHAPAR. O foco do Programa era a construção e ligação de entradas de serviço (padrões COPEL) nas moradias, com preço acessível e pagamento facilitado. Foram atendidas 6.827 famílias, em 10 anos, sendo 87% em comunidades localizadas em Curitiba e Região Metropolitana, com uma aplicação de R$ 5,8 milhões em redes e entradas de serviço. As redes não faziam parte do escopo do Programa, mas eram necessárias para viabilizar as ligações. Em seu lugar, foi implementado o novo Programa Morar Bem Paraná, com novas regras e características.
- Programa Irrigação Noturna/Programa Tarifa Rural Noturna - realizados em conjunto com a SEAB, o EMATER, a SEMA, entre outros órgãos, visam incentivar aumento da produtividade mediante desconto na energia elétrica utilizada no período noturno, resultando em aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do produtor rural. Os descontos variam de 60 a 70% da tarifa de energia elétrica mensal quando utilizada

das 21h30 às 6h. Até novembro, foram beneficiados pela tarifa especial 2.993 agricultores no Programa de Irrigação Noturna e 6.773 consumidores rurais no Programa Tarifa Rural Noturna.

- Telemedição Grupo A - a COPEL iniciou a instalação do sistema de leitura a distância em medidores de energia elétrica dos seus maiores clientes. Até novembro, são 1.728 unidades consumidoras telemedidas, cujos dados de faturamento são obtidos automaticamente, sem a necessidade de deslocamento de um leiturista, melhorando a qualidade do processo, eliminando erros e agregando valor, com a disponibilização dos dados aos próprios clientes via internet. Este sistema tem ainda a capacidade de monitorar o uso da energia elétrica, emitindo alarmes, quando situações anômalas ocorrem. A previsão é concluir o projeto até junho de 2014, contemplando a instalação do sistema em quase 13.000 clientes atendidos em alta tensão, representando em torno de 48% do faturamento da empresa.
- Estudos Ambientais - os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para a fase de Licenciamento Prévio têm por objetivo diagnosticar a situação local quanto aos meios físico, biótico e socioeconômico; identificar e avaliar os potenciais impactos socioambientais positivos e negativos das etapas de planejamento, construção e operação de um empreendimento; e propor medidas para minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos. Na fase de licenciamento de instalação e obtenção de autorização para supressão de vegetação, novos estudos são desenvolvidos, como o Inventário Florestal e Projeto Básico Ambiental (PBA), este último objetiva detalhar os programas, as medidas preventivas, mitigadoras e reparadoras apresentadas nos estudos ambientais iniciais e atender aos requisitos estabelecidos pelo órgão ambiental. Foram elaborados estudos ambientais (em suas diferentes fases de licenciamento) para 12 Subestações, 36 Linhas de Transmissão, 04 Usinas Hidrelétricas e 01 Edificação (Polo Padre Agostinho). Além disso, foram analisados, quanto aos riscos e viabilidade ambiental, os empreendimentos de interesse da Companhia para participação em 03 leilões de empreendimentos de transmissão e 01 leilão de empreendimentos de geração da ANEEL e empreendimentos inscritos nas chamadas públicas da COPEL para novas oportunidades de negócio.
- Projeto Básico Ambiental da UHE Mauá - composto por 21 programas e 13 subprogramas ambientais, cujo desenvolvimento permite prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos decorrentes da construção da UHE Mauá, bem como potencializar e otimizar os impactos positivos. Até outubro foi realizado 80% do PBA. As principais realizações foram: a) conclusão do Programa de Supressão Vegetal e do Programa de Demolições, Desinfecção e Desinfestação; b) resgate de cerca de 11.850 animais, sendo 8.550 devolvidos à natureza em áreas previamente selecionadas e aprovadas pelo IBAMA. Dos 3.300 restantes, 294 estão internados no Centro de

Triagem, 221 foram enviados a criadouros ou zoológicos e os demais consistem de carcaças que estão sendo preparadas para utilização como acervo científico e didático; c) resgate de cerca de 3.063 kg de sementes pertencentes a 312 espécies de árvores nativas, 226.935 espécimes de plantas do grupo das orquídeas, bromélias e cactos, pertencentes a 190 espécies diferentes e 4.947 indivíduos de plantas herbáceas; d) continuidade dos demais programas socioambientais. Em Junho, foi emitida pelo IAP a Autorização Ambiental (AA) para início do enchimento do reservatório e em outubro, a Licença de Operação (LO) do empreendimento.

- Projeto Básico Ambiental da UHE Colíder - a Usina está sendo construída na região norte do Mato Grosso, nos municípios de Colíder, Nova Canaã do Norte, Itaúba e Cláudia. A obra é integrante do Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, e será o primeiro de cinco aproveitamentos hidrelétricos previstos para serem instalados no Rio Teles Pires. O empreendimento terá potência instalada de 300 megawatts, o suficiente para atender ao consumo de uma cidade com 850 mil habitantes. A Licença Prévia foi emitida em 2009 pela SEMA-MT e a Licença de Instalação, emitida em 2010, após aprovação do Projeto Básico Ambiental (PBA). A COPEL está implantando o PBA, que possui 32 Programas, contemplando os meios físico, biótico e socioeconômico. Em 2012, foi iniciada a execução de 21 programas socioambientais e os demais encontram-se em processo de contratação ou tratativas com poder público, instituições ou comunidade local. Até outubro, foi realizado 25% do PBA.
- Projeto Básico Ambiental da PCH Cavernoso II - composto por 17 programas ambientais, tendo sido realizado 81% do PBA, até outubro. Foram concluídos o Programa Arborização Urbana e o Programa Limpeza da Bacia de Acumulação; e, em setembro e outubro, emitidas, pelo IAP, as Licença de Operação (LO) da PCH e da LT associada a esta PCH, respectivamente.
- Projeto Básico Ambiental da LT Araraquara - Taubaté em São Paulo - a Linha de Transmissão 500 kV Araraquara II – Taubaté é considerada obra prioritária do PAC e fundamental para escoar a energia proveniente das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), no Estado de Rondônia para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O futuro empreendimento projeta-se sobre 28 municípios no Estado de São Paulo. Em agosto, foi emitida pela CETESB a Licença Prévia do empreendimento e também neste ano, foi elaborado o Projeto Básico Ambiental para requerimento da Licença de Instalação (LI) junto à CETESB.
- Licenciamento Ambiental - a COPEL protocolou, junto ao Órgão Ambiental, 92 solicitações de licenças ambientais, para os empreendimentos de Geração, Transmissão e Distribuição. Até novembro, foram emitidas 98 licenças, incluindo solicitações feitas em 2011. Permanece em análise no Órgão Ambiental 68 processos de licenciamento.
- TAC – Regularização do Licenciamento Ambiental - com o objetivo de regularizar o licenciamento ambiental das Linhas de Transmissão e Subestações que iniciaram sua

operação antes de 01/02/1986 (225 empreendimentos), a COPEL firmou com o IAP um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Até novembro, a Companhia protocolou os 225 processos junto ao Órgão Ambiental, recebendo 103 Licenças Ambientais e os 122 processos restantes aguardam parecer do IAP.

- Auditoria Ambiental Compulsória (AAC) - pré-requisito para renovação das Licenças de Operação de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental no Estado do Paraná. A COPEL protocolou junto ao IAP os documentos relativos às AACs da Usina Eólio-elétrica de Palmas, da Linha de Transmissão e de uma Subestação. Estão sendo contratados serviços de AAC para empreendimentos cujos vencimentos das Licenças de Operação ocorrem em 2013, 2014 e 2015 (02 Usinas Hidrelétricas, 11 Pequenas Centrais Hidrelétricas, 11 Linhas de Transmissão e 5 Subestações).
- Gestão Socioambiental de Reservatórios – programa que visa melhorar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas da COPEL, bem como prover seu uso múltiplo e promover ações em prol da sustentabilidade. Principais ações: a) levantamento de ocorrências ambientais e fundiárias no reservatório da UHE GPS; b) finalizado o SIGSAM-GR, ferramenta para gestão de ocorrências nos reservatórios e Áreas de Preservação Permanente (APPs) da COPEL; c) articulação com instituições dos três setores da sociedade (governo, sociedade civil e empresas) para elaboração do Programa para Redução de Nutrientes na Bacia Hidrográfica do Tibagi.
- Programa Florestas Ciliares - tem como objetivo a recuperação dos ambientes naturais no entorno dos reservatórios das usinas que, de acordo com a posição fitoecológica, deve ser essencialmente feita por meio de plantios florestais, em atendimento a Resolução CONAMA n.º 302/2002 e ao novo Código Florestal, Lei n.º 12.651/2012. Em 2012, foram plantadas 61.435 mudas, o que corresponde a uma área recuperada de 37,13 hectares e realizado o cercamento de 30.745 metros, para proteção das áreas reflorestadas.
- Programa de Arborização Urbana - incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da COPEL, por meio de ações junto as prefeituras, visando a convivência das redes de distribuição de energia e as árvores urbanas. Foram firmados 11 novos convênios com prefeituras e finalizada a execução de oito convênios, contemplando a substituição de 743 árvores que ofereciam riscos às redes de energia e o fornecimento de 2.543 mudas adequadas à arborização de vias públicas e ao convívio com as redes de energia.
- Hortos Florestais - situam-se nas Usinas Hidrelétricas Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto, Gov. Ney Aminthas de Barros Braga, Gov. José Richa, Mourão (Campo Mourão), Mauá e Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza. A produção de mudas inclui mais de 100 espécies arbóreas nativas, abrangendo os diversos tipos de vegetação do território paranaense, inclusive várias espécies ameaçadas de extinção, como o palmito-juçara, a canela-sassafrás, a peroba-rosa e outras. Foram produzidas 273.840 mudas nos seis

hortos florestais, visando o atendimento aos plantios do Programa Florestas Ciliares, do Programa de Arborização Urbana e o fornecimento de mudas para fins de compensação ambiental em razão de diversos empreendimentos e ações da COPEL.

- Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna – o monitoramento da ictiofauna, que atende a condicionantes ambientais, visa observar mudanças na fauna de peixes dos reservatórios e possíveis influências da operação de nossas usinas nestas comunidades. Com o repovoamento, o Programa atende às demandas de órgãos ambientais e governamentais em eventos promovidos em prol do meio ambiente. Entre os peixes produzidos está o surubim-do-Iguaçu, maior peixe do rio Iguaçu e ameaçado de extinção. Deu-se continuidade ao monitoramento da fauna de peixes em reservatórios e ao repovoamento com 204 mil indivíduos, dos quais 94.000 foram liberados nos reservatórios, 30.000 liberados em eventos ambientais e 80.000 cedidos ao IBAMA para uso em manejo ambiental.
- Programa de Gestão Corporativa de Efluentes - iniciado em 2011, visa diagnosticar, propor ações de adequação aos requisitos técnicos e legais vigentes e estabelecer procedimentos operacionais. Estas ações permitirão a adequação da COPEL aos requisitos legais, a racionalização, a definição de indicadores de desempenho operacional e otimização destes sistemas. Foram implantados sistemas de tratamento de esgoto na vila residencial da UHE Governador Pedro Viriato Parigot de Souza - GPS e em 03 PCHs. Encontram-se em fase de implantação sistemas de tratamento de esgoto em mais 07 PCHs, com previsão de término em março de 2013.
- Programa de Gestão Corporativa de Resíduos - o objetivo principal é implantar, padronizar e sistematizar as melhoras práticas de gestão de resíduos. Realizadas as seguintes ações: a) implantação de 45 Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) em diversas unidades (SEs, DSMs, Agências, Usinas, PCHs e Polos Administrativos), com ações de sensibilização para um público de mais de 500 pessoas destas unidades, além da capacitação de 30 profissionais responsáveis pela implantação dos planos; b) habilitação de 03 associações, por meio da Chamada Pública para o cadastramento de Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto Estadual n.º 4167/2009; c) destinação final de 73 toneladas de telhas de amianto. Encontram-se em execução: a) contratação de destinação final de 80 toneladas de resíduos sólidos por meio de técnicas de coprocessamento; b) descontaminação de 100 mil litros de óleo isolante contaminado com PCB, popularmente conhecido como Ascarel, em atendimento a legislação pertinente.
- Agenda COPEL de Mudanças Climáticas – o Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas tem como objetivos definir o posicionamento da COPEL frente ao tema, identificar oportunidades e riscos relacionados aos negócios da Companhia e incentivar a inovação em tecnologias e processos para promover a redução de emissões de gases de efeito estufa da Companhia. Em 2012, a COPEL promoveu

workshop interno para trabalhar a elaboração do inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) da Companhia e as ações necessárias para redução das emissões de GEE. Encontra-se em processo de contratação a auditoria do inventário anual de GEE da COPEL por entidade verificadora externa. Esta ação demonstra o comprometimento em assegurar a transparência e a validade das informações dos inventários realizados pela Companhia.

- Programa Corporativo de Acessibilidade - tem o objetivo de tornar a Companhia rigorosamente adaptada nas questões de acessibilidade, por meio de reformas, projetos arquitetônicos e urbanísticos, implementação de recursos tecnológicos, aplicação de treinamento e campanhas educativas, para que seus empregados e partes interessadas, com algum tipo de deficiência, tenham pleno acesso às suas instalações, informações e serviços. Entre as ações executadas estão a adaptação de 65% das agências e postos de atendimento, obras arquitetônicas em prédios administrativos, realização de pesquisas de opinião com clientes com deficiências, emissão de demonstrativos de fatura de energia em Braile, adaptação do site da Empresa para acessibilidade a deficientes visuais e realização de diversos seminários sobre o tema.

5.11 Administração

5.11.1 Gestão de Pessoas

- Quadro de empregados - admitidos mediante concurso público, 593 empregados, dos quais 435 na carreira profissional de nível médio; 126 na carreira técnica de nível médio; 32 na carreira profissional de nível superior. Do total 39 foram desligados neste ano.
- Programa Aprendiz - contratados 46 jovens de 14 a 18 anos, dos quais 16 se desligaram. Desde 2005, foram atendidos 786 adolescentes. O Programa de Aprendizagem da COPEL foi ampliado em 2012, tendo sido contratados entre julho e novembro 247 adolescentes entre 14 e 16 anos.
- Programa de Estágios - atualmente são 416 estagiários, sendo 258 técnicos de nível médio, 156 de nível superior e 02 de administrativos de nível médio, distribuídos nas diversas unidades da empresa em todo o Estado.
- Universidade COPEL (uniCOPEL) – criada em 2012, como uma superintendência da Diretoria de Gestão Corporativa da COPEL, tem por objetivo atuar no conhecimento e no empreendedorismo inovador, para a melhor execução das estratégias corporativas. Seu desafio estratégico é ser referência no desenvolvimento das pessoas, agregando valor aos negócios corporativos e à sociedade. Até outubro, foram registradas 30.693 participações em 2.498 treinamentos. Considerando o total de 9.477 empregados, estas participações equivalem a 3,24 participações por empregado da COPEL. Novos

programas educacionais, que serão inovadores no âmbito da companhia, foram concebidos e estão formatados para serem executados em 2013.

- Plano de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho - ponto de grande atenção por parte da empresa, tem sua fundamentação e ações alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia e ao modelo da Organização Mundial de Saúde. Tem como foco os empregados do quadro próprio e contratados, as ações de segurança do trabalho, saúde ocupacional e serviço social são fundamentais para a obtenção de ambiente de trabalho saudável, ponto de grande relevância para a gestão de pessoas.

5.11.2 Tecnologia da Informação

- ERP/CIS - implantados o Sistema de Gestão Integrada de Consumidores (CIS) e o Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP), ferramentas poderosas de gestão e controle de processos administrativos, financeiros e comerciais, o que propiciará ganhos na otimização, qualidade das informações e agilidade de seus processos internos, garantindo, assim, o atendimento à regulação do Setor Elétrico e de Telecomunicações, melhor aderência à Lei Sarbanes-Oxley e às normas de organismos do Mercado Financeiro, como a CVM.
- Mobilidade/atualização tecnológica - o uso de recursos de mobilidade, como smartphones, notebooks e tablets, com plena conectividade e funcionalidade garante agilidade, produtividade e melhor qualidade de atendimento. Nesse sentido, a COPEL atualizou o seu parque tecnológico com 2.750 novos notebooks e disponibilizou mais de 2.100 equipamentos móveis para seus profissionais.
- Geoprocessamento - a migração para plataforma ArcGIS e implementação de melhorias nos aplicativos de geoprocessamento desenvolvidos, trouxe maior produtividade, agilidade e efetividade nas áreas técnicas. Nos últimos meses do ano, mais de 700 empregados passaram a utilizar os aplicativos de geoprocessamento nas áreas de cadastro, projeto, planejamento e operação, e mais de 4.500 empregados, lotados nas agências, Call Center e outras áreas, acessam os dados do geoprocessamento pela intranet com o objetivo de fornecer informações e apoiar as decisões de forma ágil e confiável.
- Automação de subestações - a COPEL investe de forma significativa na automação do controle do sistema elétrico, tendo 100% de suas subestações automatizadas. As implementações mais recentes estão relacionadas com controle otimizado automático de tensão e energia reativa e comutação automática das linhas que alimentam as subestações, os quais permitem o aumento da qualidade e da disponibilidade da energia elétrica fornecida.
- Atualização tecnológica de ambiente de virtualização - a) Arquitetura CISC: atualização da infraestrutura de virtualização de servidores em tecnologia CISC, 08 máquinas, com

um total de 192 núcleos de processamento e 1,75 TB de memória, o que permite quadruplicar a capacidade de processamento e memória do ambiente de servidores. Sem esta solução, seriam necessários quase 300 servidores que ocupariam um espaço físico no mínimo 10 vezes maior e consumiriam sete vezes mais energia; b) Arquitetura RISC: aquisição de 02 servidores em tecnologia RISC, com 128 núcleos de processamento e 1,5 TB de memória cada, com o objetivo de consolidar a infraestrutura de processamento para os ambientes dos sistemas ERP, CIS e sistemas corporativos próprios, que suportam os negócios da empresa, com alta disponibilidade, flexibilidade para atendimento de novas demandas, bem como redução significativa de custos nos próximos cinco anos, entre eles, manutenção de hardware, de licenciamento de software, de consumo de energia e de climatização, e menor ocupação de espaço físico nos Datacenter da COPEL.

- Redução de custos de hardware e de software do ambiente mainframe - resultando em economia de R$ 2,2 milhões em relação a 2011, mediante cancelamento de cinco contratos e de renegociação de outros dois após a implantação das soluções de ERP e CIS.
- Substituição do Firewall corporativo e Gateway de acesso à internet - substituição do Firewall corporativo por versão mais atualizada do produto (Checkpoint) incluindo ativação da alta disponibilidade (tolerância a falhas) com a entrada de um segundo servidor em setembro. Substituição do Gateway de acesso à internet, já que a solução baseada em software livre não conseguia tratar todas as restrições de acesso nem suportar a demanda necessária, prejudicando serviços essenciais. O novo modo de conectar-se à internet também melhorou os controles de acesso e possibilitou o aumento da banda de 50MB para 100MB para atender as estações de trabalho.
- Implantação da solução de virtualização de desktops e aplicações - para 100% dos usuários do geoprocessamento da Distribuição, em Postos de Atendimento (PAs) via satélite e ADSL, para home office (em fase piloto para atendimento a portador de necessidade especial), acesso aos sistemas com perfil gerencial (em fase piloto), Call Center (em fase piloto) e para suporte remoto (profissionais de plantão).
- Implantação da solução de gerenciamento de desktops - possibilita uma gestão de segurança mais completa, permite monitorar de forma pró-ativa, avaliar, corrigir, verificar, defender e fortalecer a infraestrutura e os recursos de rede, facilitando o trabalho das áreas de Service Desk e de infraestrutura de TI, com consequente redução de custos.

5.11.3 Outros Destaques

- Projetos Patrocinados - a empresa apoia projetos valendo-se dos incentivos fiscais permitidos pela legislação vigente. Dentre os 47 projetos patrocinados, 17 tiveram

apoio da Lei Rouanet, 08 Projetos FIA, 11 pela Lei de Incentivo ao Esporte, 02 Projetos ISA e IPTU, além de 08 projetos esportivos diversos.

- Logística de Serviços - inúmeras ações vêm sendo realizadas visando a racionalização e melhoria da produtividade no segmento de contratação e gestão de serviços de apoio logístico, dentre os quais destaca-se: o Programa de Otimização da Estrutura Física que trata das instalações administrativas e operacionais; otimização dos serviços de limpeza e conservação, nova modalidade de contratação de empresa de manutenção predial, além de iniciativas voltadas à aquisição de equipamentos de transportes e contratação de serviços de manutenção de veículos.

5.12 Resultados Econômico-financeiros

De janeiro a setembro, a receita operacional bruta da COPEL foi de R$ 9.365 milhões, o que representou crescimento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R$ 1.830 milhões, com variação de 5,2%, representando aumento de R$ 90,0 milhões. A COPEL registrou, até setembro, lucro líquido de R$ 824,0 milhões.

O programa de investimentos, nos primeiros nove meses de 2012, considerando somente suas subsidiárias integrais, foi de R$ 1.044 milhões, dos quais R$ 578,0 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia; R$ 430,0 milhões em obras de distribuição e R$ 36,0 milhões em telecomunicações. Dos R$ 578,0 milhões investidos na geração e transmissão, R$ 63,0 milhões foram aplicados na Usina Hidrelétrica de Mauá, R$ 395,0 milhões na Usina Hidrelétrica de Colíder e R$ 54,0 milhões na PCH Cavernoso II.

Quanto ao desempenho das ações da COPEL, de janeiro a setembro, as ações ordinárias nominativas (ON) estiveram presentes em 97% dos pregões da BM&FBovespa e as ações preferenciais nominativas classe "B" (PNB) em 100%. As ações ON encerraram o período cotadas a R$ 27,79 e as ações PNB a R$ 33,10 com variações negativas de 15,8% e 14,9%, respectivamente.

As ações PNB negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) também estiveram presentes em 100% dos pregões e registraram desvalorização de 21,7% no período, cotadas a US$ 16,42. A Companhia também lista suas ações PNB na Europa, via Mercado de Valores Latino-Americano em Euros - Latibex, vinculado à Bolsa de Valores de Madri. Nesse mercado, as ações da COPEL estiveram presentes em 98% dos pregões, e registraram variação negativa de 21,5%, fechando o período em € 12,71.

5.13 Reconhecimentos

- Prêmio *Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica* - ABRADEE - 2012: a COPEL ficou com o prêmio de Melhor Avaliação pelo Cliente, juntamente com a CPFL Paulista e Coelce, entre as maiores Empresas de Distribuição de Energia do Brasil - p*esquisa realizada em fevereiro/abril.*

- Grandes e Líderes 2012 - 500 Maiores do Sul - COPEL e Controladas: a) Maior Patrimônio Líquido do Paraná; b) 3ª maior Empresa do Paraná - ocupa o 6.º lugar entre as 500 maiores do Sul*;* c) Maior Receita Bruta no Setor de Energia. A avaliação do porte e resultados obtidos pelas empresas para a classificação na listagem, foi feita pela empresa de auditoria independente PricewaterhouseCoopers, analisando os balanços publicados pelas empresas - Prêmios conferidos pela Revista Amanhã.
- As Melhores da Dinheiro – 2012 - COPEL - Melhor Empresa Brasileira do Setor de Energia. A COPEL alcançou o primeiro lugar no ranking setorial de Energia Elétrica. A avaliação foi efetuada com base em pesquisa que avalia as empresas brasileiras sob os aspectos: Sustentabilidade Financeiro, Recursos Humanos, Inovação e Qualidade, Responsabilidade Social e Ambiental e Governança Corporativa - P*rêmio conferido pela Revista IstoÉ Dinheiro.*

06

Controle Interno

6 Coordenação de Controle Interno (CCI)

A Coordenação de Controle Interno é responsável pelo Sistema de Controle Interno, conforme dispõe a Lei n.º 15.524/2007, regulamentada pelo Decreto n.º 3.386/2011, a qual tem por finalidade, dentre outras, o planejamento, coordenação, controle e avaliação das atividades de Controle Interno do Poder Executivo Estadual; a avaliação da economia, eficiência e eficácia de todos os procedimentos adotados pela Administração Pública, por meio de processo de acompanhamento realizado nos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais pertinentes à Administração, bem como o acompanhamento sobre a observância dos limites legais e constitucionais de aplicação com gastos em áreas afins.

Ações realizadas no exercício de 2012:

- Desenvolvimento e implantação do Sistema Integrado de Avaliação de Controle (SIAC), para utilização em plataforma digital, com o objetivo de avaliar os controles internos utilizados nos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual.
- Atividades de avaliação dos controles existentes em 30 órgãos e 68 entidades vinculadas ao Poder Executivo, com a respectiva emissão de relatório contendo recomendações a serem observadas pelos dirigentes da administração.
- Treinamento e capacitação de 108 servidores públicos para atuar como Agentes de Controle nos órgãos e entidades vinculadas.
- Manifestação processual acerca de procedimentos licitatórios, aquisição de bens e serviços, realização de despesas, reestruturação organizacional e com a propositura de decretos normativos de ordem administrativa, orçamentária e financeira.
- Acompanhamento e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, da documentação comprobatória e das providências tomadas pelos órgãos do Poder Executivo, visando atender aos apontamentos que integram os Acórdãos n.º 2305/10, 176/11 e 290/12, referente as Ressalvas, Determinações e Recomendações respectivas, da prestação de contas do Estado dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, respectivamente, junto àquela Corte de Contas.
- Manutenção e avaliação pelos Agentes de Controle, no Sistema Integrado de Transferências (SIT), do Tribunal de Contas do Estado, das transferências voluntárias oriundas de convênios celebrados pelo Poder Executivo Estadual.
- Participação consultiva junto à Unidade Gestora dos Contratos de Gestão (UGCG), acerca do acompanhamento e monitoramento dos Contratos de Gestão dos Órgãos do Poder Executivo.

- Desenvolvimento, em conjunto com a CELEPAR, do Portal da Transparência do Poder Executivo visando o cumprimento às determinações legais, com a adaptação dos sítios dos órgãos ao padrão definido pela Coordenação de Controle Interno, bem como, o acompanhamento e monitoramento das alterações requeridas.
- Acompanhamento, monitoramento e desenvolvimento de atividades relativas à Lei de Acesso à Informação, regulamentada pelo Decreto n.º 4531/2012.
- Treinamento e capacitação de servidores públicos designados para atuar como Agentes de Informação dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual, objetivando o acompanhamento das atividades inerentes ao acesso à informação, em cumprimento ao art. 5.º do Decreto 4531/2012.
- Monitoramento, em conjunto com o Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral, do Sistema de Gerenciamento de Ouvidorias (SIGO), relativo às solicitações de acesso à informação.
- Criação de uma rede interna de acesso à informação, visando a capacitação constante dos agentes de informação.
- Estudos de aproveitamento dos Espaços Cidadão, de responsabilidade do Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, para utilização como Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) nos municípios, assim como, para capacitação dos Agentes de Informação e do Cidadão.
- Coordenação, execução e desenvolvimento da 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social - CONSOCIAL, realizada em Curitiba, nos dias 12 a 14 de março.
- Formulação de ciclo de atividades a ser executado em 2013, junto às universidades estaduais, visando sensibilizar a comunidade acadêmica, e sociedade civil quanto ao tema Transparência e Controle Social, com base nos resultados da 1ª CONSOCIAL.
- Desenvolvimento do projeto Fórum "Estado, Transparência e Controle Social", visando levar a população a informação relativa a Transparência Ativa e Transparência Passiva.
- Estudos para realização de um concurso de monografias e trabalhos técnicos, objetivando a edição de um documento sobre Transparência e Controle Social.

07

Defensoria Pública

7 Defensoria Pública do Estado do Paraná (DP)

A regulamentação da Defensoria Pública, após 20 anos, por meio da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná – Lei Complementar n.º 136, de 19/05/2011, alterada pela Lei Complementar n.º 142 de 23/01/2012, honrou o compromisso estabelecido nas Metas de Governo 2011-2014, consolidando o direito à assistência jurídica integral e gratuita àqueles cidadãos que comprovem insuficiência de recursos para sua defesa.

Conforme a Lei Orgânica, está prevista a contratação de 333 Defensores Públicos, considerando pelo menos um profissional para cada Comarca, e demais integrantes da equipe, conforme abaixo:

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE DE CARGOS A SEREM CRIADOS
Defensor Público do Estado	333
Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado	1
Assessor Jurídico	337
Superior em Secretariado Executivo	11
Superior em Administração	9
Superior em Contabilidade	7
Superior em Economia	2
Superior em Estatística	1
Superior em Comunicação Social	2
Superior em Informática	2
Superior em Psicologia	62
Superior em Sociologia	1
Superior em Psiquiatria	1
Superior em Serviço Social	63
Superior em Medicina Clínica	1
Superior em Engenharia	1
Técnico Administrativo	154
Técnico em Informática	1
Técnico em Redes de Computador	1
Técnico de Recursos Humanos	2
TOTAL	992

Dando continuidade ao processo de estruturação da Defensoria Pública, foi realizada em agosto, a 1ª fase do concurso público para contratação de 197 Defensores Públicos, com a participação de 15.313 inscritos. Em outubro iniciou-se a 2ª fase com a prova discursiva em duas etapas (1ª prova, em outubro e 2.º prova, em novembro), os candidatos ainda deverão passar pelas provas oral e avaliação de títulos, para nomeação prevista em maio 2013.

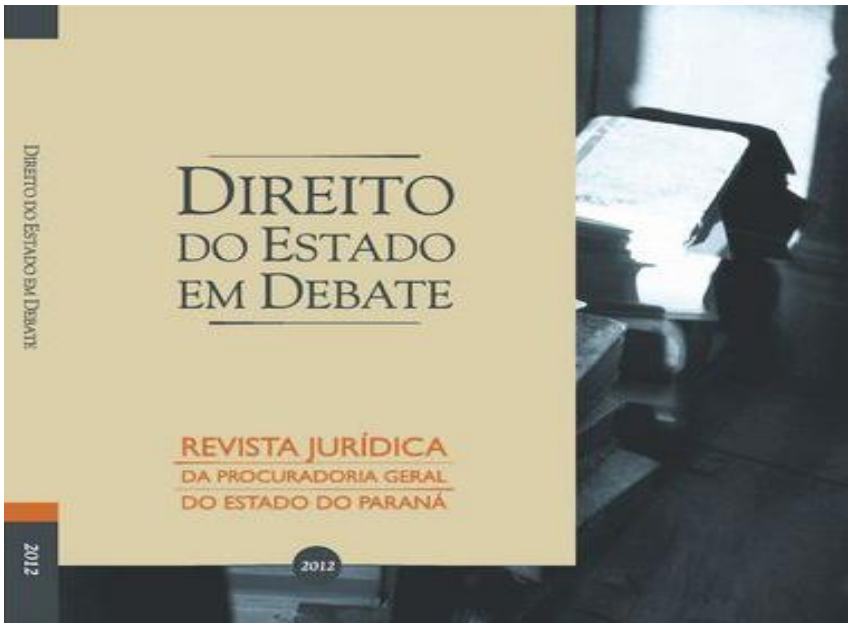
Em setembro, foi realizado o concurso público para os demais cargos, com a participação de 13.059 inscritos, com previsão de nomeação em janeiro de 2013.

No cumprimento da sua função institucional de assistência jurídica e judiciária gratuita aos economicamente necessitados, em todas as instâncias e tribunas, planejando e executando a política de assistência judiciária em todo o Estado, a Defensoria Pública realizou as seguintes ações:

- Atendimento nas Áreas Cível e de Família – contando com 10 Defensores Públicos e 10 Advogados do Quadro Especial de Advogados atendeu aproximadamente 43.200 processos judiciais.
- Processos Distribuídos – aproximadamente 15.000 atendimentos judiciais e extrajudiciais (8.372 das Varas de Família; 1.320 Cíveis; 351 de Registros Públicos; 597 da Fazenda Pública; 630 nos Juizados Especiais Cíveis; e 3.250 Orientações em Geral).
- Atendimentos na Área Criminal – cerca de 18.473 processos em trâmite atendidos e, segundo estimativas, dois terços de todos os processos em trâmite perante a Justiça Criminal são representados pela Instituição.
- Atendimentos em Varas Especializadas – em sua atuação junto as Varas da Infância e Juventude; de Delitos de Trânsito; da Violência Doméstica e Adolescente Infratores; presta atendimento a cerca de dois terços de todos os casos em trâmite perante essas Varas.
- Paraná em Ação, Operação Litoral dos Juizados Especiais – projetos em caráter voluntário, desenvolvidos em sua grande maioria nos fins de semana e em diversos municípios, resultando no atendimento de mais de 7.350 pessoas.
- Solicitação de Documentos – atendidas cerca de 425 solicitações para Serventias Notariais e Registrais de todo o Brasil, incluindo documentos de antecedentes criminais, 2ªs vias de certidões de casamento, de nascimento, de óbito, de imóvel, procuração por instrumento público e solicitação de extratos bancários para fins de alvará judicial.
- Atendimento Psicológico e de Serviço Social - atendimento permanente ao público, com média diária de 550 pessoas, são realizados trabalhos no âmbito da promoção, da divulgação e da defesa dos direitos da cidadania, além da realização de visitas in loco, empreendidas por assistentes sociais, em caso de urgência, a fim de se anexar aos processos relatórios com parecer social sobre condições de moradia, entre outras. Ainda sobre a contribuição para a tramitação de processos, existe o apoio oferecido pelos psicólogos do órgão, que prestam atendimento a alguns dos assistidos e os acompanham até a finalização do processo ou enquanto necessário.
- Atendimento a demanda do Juizado da Violência Doméstica e, quando solicitada, da Vara de Família, contando com dois psicólogos.
- Auxílio aos Defensores Públicos prestado por 115 estagiários (estudantes de direito, ensino médio e menor aprendiz).

08

Procuradoria Geral do Estado



8 Procuradoria Geral do Estado (PGE)

A PGE tem suas principais competências estabelecidas nos artigos 132 da Constituição Federal e 124 da Constituição Estadual, cabendo-lhe, em especial: I. a representação judicial e extrajudicial do Estado e a consultoria jurídica do Poder Executivo; II. a unificação da jurisprudência administrativa do Estado; III. a cobrança judicial da dívida ativa do Estado; IV. a realização dos processos administrativo-disciplinares, nos casos previstos em lei; e V. a orientação jurídica aos municípios, em caráter complementar ou supletivo. Dentre as suas funções constitucionais exercidas, devido à diversificação de sua atuação, a quantificação numérica das ações da PGE não demonstra de forma adequada o volume e importância de suas realizações.

No exercício de suas competências a PGE realizou os seguintes atos judiciais na defesa do Estado (dados do sistema de controle de processos SPJ de janeiro a outubro).

TRAMITAÇÃO	TOTAL
Entrada de autos judiciais	157.554
Saída de EF ao cartório	150.678
Petições diversas - detalhar	109.699
Requer suspensão de EF por 6 meses	11.970
Requer penhora *online* Bacen	10.977
Pedido de extinção de EF por remissão	8.950
Citação do Procurador-Geral	7.586
ITCMD-requer pag/discorda de formal/alvará	6.687
Ext. de proc/EF/devolução de carta precatória	6.437
Contest.civel/resp.trabalhista/impug.embargos	6.165
Pedido de extinção de EF por pagamento	5.938
Inicial de exec. fiscal distribuída em juizo	5.820
Apelação/recurso ordinário	4.939
ITCMD-concorda c/ pgto efetuado/formal/alvará	4.537
Embargos de declaração/resposta a emb decla	4.245
ITCMD - encaminha para avaliação	3.681
Resposta em recurso aos tribunais superiores	3.458
Resposta em apelação/recurso ordinário	3.004
Requer suspensão por 1 ano	2.651
Just colegiada de não rec aos tri superiores	2.209
Recurso de revista	1.638
Resposta em agravo	1.587
Agravo de decisão em 1° grau	1.504
Executivo fiscal	1.224
Comparecimento em audiência	1.189
Cumprimento de ordem judicial	910
Recurso extraordinário	877
Art.730 - citação em exec contra faz. pública	812
Impugnação a exceção de pre-executividade	777
Liminar/antecipação de tutela deferida	729
Petição inicial/embargos a execução pela PGE	693
Petição requerendo desistência Lei 16.035/08	497
Just de não rec amparada por sum/dec CSPGE	490
Requer execução/cumprimento de julgado (475-j)	459
Agravo de dec em 2° grau (menos aos tri super)	434
Emb. infringentes/resposta em emb. infringentes	366
Memorial/razões finais	360

TRAMITAÇÃO	TOTAL
Devedor/terceiro opós embargos	352
Agravo interposto nos tribunais superiores	339
Requer suspensão por 03 anos	335
Manif. sobre contestação da parte contraria	122
Informação em ms/adi/reclamação	119
Exc de incomp/susp/imped/impug valor da causa	105
Exceção de pre-executividade pela PGE	48
Informação prévia em liminar ou ACP (72h)	41
Susp. de liminar/antecip. de tutela junto ao TJ	41
Sustentação oral	33

Merecem destaque algumas ações da Procuradoria no âmbito da representação judicial do Estado do Paraná no ano de 2012:

- Obtenção de decisões judiciais que determinaram a revisão da forma de cálculo de juros e correção monetária referentes a débitos antigos ligados à construção da Ferrovia Central do Paraná, o que acarretou numa economia de mais de R$ 10,0 bilhões ao erário.
- Decisões do TJ/PR nas ACs 947876-2 e 947877-9 que confirmaram entendimento do juízo da 3.º Vara da Fazenda Pública acolhendo argumentos levantados pela PGE em embargos decorrentes de execução de ações coletivas, o que acarretou economia, em valores históricos, de mais de R$ 107,0 milhões.
- Ação ajuizada pela PGE perante a Vara da Infância e da Juventude de Foz do Iguaçu, que obrigou o ente municipal a manter o transporte escolar que havia sido abruptamente interrompido sob a alegação de que os valores repassados pelo Estado seriam insuficientes para custear o sistema de transporte.
- Em inúmeras ações a PGE obteve reconhecimento de grupo econômico para fins de responsabilizar pessoas por créditos tributários, obtendo, com isso, a recuperação de vultosos valores ao erário.
- O TJ/PR acatou alegações da PGE que mantiveram a adequada administração da segurança pública, como o AI 925790-3 que impunha abertura de destacamento militar em Ramilândia, a SS 915906-8 que afastou ordem judicial de interdição de carceragem pública em Jundiaí do Sul, entre outras.
- Suspensões de decisões judiciais que determinavam à Administração Pública a aquisição de medicamentos de grande valor quando sua comercialização não é permitida pela ANVISA, quando não previstos nos respectivos protocolos clínicos, ou quando de competência da União.
- Manutenção da Lei Estadual que reajustou taxas do DETRAN em ação declaratória de inconstitucionalidade.
- Suspensão de decisões que impediam a continuidade de diversos concursos públicos, entre eles, o de assessor jurídico do TJ/PR.
- Obtenção de ordem liminar para impedir greve dos policiais civis durante o feriado de Carnaval de 2012, bem como para impedir a paralisação dos agentes educacionais e dos servidores das IEES.

- Impetração de mandado de segurança para regularizar o período de mandado do Presidente do TJPR.
- Ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade em face da Resolução n.º 28 do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), bem como apresentação de consultas referentes à adesão em atas de registro de preço.
- Obtenção de decisão do TCE pela revisão dos critérios de apuração do respeito aos limites de gasto com pessoal estabelecido no artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Obtenção de decisão permitindo a manutenção de publicidade institucional do Estado referente às Unidades Paraná Seguro (UPSs).
- Celebração de acordo em ação referente a dano ambiental causado pela PETROBRAS no litoral paranaense, permitindo a realização de medidas para melhoria do litoral do Estado no valor de R$ 102,0 milhões.
- Acompanhamento permanente da situação do Estado do Paraná perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), com imediata adoção de medidas judiciais que se mostraram necessárias, o que possibilitou o recebimento de transferências voluntárias da União destinadas, entre outras finalidades, para obras em aeroportos paranaenses.

Quanto à cobrança judicial da dívida ativa, o número de execuções fiscais em andamento por unidade administrativa e os valores envolvidos (até outubro) foram:

PROCURADORIA	QUANTIDADE DE EF	VALOR EM COBRANÇA (R$)
Curitiba	58.931	4.202.631.954,88
RMC	22.256	2.540.728.143,84
Maringá	13.953	2.288.931.683,26
Londrina	21.066	1.635.831.347,86
Ponta Grossa	8.576	836.901.003,88
Cascavel	6.582	744.534.830,95
Apucarana	5.349	687.951.775,84
Jacarezinho	2.346	588.750.468,35
Umuarama	5.208	688.835.168,25
Foz do Iguaçu	5.763	513.988.737,84
Guarapuava	4.682	467.258.189,86
Pato Branco	2.080	133.153.456,39
Paranaguá	3.567	285.144.026,75
União da Vitória	3.598	304.611.009,18
Paranavaí	2.126	245.044.388,40
Campo Mourão	2.641	247.781.261,51
Cornélio Procópio	3.089	264.079.774,09
Francisco Beltrão	2.897	173.687.106,11
TOTAL	174.710	

Deste total, R$ 2,8 bilhões se encontram parcelados, o que corresponde a 17% do total em estoque. Importante ressaltar que os devedores de ICMS são incentivados a parcelarem suas pendências também em razão de ações praticadas pela PGE nas respectivas execuções fiscais no sentido de impulsionar os devedores a regularizarem os débitos.

Entre janeiro e outubro foram recuperados em dívida ativa R$ 112,9 milhões em pagamentos integrais e R$ 127,7 milhões em pagamentos parcelados.

No aspecto consultivo, foram emitidos 55 pareceres e 16.227 informações.

A tabela a seguir demonstra a divisão de trabalho entre as unidades administrativas da PGE.

UNIDADE ADMINISTRATIVA	INFORMAÇÕES
Assessoria Técnica (AT/GP) (*)	334
Coordenadoria Jurídica da Administração Pública (CJA)	368
Coordenadoria da Dívida Ativa Ajuizada (CDA)	11
Procuradoria Trabalhista e Previdenciária (PRT)	175
Procuradoria Administrativa (PRA)	235
Procuradoria Fiscal (PRF)	810
Procuradoria do Patrimônio (PRP)	72
Procuradoria de Execuções de Decisões Judiciais, Cálculos e Precatórios (PRE)	360
Procuradoria de Proteção Ambiental e outros interesses difusos e coletivos (PAM)	35
Procuradoria da Região Metropolitana (PRM)	153
Procuradoria de Previdência Funcional (PPF)	250
Coordenadoria de Estudos Jurídicos (CEJ)	62
Biblioteca (BIB)	73
Núcleos Jurídicos (PGE, CC, SESP,SEAP, SEPL, SEIL, SEDS, SEJU, SEFA, DER)	11.702
Núcleo Jurídico na Tribunal de Contas do Estado	5
Procuradoria Regional em Ponta Grossa	230
Procuradoria Regional em União da Vitória	46
Procuradoria Regional em Guarapuava	35
Procuradoria Regional em Jacarezinho	7
Procuradoria Regional em Londrina	412
Procuradoria Regional em Maringá	27
Procuradoria Regional em Paranavaí	35
Procuradoria Regional em Umuarama	11
Procuradoria Regional em Campo Mourão	162
Procuradoria Regional em Cascavel	65
Procuradoria Regional em Foz do Iguaçu	79
Procuradoria Regional em Pato Branco	228
Procuradoria Regional em Francisco Beltrão	75
Procuradoria Regional em Apucarana	129
Procuradoria Regional em Paranaguá	26
Procuradoria Regional em Cornélio Procópio	15

(1) Além das Informações, foram emitidos 55 Pareceres pela AT/GP.

Ressalte-se quanto ao trabalho consultivo que foram destacados Procuradores do Estado para prestarem serviços na SEAP, SEFA, Casa Civil, SEPL, SEIL, SEJU, SESP, SEED, SEDS, DER e TCE, o que imprimiu maior velocidade à consultoria jurídica necessária para as atividades diárias dessas Pastas.

Ainda quanto ao aspecto consultivo da atuação institucional, foram realizados eventos e cursos abertos a todos os servidores públicos para orientação dos diversos órgãos da administração estadual:

- Seminários realizados: a) Execuções Judiciais, em junho; b) Lei de Acesso à Informação, em setembro.
- Curso Aspectos Práticos e Teóricos de Licitações e Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, em novembro.

- Palestras sobre Vedações Impostas aos Administradores Públicos pela Lei Eleitoral, em fevereiro.
- Publicações e divulgação: a) 04 Boletins Informativos da Coordenadoria de Estudos Jurídicos, com jurisprudência e doutrina atualizada a respeito de diversos temas do Direito Público; b) Cadernos de Orientações para a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia, elaborados em parceria com a SEIL; c) Manual de Direito Eleitoral; d) Revista Jurídica da PGE – 3.º volume, intitulada Direito do Estado em Debate.

Vale lembrar que a PGE investiu recursos na adequação de suas instalações para aprimorar o atendimento aos cidadãos e a prestação de sua atividade institucional, tendo realizado:

- Renovação do acervo de sua biblioteca - R$ 103.5 mil.
- Aquisição de equipamentos de informática (computadores, impressoras, no breaks) - R$ 641,4 mil.
- Aquisição de móveis de escritório - R$ 181,7 mil.
- Renovação de sua frota de veículos - R$ 816,4 mil.
- Aumento do quadro de Procuradores com a nomeação e posse de mais 65 profissionais aprovados em concurso público.

Por fim, a PGE sediou o Congresso Nacional de Procuradores do Estado em Foz do Iguaçu, oportunidade em que estiveram presentes mais de 600 Procuradores de Estado de todo o Brasil, bem como foram realizadas reuniões do Colégio de Procuradores e de Corregedores Gerais de todos os Estados da Federação.

09

Secretaria da Administração e da Previdência

9 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP)

A SEAP, no cumprimento de suas atribuições e efetiva gestão dos Sistemas de Administração Geral e de Recursos Humanos, obteve em 2012 os resultados conforme os objetivos e metas programados, com ênfase na obtenção de economia nas despesas das estruturas públicas.

9.1 Departamento de Recursos Humanos (DRH)

O DRH deu continuidade em práticas de gestão, com o objetivo de potencializar a qualidade e a produtividade dos serviços ofertados, a saber:

- Revisão da remuneração nas gratificações das áreas penal e correcional, artística, saúde e aviação.
- Implantação de nova estrutura remuneratória da área de segurança pública com a adoção de subsídios para as carreiras das polícias militar, civil e científica.
- Reestruturação da carreira dos Agentes Universitários.
- Abertura de concurso público para as carreiras de Auditor Fiscal e Agente Profissional função Engenheiro Civil.
- Processo Seletivo Simplificado (PSS) para Educador Social, Agente de Cadeia Pública e Agente Penitenciário.
- Estudos para a elaboração de plano diretor para a saúde ocupacional dentro do Poder Executivo.
- Atualização de práticas administrativas e tecnológicas afetas à área de recursos humanos.

9.2 Gerência Executiva da Escola de Governo (GEEG)

Responsável pelo planejamento e pela execução das políticas de formação e desenvolvimento voltadas aos servidores públicos, atuou em conformidade com o Sistema Integrado de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, tendo realizado as seguintes ações:

- Parcerias diversas por meio de termos de cooperação, com empresas públicas e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), viabilizando ações importantes na formatação de cursos e na organização da infraestrutura.
- Redimensionamento do programa de ensino a distância, com aproximadamente 3.000 servidores alunos capacitados.

- Desenvolvimento de atividades culturais - 5ª edição do concurso "Servir com Arte", mobilizando 443 servidores que apresentaram trabalhos de literatura (poesia, conto e crônica) e de fotografia.
- Realização de eventos na forma de cursos, de curta ou longa duração, palestras, seminários, encontros, reuniões técnicas, e o programa de pós-graduação em nível de especialização e de mestrado, nas modalidades presencial e a distância. Os cursos presenciais inserem-se no Programa de Desenvolvimento de Competências, nas áreas gerenciais, comportamentais e técnicas. Além disso, no âmbito programa in company, foram realizados cursos customizados para atender necessidades específicas dos órgãos.

CURSOS E EVENTOS	NÚMERO(1)	PARTICIPANTES(1)
Programa de Desenvolvimento de Competências – PDC presencial	163	5.250
Programa de Desenvolvimento de Competências – PDC a distância	12	3.334
Graduação e pós-graduação - especialização e mestrado	3	514
Curso de línguas estrangeiras	2	24
Programa Servir com Arte	1	443
TOTAL	181	9.565

(1) Janeiro a setembro de 2012.

9.3 Departamento de Seguridade Funcional (DSF)

Supervisão das atividades delineadas pelo Contrato de Gestão com a PARANAPREVIDÊNCIA, tendo iniciado em 2012 a elaboração do novo plano de custeio da previdência dos servidores públicos estaduais e os estudos e propostas para revisão do Contrato de Gestão entre o Estado do Paraná e PARANAPREVIDÊNCIA.

9.4 Departamento de Assistência à Saúde (DAS)

Continuidade nos estudos técnicos de viabilidade de sistema substitutivo para atendimento à saúde do servidor público com base na análise atuarial, necessários ao desenvolvimento de projeto que melhor atenda às necessidades decorrentes dos problemas de saúde em consonância com as condições do Estado.

Atendimento à saúde dos servidores públicos nas condições do modelo em uso, por meio de contratos terceirizados por macrorregiões.

9.5 Departamento de Administração de Material (DEAM)

Ao DEAM coube o planejamento e a execução das atividades de aquisição de bens e serviços, mediante a realização, de forma centralizada, de processos licitatórios para atendimento às necessidades de suprimento dos diversos órgãos do Poder Executivo.

Em 2012, foram instaurados 157 processos licitatórios, totalizando R$ 1,1 bilhão, sendo: 136 pregões eletrônicos (106 por registro de preço); 18 pregões presenciais (07 por registro de preço); 02 concorrências públicas internacionais; e 01 credenciamento.

Na área de gestão de materiais e serviços, deu-se continuidade à implantação do sistema informatizado GMS com as seguintes etapas: a) Catálogo de Materiais e Serviços – com cerca de 9.300 itens registrados; e b) Módulo Almoxarifado - ampliado para 115 unidades de almoxarifado e a capacitação de 60 servidores das diversas unidades administrativas para atuar com o sistema informatizado.

9.6 Departamento de Transporte Oficial (DETO)

Na gestão da frota oficial do Governo sob a sua responsabilidade, o DETO buscou a modernização e integração de suas rotinas, utilizando o novo sistema informatizado, tendo obtido os seguintes resultados:

- Compra de combustíveis - encontra-se em projeto e sob novo enfoque, para ser atendida por rede de postos conveniados nos 399 municípios.
- Manutenção de veículos - encontra-se em andamento os estudos para contratação de empresa gerenciadora especializada na prestação de serviços de manutenção, com a utilização de sistema informatizado, na busca de maior eficiência nos serviços.
- Renovação da frota - aquisição de 74 veículos, visando a redução de despesas com manutenção. A frota de veículos do Estado é de 24.525 unidades, entre próprios e locados.
- Combustível adquirido no exercício - 7.420.000 litros de gasolina; 2.800.000 litros de álcool; e 4.675.000 litros de diesel.
- Leilão de veículos – realizados três leilões: 176 veículos com ingresso de R$ 739,5 mil; 85 veículos com ingresso de R$ 910,0 mil - DER; e 206 veículos com ingresso de R$ 650,0 mil (previsão) - EMATER.

9.7 Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS)

A CAS, com a atribuição de estabelecer normas de atuação, coordenação e uniformização da execução de atividades relacionadas à prestação de serviços ao Estado, estabeleceu critérios técnicos e objetivos no levantamento de necessidades de atendimento de serviços especializados não inerentes à função pública.

Em 2012, com o objetivo principal de efetivar a contenção de despesas administrativas, promoveu as ações relacionadas a seguir:

- Contratação de serviços de mão de obra para atendimento a limpeza, asseio e conservação, vigilância armada e monitoramento eletrônico, mantendo a centralização e assegurando o tratamento uniforme às terceirizações complementares às atividades de governo.

- Aperfeiçoamento na metodologia com definição de serviços e adoção de critérios diversificados conforme porte do município, para cálculo de preço a ser contratado.
- Sistema de controle e acompanhamento de contratos e despesas administrativas – continuidade no desenvolvimento do sistema que deverá proporcionar maior transparência na gestão administrativa.
- Modernização dos serviços de telefonia móvel e fixa (voz por IP) - aquisição de equipamentos e contratação de serviços para uso de tecnologia atualizada, atendendo às necessidades de comunicação ágil e integrada na administração estadual.

9.8 Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE)

Ações desenvolvidas:

- Análise e emissão de parecer técnico em processos de cessão, doação, permuta e transferência de uso de imóvel de propriedade do Estado.
- Levantamentos e cadastramentos dos imóveis do Estado – deu-se continuidade ao cadastramento dos imóveis localizados em Curitiba e RMC, no Sistema Informatizado denominado Gestão Patrimonial de Imóveis do Paraná (GPI) tendo sido disponibilizado aos diversos órgãos da administração direta e autárquica do Estado.

9.9 Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP)

No Programa de Gestão de Documentos (PGD), foram realizadas as seguintes atividades:

- Adoção de nova metodologia de descrição do acervo histórico conforme requisitos técnicos da Norma Arquivística - ISAD(G) e Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE.
- Programa de Gestão Documental – continuidade ao programa junto aos diversos órgãos do Estado, com acompanhamento realizado por meio de assessoramento técnico, visando a correta avaliação documental.
- Abertura ao cidadão para consulta e pesquisa a documentos históricos, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação.
- Eventos - visitas guiadas, exposições, palestras, cursos, oficinas e debates visando a divulgação de documentos pertencentes ao acervo histórico.

10

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

10 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB)

A administração direta da SEAB, conta com os Departamentos de Desenvolvimento Agropecuário (DEAGRO) e Economia Rural (DERAL) e a administração indireta com seis vinculadas, quais sejam: Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA); Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER); Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR); Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR); Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA) e a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), que incorporou a Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR). Compete ainda a execução do Programa Leite das Crianças, a coordenação do Leite Paraná, a execução do Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias Hidrográficas (PGAIM), e as atividades do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) e do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (CONESA).

Os programas e ações desenvolvidas pela Secretaria e suas vinculadas, no exercício de 2012, estão detalhados a seguir.

10.1 Departamento de Desenvolvimento Agropecuário (DEAGRO)

Ao DEAGRO compete, entre outras, o planejamento, a coordenação, a normatização, o controle e a avaliação das atividades que visam obter a melhoria da vida no meio rural, garantindo a coerência e a objetividade das ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria; a coordenação e a execução dos programas e projetos na área da agropecuária, com ênfase àqueles voltados à agricultura familiar; a articulação programática com as entidades vinculadas à SEAB e instituições afins; e o gerenciamento de fundos destinados ao desenvolvimento agropecuário. A seguir estão apresentadas as as atividades realizadas:

10.1.1 Ações e Atividades Desenvolvidas

- Programa Nacional de Crédito Fundiário:

PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE	ÁREA (ha)	RECURSOS (R$)
Propostas contratadas	281 famílias	1.841	20.459.088,71

- Apoio à Pecuária Leiteira - repasse de recursos para aquisição de equipamentos para uso comunitário:

PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE	N° DE MUNICÍPIOS	RECURSOS (R$)
Tanques de resfriamento de leite por expansão direta	75	29	928.597,72
Kits para inseminação artificial	46	11	51.127,30
Implementos agrícolas, tais como: ensiladeiras; carretas forrageiras basculantes, plataformas de aveia, arado e escarificador.	95	25	1.264.691,00
Balança para pesagem de bovinos	1	1	8.000,00

- Apoio à Cadeia Sericícola - repasse de recursos no valor de R$ 2,0 milhões a 18 municípios para aquisição de 20 patrulhas sericícolas.
- Apoio à Ovinocultura de corte - repasse de recursos no valor de R$ 784,0 mil a três municípios para a aquisição de matrizes.
- Projeto Piloto de Identificação de Bovinos - repasse de recursos à Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH), na ordem de R$ 153,0 mil.
- Repasse de recursos à Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH), na ordem de R$ 490,0 mil, para aquisição de equipamento de Contagem Bacteriana Total.
- Repasse R$ 148,1 mil à Casa do Mel - município de Arapoti, para aquisição de equipamentos para laboratório.
- Repasse de recursos ao município de Alvorada do Sul – Frigorífico de Peixes, no valor de R$ 416,0 mil.
- Apoio à Cadeia Leiteira - repasse de recursos a 23 municípios, totalizando R$ 1,0 milhão para reestruturação da cadeia leiteira com introdução de novas tecnologias (adequação de salas de ordenha e Kit de Ordenha Manual Higiênica; reforma de pastagem piquetes; irrigação de pastagem; tanques de resfriamento de leite; patrulhas do leite).
- Repasse de recursos ao município de Cambira – Frigorífico de Bovinos – R$ 48,9 mil.
- Repasse de recursos ao município de Turvo – CAART, na ordem de R$ 159,6 mil, para aquisição de veículos e equipamentos.
- Repasse de recursos a municípios em face da ocorrência de estiagens, nos termos do Decreto n.º 3.651/2012, que declarou situação de emergência em 137 municípios, conforme segue:

PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE	N° DE MUNICÍPIOS	RECURSO FINANCEIRO (R$)
Semente de milho	29.120 sacas	137	2.988.000,00
Proteção de fontes	3.000 fontes	38	2.300.000,00

- Projeto de Apoio ao Manejo e Fertilidade dos Solos, com ênfase à utilização de calcário pelos agricultores familiares menos favorecidos – 2ª fase: beneficiados 98 municípios, com 100 mil toneladas de calcário e recursos da ordem de R$ 5,0 milhões.

- Estradas Rurais – contrato com a CODAPAR para execução de estradas rurais, tendo sido beneficiados os municípios de Diamante do Oeste, Assis Chateaubriand, Corbélia e Boa Esperança, com um total de 54 km e R$ 1,2 milhão.
- Repasse de R$ 250,0 mil ao município de Querência do Norte para aquisição de 200 toneladas de semente de arroz e de R$ 375,0 mil para aquisição de adubo orgânico.
- Repasse de recursos à Associação de Cooperativas Agrícolas e da Reforma Agrária (ACAP), da ordem de R$ 1,3 milhão, para implantação de 18 Unidades Demonstrativas (leite, café, frutas, cultivos florestais e olerícolas) e aquisição de sementes e óleo diesel para o desenvolvimento dos assentamentos.
- Repasse de R$ 200,0 mil ao município de Barracão, devido à situação de calamidade pública (insumos agrícolas e horas máquinas).
- Projeto de Melhoria da Trafegabilidade das Estradas Rurais - beneficiados 147 municípios, com um total de 1.500 km e recursos de R$ 4,3 milhões.
- Repasse de R$ 300,0 mil ao município de Piraquara – 20 km de estradas rurais.

10.1.2 Divisão de Desenvolvimento Rural

Atividades realizadas:

- Conselho de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) - apoio à Secretaria Executiva e representação nas seguintes instâncias ligadas ao CEDRAF: a) Câmara Técnica de Cadastramento de Instituições para Prestar ATER; b) Câmara Técnica de Análise de Projetos apoiados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios (PRONAT).
- Coordenação Técnica do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial – PRÓ-RURAL: conclusão do Manual Operacional do Programa e aprovação do Banco Mundial; realização de 12 eventos de capacitação dos técnicos do Instituto EMATER; realização de oito eventos de divulgação e explicação do Programa junto aos Colegiados Territoriais; início dos procedimentos administrativos financeiros para aquisição de veículos e equipamentos de informática para estruturação da SEAB visando à execução do Programa, com previsão de investimentos na ordem de R$ 2,0 milhões; formalização de Termos de Cooperação Técnica entre SEAB e os parceiros executores (EMATER, ITC e AGUASPARANA); elaboração da minuta do edital de Chamada Pública para apoio a projetos de negócios das organizações da agricultura familiar; capacitados 100 técnicos e 500 lideranças municipais e territoriais; assinados quatro Termos de Cooperação Técnica; representação da SEAB no Grupo de Trabalho para construção da estratégia do SEAGRI para atuação na Agroecologia; representação no Grupo Gestor Estadual do Programa Família Paranaense da SEDS; apoio na execução do Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento junto aos jovens das Casas Familiares Rurais, convênio entre a SEAB, SEED, EMATER e ARCAFAR/SUL visando à capacitação de 70 educandos das Casas Familiares Rurais nas temáticas do Cooperativismo e Agroecologia.

10.1.3 Programa Leite das Crianças

Adquiridos 52.313.032 litros e despendidos recursos da ordem de R$ 71,1 milhões.

10.1.4 Cultivos Florestais

Principais realizações:

- Apoio à capacitação de 4.582 produtores e técnicos nas tecnologias aderentes ao programa de agricultura de baixo carbono (ABC); apoio à elaboração de 849 Projetos de Credito Rural – ABC; Pré-Inventário Florestas (mapeamento amostral) no valor de R$ 78,0 mil; 1ª fase do levantamento de viveiros florestais, com elaboração do Mapa Georreferenciado dos Viveiros Florestais; levantamento de grandes consumidores de madeira, com elaboração de um mapa de oferta e demanda de madeira para a secagem de grãos; apoio à realização do 4° Congresso Florestal Paranaense (R$ 8,0 mil); firmado convênio para construção de Viveiro Florestal no município de Campo do Tenente (R$ 39,6 mil); convênio para implantação de sistema de captação, adução, reservação e irrigação na comunidade de Gurucaia, no município de São Jorge do Patrocínio (R$ 344,2 mil).

10.2 Departamento de Economia Rural (DERAL)

Principais realizações:

- Valor Bruto da Produção (VBP) - pesquisa e análise de preço de produtos que identifica a cota parte do ICMS e a renda agropecuária por município – Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com 500 produtos ano in natura por município, sendo beneficiados 399 municípios.
- Pesquisa de Safra (PSS) - pesquisa e situação de área, produção e rendimento de lavouras, segundo as fases, em 32 lavouras (09 de verão, 05 de outono, 07 de inverno e 11 de outras/demais), nos 399 municípios.
- Custo de Produção - pesquisa e estudo de rentabilidade econômica por lavoura/ tecnologia, em 13 lavouras, tendo beneficiado universidades, institutos de pesquisa públicos e privados e produtores rurais.
- Preço Recebido pelo Produtor - pesquisa e análise de preços de 56 produtos/mês.
- Preço Recebido pelo Produtor - pesquisa e análise de preços de insumos e fatores de produção, em 19 Subgrupos, 762 insumos e fatores de produção (trimestre).
- Preço de Terra Agrícola - pesquisa e análise de terra roxa, mista e arenosa, segundo quatro tipos de tecnologia, com uma pesquisa a SEFA, por município/ano.
- Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA) - pesquisa e análise de preços de produtos - 12 produtos à imprensa e produtores/dia.

- Preço Recebido, Atacado e Varejo - pesquisa e análise de preços de 173 produtos (56 recebido, 42 atacado e 75 varejo) por mês.
- Serviço de Informação (SID) - pesquisa e análise da relação lavoura e clima, com um relatório síntese por Núcleo/dia. Beneficiários: universidades, bancos, setor público e privado do agronegócio.
- Agrometeorologia - pesquisa, análise e relatório de precipitação, temperatura máxima, mínima e umidade relativa do ar, com um relatório, por Núcleo (dia e mês). Beneficiários: produtores rurais, pesquisa, ATER.
- Conjuntura Econômica - pesquisa e análise de conjuntura, tendência de mercado e logística por produto, com 30 relatórios/mês. Beneficiários: produtores, pesquisadores, universidades, setor de agronegócio e cadeia produtiva.
- Prognóstico Agropecuário - pesquisa e análise de tendência de mercado e logística por produto, a nível Brasil e Mundo e, crédito agrícola à próxima safra, com 30 relatórios/ano.
- Conferências - relatórios da agropecuária em discursos e pronunciamentos a nível técnico e de autoridades, com 20 relatórios/ano.
- Trator Solidário - edital de credenciamento às empresas fabricantes de trator de pneu, visando à comercialização ao agricultor familiar, via crédito de investimento de banco, Agência de Fomento e Agentes de Crédito de Cooperativas, com subvenção do FDE – Governo do Paraná, de 1.000 tratores, subdivididos em cinco categorias de nível de tecnologia, segundo três tipos de preços, ao produtor rural (ano). O valor disponibilizado para subvenção econômica/equivalência em produto pelo FDE é de R$ 6,0 milhões. O valor dos financiamentos ao amparo dos recursos do PRONAF/Mais Alimentos foi de cerca de R$ 62,4 milhões, para aquisição dos tratores pelos agricultores familiares. A intervenção do Estado no processo de seleção das empresas fornecedoras de tratores gerou uma economia aos beneficiários/agricultores familiares, de cerca de R$ 19,6 milhões. Esses recursos poderão ser aplicados na melhoria das propriedades, dos sistemas de produção e da qualidade de vida do homem do campo.
- Grupo de Trabalho e Estudos - pesquisa e elaboração de 100 estudos e pareceres técnicos em apoio às instituições público-privadas, Produtores, Universidades.

10.3 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR)

Autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), criada pela Lei Estadual n°17.026, de 20/12/11, regulamentada pelo Decreto Estadual n°4.377/12, atua de forma descentralizada, em 22 Unidades Regionais e 132 Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (ULSAs). A ADAPAR tem a missão de executar o serviço oficial de defesa agropecuária no Paraná, promovendo a saúde animal e a sanidade vegetal, a inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a qualidade dos insumos agropecuários e o adequado uso do solo agrícola.

As principais atividades, de janeiro a outubro, foram:

10.3.1 Gerência de Laboratórios - Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti (CDME)

- Realização de 43.394 ensaios laboratoriais em bacteriologia, parasitologia e virologia, para certificação semestral das granjas de Reprodutores de Suínos do Paraná, além de atender às demandas de algumas integrações nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo.
- Realização de 847 análises microbiológicas de alimentos subsidiando o trabalho de fiscalização realizado pelo GIPOA-PR em carne e produtos cárneos, leite e seus derivados para o consumo geral, além dos Programas Leite das Crianças e Leite Paraná e ainda análise físico-química para detecção da fraude de excesso de água em frango congelado.
- Realização de 2.582 análises laboratoriais de fitossanidade atendendo a demanda de fiscalização e sanidade vegetal.
- Diagnóstico de todas as amostras de animais oriundas do Estado do Paraná no atendimento ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros.
- Atendimento ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose (PNCEBT), processando as amostras de soro sanguíneo colhidas para certificação de propriedades, assim como isolamento bacteriano de amostras de órgãos e lesões suspeitas de Tuberculose oriundas de linhas de abate.

10.3.2 Gerência de Saúde Animal

- Programa contra febre aftosa - 6.133 propriedades produtoras fiscalizadas; 3.000 comerciantes de vacinas fiscalizados; 12.956 animais com vacinação assistida.
- Programa contra brucelose e tuberculose - 215 propriedades produtoras fiscalizadas; 1.732 comerciantes de vacina fiscalizados; 1.781 bezerras vacinadas; 367 bovinos sacrificados.
- Programa contra Raiva e EEB - 4.230 propriedades fiscalizadas; 159 abrigos de morcegos controlados; 267 capturas de morcegos; 3.174 animais vacinados.
- Programa de saúde de equídeos, caprinos e ovinos, sanidade avícola e de suídeos - fiscalizadas 4.456 propriedades produtoras e 197 estabelecimentos que comercializam vacinas; 7.559 animais inspecionados.

10.3.3 Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal

- Programa de Inspeção de Produtos de Origem Animal - fiscalizados 1.020 estabelecimentos (matadouros, fábricas de conservas, laticínios, etc); avaliados 140 projetos; destruídos 12.580 e apreendidos 16.106 Kg de produtos impróprios ao consumo; emitidos 865 relatórios em auditorias.

10.3.4 Gerência de Sanidade Vegetal

- Programa da citricultura e outras espécies - fiscalizadas 1.703 propriedades produtoras, 25 unidades de beneficiamento de frutas, 423 estabelecimentos produtores de mudas e 419 centrais de abastecimento; 628 autorizações para plantio; 2.068 mudas interditadas ao comércio.
- Fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos, receituário agronômico, fertilizantes e sementes - fiscalizados 6.000 estabelecimentos comercias e 650 propriedades produtoras; 147.345 toneladas de insumos interditados ao comércio; 01 estabelecimento comercial interditado; 67 amostras fiscais coletadas para análise de resíduos de agrotóxicos.
- Fiscalização do vazio sanitário da soja - 1.244 notificações para eliminação de plantas remanescentes.
- Fiscalização do uso do solo agrícola - 549 propriedades fiscalizadas; 117 notificações para projetos de conservação de solos.

10.3.5 Gerência de Trânsito Agropecuário

- Realizadas 825 fiscalizações volantes; fiscalizados 276 eventos agropecuários e 36.688 animais em eventos agropecuários.

10.3.6 Gerência de Apoio Técnico

- Atualizados 30.000 cadastros de explorações pecuárias; 335 registros de estabelecimentos comerciantes de insumos agropecuários; 752 processos de registros de estabelecimentos atualizados; 165 profissionais habilitados; 103 marcas de gado registradas.

10.4 Instituto Paranaense de Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER)

10.4.1 O Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

A estrutura atual do EMATER é de 1.218 técnicos (engenheiros de pesca, agrônomos e florestais, veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas, e técnicos do setor de bem estar social), sendo 1.216 próprios e 66 disponibilizados por prefeituras, bem como por uma estrutura de apoio técnico e administrativo integrada por 326 profissionais de diversas formações profissionais.

Em 2012, o Instituto prestou assistência direta a 133.500 pessoas do meio rural paranaense, distribuídos conforme tabela a seguir:

CATEGORIA	ATENDIDOS
Agricultores Familiares	90.286
Trabalhadores Rurais	2.742
Pescadores Artesanais	917
Jovens Rurais	3.137
Mulheres	9.612
Assentados	17.662
Outras Categorias	9.144
TOTAL	133.500

Para tanto, foram executados 272.812 métodos extensionistas, conforme tabela a seguir. O trabalho foi executado em articulação e parceria com instituições e organizações da sociedade civil, visando consolidar e ampliar ações ligadas aos planos de desenvolvimento e programas de formação de líderes, bem como planos governamentais de desenvolvimento e de inclusão social, que permitiu a participação de 850 mil pessoas nos 140 maiores eventos do Estado.

METODOLOGIA EXTENSIONISTA EXECUTADA	QUANTIDADE
Atendimentos Individuais	118.097
Visitas técnicas	146.036
Reuniões	5.446
Excursões para Intercâmbio Técnico	923
Cursos	824
Encontros	240
Oficinas	343
Dias de Campo	216
Seminários	79
Caminhadas	34
Exposições	43
Diagnósticos Participativos	38
Treinos-Visita	24
Campanhas	25
Concursos	15
Ralis	02
TOTAL	272.385

10.4.2 Abordagem Territorial e Desenvolvimento Rural

O Instituto atuou em desenvolvimento territorial em 131 municípios das 20 regiões administrativas do Estado. No trabalho, foram envolvidos 321 técnicos, tendo sido atendidas 9.860 pessoas, incluindo o inicio dos trabalhos no Pró-Rural.

Foram iniciados os trabalhos referentes à Chamada Pública lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e vencidas pelo Instituto EMATER, visando a Diversificação Produtiva nas Áreas de Tabaco no Centro Sul do Paraná, num valor total de R$ 1,1 milhão, atingindo 10 municípios com 960 beneficiários. Também foram encerrados os trabalhos em outras cinco Chamadas Públicas envolvendo três Territórios da Cidadania no Estado (Norte Pioneiro, Paranacentro e Cantuquiriguaçu).

10.4.3 Ações de Sustentabilidade do Meio Ambiente

Buscando a sustentabilidade do meio ambiente paranaense, foram executadas importantes ações, que permitiram alcançar a 24.151 pessoas em 330 municípios do Estado, com destaque para:

PRINCIPAIS AÇÕES DE MEIO AMBIENTE	PÚBLICO ATENDIDO	ÁREA (ha)
Manejo Correto de Solos e Água	13.635	82.183
Educação Ambiental	6.380	-
Manejo Integrado de Pragas	1.200	44.000
Acerte o Alvo	3.000	120.000

Destacam-se, também, as ações do Programa de Distribuição de Calcário que atendeu a 14.100 agricultores familiares, em 191 municípios, representando a distribuição de 141.100 toneladas no valor de R$ 10,0 milhões.

Foram recolhidas 830 toneladas de BHC e outros agrotóxicos obsoletos, em ação inédita no país, por meio de parceria com SEAB, SEMA, IAP, INPEV, FAEP e OCEPAR. E ainda, concluídas as bases para o trabalho de gestão de solos e águas em microbacias, que no primeiro ano deverá abranger a 150 microbacias hidrográficas, processo este desenvolvido em parceria com organismos do Estado, cooperativas, sindicatos e entidades estaduais.

10.4.4 Apoio à Geração de Renda da Agricultura Familiar

Em 2012, foram atendidos com grande ênfase os projetos relacionados na tabela a seguir, com os respectivos beneficiários:

PROJETOS TRABALHADOS	PÚBLICO ATENDIDO
Leite	37.639
Carnes	4.233
Grãos	34.331
Olericultura	12.433
Fruticultura	8.094
Cultivos Florestais	3.985
Café	6.131
Aquicultura e Pesca	2.576

Merece ainda citar o trabalho realizado em agroecologia junto a 2.070 pessoas, bem como o projeto de agroindústria que dirigiu suas ações a 1.750 pessoas, incentivando a criação de 53 novas agroindústrias.

Foram ainda realizadas 12 Feiras de Sabores do Paraná oportunizando negócios a 780 agroindústrias familiares e três feiras de produtos e serviços para agroindústria.

Assinado convênio com a APRAS permitindo a inserção de 75 gôndolas de produtos da agroindústria familiar nos mercados associados, além da participação de agroindústrias familiares assistidas nos Mercadões familiares em Curitiba.

Em relação ao PNAE Estadual, apoiou-se a realização de compras de 6.726 toneladas de 71 tipos de alimentos, mais 818 toneladas de produtos orgânicos de 95 cooperativas e associadas, totalizando R$ 23,6 milhões, em 176 municípios. Foi ainda realizada a compra de 6.565 toneladas de 81 tipos de alimentos de 200 grupos, associados em cooperativas de agricultura familiar.

10.4.5 Inclusão Social

O Instituto EMATER também executou significativo trabalho em inclusão social, de forma integrada com os governos Federal e Estadual, que visam o acesso do público carente aos benefícios de programas existentes. Foram atendidas 38.247 pessoas em 257 municípios por mais de 500 extensionistas rurais. Entre as principais ações, destacam-se:

INCLUSÃO SOCIAL - ATIVIDADES PRINCIPAIS	PESSOAS ATENDIDAS
Mobilização para Acesso às Políticas Públicas	12.084
Melhoria da Alimentação Familiar – criação de animais, implantação de pomares, hortas, lavouras de subsistência e transformação e conservação de alimentos de subsistência	3.460
Orientação para cidadania	4.573
Orientação para alternativas de geração de renda	5.094
Abastecimento de Água Domiciliar	1.239

Além das ações citadas foram desenvolvidos programas em parceria com a SESA - Mãe Paranaense e com a SEED - Programa de Alimentação Escolar.

10.4.6 Outros Programas Sociais

Atuou também em outros programas sociais dos governos Federal e Estadual, voltados ao público rural carente, destacando-se:

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	FAMÍLIAS ATENDIDAS
Morar Bem Paraná Rural	5.643
Luz para Todos - Cadastramento, Divulgação e Uso da Energia Elétrica	597
PAA, PNAE - Atendimento em Comercialização da Agricultura Familiar	4.202
Artesanato - Qualificação para a Produção de Produtos Artesanais	138

No Programa Morar Bem Paraná Rural foram aplicados R$ 158,0 milhões em parceria com a COHAPAR.

10.4.7 Crédito Rural

O trabalho em Crédito Rural, desenvolvido em parceria com diversas entidades financeiras foi intenso, alcançando 44.000 pessoas com 72.844 atendimentos individuais e grupais. As ações permitiram que os agricultores paranaenses acessassem a R$ 949,0 milhões mediante a contratação de 58.000 operações financeiras. Os dados que seguem destacam algumas ações importantes realizadas.

PRINCIPAIS AÇÕES EM CRÉDITO RURAL	PLANOS ELABORADOS	VALOR FINANCIADO (R$)
Elaboração de Projetos de Crédito para Investimentos	7.663	175.965.914,81
Elaboração Projetos de Custeio - PRONAF	13.461	214.703.540,02

10.4.8 Assentamentos Rurais

O trabalho foi realizado em parceria com o INCRA e a Fundação Terra, permitindo que 17.662 famílias em 216 assentamentos no Paraná recebessem assistência técnica, econômica, social e ambiental.

10.4.9 Ações Administrativas

Durante o ano foram reformadas 200 unidades locais, com a aquisição de 767 móveis de trabalho.

10.5 Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)

Autarquia vinculada à SEAB tem como missão promover e apoiar ações de capacitação, pesquisa, ensino, comunicação e articulação entre pessoas e organizações, voltadas à produção agropecuária e ao consumo sustentáveis, baseados nos preceitos da agroecologia. Tendo sua proposta de reestruturação, construída pela diretoria que assumiu em janeiro de 2011 e aprovada no âmbito da SEAB no mesmo ano, ainda em fase de implantação, desenvolveu em 2012 as seguintes atividades.

10.5.1 Capacitação e Divulgação de Referências

Em 2012, o CPRA recebeu ao todo 1.281 pessoas, em eventos de capacitação e divulgação de referências nas seguintes áreas temáticas:

- Produção e bem-estar animal - produção de leite em bases agroecológicas, sistema de pastoreio racional Voisin, integração ovinocultura de corte e fruticultura, manejo de dejetos e resíduos orgânicos.

- Produção vegetal integrada - olericultura orgânica, plantas medicinais, aromáticas e condimentares, sistemas silvipastoris e agroflorestais.
- Recursos naturais - meliponicultura, educação ambiental.
- Engenharia alternativa - uso sustentável do bambu em bioconstruções rurais.
- São parceiros destas ações as seguintes instituições: SENAR, IFPR, EAD IFPR/MEC, IAPAR, EMATER-PR, UFPR, CEDEJOR, ARCAFAR, UFSC, SEED, FETAEP, UFFS, UTFPR, prefeitura de Pinhais, CEDRAF, CPOrg, AOPA e Rede Ecovida.

10.5.2 Pesquisa

O CPRA apoiou as seguintes ações de pesquisa, em parceria com universidades e instituições de pesquisa:

- IAPAR e UFPR – experimento de campo que deu origem ao trabalho intitulado "Desafios no controle da requeima da batata com óleos essenciais em sistema orgânico de produção no Paraná, Brasil", apresentado, na forma de pôster, no 45.º Congresso Brasileiro de Fitopatologia, em Manaus-AM, em agosto.
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - curso de Mestrado em Agroecossistemas – LETA - Núcleo PRV: (1) experimento de campo que deu origem à Dissertação de Mestrado intitulada "Comportamento diurno de bovinos leiteiros em sistema silvipastoril sob Pastoreio Racional Voisin", de autoria do M.Sc. Méd. Vet. José Alfredo Bran Agudelo, Colômbia; (2) experimento de campo que deu origem à Dissertação de Mestrado intitulada "Componente arbóreo em pastagem sob Pastoreio Racional Voisin", de autoria do MSc. Eng. Ftal. Thomás Lopes Ferreira; (3) experimento de campo que deu origem à Dissertação de Mestrado intitulada "Qualidade do leite produzido em manejo de Pastoreio Racional Voisin, sob diferentes estágios fenológicos da pastagem", de autoria do mestrando Eng. Agr. William Goldoni Costa (em andamento).
- EMBRAPA e CNPFlorestas – pesquisa em Sistemas Silvipastoris, que deu origem aos trabalhos "Espécies arbóreas nativas para composição de Sistemas Silvipastoris Agroecológicos" e "Contribuição da Bracatinga (mimosa scabrella) para a produção de serapilheira em Sistema Silvipastoril Agroecológico", apresentados de forma oral e pôster, respectivamente, no VII Congresso Latinoamericano de Sistemas Agroflorestais na Produção Animal Sustentável, em Belém/PA, em novembro.

10.5.3 Relações Interinstitucionais

- Rede de Pesquisa em Agroecologia no Paraná - participou na organização e execução do seminário para constituição da Rede, realizada em agosto na sede do IAPAR em Londrina. Como estratégia de governança da Rede foi definida a composição de um comitê gestor, cabendo ao representante do CPRA assumir a função de secretário executivo.

- Redes de Referências em Agroecologia - no projeto de reestruturação do CPRA estão incluídas as Redes de Referências para a Agricultura Familiar (Redes) realizado pelo IAPAR, EMATER e outros parceiros no Estado. O CPRA terá participação nas Redes de Referências em Agroecologia e, para organizar o trabalho, participou na reunião anual da equipe das Redes realizada em setembro em Londrina. Está em curso o desenho de um projeto para a efetivação do trabalho.

10.5.4 Participação em eventos

- Técnicos do CPRA participaram em eventos ministrando palestras e capacitando técnicos, estudantes e agricultores em oficinas e cursos, dentre os quais se destacam: V Encontro Regional de Agroecologia do Oeste do Paraná, Medianeira; capacitação de professores da UNIOESTE sobre Produção de Leite em Bases Agroecológicas, Marechal Rondon; capacitação de técnicos da ADEOPI/Itaipu em Produção de Leite em Bases Agroecológicas, Medianeira; capacitação em Uso Sustentável do Bambu, Irati; capacitação em Produção de Leite em Bases Agroecológicas, na Jornada de Agroecologia, Londrina; participação em exposições agropecuárias e Dias de Campo: 24ª edição do Show Rural, em Cascavel, 2ª Mostra Tecnológica de Inverno, em Ponta Grossa, Expolondrina, em Londrina, Expoingá, em Maringá, Mostra Tecnológica, em Sabáudia, Dia de Campo de Olericultura, em União da Vitória, Dia de Campo de Olericultura Orgânica da UFPR, em Pinhais.

10.5.5 Constituição do Programa Paraná Agroecológico

O CPRA tem representante no grupo de sistematização que trabalhou na constituição do programa de promoção da agroecologia no Estado - Paraná Agroecológico. Articulações com técnicos do governo, representantes da sociedade civil e deputados foram realizadas para conduzir o processo.

10.5.6 Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica

Vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) e Comissão da Produção Orgânica no Estado do Paraná (*CPOrg*-PR), o CPRA tem presença nestes dois fóruns, exercendo a função de secretário executivo da Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica.

10.5.7 Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável

Participação no comitê gestor do projeto integrante do Programa Cultivando Água Boa, que tem como foco principal a promoção da agroecologia na Região Oeste do Paraná e envolveu vários parceiros do setor público e sociedade civil, tais como: Itaipu Binacional, IAPAR, EMATER, UNIOESTE, CAPA, BIOLABORE, COPERFAM, COOFAMEL, SEBRAE, ADEOP, Associação dos Municípios Lindeiros, associações de produtores e prefeituras da região.

10.5.8 Câmara Técnica de Meliponicultura

A CT Abelhas Nativas SEAB/CEDRAF, constitui-se de um espaço de discussão, de caráter multissetorial das questões mais relevantes sobre a temática, e tem por finalidade propor ações voltadas à consecução do desenvolvimento da Meliponicultura no Estado onde o CPRA participou ativamente.

10.6 Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR)

O IAPAR tem por missão prover soluções inovadoras para o meio rural e o agronegócio do Paraná e, em 2012, conduziu atividades consubstanciadas em 14 Programas de Pesquisa - Agroecologia, Agroenergia, Manejo de Solo e Água, Sistemas de Produção, Recursos Florestais, Produção Animal, Cereais de Inverno, Feijão, Milho, Algodão, Café, Fruticultura, Culturas Diversas e Propagação Vegetal, envolvendo 253 projetos de pesquisa.

O Instituo contribuiu com serviços consolidados e reconhecidos, apoiando o avanço da agropecuária paranaense por meio da disponibilização de novas variedades de plantas, sementes genéticas e básicas de qualidade, novos métodos e processos para melhoria no manejo de culturas e recursos produtivos e equipamentos para uso agrícola, entre outras atividades de importância para a produção paranaense, cujos destaques são relacionados a seguir.

Cabe destacar também que o IAPAR participou ativamente no processo de desenvolvimento do Plano Diretor de Pesquisa Agropecuária do Estado, promovendo reuniões em todas as regiões do Paraná, com objetivo de levantar as demandas da sociedade a respeito do tema. Foram realizadas nove reuniões, com mais de 300 participantes, com representação de produtores, sindicatos, cooperativas, associações, instituições financeiras e de fomento, prefeituras, universidades, ONGs entre outros membros da sociedade organizada.

10.6.1 Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

- Sistemas de Produção - o Programa organizou 12 cursos de 32 horas para 400 extensionistas do EMATER-PR visando sua preparação para instalar 3.000 unidades de referências e atender 45.000 produtores no Estado nos próximos três anos. Isso aliado ao acompanhamento de 250 famílias de produtores onde é feita a otimização de sistemas de produção e a tradicional produção escrita constituída de mais de 20 trabalhos apresentados em congressos e publicações.
- Manejo do Solo e Água - conclusão de experimento conduzido em Pato Branco, cujos resultados indicam que o uso de plantas de cobertura a longo prazo, em rotação com culturas comerciais de soja e milho, além de melhorar os atributos físicos, químicos e biológicos do solo, demonstram que as diferentes formas de fósforo do solo, além de serem protegidos pela matéria orgânica, podem também ser mais disponibilizados por meio do efeito de citrases (enzimas solubilizadoras de P).

- Produção Animal - após a fundação da Associação de Criadores de Purunã, em 2011, o IAPAR foi credenciado pelo Ministério de Agricultura e Abastecimento (MAPA) a emitir o Certificado Especial de Identificação e Produção (CEIP) da raça Purunã. Assim, empresas que desenvolvem genética bovina asseguram a procedência e desempenho dos animais e garantem que os touros, matrizes e sêmen comercializados têm desempenho superior e estão aptos a promover o melhoramento genético e gerar ganhos reais de produtividade.
- Cereais de Inverno: a) lançamento da cultivar de aveia branca granífera IPR Afrodite, que apresenta como características de destaque o alto rendimento, alta qualidade industrial e resistência a quatro espécies de nematóides (Meloidogyne incognita-raça 3, Meloidogyne javanica, Meloidogyne paranaensis e Meloidogyne enterolobii); b) outra importante conquista foi o certificado de proteção da cultivar IPR Catuara TM, outorgado pelo MAPA.
- Feijão: a) destaca-se a indicação para registro, de seis novas cultivares, sendo cinco do grupo comercial carioca, IPR Bem-te-vi (LP05-77), IPR Quero-quero (LP07-80), IPR Andorinha (Mult 5), IPR Curió (LP06-30), MD 1098 e uma do grupo preto Inhambu (LP06-80); b)obtidas 619 linhagens promissoras, sendo 331 do grupo comercial carioca 266 do grupo preto, 16 do grupo comercial branco e seis do grupo vermelho; c) identificadas novas fontes de resistência as principais doenças que ocorrem na cultura do feijoeiro, que poderão ter uso imediato pelos agricultores; d) em parceria com o Instituto EMATER, cooperativas, empresas, associações de produtores, sindicatos e prefeituras, participou de unidades de teste de validação e demonstração, onde foram disponibilizadas as principais tecnologias de cultivo do feijoeiro, como alternativa rentável.
- Milho - avaliação de cultivares de milho; divulgação dos Boletins Técnicos n° 77 e 78, que orientam técnicos e produtores na escolha de cultivares, com base em informações sobre produtividade, tolerância a doenças e pragas.
- Algodão: a) firmada cooperação científica entre IAPAR, IAC e Instituto Mato-grossense do Algodão (IMAmt) no campo do melhoramento genético do algodoeiro, que assegura resguardo de perda ou obsolescência de valioso patrimônio genético acumulado no IAPAR; b) encontra-se em vias de finalização o processo de piramidação de dois genes dominantes (identificados no IAPAR), que condicionam resistência completa à Ramularia areola, principal doença do algodoeiro no Brasil. A introgressão de tais genes em cultivares abre perspectiva para o pleno controle genético da doença, que hoje demanda entre sete e dez aplicações de fungicidas. Por consequência, poderá reduzir acentuadamente os custos de produção da cultura e os severos impactos na saúde humana e no meio ambiente promovido pelo intensivo uso desses agroquímicos.
- Café: a) lançamento da cultivar IPR 100, resistente ao nematóide Meloidogyne paranaensis, sem a necessidade de enxertia, apresentando ainda alta produtividade e rusticidade; b) o café especial produzido no Norte Pioneiro do Estado é o primeiro

produto paranaense a receber oficialmente a certificação de Indicação Geográfica do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que passou a ter a marca Norte Pioneiro do Paraná; c) realizado evento internacional, denominado "13.º Concurso de Qualidade de Cafés do Brasil – Cup of Excellence Early Harvest 2012", trazendo 27 juízes degustadores e observadores provenientes de todos os continentes. Além de contribuir para a capacitação dos pesquisadores e técnicos do IAPAR e da EMATER, possibilitou demonstrar a qualidade dos cafés do Paraná para estes formadores de opinião, abrindo oportunidades de negociar cafés especiais do Estado.

- Fruticultura: a) conclusão do estudo para a identificação da espécie do fungo (Colletotrichum spp) e estudo da biologia do patógeno (antracnose) com o objetivo de implementar medidas adequadas de controle dessa doença que provoca prejuízos na cultura de caqui em vários municípios do Paraná. Foram realizadas reuniões com técnicos e produtores para divulgação desses resultados e um folder técnico está sendo preparado; b) conclusão de experimento conduzido na região noroeste sobre manejo de solo em pomares de citros, com 10 anos de duração, realizado em parceria com a Cocamar, cujos resultados indicam práticas de manejo e cultivo de citros adequados para essa região; c) no campo da biotecnologia e fitopatologia prosseguem os estudos com resultados promissores para as principais doenças que afetam a citricultura; d) novos resultados com o uso de porta-enxertos para o cultivo de laranja e tangerina têm revelado novas opções para cultivo de certas variedades, com melhoria da produção e qualidade do fruto; e) conclusão de experimento para estudo visando à definição de recomendação de adubação de pomares de abacaxi na região noroeste do Paraná; f) início de projeto que realizará estudos preliminares para a implantação de estações de aviso fitossanitário para cultura da maçã no município de Palmas; g) retomada das pesquisas com melhoramento genético de fruteiras temperadas; h) implantação de projeto em parceria com o MDA que prevê várias ações em fruticultura no Vale do Ribeira; i) continuidade nas pesquisas com uva rústica com a introdução de novas variedades de copa e porta-enxerto.
- Culturas Diversas - o programa aglutina pesquisas em culturas de menor expressão econômica, ou com menor área de cultivo, sobre espécies promissoras como alternativas para a diversificação de agroecossistemas e apresenta como destaques: a) Desenvolvimento de duas cultivares de mandioca que serão lançadas até meados de 2013, sendo uma delas para processamento industrial com alto teor de matéria seca e conseqüente amido e outra para consumo de mesa com elevados teores de carotenóides, bom padrão e rapidez do cozimento; b) participação no Grupo de Trabalho, Oficinas do Projeto Projeto 539-MA Palmeira Juçara e Comunidades: manejo sustentável e promoção da cadeia de valor dos frutos, coordenado pela Ação Nascente Maquiné (ANAMA) e elaboração do documento base Diretrizes Técnicas para Boas Práticas de Manejo da Palmeira Juçara (Euterpe edulis Mart.); c) visita técnica ao Peru

para conhecimento do Centro que possui o maior banco de germoplasma do mundo de palmeira para palmito sem espinhos e elaboração de projeto de cooperação internacional com Instituições de pesquisa e Universidades daquele país; d) Batata – BRS IPR Bel – voltada para o mercado de processamento na forma de "chips" e de batata palha - apresenta potencial produtivo elevado e altos teores de matéria seca, potencial produtivo e com aptidão para a indústria de fritura.

- Propagação Vegetal - foram produzidas, aproximadamente 750 toneladas de sementes, tanto das categorias Genética e Básica, de cultivares IPR para o Sistema de Certificação, quanto de outros materiais para uso interno nos diversos programas de pesquisa do IAPAR, como também, para intercâmbio institucional e validação/difusão. Com 335 campos de produção de sementes em 73 parceiros externos licenciados mediante contratos, distribuídos pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, e, também, no Paraguai, das seguintes espécies/cultivares: adubos verdes, arroz, aveias forrageiras, café, centeio, feijão, milho, trigo e triticale.
- Serviços Tecnológicos - Alerta Geada: em seu 18.º ano de funcionamento, com expressivos resultados para o produtor do Estado, a partir de 2012 também pode ser enviado aos usuários cadastrados por meio de torpedo (SMS – Short Message Service) no celular.
- Publicações - lançamento e contribuição com diversos produtos editoriais, entre os quais 16 folderes, boletins técnicos e destaque para 14 livros publicados tratando temas como: avaliação de cultivares de milho, conexão ecológica, gestão por competências na administração pública, levantamento de solos, plantas daninhas de pastagens, qualidade do leite e silagem de milho na atividade leiteira. Destaque para o livro com edição bilíngue, coeditado com a FAO, entidade da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre plantio direto no sul do Brasil. Foram publicados mais de 150 trabalhos científicos em periódicos, congressos, eventos, havendo apresentação formal dos mesmos, em níveis nacional e internacional, com incentivo direto e/ou indireto do IAPAR.
- Eventos - cerca de 100 eventos foram promovidos pelo IAPAR ou realizados em parceria com outras instituições, entre Congressos, Seminários, Dias de Campo, Reuniões Técnicas e outros, com o objetivo de alcançar a missão institucional. Destaques para o Show Rural 2012 de Cascavel, 10.º Congresso Latino-Americano e do Caribe (CLIA), 41.º Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola (CONBEA), Agrobrasília 2012 – Feira de Tecnologia e Negócios de Brasília, 12.º Agroleite, Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem (CONIRD).
- Prêmios - recebido o Troféu "Franz Dafert", do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), prêmio dedicado a instituições e pessoas que tenham expressiva contribuição para o agronegócio e demais setores voltados à ciência e tecnologia.
- Visitas - foram recebidas na Sede do IAPAR, em Londrina, aproximadamente 2.300 pessoas, em quase 80 visitas, incluindo a participação de escolas particulares,

municipais, estaduais e especiais, entidades filantrópicas, escolas técnicas, universidades, e também 180 visitantes de Grupos Técnicos Internacionais e diversos membros da sociedade, como políticos e formadores de opinião. Entre os visitantes internacionais, o IAPAR recebeu delegações dos Estados Unidos, Japão, Holanda, Inglaterra, Argentina, Colômbia, Quênia, Austrália, Moçambique, entre outros.

- Cursos e Palestras realizadas: a) o Centro de Difusão de Tecnologia deu suporte, auxiliou na organização e na cessão de espaços para eventos, cursos de capacitação e treinamentos envolvendo mais de 5.600 pessoas; b) realizados oito cursos sobre o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) em parceria com o SENAR e MAPA nas principais regiões do Estado.
- Outras Ações Institucionais: a) foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), o primeiro curso de pós-graduação do IAPAR, em nível de Mestrado em Agricultura Conservacionista; b) o IAPAR integrou a missão técnica de agricultura à República Popular da China, organizada pela Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores; c) O projeto Produção de Sementes Genéticas e Básicas para o Desenvolvimento da Agropecuária Paranaense"recebeu R$ 3,0 milhões do Fundo Paraná para investimentos em infraestrutura e pesquisas; d) Programa de Iniciação Científica (ProICI) do IAPAR 2012/2013: 90 bolsas de iniciação científica, oriundos das universidades: UEL, UEPG, UTFPR, UNIFIL, UENP e SESCAG, sob a orientação de 46 pesquisadores do Instituto; e) em continuidade ao programa de recomposição do quadro de servidores, foram contratadas 168 pessoas, novos integrantes do quadro efetivo de pessoal; f) o pesquisador Ademir Calegari do Iapar esteve durante duas semanas na Zâmbia, a convite da FAO, entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) para agricultura e alimentação; g) participação na criação da Rede Paranaense de Pesquisa em Agroecologia; h) foram firmados e dado continuidade a diversos convênios e acordos de cooperação envolvendo COPEL, PETROBRAS, Itaipu, MAPA, MCT, SETI, MDA, Fundações, MDS, CNPq, EMBRAPA, FAPEAGRO, Consórcio Café, Universidade da Flórida, Fundecitrus, CAPES, Cooperativas e outras Universidades.

10.7 Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)

Atendendo ao Plano de Governo, que tem como meta implementar um "Novo Jeito de Governar, transparente e agregador, aberto à cooperação e à pactuação de objetivos de desenvolvimento com o mercado e o terceiro setor" (Metas de Governo, 2011-2014), a SEAB buscou reestruturar e modernizar o Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI).

Nesse sentido, definiu-se a remodelação e o direcionamento da forma de atuação da CLASPAR e da CODAPAR, para a criação de um novo ente público de prestação de serviços, via processo de incorporação da primeira pela segunda, com o objetivo de atuar na gestão de estradas rurais, de forma integrada com práticas conservacionistas, permitindo a trafegabilidade e preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento de projetos de engenharia rural; na logística do escoamento da produção agrícola aos mercados interno e externo; na classificação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; na mediação em matérias concernentes à classificação de produtos agrícolas nas relações comerciais; no apoio às atividades pós-colheita; na certificação e na rastreabilidade dos produtos da agricultura.

No mês de julho, efetivou-se a incorporação e para este alinhamento foi contratada a consultoria do TECPAR, para o desenvolvimento de um novo modelo de gestão, moderno, enxuto, com planejamento estratégico, mapeamento e redesenho de processos, alinhados ao modelo de gestão "BSC – Balanced Score Card". Nessa linha, algumas ações encontram-se em fase de implementação, tais como o PDV onde se obteve a adesão de 129 funcionários e o estudo técnico para reestruturação das unidades operacionais. Ainda em 2012 deverá ser submetido à aprovação do Conselho de Administração o novo modelo, bem como uma proposta para implantação do Plano de Cargos e Salários que visa à equiparação entre as funções das duas entidades e a valorização do seu corpo funcional.

Para atender aos seus novos objetivos, a CODAPAR iniciou uma série de ações e investimentos como:

- Em Paranaguá, onde está localizado o principal porto de exportação de graneis sólidos do país, foram iniciados os procedimentos visando a construção de um terminal portuário com capacidade para 50 mil toneladas, com investimentos previstos na ordem de R$ 50,0 milhões e participação da iniciativa privada. O terminal será interligado a um novo berço e prevê a instalação de uma fita transportadora exclusiva, possibilitando uma elevação significativa na capacidade de escoamento de safras.
- Implantação do Corredor de Exportação Oeste - as unidades armazenadoras da CODAPAR dispostas ao longo do corredor Cascavel (Porto Seco) – Guarapuava - Curitiba – Araucária, localizadas no principal canal de escoamento dessas regiões produtoras e também das safras agrícolas dos países vizinhos, começaram a ser preparadas para funcionar como projeto piloto com a possibilidade de escoamento nos modais ferroviário e rodoviário. Numa segunda etapa será implantado o Corredor de Exportação Norte, onde as Unidades armazenadoras dispostas ao longo desse corredor, deverão formar o complexo que interligará ao Corredor Leste, no seu principal canal de saída o Porto de Paranaguá, por meio de um sistema de armazenagem e expedição, coração desse sistema logístico de exportação.
- Em Cascavel, foram realizados investimentos no Porto Seco, importante mecanismo no desembaraço aduaneiro nos processos de importação e exportação, e no entrepostamento de mercadorias. A CODAPAR, em parceria com cooperativas e empresas da região, atuou

no despacho aduaneiro na exportação no segmento de frangos congelados (aproximadamente 200 containers/mês), via FERROESTE com destino a Paranaguá e recebeu para desembaraço na importação cargas de fertilizantes. Essas atividades deverão aumentar significativamente com a ampliação e adequações das estruturas.

- Programa de Adequação e Conservação de Estradas Rurais - na área de Engenharia Rural, a CODAPAR também iniciou uma reestruturação para gerenciar o programa. Para tanto, dedicou todo seu esforço e expertise na montagem do Projeto Patrulha do Campo,que é um dos componentes do Programa Estradas da Integração, coordenada e executada pelo Sistema Estadual de Agricultura e tem como objetivo implementar um novo conceito de adequação de estradas rurais integradas às práticas conservacionistas. A operacionalização por meio de Consórcios Intermunicipais, que recebem do Governo do Estado, os equipamentos que compõe as patrulhas, além do assessoramento técnico e capacitação dos Agentes Municipais.
- Armazenagem de produtos diversos - recebeu, processou e armazenou mais de 200 mil toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e congelados, em atendimento aos municípios e produtores rurais.
- Programa de Distribuição de Merenda e suprimentos escolares - armazenou alimentos que compõe a merenda escolar, móveis e livros escolares, destinados aos 399 municípios paranaenses, que beneficiam mais de 1.350.000 alunos de 2.139 escolas públicas.
- Execução de serviços de readequação em 54 km de estradas rurais nos municípios de Corbélia, Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste e Boa Esperança. No município de Guaratuba, encontram-se em fase de conclusão as obras de instalação do aterro sanitário com uma área total de 21.590 m^2.
- Recebida menção honrosa pela atuação de forma significativa no apoio às ações emergenciais aos municípios do litoral atingidos pela catástrofe de março de 2011, nas comemorações do centenário do Corpo de Bombeiros –homenagem da Defesa Civil.

10.8 Centrais de Abastecimento do Paraná S/A (CEASA/PR)

É uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, destinada a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, diretamente a varejistas e/ou consumidores, além de efetuar a compra, a venda, transporte e abastecimento de gêneros alimentícios, exclusivamente quando lhe competir a participação em programas sociais em sintonia com a política governamental.

Dentre as atividades realizadas, destacaram-se:

- Comercialização das cinco unidades atacadistas da CEASA/PR, conforme tabela a seguir, com os dados de volume em toneladas e valor em R$ mil.

TABELA 1 - VOLUME E VALOR DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

MOVIMENTAÇÃO EM (t) DAS UNIDADES DA CEASA PR - ANO 2012												
MÊS	VOL. (t)	VALOR (R$)	VOL. (t)	VALOR (R$)	VOL. (t)	VALOR (R$)	VOL. (t)	VALOR (R$)	VOL. (t)	VALOR (R$)	VOL. (t)	VALOR (R$)
	CTBA	CTBA	MGA	MGA	LDA	LDA	FOZ	FOZ	CSC	CSC	PR	PR
JAN	58.790,1	73.242,9	9.849,5	14.754,3	10.130,0	14.397,2	6.632,1	8.755,2	5.025,7	8.338,9	90.427,4	119.488,5
FEV	58.615,5	71.038,0	10.102,2	14.778,2	10.438,8	14.984,2	6.603,5	8.765,3	5.275,8	8.414,0	91.035,8	117.979,6
MAR	65.191,9	80.716,2	10.901,1	15.897,9	12.005,0	16.975,9	6.906,3	10.031,5	5.485,7	9.305,0	100.490,0	132.926,5
ABR	56.421,8	72.788,7	9.330,4	12.220,7	10.354,7	15.989,1	5.150,8	7.117,5	4.602,5	7.994,7	85.860,2	116.110,6
MAI	57.270,1	73.649,5	9.410,7	13.152,9	10.275,9	15.296,6	6.087,9	8.939,4	4.587,5	7.925,2	87.632,0	118.963,5
JUN	53.209,3	72.063,1	8.669,0	12.860,2	9.058,9	14.134,2	4.649,1	6.980,1	4.130,5	7.440,3	79.716,8	113.477,9
JUL	53.125,2	76.833,5	9.934,8	16.884,0	10.357,8	17.367,9	5.204,6	9.697,5	4.376,7	9.182,3	82.999,1	129.965,2
AGO	60.203,8	88.008,5	10.128,2	17.675,6	11.652,5	19.454,4	4.426,9	7.251,3	5.218,9	11.136,1	91.630,4	143.525,8
SET	58.531,2	89.402,7	9.063,3	16.887,0	13.531,4	23.332,8	4.352,0	7.144,2	4.740,1	9.824,2	90.218,0	146.590,9
				PREVISÃO (OUT, NOV E DEZ)								
OUT	62.000,0	80.800,0	10.200,0	17.000,0	11.300,0	19.300,0	5.700,0	8.300,0	4.800,0	10.000,0	94.000,0	135.400,0
NOV	60.000,0	80.000,0	10.000,0	17.000,0	11.700,0	19.200,0	6.000,0	9.000,0	5.000,0	11.000,0	92.700,0	136.200,0
DEZ	60.000,0	80.000,0	10.000,0	17.000,0	11.700,0	19.200,0	6.000,0	9.000,0	5.000,0	11.000,0	92.700,0	136.200,0
TOTAL	703.358,8	938.543,0	117.589,2	186.110,7	132.505,0	209.632,3	67.713,4	100.981,8	58.243,3	111.560,6	1.079.409,6	1.546.828,3

- Resumo do Estado – conforme tabela 2:

TABELA 2 - MOVIMENTAÇÃO DE HORTIGRANJEIROS EM VOLUME POR CENTRAL DE ABASTECIMENTO

UNIDADE	QUANTIDADE (t)	VALOR (R$ mil)
Curitiba	703.358,80	938.543,00
Maringá	117.589,20	186.110,70
Foz do Iguaçu	67.713,40	100.981,80
Londrina	132.505,00	209.632,30
Cascavel	58.243,30	111.560,60
TOTAL	1.070.409,70	1.546.828,40

- Abastecimento Social: Armazém da Família e Mercadão Popular - o programa sofreu interrupção em seu funcionamento em razão de reestruturação fiscal e operacional. Para o ano de 2013 está prevista a ampliação da ação para cinco novos municípios e o foco de ação será o atendimento a famílias em risco nutricional e alimentar, por meio de Armazéns Mercado Brasil, participantes, CEASA/PR, SEAB e MDS. O desempenho por município está demonstrado na tabela a seguir:

TABELA 3 - VOLUME VALOR DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS POR UNIDADE DE ARMAZÉM DA FAMÍLIA

ITEM	MUNICÍPIOS	VOLUME (T)	VALOR (R$ mil)	ATENDIMENTO
1	Guaraqueçaba	2	4	234
2	Tagaçaba	-	-	-
3	Superagui	-	-	-
4	Cerro Azul	0,2	1	40
TOTAL		2,2	5	274

- Banco de alimentos: Banco de Alimentos da CEASA/PR - tem como proposta diminuir o desperdício de hortigranjeiros na cadeia produtiva, contribuir com a alimentação de populações carentes atendidas pelas entidades sociais, e iniciar Ações de Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva de que toda pessoa tem direito a alimentação saudável, conforme segue:

TABELA 4 - VOLUME, VALOR DOS PRODUTOS DOADOS POR UNIDADE DE BANCO DE ALIMENTOS

ITEM	MUNICÍPIOS	VOLUME (t)	VALOR (R$ mil)	ENTIDADES MÉDIA MÊS	PESSOAS MÉDIA MÊS
1	Curitiba	4.320	6.264,00	230	95.000
2	Casavel	3.192	4.628,40	145	65.496
3	Foz Do Iguaçú	828	1.200,60	93	18.000
4	Londrina	1.500	2.175,00	54	12.500
5	Maringá	1.656	2.401,20	58	26.335
TOTAL		11.496	16.669,20	580	204.843,50

- Recuperações e Adequações de Áreas e demais Investimentos na CEASA/PR – foram realizadas obras no valor de R$ 112,4 mil e adquiridos equipamentos no valor de R$ 41,2 mil, com investimentos totais de R$ 153,6 mil nas unidades de Curitiba, Foz do Iguaçu, Maringá e Cascavel.

11

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

11 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)

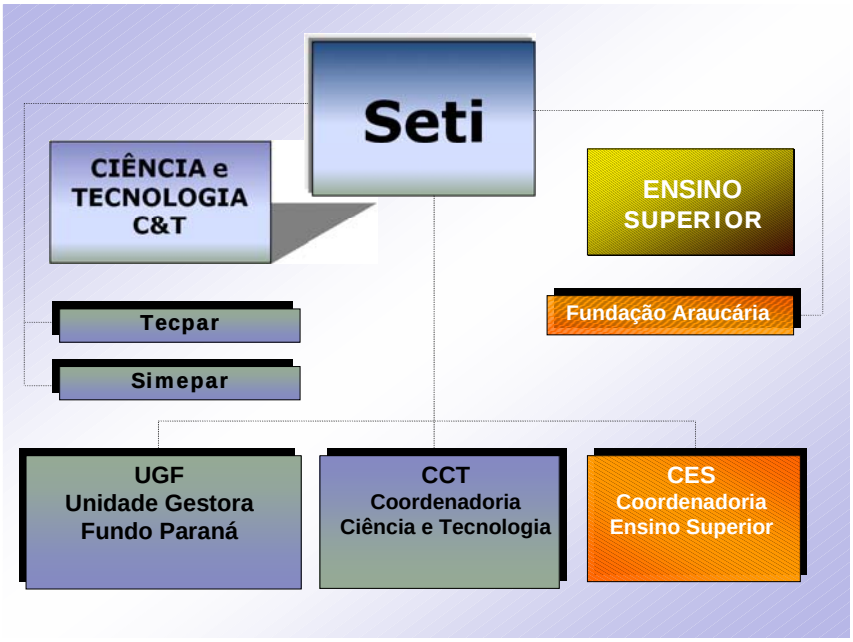
A SETI, criada em 1987, tem por missão definir, coordenar e executar políticas diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Tem sua estrutura composta por Coordenadorias, Assessorias, Grupos Setoriais e Setores, e ainda conta com órgãos e entidades a ela vinculados, quais sejam:

- Instituições de Ensino Superior (IEES) - sete Universidades Estaduais, com atividade de ensino presencial em 38 municípios.
- Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) - empresa pública dedicada à pesquisa, desenvolvimento e produção de bioenergia, imunobiológicos, antígenos e química fina além de prestação de serviços tecnológicos.
- Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná – Organização Privada de Interesse Público, destinada ao apoio à pesquisa.
- Instituto Tecnológico SIMEPAR – tem por finalidade prover a sociedade de informações de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental, bem como conceder, desenvolver e executar projetos de pesquisa científica e tecnológica, formação e capacitação profissional. Sua natureza jurídica encontra-se em fase de alteração para Serviço Social Autônomo, por meio de projeto de lei em tramitação.

Dentre as Unidades da Administração Direta, além dos Grupos Setoriais, cabe destacar: Coordenadoria de Ciência e Tecnologia (CCT), Coordenadoria de Ensino Superior (CES) e Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF).

A figura a seguir demonstra de forma resumida o Sistema SETI:



A SETI integra também mais de 60 Conselhos Estaduais, assim como participa de diversos fóruns, colegiados e câmaras técnicas, mediante atuação de membros titulares e suplentes no campo da Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, além de colaborar com outros órgãos dos setores público e privado.

O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia, presidido pelo Governador do Estado, é o responsável pela definição das áreas prioritárias, a serem apoiadas com recursos do Fundo Paraná. Para atuar em consonância com as Metas de Governo, foram definidas as seguintes áreas estratégicas:

- Ciências Biológicas e Biotecnologias (agrícola, avícola, florestal, saúde).
- Indústria Alimentar.
- Energias Renováveis.
- Metalomecânica.
- Tecnologias da Informação e Comunicação.
- Ciências e Tecnologias Ambientais.
- Polos, Parques Tecnológicos e outros *habitats* de inovação.
- Ciências e Tecnologias Agrárias.
- Mobilidade.
- Fortalecimentos dos ativos portadores de desenvolvimento tecnológico.
- Melhoria do Ensino Superior.

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paranaenses (CRUEP), criado em 2011, composto pelo Secretário da Pasta e pelos reitores das Universidades, reúne-se mensalmente para discussão de assuntos de interesse comum entre a SETI, as IEES e demais órgãos e entidades relacionadas ao ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.

A ciência, tecnologia e inovação estão intrinsecamente ligados ao ensino superior e tem experimentado avanços consideráveis nos últimos anos.

Merece destaque a sanção da Lei de Inovação - Lei n.º 17.314 de 24/09/2012 – antiga aspiração da comunidade envolvida, já que o Paraná era um dos poucos estados que não possuía regulamentação legal nesse sentido. Esta Lei proporcionará grande avanço para o nosso Estado na integração entre o poder público, em especial as IEES, e o setor privado, visando ao aprimoramento tecnológico que seguramente alavancará o desenvolvimento econômico do Paraná tornando-o cada vez mais competitivo.

11.1 Sistema Estadual de Ensino Superior

Ao longo dos últimos trinta anos, a Educação Superior – competência do governo federal – tem recebido especial atenção do Governo do Estado do Paraná, o que resultou na significativa expansão da oferta deste grau de ensino público. Neste mesmo período, impulsionado em parte pela ausência de vagas públicas, iniciou-se o crescimento do número de instituições privadas de ensino superior no Estado que, em 2009, representavam mais de 89,4% do total da oferta, repetindo o fenômeno que ocorre no Brasil como um todo, conforme demonstram os dados da

tabela 1. Ressalta-se que no Estado do Paraná, das 19 instituições públicas de ensino superior, 13 eram mantidas pelo Governo do Estado.

TABELA 1 - NÚMERO E PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES, POR CATEGORIA ADMINIST'RATIVA - BRASIL, REGIÃO SUL E ESTADO DO PARANÁ - 2009

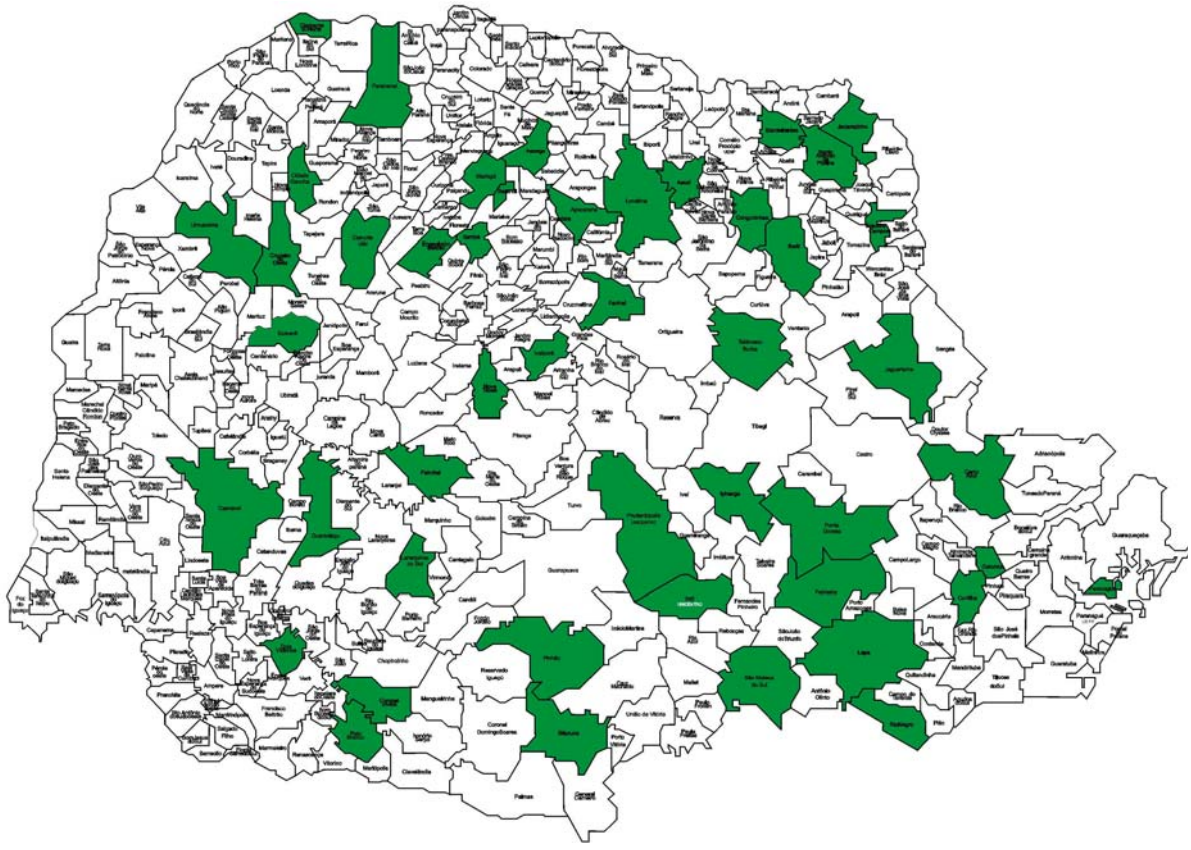
INSTITUIÇÕES	N.º	%
BRASIL		
Pública	245	10,59
Privada	2.069	89,41
Total	2.314	100,0
REGIÃO SUL		
Pública	39	10
Privada	347	90
Total	386	100,0
PARANÁ		
Pública	(1)19	10
Privada	164	90
Total	183	100

FONTE: DEAES/INEP/MEC - 2009

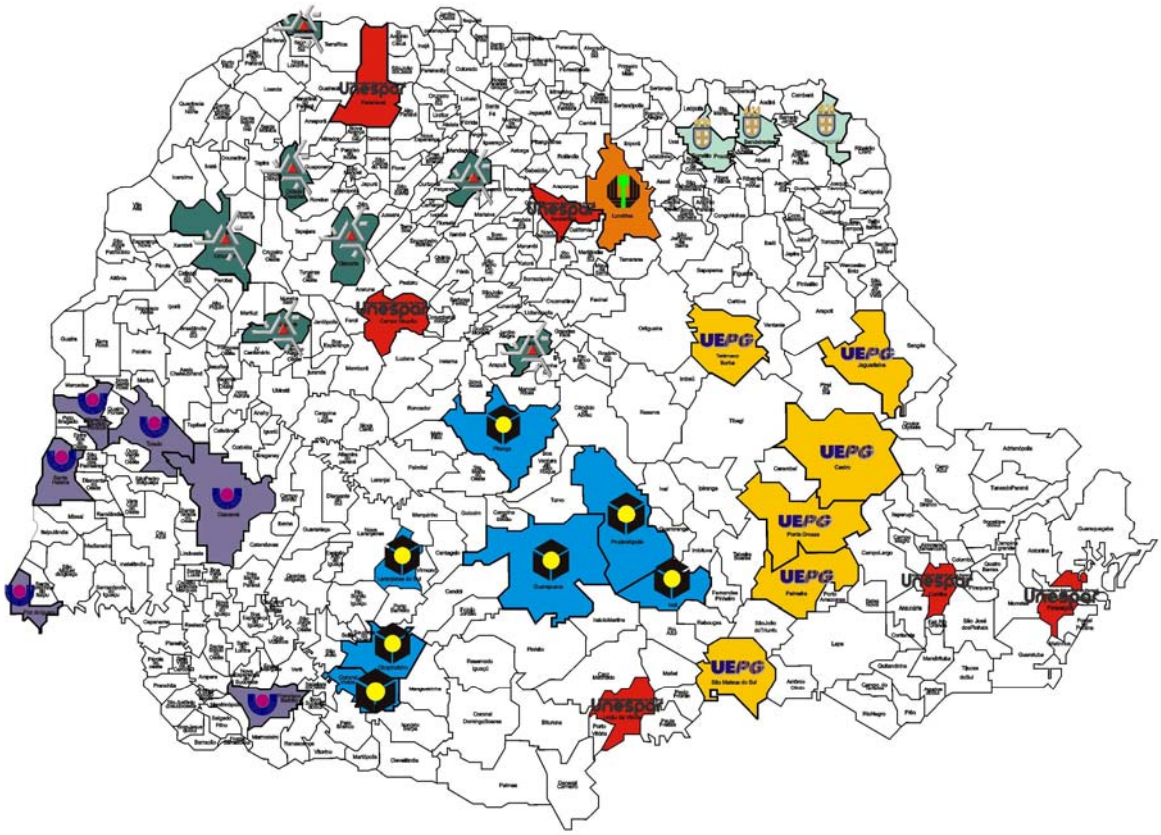
(1) 13 Estaduais.

O mapa 1, demonstra as cidades abrangidas pelo ensino superior à distância ofertado pelas IEES paranaenses, enquanto o mapa 2 indica a localização geográfica das instituições estaduais de ensino superior instaladas no Paraná, espalhadas por 38 municípios com atividades presenciais e abrangência em todas as regiões do Estado.

MAPA 1 - CIDADES COM ENSINO A DISTÂNCIA OFERTADOS PELAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS



MAPA 2 - ABRANGÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO SUPERIOR NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM ATIVIDADES PRESENCIAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



SETE UNIVERSIDADES:

Universidade Estadual de Londrina · UEM Universidade Estadual de Maringá · UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa · unioeste Universidade Estadual do Oeste do Paraná · UNICENTRO · UENP · Unespar Universidade Estadual do Paraná

Os dados relativos ao Sistema Estadual de Ensino Superior e sua Estrutura Organizacional resumida, estão apresentados a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	N.º
Cursos de Graduação	285
Cursos de Especialização	302
Cursos de Mestrado	126
Cursos de Doutorado	47
Número de Alunos:	123.000
Número de Docentes - 85% com Mestrado e Doutorado	7.000
Número de Agentes Universitários	8.600
Campus Universitários	30
Polos de Ensino à Distância, em 47 municípios	83
Colégios de Aplicação Pedagógica	03
Hospitais Universitários	03
Hospitais Veterinários	06
Escritórios de Aplicação Jurídica	05
Centros Odontológicos	05
Clínica de Fisioterapia	02
Laboratórios de Análises Clínicas	04

Os três Hospitais Universitários existentes têm dupla função: uma acadêmica, como hospitais escola e outra como importantes polos de atendimento regional à saúde do Estado.

Encontra-se em trâmite Projeto de Lei transformando o Hospital Regional de Ponta Grossa em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, ligado à UEPG.

Conforme demonstrado, o Paraná tem uma ampla estrutura de ensino superior mantida pelo Estado. A meta da SETI, em termos gerais, é consolidar a estrutura existente, buscando meios para o alcance da excelência dos cursos e programas institucionais. Além disso, as universidades estaduais são importantes locais de produção de conhecimento científico e inovação tecnológica, sendo outra meta a de disseminar essa produção, ampliando parcerias e atraindo investimentos de diferentes órgãos de financiamento, o que já vem acontecendo conforme será demonstrado a seguir.

Com a manutenção e consolidação do Sistema Estadual de Ensino Superior não resta dúvida de que se está colaborando para o desenvolvimento do Estado com a finalidade de melhoria na qualidade de vida das pessoas e, desta forma, cumprindo o previsto entre as Metas do Governo. As universidades, como representantes dos níveis superiores acadêmicos, estão habilitadas e têm a responsabilidade de fomentar as diretrizes, metas e estratégias para impulsionar o desenvolvimento do Estado.

Para a manutenção do sistema em 2012 o Governo despendeu em torno de R$ 1,6 bilhão.

11.2 Dificuldades enfrentadas no exercício

A principal dificuldade enfrentada em 2012 foi de ordem orçamentária, pois como já dito, a responsabilidade pelo ensino superior é do Governo Federal, todavia este não aporta recursos para a manutenção do sistema, e dessa forma todos os recursos ficam por conta do Tesouro estadual que, como se sabe, tem inúmeras demandas para atender em todas as áreas de atuação do governo. Isso fez com que o orçamento das IEES fosse insuficiente, levando à necessidade de suplementação orçamentária logo no início do exercício.

As emendas ao orçamento da União para as IEES até o presente momento não foram liberadas, não obstante as gestões nesse sentido pelo titular desta pasta e dos Reitores das IEES.

Representantes da Secretaria estiveram reunidos com a bancada paranaense em Brasília pleiteando emendas, de bancada e individuais, ao orçamento da União para o exercício de 2013.

11.3 Realizações

Não obstante as dificuldades encontradas, resultados auspiciosos vêm sendo obtidos, como exemplos:

- Criação da Rede SETI de Esportes - em parceria com a SEES, visando ao aproveitamento de pesquisas e produção científica das Instituições de Ensino Superior do Paraná, elaborando e executando em rede as políticas de ciência e tecnologia para o esporte.

- Manutenção e ampliação do Programa Universidade Sem Fronteiras - concebido como o maior programa de extensão universitária, em investimento financeiro e de capital humano para o desenvolvimento dos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Atualmente, o Programa apresenta os seguintes projetos em andamento: a) 35 Projetos de Extensão voltados para o desenvolvimento da pesquisa, capacitação e da produção tecnológica; b) 11 Projetos do Programa Bom Negócio, em parceria com a SEIM, a Fomento Paraná e o SEBRAE, visando à capacitação em gestão empresarial de pequenos empreendedores para geração de emprego e renda, por meio da capacitação, consultoria e acompanhamento, melhorando a gestão de suas empresas, visando ao desenvolvimento dos municípios de populações vulneráveis; c) 08 Projetos do Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ) em parceria com o Ministério Público do Paraná e SEJU, atuando no atendimento jurídico para crianças e adolescentes em situação de risco; d) realizados 04 Encontros Macrorregionais para orientações e encaminhamentos dos projetos relativos ao NEDDIJ e BOM NEGÓCIO; vários encontros com Diretores e Pró-reitores de Extensão; encontro de capacitação de bolsistas e o lançamento do Programa Bom Negócio em 33 municípios.
- Constituição do grupo de trabalho entre a SETI e a SESA, com o objetivo de diagnosticar, acompanhar e monitorar as ações dos Hospitais Universitários, relativas às gestões de pessoal, tecnologia da informação, infraestrutura, administrativa, financeira, suprimentos, enfermagem, serviços de apoio, ensino e pesquisa e de qualidade.
- Realização de diagnóstico da situação dos Hospitais Veterinários no que se refere a orçamento, infraestrutura, administração, ensino e pesquisa e demais dimensões que compõem sua estrutura, funcionamento e gestão.
- Realização de estudo visando propor a reestruturação pedagógica e administrativa dos Colégios de Aplicação, vinculados às IEES de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, em parceria com a SEED, em fase inicial.
- Ampliação do Ensino Superior sendo: a) criação de três cursos de Engenharia em Londrina, em parceria com a UTFPR. O Governo do Estado, por meio da SETI, adquiriu o terreno e doou à UTFPR para que esta pudesse ampliar suas instalações e, dessa forma, oferecer os cursos; b) um Curso de Administração em Telêmaco Borba, como extensão da UEPG; c) início dos procedimentos para a Federalização da Faculdade Católica de Barracão. Foi editado decreto de declaração de utilidade pública do imóvel relativo à Faculdade e de área contígua. Encontra-se na Assembleia Legislativa projeto de lei propondo alteração orçamentária, após o que serão ultimados os detalhes para desapropriação dos imóveis e posterior doação à União, para que esta instale, no local, uma unidade do Instituto Federal do Paraná; d) criação do Curso de Medicina em Francisco Beltrão (UNIOESTE); e) criação do Curso de Ciência da Computação em Bandeirantes (UENP); f) criação do Curso de Ciência da Computação em Apucarana

(FECEA); g) absorção dos cursos de Letras e Pedagogia da FACEDE pela FECEA; h) Reconhecimento da Academia Militar do Guatupê como Instituição de Ensino Superior e incorporação como integrante da UNESPAR, com a criação do Curso Superior de Bacharelado em Segurança Pública na Academia do Guatupê. Salienta-se que a ampliação citada levou em conta o custo/benefício, priorizando as unidades que tinham instalações e capital humano para tanto.

- Iniciada a elaboração do projeto para criação, em parceria com as IEES, Setor Produtivo, SETI, SEPL, SEDU, SEIM, SETS e Fomento Paraná, do Parque Tecnológico Virtual, que reunirá em uma única plataforma os ativos tecnológicos do Paraná.
- Realização da 2.ª edição da INOVATEC – Feira de Tecnologia e Inovação realizada em parceria SETI/FIEP/PUC, onde foram expostas 350 patentes, 1.000 projetos de pesquisa ainda não patenteados, com aproximadamente 1.000 participantes entre estudantes, pesquisadores e empresários.
- Concessão do 25.º Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia o qual foi entregue em outubro, na solenidade de encerramento da INOVATEC.
- Iniciados os estudos para a criação da Universidade Virtual do Paraná em parceria entre SETI, SEED, SEAP, SEDU, TECPAR e IEES. Organismo moderno que permitirá oferecer ensino superior à distância, para um grande número de alunos com baixo custo.
- Tratativas para criação, em parceria entre SETI, SEIL e SEAP, do programa de Residência Técnica desenvolvido com objetivo de preparar e qualificar recém-formados nas áreas de Engenharia e Arquitetura, objetivando fortalecer a mão de obra no Estado.
- Criação do Programa TECPAR EDUCAÇÃO pelo qual a empresa ofertará cursos profissionalizantes de curta duração na área tecnológica, visando atender demanda do mercado nessa área.
- Procedimentos iniciais para implantação de dois Parques Tecnológicos, sendo um em Jacarezinho e outro em Maringá.
- Iniciados os procedimentos para implantação de Incubadora Tecnológica na UEPG.
- Iniciados os procedimentos para criação do Programa *Smart Energy* coordenado pela SETI/TECPAR em parceria com a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), com o projeto *Smart City* (Costa das Energias Verdes), visando desenvolver novas tecnologias para geração de energia limpa e inteligente.
- Realização de vários projetos em parcerias com outros órgãos e entidades, nas áreas afetas à SETI, cabendo inclusive, quando necessário, aporte de recursos pelo Fundo Paraná, dentre os quais destacam-se: a) implantação de Incubadora Tecnológica na UTFPR em Dois Vizinhos, com custo de R$ 1,2 milhões (em andamento); b) ampliação das Incubadoras Tecnológicas da UTFPR em Cornélio Procópio (R$ 594,0 mil) e Apucarana (R$ 998,8 mil); c) implantação de cursos de Eletroeletrônica em parceria com as Prefeituras de Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, com valor estimado em R$ 141,5 mil para cada município; d) início das ações para implantação de campus

avançado da UTFPR em Santa Helena, já autorizado pelo MEC e em fase de viabilização; e) previsão de instalação do laboratório de Metrologia em Telêmaco Borba numa parceria entre SETI, IFPR e TECPAR, para 2013, com custo estimado em R$ 205,2 mil; f) início da execução do programa de Monitoramento Climático e prevenção de acidentes naturais com a implantação de estação meteorológica em todos os municípios do Paraná – R$ 7,5 milhões numa parceria SETI, SIMEPAR, DEFESA CIVIL, SEMA e SEDU; g) implantação de 03 centros de Inovação em Design nas cidades de Curitiba, Maringá e Campo Mourão, em parceria com indústrias locais de cada município e o Centro de Design do Paraná, com valor de R$ 2,2 milhões; h) intermediação e apoio na realização de parceria entre o Tribunal de Contas do Paraná e as IEES para a efetivação do Programa PAF Social pelo qual professores e estudantes participaram junto com o TCE na fiscalização da aplicação do dinheiro público.

- Participação de funcionários representantes da SETI no 1.º Encontro Preparatório para o Fórum Mundial de Ciência, previsto para novembro de 2013.
- Elaboração e aprovação do Plano de Readequação Salarial dos Docentes, corrigindo distorção existente na carreira dos professores das IEES, o que proporcionou à categoria um reajuste de 31,7% a serem pagos em quatro parcelas anuais, sendo a primeira paga em outubro.
- Reformulação e Aprovação da Carreira Técnica dos Agentes Universitários com nova modelagem e tabela salarial com reajuste a partir de janeiro de 2013.
- Realização de todas as ações para Credenciamento da UNESPAR - em fase final, dependendo de encaminhamento de anteprojeto de lei da Casa Civil para a Assembleia.
- Conclusão das ações necessárias para doação do Patrimônio da antiga Universidade Católica de Palmas (UNICS) para o Instituto Federal do Paraná (IFPR).
- Planejamento em conjunto com a Escola de Governo visando à oferta de cursos de pós-graduação para os servidores estaduais.
- Aprovação da Lei de Inovação do Estado do Paraná sob n.º 17.314/12, bem como de sua regulamentação, cujo projeto foi elaborado por Comissão Especial designada.
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o Sistema de Ensino Superior Público do Estado do Paraná.
- Elaboração e assinatura de Contratos de Desempenho, vinculados ao Contrato de Gestão, com as Universidades Estaduais.
- Instalação de Laboratório de Controle da Qualidade d'Água em União da Vitória (FAFIUV) para atender as demandas da região.
- Renovação da Parceria com diversos órgãos estaduais (SEJU, SEDS, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Universidades) para realização de exames de DNA pelo Laboratório de Paternidade da UEL.
- Participação e apoio em diversos eventos relacionados às áreas de atuação da SETI.

- Continuação do Convênio com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação para levantamento dos indicadores de Ciência e Tecnologia no Paraná, resultando na publicação de dois Boletins de Indicadores no exercício.
- Relacionamento com Outros Órgãos - a Secretaria manteve estreito relacionamento com as suas congêneres e demais órgãos da administração estadual, tendo recebido, parlamentares federais, estaduais e municipais, prefeitos, gestores de diversos órgãos públicos e privados, docentes, pesquisadores, sindicalistas e outros. Vários acordos foram firmados e/ou estão prestes a serem firmados com outros órgãos e instituições envolvendo atividades de interesse comum.

11.4 Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF)

Tem como função principal a gestão executiva dos recursos do Fundo Paraná, atendendo os eixos e programas estabelecidos pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT/PR).

Em atendimento à Lei n.º 12.020/1998, alterada pela Lei n.º 15.123/2006, o atual sistema de fomento à Ciência e Tecnologia no Estado prevê que 2% da receita tributária estadual sejam transferidos ao Fundo Paraná, metade dos quais para financiamento de pesquisas nas IEES, TECPAR e IAPAR e a outra metade, ou seja, 1%, na forma de recolhimento direto e automático à conta especial do Fundo Paraná. Desse montante, destinam-se 50% para Projetos Estratégicos da UGF, 30% para Projetos Acadêmicos da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA e 20% para Projetos do TECPAR.

Em 2012, a previsão orçamentária do Fundo foi de R$ 123,3 milhões, tendo sido suplementado em R$ 61,0 milhões, referentes a valores não executados em exercícios anteriores, totalizando R$ 184,3 milhões. Deste total, foram destinados R$ 101,1 milhões para Projetos Estratégicos UGF; R$ 40,4 milhões para a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA; R$ 39,1 milhões para o TECPAR; e R$ 3,7 milhões para Manutenção da UGF.

11.5 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)

- Criação do Centro de Referência em Raiva, em parceria com o Ministério da Saúde, com investimentos estabelecidos em R$ 56, 5 milhões.
- Desenvolvimento de soluções tecnológicas demandadas pelo Governo do Estado, nas áreas de Saúde, Alimentos, Meio Ambiente, Agroindústria, Tecnologia de Gestão, Construção.
- Modernização do Modelo de Gestão do Instituto, que resultou em reconhecimento, com a obtenção do Prêmio Paranaense de Qualidade e Gestão.
- Fortalecimento do empreendedorismo inovador com criação do Parque Tecnológico da Saúde em Curitiba e Parque Tecnológico do Norte Pioneiro, em parcerias com os ativos tecnológicos regionais.

11.6 Fundação Araucária

- Assinatura do convênio de cooperação técnica entre a CAPES/MEC e a Fundação Araucária com a interveniência da SETI e do Governo do Estado, visando ampliar e fortalecer as instituições de ciência, tecnologia e inovação, no Estado do Paraná.
- Incremento de Bolsas para Recursos Humanos (ensino médio, graduação e pós-graduação).
- Implantação de um novo sistema de gestão eletrônico - SigAraucária, facilitando o lançamento de chamadas, submissões de projetos, acompanhamento, controle financeiro interno das contratações, relatórios parciais e finais dos convênios; e que interage com o programa do Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- Integração com Institutos de Pesquisa e com as Instituições de Ensino Superior e a busca de outras parcerias estaduais e federais para a ciência, tecnologia e inovação do Estado, visando aumentar as demandas e a oferta de recursos para os próximos anos.

11.7 Instituto Tecnológico SIMEPAR

Instituição de direito privado, sem fins lucrativos, constituído sob a forma de Serviço Social Autônomo, vinculado à SETI. Tem por finalidade prover a sociedade de informações de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental, bem como conceber, desenvolver e executar projetos de pesquisa científica e tecnológica, formação e capacitação profissional na sua área de atuação.

O SIMEPAR é o responsável pelas ações do Centro Estadual de Meteorologia do Paraná, onde realiza as atividades nesta área para o Governo do Estado, fornecendo informações e produtos hidrometeorológicos para a SEAB, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, SEMA, outras áreas de governo e sociedade em geral. Tem importantes parcerias com outras instituições, como o IAPAR, UFPR, COPEL e Instituto das Águas do Paraná.

Atividades realizadas:

- Implantação de novo radar meteorológico do Oeste do Paraná - monitoramento meteorológico em implantação no município de Cascavel, formado por torre de concreto, infraestrutura elétrica e computacional e equipamentos eletrônicos orçados em aproximadamente R$ 10,0 milhões.
- Rede Paranaense de Monitoramento Hidrometeorológico (RePAMH) - em fase de implementação no litoral e de projeto técnico para as demais regiões do Estado. Projeto orçado em R$ 7,5 milhões. Visando expandir o monitoramento hidrometeorológico para todos os municípios paranaenses e melhoria da qualidade dos serviços de previsão de tempo e clima.
- Nova página de internet - acesso gratuito a todo usuário via web a informações em tempo real do monitoramento disponível na instituição, contemplando dados de radar e satélites meteorológicos, descargas atmosféricas, estações hidrológicas e

meteorológicas, além de previsões de tempo e clima por município. Página especializada em dispositivos móveis também disponível para usuários com smartphones e tablets. Todas as facilidades implementadas tem proporcionado grande volume de acesso, configurando-a como uma das três mais acessadas no Estado.

- Consolidação do grupo de apoio técnico à Defesa Civil do Paraná, com integração das competências técnico-científicas em meteorologia, hidrologia, geologia, sensoreamento remoto e geoprocessamento. Essa ação conta com participação institucional do SIMEPAR, do Instituto das Águas do Paraná, da MINEROPAR e do ITC com objetivo de geração de informações técnico-científicas para subsidiar as atividades da defesa civil na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação dos desastres naturais.

12

Secretaria da Comunicação Social

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

CLIPPING

12 Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS)

A SECS cumpre a função de organizar, planejar, coordenar a execução e dirigir as ações relativas à comunicação do Governo do Paraná, atendendo a todas as unidades da administração direta e indireta.

Neste sentido, desenvolve suas tarefas a partir da distribuição de atividades entre as áreas de Coordenação de Marketing e de Imprensa.

Ao longo do ano de 2012, após os ajustes operacionais ocorridos e adequada ao formato administrativo desejado pela atual gestão, foi possível dinamizar a execução de suas tarefas, conforme relato a seguir.

12.1 Coordenadoria de Marketing

Responsável pela gestão da publicidade legal e propaganda do Estado, pelo planejamento de campanhas e elaboração de peças de interesse social e utilidade pública.

Com a conclusão do processo licitatório para a prestação de serviços de publicidade, a fim de atender a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, incluídas as empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista, as principais ações da Coordenadoria estiveram voltadas para divulgar nos meios de comunicação do Estado, campanhas que demonstram as ações de Governo nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e obras em todas as regiões.

Por outro lado, coordenou juntamente com as empresas a realização de campanhas para educação no trânsito para o DETRAN, SANEPAR, Agência de Fomento do Paraná, COMPAGÁS e COPEL.

12.2 Coordenadoria de Imprensa

Ocupa-se da produção jornalística de material editorial que é veiculado na Agência Estadual de Notícias e distribuído a centenas de meios de comunicação do Paraná e do Brasil em versões para mídia impressa e eletrônica (rádio e televisão).

Sob esta coordenação estão abrigadas as áreas de produção de textos e fotos jornalísticas para a mídia impressa, matérias jornalísticas para rádio e registros em vídeo para as emissoras de televisão. Todas as atividades de distribuição de informação são realizadas tendo como foco as ações das diversas esferas da administração pública estadual.

A Agência Estadual de Notícias publicou uma média mensal de 500 textos de notícias para divulgar ações, programas, projetos e serviços de utilidade pública do Governo do Paraná.

Este volume de informações foi visto por 1.668.662 de visitantes que acessaram o site www.aenoticias.pr.gov.br (de janeiro a novembro).

Paralelamente, foram veiculados 600 notícias em áudio e cerca de 1.500 imagens fotográficas ao mês, no período, como modo de reforçar a exposição das atividades do Governo do Estado.

13

Secretaria da Cultura

13 Secretaria de Estado da Cultura (SEEC)

Atua de forma a fortalecer a Cultura em suas três dimensões essenciais: como manifestação da identidade coletiva; como ferramenta de inclusão e como valor de mercado. Para tanto desenvolve projetos, estratégias e ações que reconheçam, valorizem, fomentem, incentivem, promovam, difundam e garantam a perpetuação dos bens culturais – materiais e imateriais do Paraná.

Todos os projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria e suas unidades vinculadas tiveram como base essas premissas, conforme definido nas metas de governo para a área da Cultura.

13.1 Diretoria Geral

- Sistema de Informações e Indicadores Culturais do Paraná - construção do portal GESTÃO DE INFORMAÇÕES DA CULTURA, que disponibiliza informações coletadas referentes a equipamentos, atividades, instituições e outras questões relacionadas à área cultural, bem como possibilita a geração de relatórios gerenciais.
- Palestras e oficinas na área de Economia Criativa – realizadas em parceria com a SETU, SEBRAE e SESI em 11 cidades do Paraná, visando incentivar o empreendedorismo e desenvolvimento econômico na área. O Processo culminou com a assinatura de convênio com o Ministério da Cultura (MINC) para implantação de uma unidade do Projeto Criativa Birô, em Curitiba.

13.2 Assessoria de Comunicação Social

- Revista Helena - criada com o objetivo de ser mais um canal de divulgação da cultura paranaense, atual e histórica. O foco são as manifestações artísticas do Estado, com conteúdo editorial que promove a reflexão e a crítica. O debate sobre as vertentes que englobam a gestão cultural também encontra espaço na revista, que traz análises críticas, resenhas, trechos literários, ensaios históricos e reportagens relacionadas às atividades artísticas do Paraná. A revista de circulação trimestral é distribuída gratuitamente para as bibliotecas públicas do Estado, além de instituições culturais públicas e privadas, locais, nacionais e internacionais, e ao público em geral. Também está disponível em versão *on-line* no site da SEEC e conta com versão para tablets. Foram lançadas duas edições em 2012.

13.3 Coordenação de Ação Cultural (CAC)

- Biblioteca Cidadã - tem por objetivo oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento. Em 2012, foram Inauguradas 24 unidades. O Estado conta com 284 concluídas e inauguradas; 11 concluídas e não inauguradas. Até o final do exercício serão 303 unidades.
- 29.º Salão de Artes Visuais de Jacarezinho - realizado em parceria com a Prefeitura de Jacarezinho, a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Conjunto Amadores de Teatro (CAT), tem como objetivo estimular a arte contemporânea, a criatividade, a produção e o desenvolvimento artístico, apresentando novos talentos e consagrando artistas conhecidos. Foram premiados três artistas, um de Jacarezinho e dois de Curitiba.
- Apoio às ações culturais nos municípios - 21 solicitações de atendimento por parte dos municípios e entidades para o desenvolvimento de ações nas áreas das artes cênicas, artes visuais e artes plásticas, música, dança, festas populares e outras, todas envolvendo a promoção e a difusão da cultura nas suas formas de manifestação local. Dentre elas está o carnaval de Antonina e de Guaratuba, e também o Festival de Música e Dança de Cascavel – que contaram com a transferência de recursos da SEEC aos municípios.
- Prêmio Estadual de Cinema - instituído pela Lei n.º 14.279, está em sua quarta edição e irá distribuir R$ 1,5 milhão para a produção de quatro filmes, sendo um longa-metragem e três telefilmes.
- Projeto BIBLIOPRAIA - parte integrante do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura, prevê cinco bibliotecas móveis a serem instaladas, inicialmente, em municípios do litoral, entre os meses de dezembro/2012 e fevereiro/2013. Os módulos, especialmente projetados, terão acervo com 1.200 volumes. Após a temporada de verão os módulos BIBLIOPRAIAS poderão circular por todo o Estado, conforme a demanda. Locais a serem instalados: Paranaguá - Ilha dos Valadares; Pontal do Paraná – Balneário Praia de Leste e Balneário Ipanema; Matinhos – Balneário Caiobá; Guaratuba – Praça da Bíblia.
- Projeto Virada Cultural Paraná 2012 – promovido em novembro, em cinco municípios paranaenses simultaneamente - Curitiba, Foz do Iguaçu, Maringá, Campo Mourão e Cianorte, com mais de 24 horas de programação. As cidades receberam o Palco Conexões, estrutura montada pela SEEC em parceria com o SESI-PR, onde se apresentaram grupos artísticos locais e nacionais. Além dos shows, cada município preparou um roteiro de atividades que incluiu espetáculos de teatro, dança, música, cinema, entre outras, abrindo espaço para grupos da região participarem, proporcionando o acesso da população a diferentes manifestações artísticas gratuitamente. Cerca de 100 mil pessoas participaram das atividades nos cinco palcos Conexões.
- CulturAção - aberto edital de credenciamento dirigido a educadores e artistas interessados em ministrar oficinas culturais para os adolescentes dos 18 Centros de Socioeducação e das seis Casas de Semiliberdade vinculadas à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS).

13.4 Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM)

- Museus Paraná – com base nas linhas e diretrizes de cada um dos museus administrados pela Secretaria - Paranaense, da Imagem e do Som, de Arte Contemporânea, Oscar Niemeyer e Alfredo Andersen – foi elaborado o plano de gestão 2011-2014, com as metas de organizar, sistematizar e potencializar a área museológica do Estado. O Museus Paraná é formado por sete eixos programáticos, articulados a programas e projetos de gestão, informatização, apoio técnico, intercâmbio, capacitação e treinamento de recursos humanos, práticas curatoriais e expositivas, política de acervos, mediação cultural e ação educativa em museus, entre outros temas relacionados às áreas multidisciplinares da museologia.
- Programa de Exposições nas Unidades da SEEC:

MUSEU	EXPOSIÇÕES	VISITANTES
Casa Andrade Muricy (CAM)	08	13.368
Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP)	09	1.380
Museu Alfredo Andersen (MAA)	18	6.020
Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC)	05	25.255
Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS)	08	1.680
Museu Oscar Niemeyer (MON)	23	220.221
Museu Paranaense (MP)	14	23.656
Sala do Artista popular (SAP)	05	6.898
Coordenadoria Estadual de Museus (COSEM)	07	5.200
Museu do Expedicionário (MEXP)	07	16.000

13.5 Coordenação de Incentivo à Cultura (CIC)

- Estruturação do Sistema Estadual de Cultura - a) aprovação e regulamentação das Leis que criaram o Fundo Estadual de Cultura, o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura e o Conselho Estadual de Cultura; b) elaboração do Plano Estadual de Cultura – encontra-se em andamento.
- Instalação do Conselho Estadual de Cultura, com a realização de: a) oito Conferências Macrorregionais de Cultura e eleição dos conselheiros representantes e seus suplentes; b) Conferência Setorial de Cultura com a eleição de nove conselheiros setoriais e seus suplentes; c) eleição complementar do Conselho para preencher vagas remanescentes; d) três encontros do Conselho – dois em Curitiba e um em Caiobá.
- Encontros com as regionais de Cultura – realizados dois encontros em Curitiba para fortalecer a parceria com os representantes de cultura do Estado.
- Conta Cultura - visa facilitar a parceria entre os empreendedores culturais e as estatais Agência de Fomento do Paraná, COPEL, COMPAGÁS, SANEPAR e o BRDE, para o patrocínio de projetos aprovados pela Lei Rouanet. A edição de 2012 teve 171 projetos inscritos, dos quais 123 foram habilitados, propiciando o atendimento de 42 projetos

culturais selecionados nas áreas de Artes Cênicas, Audiovisual, Artes Visuais, Artes Integradas, Humanidades e Música, das diversas regiões do Paraná, viabilizados com recursos de cerca de R$ 4,4 milhões disponibilizados pelas empresas.

13.6 Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC)

- Patrimônio Cultural - a) tombamentos homologados - Estação Ferroviária de Antonina, Monumento ao Tropeiro, na cidade da Lapa, Redução Jesuítica de Nossa Senhora de Loreto, em Itaguajé e Ruínas da Redução Jesuítica de Santo Inácio Mini, em Santo Inácio; b) aprovação pelo CEPHA das Normas de Uso e Ocupação da área tombada da Orla de Matinhos; c) processos em andamento de tombamento - conjunto da obra de Poty Lazzarotto no Paraná, Paisagem Urbana Industrial em Curitiba, Colégio Lysimaco Ferreira da Costa, em Curitiba, Paisagens e Ecossistemas da Escarpa Devoniana, Salto Paiquerê nos municípios de Mariluz e Alto Piquiri; d) montagem de editais para obras de conservação dos seguintes edifícios - Secretaria de Estado da Cultura, Casa João Turin, Centro Juvenil de Artes Plásticas, Museu de Arte Contemporânea, Casa Gomm, Casa Andrade Muricy e Biblioteca Pública do Paraná.

13.7 Museu da Imagem e do Som (MIS)

- Rede Luz de Cinema - apresenta sessões de cinema, simultaneamente, em vários municípios que tiveram instalações recuperadas e equipadas pelo Estado do Paraná, coordenadas pelo Museu e realizadas em parceria com a e-PARANÁ, COPEL e prefeituras. Estes 13 espaços juntos oferecem uma capacidade de público de 6.188 pessoas - Andirá, Apucarana, Arapongas, Castro, Guaíra, Jacarezinho, Lapa, Loanda, Londrina, Morretes, Paranavaí, Ponta Grossa e União da Vitória.

13.8 Museu Paranaense (MP)

- Reestruturação do acervo - com recursos da Lei Rouanet e da SEEC, realizou-se um trabalho de reestruturação interna, com apoio da Sociedade de Amigos. Além da melhoria das condições de guarda e conservação dos objetos do patrimônio cultural sob responsabilidade do MP, foram inventariadas as coleções de documentos dos vários fundos, somando mais de 6.000 documentos, dos quais 4.911 foram digitalizados, com cerca de 30 mil páginas. Todo este acervo foi devidamente preparado e acomodado em reserva técnica climatizada. Pesquisadores e interessados podem utilizar imagens digitalizadas em alta qualidade para suas pesquisas.
- Exposições e eventos - montou 14 exposições em sua sede e atendeu a exposições trazidas por parceiros. Também ofereceu duas exposições itinerantes, "KA' Á – A Erva Sagrada",

realizada em Guarapuava e Cascavel; e "Da Invisibilidade à Cidadania", em Campo Largo, Dr. Ulysses e Castro.

- Realizados 13 eventos, entre palestras, apresentações musicais e reuniões técnicas nas instalações do museu, três cursos (Língua e Cultura Guarani; Arqueologia no Paraná; Interatividade e Educação em Museus e Espaços Culturais – à distância), e 13 palestras realizadas por técnicos do MP a convite de municípios ou entidades em eventos diversos.
- Elaboração de três livros, por técnicos do museu, com previsão de serem lançados em 2013: Personagens da História do Paraná – Acervo do Museu Paranaense (no prelo); Cartilha de História do Paraná e A arte e a vida de Vladimir Kozak.

13.9 Museu de Arte Contemporânea (MAC)

- 64.º Salão Paranaense – responsável pela organização, constituiu grande parte de seu acervo com obras do "Prêmio Aquisição" de salões diversos, sendo uma das mais importantes coleções do Estado. O expressivo número de 833 inscrições superou o recorde de 711 inscrições do 44.º Salão Paranaense (1987), e contou com a participação de concorrentes de 18 estados. Instituído pela primeira vez nesta edição, o Prêmio Residência, oferecido a dois participantes, propiciará uma instigante troca de experiências e estímulo à criação. Dois artistas foram também contemplados com o Prêmio Aquisição e todos os 20 selecionados receberam o Prêmio Participação.

13.10 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)

Tem por finalidade promover o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança e a apresentação de espetáculos artístico culturais.

No período de janeiro a novembro, o CCTG desenvolveu as seguintes atividades por meio de seus corpos estáveis:

- Balé Teatro Guaíra - 22 apresentações com as obras "Coreografia para Ambientes Preparados" (01), "Caixa de Cores" (02) e "A Sagração da Primavera" (13), tendo participado também da Virada Cultural (06). Elas aconteceram em Curitiba (13), Apucarana (01), Maringá (02), Paranavaí (01), Loanda (01), Umuarama (01), Fortaleza-CE (01) e Recife-PE (02), com um total de 12.588 espectadores.
- Orquestra Sinfônica do Paraná – realizou 29 concertos com repertórios diversos, participou de quatro apresentações do balé "A Sagração da Primavera" pelo Balé Teatro Guaíra e da Virada Cultural, em Curitiba e em Foz do Iguaçu. Apresentou concertos em Curitiba (23), União da Vitória (01), Paranavaí (01), Apucarana (01), Londrina (01), Araucária (01) e Foz do Iguaçu (01), com um público total de 32.132 espectadores.
- G2 CIA DE DANÇA - 17 apresentações, sendo dezesseis da obra "Blow Elliot Benjamin" e uma intitulada "O Banquete das Diferenças" durante a Virada Cultural. As apresentações se

deram em Curitiba (06), Cascavel (02), Toledo (01), Capanema (01), Francisco Beltrão (01), Pato Branco (01), União da Vitória (01), Ponta Grossa (02), Telêmaco Borba (01) e Castro (01), com um público de 5.354 pessoas.

- Projeto "Piás e Gurias" - promoveu a apresentação, aos domingos, de 33 diferentes espetáculos no Teatro José Maria Santos, com um público de 3.412 espectadores.
- Ópera Bastião e Bastiana - adaptação do original de W. A. Mozart, foi produzida e apresentada com 17 récitas nas cidades de Cascavel, Toledo, Capanema (02), Francisco Beltrão, Pato Branco, União da Vitória, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Castro, Apucarana, Maringá, Paranavaí, Loanda, Umuarama, Morretes e Antonina, e contaram com um público estimado em 4.734 pessoas.
- Escola de Dança Teatro Guaíra - voltada essencialmente ao ensino da dança clássica para alunos de 06 a 21 anos. Atualmente, mantém um número estimado de 270 alunos em 10 diferentes níveis de formação. Como resultado das atividades didáticas, realiza apresentações públicas e participa de festivais de dança pelo país, com os grupos artísticos formados pelo seu corpo discente nas diferentes faixas etárias. Ocasionalmente seus alunos participam também das montagens de óperas e de coreografias pelo Balé Teatro Guaíra. Nessa condição, em 2012, participou de 29 eventos, sendo 25 em Curitiba e 01 em Rio do Sul-SC, 01 em Itajaí-SC e 02 Florianópolis-SC, com um público estimado de 18.250 espectadores. Foram apresentados 147 eventos dos Corpos Estáveis e Produções Próprias, com um público de 76.470 pessoas. Além de suas próprias produções, o CCTG viabilizou a realização, em seus três auditórios e no Teatro José Maria Santos, de um total de 510 apresentações de espetáculos e eventos de produções locais, nacionais e internacionais dos mais variados gêneros artísticos. Tais apresentações atingiram um público total de 243.522 espectadores.

13.11 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

A BPP deu continuidade ao trabalho de atualização do acervo, realização de eventos culturais e modernização da instituição; e trabalhou na consolidação de projetos como o jornal literário Cândido, que teve grande repercussão na imprensa e dobrou sua tiragem. Igualmente bem-sucedidos foram os eventos culturais: Um Escritor na Biblioteca, que trouxe grandes nomes da literatura para conversar sobre suas experiências de leitura com os frequentadores da BPP; o lançamento do Prêmio Paraná de Literatura e a edição dos livros vencedores do concurso.

- Jornal Cândido - com tiragem de 10.000 exemplares e edição mensal, o Cândido é distribuído em diversos pontos de cultura da cidade, e às Bibliotecas Municipais do Estado. Sua linha editorial é voltada para a difusão do livro, leitura e literatura. Em 17 edições, publicou mais de 60 textos inéditos de ficção, de escritores locais e de outros estados, abrindo assim um canal importante de diálogo entre escritores e leitores. Distribuído em Curitiba e em diversos pontos do país, por meio de um *mailing* dirigido

que contempla escritores, jornalistas, editores e leitores, o jornal é conhecido nacionalmente, sendo tema de matérias na imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo, entre outros estados.

- Um Escritor na Biblioteca - releitura do projeto homônimo realizado pela BPP na década de 1980, em que grandes escritores falam sobre suas experiências com a leitura e seu envolvimento com as bibliotecas. Retomado em 2011, até o final de 2012, passaram pela BPP 18 autores entre eles Cristovão Tezza, Luiz Ruffato, Antônio Torres, Fernando Morais, Joca Terron, Domingos Pellegrini, Lourenço Mutarelli, Rubens Figueiredo, Luiz Vilela, Edney Silvestre, João Gilberto Noll e Livia Garcia-Roza. Os depoimentos do evento são gravados em áudio e vídeo e transcritos no jornal Cândido mensalmente. Também são transmitidos pela e-PARANÁ, que grava os bate-papos e os transforma em programas com uma hora de duração.
- Prêmio Paraná de Literatura – criado com o objetivo de valorizar a produção literária brasileira e criar mais um espaço para a discussão e divulgação de livros. Em sua primeira edição, o concurso selecionou obras inéditas, de autores de todo o Brasil, em três categorias que homenageiam figuras importantes da literatura paranaense: Romance (prêmio Manoel Carlos Karam), Conto (prêmio Newton Sampaio) e Poesia (prêmio Helena Kolody). Cerca de 900 trabalhos foram inscritos e analisados por uma comissão julgadora que escolheu um vencedor em cada categoria. Os três livros serão editados e distribuídos para as principais bibliotecas do país. Além da edição do livro, cada vencedor ganhará a premiação de R$ 40,0 mil.
- Oficinas de Criação Literária - aconteceram mensalmente desde março, aliando teoria e prática à experiência dos convidados, colocaram o público em contato com diversos gêneros de escrita. Foram ofertadas nove oficinas: Romance (Milton Hatoum), Jornalismo Literário (Sérgio Vilas-Boas), Texto Dramático (Felipe Hirsch), Crítica Literária (João Cezar de Castro Rocha), Poesia (Eucanaã Ferraz), Crônica (José Roberto Torero), Conto (João Anzanello Carrascoza), Roteiro de Cinema (Tabajara Ruas) e Jornalismo Cultural (João Gabriel de Lima).
- Oficina BPP de Ilustração - realizadas a cada dois meses, focaram em vários gêneros do desenho e contaram com grandes nomes da ilustração nacional. Cinco artistas se revezaram em cursos de Cartum (André Dahmer), Roteiro para Quadrinhos (Alan Sieber), Ilustração Editorial (Rafael Campos Rocha), Tiras (Benett) e Cartaz (Ricardo Humberto).
- Aventuras Literárias e Hora do Conto - projeto que reúne autores infanto juvenis para um bate-papo com o público jovem. Participaram do evento, ao longo do ano, nomes como Alexandre Leocádio, Célia Cris Silva, Cleo Busatto, Ilan Brenman, Fábio Yabu, Heloisa Prieto, Liana Leão e Adriana Sydor. Também voltado ao público infantil, a Hora do Conto é um evento consolidado e reúne um grande número de crianças. Entre janeiro e novembro, o projeto reuniu cerca de 9.500 crianças.

- Aventuras Teatrais - as apresentações teatrais acontecem para que a criança tenha contato com a arte e desfrutem dessa atividade cultural. As sete apresentações do ano reuniram um público total de 862 crianças.
- Um Escritor na Fronteira - a BPP levou a Foz do Iguaçu a experiência bem-sucedida dos bate-papos do projeto Um Escritor na Biblioteca. De setembro a dezembro, participaram do projeto os autores Milton Hatoum, Marçal Aquino, Ilan Brenman, Eliane Brum e Alberto Mussa, que falaram de suas obras, métodos de criação e hábitos de leitura. Os encontros aconteceram na Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, que apoia o projeto realizado pela Associação dos Amigos da BPP, com patrocínio de Itaipu Binacional.
- Semana Nacional do Livro e da Biblioteca - de 23 a 29 de outubro, foi realizada uma série de eventos, como mesas-redondas, palestras e oficinas. Especialistas em leitura debateram sobre Experiências de Leitura: Fabiano Caruso, consultor do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, falou sobre Os Desafios das Bibliotecas na Era Digital; o escritor André Vianco, autor do best-seller Sete, o ilustrador Denilson Santos e autores da *graphic novel*, falaram ao público infantil sobre seus trabalhos.
- Virada Cultural (Acantonamento) – em sua terceira edição, o projeto Uma Noite na Biblioteca, levou 54 crianças, de 7 a 13 anos, para um divertido acampamento dentro da BPP. O evento ocorre sempre na madrugada da virada cultural.
- Restauração e recuperação – em parceria com o Colégio Dom Bosco, um dos espaços mais tradicionais e visitados da BPP, a Seção Infantil foi totalmente remodelada. A seção ganhou nova pintura, plotagens temáticas nas paredes e novo mobiliário. Após 18 anos a Biblioteca também ampliou sua rede lógica e elétrica com a criação de novos pontos, o que possibilitou a modernização do atendimento, incluindo a implantação da Rede *wireless*, disponibilizada aos usuários. O Projeto de Reforma da BPP foi finalizado e as obras estão previstas para iniciar em 2013.
- Repasse de Livros - para contribuir com a manutenção do acervo, foram repassados às bibliotecas municipais cadastradas no Sistema Estadual de Bibliotecas e a algumas escolas públicas do Paraná 4.062 volumes de livros usados, 17.384 volumes de livros novos, 6.945 fascículos de periódicos, 486 DVDs , entre outros materiais.
- Projeto Caixa Estante - para Curitiba e RMC, proporcionou o atendimento a instituições públicas e privadas, com um total de 83 caixas estantes emprestadas. Circularam 8.081 volumes, como mais uma opção para o incentivo à leitura. No total, 76 entidades aderiram ao projeto, sendo 45 públicas e 31 privadas. A partir de abril, participou do Projeto Remissão pela Leitura em parceria com a SEJU, iniciado com o cadastro de 12 unidades da SEJU e gradativamente o atendimento será ampliado.
- Cursos e Treinamentos – a Divisão de Extensão por meio do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais realiza cursos e treinamentos para atendentes de bibliotecas públicas dos municípios. Foram atendidos 85 municípios com algum curso ou treinamento, com a participação de 154 atendentes.

- Aquisição de livros – a compra faz parte da política de renovação de acervo iniciada em 2011. Desde então, foram adquiridos cerca de 20.000 livros, de autores nacionais, como Monteiro Lobato e Pedro Nava, e estrangeiros, como James Joyce e Julio Verne, que passam a integrar o acervo de mais de 400 mil exemplares. Na literatura contemporânea, destacam-se títulos de Jô Soares, do festejado escritor britânico Ian McEwan e do best-seller Nicholas Sparks.
- Criação do novo site - a nova página traz toda a programação da BPP, além de informações sobre serviços como renovação de livros, programação e acervo. O Cândido, jornal literário editado pela BPP, também ganha página própria, em que publicará conteúdos exclusivos.
- Outros serviços e atividades – participou do processo de informatização das bibliotecas públicas municipais, em conjunto com a CELEPAR e a PUC-PR, por meio de um software de gestão de bibliotecas que atendesse às expectativas de formar um catálogo coletivo do acervo das bibliotecas públicas do Estado. O resultado foi a indicação do software PERGAMUM, desenvolvido pela PUC-PR, que teve sua licença autorizada gratuitamente para as bibliotecas públicas do Paraná, pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Estão com o acervo na Rede Pergamum seis municípios.

14

Secretaria do Desenvolvimento Urbano

14 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU)

Todo o planejamento da SEDU foi concebido levando-se em conta a sua missão: definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes, bem como, o contido no Plano de Governo.

Em 2012, foram desenvolvidas as seguintes ações.

14.1 Administração Direta

14.1.1 Na área de gestão

- Iniciada a modernização e melhorias da infraestrutura interna da Secretaria para permitir o melhor desenvolvimento de suas ações, face a precariedade em que se encontravam as condições estruturais internas que há longo período não mereceram uma atualização ou reforma geral, entre os quais destaca-se: a) licitadas e contratadas: estruturação da rede lógica e elétrica para os computadores (R$ 106,0 mil) e aquisição de licenças de softwares para a área técnica, (R$ 81,1 mil); b) em licitação: aquisição de móveis (R$ 170,6 mil); de equipamentos de informática (R$ 276,3 mil); aquisição e instalação de forro (R$ 184,0 mil); e substituição do piso, (R$ 240,0 mil), entre outros.
- Inventário dos bens patrimoniais e atualização do Sistema de Controle Patrimonial.
- Desenvolvimento e implantação de identidade visual na instituição, não só na identificação de suas diversas unidades, como também dos documentos emitidos.
- Organização, em formato de condomínio, e execução da administração do Edifício Caetano Munhoz da Rocha, em conjunto com os demais órgãos que ocupam o imóvel, antes à cargo da SEAP. Ações implementadas: identificação visual no hall de entrada; recuperação dos elevadores; iluminação externa nos pátios de acesso ao edifício, manutenção da área verde/jardins, incluindo a poda de árvores, entre outras.
- Treinamento e desenvolvimento de pessoal: a) elaborado processo de integração de novos colaboradores, a ser aplicado a partir de 2013; b) desenvolvimento de mecanismos e ações voltados à melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores; c) organização e sistematização dos documentos existentes nas pastas dos servidores; d) desenvolvimento, em conjunto com estagiários do curso de Psicologia da PUC-PR, de mapeamento de competências, análise e descrição de cargos, avaliação de desempenho, avaliação de necessidade de treinamento, avaliação de eficácia de treinamento; e) participação de servidores em seminários (61 participantes); Oficina de Português Instrumental – Nova Ortografia (31 participantes); encontros e outros eventos (oito participantes).

14.1.2 Na área programática

- Desenvolvimento do Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo, mecanismo de gestão, controle e integração de informações e indicadores por meio de um sistema de informações georreferenciadas, referente a capacidade de oferta de infraestrutura e serviços públicos, com vistas a subsidiar a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná, assim como a alocação de recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado, com as seguintes ações: a) elaboração da minuta do documento de instituição do Programa - Decreto n.º 4.468/2012); b) elaboração de termos de referência e definição de estratégias para treinamento de pessoal envolvido e levantamento das informações junto aos municípios e aos órgãos governamentais; c) contratação do sistema operacional denominado de ArcGis, com custo de R$ 1,0 milhão para um período de três anos; d) definição de softwares e hardwares necessários a implementação do Programa, com a elaboração dos documentos para aquisição dos mesmos; e) iniciado levantamento e acompanhamento da inserção das informações concernentes aos equipamentos urbanos existentes nos municípios (na área da saúde, educação, infraestrutura urbana, segurança, entre outros, nos níveis de municipal, estadual e federal).
- Apoio aos Municípios - repasse de recursos para execução de obras de infraestrutura urbana e recapeamento asfáltico, na ordem de R$ 17,5 milhões, atendendo 61 municípios.
- Manutenção da oferta dos cursos de Tecnólogo e o início de curso de pós graduação em Gestão Pública, parceria SEDU, SETI e SEAP-Escola de Governo com o Instituto Federal do Paraná, no contexto do Programa de Qualificação de Servidores Municipais (PQSM), cujos resultados estão apresentados na tabela a seguir.

TABELA 1 - PARTICIPANTES DO PQSM

REGIÃO (MSR)	TECNÓLOGO				PÓS-GRADUAÇÃO(3)		TOTAL	
	2008(1)		2009(2)					
	Alunos	Munic.	Alunos	Munic.	Alunos	Munic.	Alunos	Munic.
Noroeste	569	16	288	13	73	5	930	34
Ocidental	100	3	109	4	26	1	235	8
Norte Central	1.082	19	1.294	23	31	1	2.417	43
Norte Pioneiro	328	9	234	12	10	1	572	22
Centro Oriental	361	7	341	7	59	3	761	17
Oeste	436	12	970	15	170	8	1.576	35
Sudoeste	216	10	315	8	102	4	633	22
Centro Sul	140	7	170	9	23	2	333	18
Sudeste	61	5	158	5	18	1	237	11
Metrop.de Curitiba	2.694	16	1.995	19	389	4	5.078	39
TOTAL	5.987	104	5.874	115	911	30	12.772	249

FONTE: Coordenadoria de Relações Institucionais e Qualificação – CRIQ/SEDU

(1) Encerrado em 2010, com solenidade de formatura no final de 2011.

(2) Encerrado em 2011, com solenidade de formatura em novembro/2012.

(3) Iniciado em abril/2012.

- Acompanhamento e supervisão da elaboração dos Planos Diretores Municipais (PDMs), pelos municípios, com apoio do PARANACIDADE (tabela 2).

TABELA 2 - PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (SITUAÇÃO NOV/2011)

PDMs	MUNICÍPIOS
Aprovados/concluídos	363
Lei do PDM aprovada	316
Lei de Perímetro Urbano aprovada	305
Lei de Parcelamento do Solo aprovada	307
Lei de Uso e Ocupação do Solo aprovada	305
Lei do Sistema Viário aprovada	299
Código de Posturas aprovado	304
Código de Obras aprovado	307
Em elaboração	26
Faltantes	10

FONTE: PARANACIDADE

- Coordenação Geral da etapa estadual da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, convocada pelo governo federal, em parceria com a Casa Civil, SEPL e SEAP, com a contratação de serviços diversos, envolvendo recursos da ordem de R$ 60,7 mil, que contou com a participação de 61 representantes do poder público; 40 da sociedade civil; 31 do setor empresarial; 14 de Instituições de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão; 48 convidados, 04 observadores e 09 de outros segmentos oriundos de 59 municípios do Paraná.
- Propiciadas condições para funcionamento do Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES), com suporte administrativo e técnico aos Conselheiros e nas reuniões; atualização do *site* do Conselho, custeio de despesas, tendo sido realizadas as reuniões: a) 04 ordinárias; b) 04 preparatórias de reuniões ordinárias; c) uma extraordinária; d) 04 das Câmaras Técnicas (Saneamento; Transporte, Trânsito e Mobilidade; Habitação; e Planejamento); e) 04 dos Grupos de Trabalhos (Capacitação de Conselheiros; Conflitos Fundiários; Copa-2014; Regionalização; e Regimento Interno); f) formação da Comissão Preparatória da 5.ª Conferência Estadual das Cidades, com a realização de 04 reuniões, além da realização de levantamentos de potenciais colaboradores e de informações sobre o histórico de conferências realizadas; g) apoio na organização da Etapa Estadual da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.
- Elaboração de Termo de Referência e demais documentos visando a proposta de instalação de procedimento licitatório para contratação de serviços de atualização da base cartográfica dos 399 municípios do Paraná, composto de: a) serviços técnicos de engenharia para a execução de restituição estereofotogramétrica numérica na escala 1:2.000 – lotes 01 a 05, com valor estimado de R$ 24,9 milhões; e b) serviços técnicos de engenharia para a execução de voo aerofotogramétrico, geração de ortofotos digitais e restituição estereofotogramétrica numérica na escala 1:2.000 – lote 6, com valor estimado de R$ 3,2 milhões, além da contratação de serviços de acompanhamento e supervisão, necessários à execução de tais serviços, com valor estimado de R$ 2,8 milhões.

14.2 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)

A COMEC, autarquia vinculada à SEDU, tem por objetivo coordenar as ações de interesse público e planejar soluções conjuntas para as necessidades da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

As atividades desenvolvidas em 2012 estão a seguir descritas.

14.2.1 PAC DA MOBILIDADE/COPA 2014

Tem como objetivo melhorar as condições de mobilidade do Núcleo Urbano Central da RMC, criando um Corredor Metropolitano entre Colombo e Araucária, e vias radiais entre Curitiba e Pinhais, Curitiba e Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, além de melhorias na circulação viária de transporte coletivo pelas Avenidas das Torres, Salgado Filho e Marechal Floriano Peixoto, tendo sido assinado em 2010 o Contrato de Empréstimo entre o Governo do Paraná e a Caixa Econômica Federal.

Projetos concluídos:

- Corredor Aeroporto/Rodoferroviária – elaboração de estudos e de projetos de engenharia viária - R$ 1,2 milhão.
- Corredor Marechal Floriano – elaboração de estudos e de projetos de engenharia - R$ 437,1 mil.
- Rua da Pedreira – elaboração de estudos e de projetos de engenharia viária - R$ 729,1 mil.
- Avenida da Integração – elaboração de estudos e de projetos de engenharia viária - R$ 537,6 mil.
- Sistema Integrado de Monitoramento Metropolitano (SIMM) – elaboração de estudos e de projetos de engenharia para fins de desenvolvimento do SIMM - R$ 131,5 mil.

Projetos em andamento:

- Corredor Metropolitano – Lote 01 – elaboração de estudos e de projetos de engenharia viária - R$ 908,6 mil (90% executado).
- Corredor Metropolitano – Lote 02 – elaboração de estudos e de projetos de engenharia viária - R$ 2,7 milhões, trecho 2 (Avenida Rui Barbosa/Avenida das Torres) finalizado e trechos 1 e 3 em finalização.
- Corredor Metropolitano – Lote 03 – elaboração de estudos e de projetos de engenharia viária - R$ 2,0 milhões (60% executado).
- Serviço de Apoio Tecnológico e Gerencial para a supervisão dos projetos e para a auditoria de quantidades e de controle de qualidade na implantação de obras de vias a serem contratadas e previstas no Contrato de Empréstimo com a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 7,9 milhões (em execução).

Obras:

- Corredor Aeroporto/Rodoferroviária – implantação de obras. Concorrência Pública com proposta vencedora no valor de R$ 47,6 milhões - em fase de contratação.

- Corredor Marechal Floriano – implantação de contas. Concorrência Pública com proposta vencedora no valor de R$ 21,2 milhões - em fase de contratação.
- Avenida da Integração – implantação de obras. Realizada Concorrência Pública com proposta vencedora no valor de R$ 12,0 milhões - em fase de contratação.
- Sistema Integrado de Monitoramento Metropolitano (SIMM) – implantação do sistema. Concorrência Pública em andamento, com valor máximo de R$ 20,4 milhões.
- Celebrados Termos de Cooperação Técnica com os municípios de São José dos Pinhais, Campo Largo, Fazenda Rio Grande, Araucária, Piraquara, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais e Curitiba, para estabelecer as obrigações das partes com vistas à promoção das ações previstas no Programa Pró-Transporte – PAC COPA 2014.

14.2.2 Proteção e Recuperação Ambiental

Desenvolvidas ações com o objetivo de proteção e preservação do meio ambiente da Região Metropolitana de Curitiba, conforme segue.

- PAC-2 Drenagem Região Metropolitana de Curitiba - foram pré-selecionadas pelo Programa do Ministério das Cidades para obtenção de recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União, cinco propostas na área de atuação da COMEC: a) em Pinhais, projeto de águas pluviais – Parque Ambiental do Palmital (R$ 106,7 mil); b) em Piraquara, elaboração de estudo de concepção, projeto básico e projeto executivo do Parque Ambiental Piraquara (R$ 350,0 mil); c) envolvendo nove municípios, elaboração de estudos, planos e projetos destinados à execução do Plano Diretor da Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu (R$ 800,0 mil); d) em São José dos Pinhais, elaboração de estudos de concepção, projeto básico e executivo para implantação do Parque Ambiental do Itaqui (R$ 400,0 mil); e) em São José dos Pinhais, Pinhais e Piraquara, elaboração de estudos e projetos para implantação do Parque Metropolitano do Iguaçu. Realizados os procedimentos licitatórios para a contratação dos estudos de concepção dos Parques Ambientais Piraquara e Itaqui e projeto de águas pluviais do Parque Ambiental do Palmital, com a empresa vencedora sendo convocada para a assinatura do contrato e em fase final para desencadeamento de procedimento licitatório para o Plano Diretor da Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu e do Estudo de Concepção do Parque Metropolitano do Iguaçu.
- Conselho Gestor dos Mananciais - órgão colegiado com poderes consultivo, deliberativo e normativo, responsável por elaborar políticas acerca da qualidade ambiental das áreas de mananciais da RMC. A COMEC, além da Presidência e da Secretaria Executiva do Conselho, possui um Conselheiro titular e suplente. Foram realizadas duas reuniões, em que foram discutidas: propostas de alteração e atualização do zoneamento da APA do Rio Verde; de alteração do Decreto n.º 3.413/2008 – áreas de mananciais da RMC; e dos parâmetros para condomínios em

áreas de mananciais; bem como a aprovação da versão final dos parâmetros de densidade para empreendimentos habitacionais em áreas de mananciais da RMC.

- Representação: nas Câmaras de Apoio Técnico (CAT) Passaúna e Iraí; na Câmara Técnica de Cartografia e Geoprocessamento (CTCG); no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH); no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto do Ribeira; na Câmara Técnica do Guarituba; na Câmara Técnica do Sistema Viário da RMC; no Grupo Interinstitucional de Trabalho (GIT), atuação nas áreas de interesse especial de proteção aos mananciais da RMC, instituído pelo Decreto n.º 3.992/2012; e no Grupo de Trabalho – Plano de Segurança da Água, coordenado pela SANEPAR e Ministério da Saúde.
- Desenvolvimento de estudos e diagnóstico, em conjunto com o município de São José dos Pinhais, com vistas à atualização e revisão do Decreto n.º 1.454/1999 – Zoneamento da Unidade Territorial de Planejamento do Itaqui.
- Elaborado e aprovado pelo Decreto n.º 6.194/2012, a revisão do Decreto n.º 3.411/2008 – Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público da RMC.
- Efetuada a coordenação da elaboração de proposta de revisão e atualização do Zoneamento Ecológico Econômico da APA do Rio Verde.

14.2.3 Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC

- Planos Diretores Municipais – elaboração de pareceres técnicos e acompanhamento dos Planos dos municípios de Adrianópolis, Piraquara e Quatro Barras, para que sejam efetuados em consonância com as diretrizes estaduais.
- Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Adrianópolis – participação em Grupo de Trabalho, no âmbito da SEIM, responsável pela elaboração do Plano, nos termos do Decreto n.º 6.254/2012.
- Contorno Norte – análise das alternativas propostas por empresa de consultoria contratada pelo DNIT, que visa ao licenciamento ambiental para implantação da complementação do Contorne Norte da RMC. Esta obra tem a finalidade de complementar o trecho implantado com a BR-116. Após a análise das alternativas apresentadas a COMEC sugeriu mais uma alternativa de traçado, objetivando deslocar o trânsito de cargas e de longa distância para além de áreas urbanas consolidadas e para fora da APA do Irai.
- Integração do Transporte Metropolitano através da Linha Verde – Curitiba/ Fazenda Rio Grande – em conjunto com o IPPUC e a Prefeitura de Fazenda Rio Grande, foram elaborados estudos que culminaram com o Relatório Preliminar de Integração do Transporte Metropolitano da Linha Verde em Curitiba até o município de Fazenda Rio Grande, contendo diretrizes e recomendações para a constituição deste projeto de tal forma que também possibilite a integração viária e a mobilidade por meio de viadutos, trincheiras e passarelas entre os municípios, como também em seus territórios, uma

vez que a BR-116 os segmenta. O relatório foi apresentado e encaminhado à Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) que por sua vez o encaminhou ao DNIT e à concessionária da Rodovia para providências.

- Controle do Uso e da Ocupação do Solo – efetuada a análise de projetos de parcelamento do solo (loteamentos e subdivisões) em áreas urbanas; emissão de autorização para registro de imóveis em partes ideais (condomínios), de acordo com o Ofício Circular 04/1995 da Corregedoria de Justiça; consulta prévia à implantação de indústrias e/ou empreendimentos imobiliários, como parte do processo de licenciamento ambiental; regularização de loteamentos; análise de processos de usucapião; atendimento ao público em geral e orientação aos municípios da RMC nos procedimentos de parcelamento do solo. Realizadas vistorias técnicas, em conjunto com outros órgãos, como IAP e MINEROPAR, e elaboração de relatórios das atividades do setor, fornecendo informações para subsidiar a compreensão da dinâmica da expansão urbana em Curitiba e Região Metropolitana.
- Sistema de Informações da RMC – desenvolvimento de diversas atividades na área de geoprocessamento, visando subsidiar o planejamento metropolitano e colaborar com o planejamento dos municípios integrantes da RMC, entre os quais destaca-se: a) revisão e organização em base de dados espacial de desapropriações promovidas pela COMEC; b) localização de processos de áreas usucapiendas na RMC em tramitação na COMEC; c) análise de processos de usucapião em resposta a solicitação da PGE via Coordenação de Patrimônio da SEAP; d) apoio na preparação de base de dados para o planejamento da RMC; e) apoio aos municípios da RMC no georreferenciamento de informações municipais; f) atualização e revisão de base de dados geoespacial quanto ao perímetro dos loteamentos dos municípios de Campo Largo, Piraquara e São José dos Pinhais.
- Análise de EIA/RIMA de projetos na RMC – efetuada a análise do Condomínio Residencial Fazenda Palmital, em Pinhais; do projeto de aterro industrial classe II, em Fazenda Rio Grande; e de projeto de condomínio industrial, em São José dos Pinhais.
- Revista da Região Metropolitana de Curitiba – elaboração de revista digital sobre a RMC para divulgar o potencial de desenvolvimento da região e suas vantagens competitivas, com informações gerais sobre a infraestrutura oferecida e dados socioeconômicos dos 29 municípios que integram a região.

14.2.4 Gestão do Transporte Coletivo Metropolitano

A Diretoria de Transportes, em conjunto com a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS), desenvolveu as atividades de gestão do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus da RMC. Análise e encaminhamento de solicitações de alteração ou criação de novas linhas de transporte metropolitano e de reclamações de usuários dos serviços de transporte metropolitano.

- Estudos Preliminares para elaboração do Edital de Licitação das Linhas Metropolitanas – realizadas reuniões interinstitucionais (COMEC/URBS/DER/ CTRC) visando lançar o edital de licitação em 2013.
- Protocolo de Intenções – celebrado entre o Governo do Paraná, com a interveniência da COMEC, municípios de Curitiba e Fazenda Rio Grande, a ANTT e a Concessionária OHL Planalto Sul, com vistas à implantação da Linha Verde Sul, ao longo da BR 116, entre Curitiba e Fazenda Rio Grande.
- Convênio entre o Estado do Paraná, por meio da COMEC, e o município de Curitiba, por meio da URBS, visando à operacionalização das ações do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros da RMC, sob a supervisão e gestão da COMEC com a URBS e repasse de recursos financeiros para o Fundo de Urbanização de Curitiba, no montante de R$ 64,0 milhões no período de maio de 2012 a maio de 2013.
- Anteprojeto de Lei que altera as Leis n.º 6.517/1974 e n.º 1.052/1952, com o objetivo de estabelecer dentre as atribuições da COMEC a outorga da concessão de serviço de transporte público intermunicipal relativo a RMC.

14.3 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Tem por missão fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios e administrar recursos provenientes de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU).

As atividades desenvolvidas em 2012 estão relacionadas a seguir.

14.3.1 Ações Administrativas

- Infraestrutura – a) adaptações aos dispositivos legais: estudos para adequação do Contrato de Gestão; implantar definitivamente alterações nas normas do PARANACIDADE trazidas pela Lei n.º 15.211/2006, pelo novo Estatuto e pela revisão do Plano de Cargos, Salários e Benefícios; b) realização de certame seletivo para suprir necessidades de pessoal; c) renovação e adequação da frota de veículos; d) atualizações das centrais de telefonia da Sede e dos Escritórios Regionais; e) elaboração de um Plano de Gerenciamento de Processos e Modelagem Organizacional.
- Tecnologia, informação e Controle – a) reestruturação dos sistemas de informações, principalmente o SAM para adequá-lo às novas demandas; b) treinamento da equipe que compõe a CTI para equalizar os conhecimentos técnicos e adquirir domínio de novas ferramentas de desenvolvimento de sistemas; c) aquisição e instalação de novos equipamentos de informática; d) atualização dos softwares de automação de escritório com versões mais modernas e eficientes; e) atualização da infraestrutura de rede,

comunicação e servidores para adequá-los às necessidades; f) acompanhamento do processo de aquisição e implantação de Sistema Integrado de Gestão, contemplando o fornecimento dos subsistemas e programas integrantes da solução (na área de recursos humanos, compras, estoques, contas a pagar, finanças, contabilidade, controle de viagens e relatórios gerenciais); g) análise, estudos e início da implantação do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos aderente aos processos do PARANACIDADE, visando diminuir ao máximo o volume de papéis; h) estudos para implantação de sistema geral (corporativo) que contemple o acompanhamento e monitoramento das ações ao nível externo (municípios entre outros) e interno (digitalização, acompanhamento e trâmite de toda documentação, integrando sistemas de GED e Gestão); i) desenvolvimento e implantação de uma nova *homepage* – sítio do PARANACIDADE; j) desenvolvimento de relatórios gerenciais e operacionais.

- Recursos humanos – a) implantação das alterações trazidas pela revisão no Plano de Cargos, Salários e Benefícios da Entidade, após autorização competente; b) dimensionamento qualiquantitativo de pessoal; c) elaboração de projeto de programa de qualificação e treinamento; d) implantação de políticas de recursos humanos, contemplando gestão do clima organizacional, com vistas a motivar, informar e interagir o quadro funcional com as diretrizes da Entidade.

14.3.2 Ações Operacionais

- Implantação de Planos – a) de Desenvolvimento Integrado (PDI); de Desenvolvimento Regional (PDR), de Desenvolvimento Regional Integrados (PDRI) e Planos Diretores Municipais, componentes da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná, estabelecidas pela SEDU e Governo do Estado; b) supervisão de Planos Diretores Municipais financiados; c) operacionalização do Sistema de Financiamento de Ações Municipais (SFM), junto à Agência de Fomento do Paraná.
- Ações de Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal – a) elaboração de plano de capacitação externa (clientes do PARANACIDADE); b) elaboração de um plano de supervisão de projetos urbanos; c) elaboração de um plano de fortalecimento institucional dos municípios.
- Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas, compreendendo: a) elaboração de estudos para viabilizar o cumprimento do termo de cooperação técnica com a Agência de Fomento do Paraná, para operacionalização do PROMAP; b) conclusão das obras iniciadas: Centros de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança; Centros de Referência e Assistência Social; Pavimentação de Vias Urbanas, Centros da Juventude, Escolas Municipais, Postos de Bombeiros Comunitários, Postos de Saúdes, Estradas Vicinais, Praça, Centro de Convivência de Idosos, RECAP, Ginásios de Esportes,

Quadras Cobertas, Urbanização/Calçadas, Barracão Industrial II, Complexo Esportivos, Creches, Hospitais, Paços Municipais, Bibliotecas Municipais, Centros Comunitários, Centros Culturais, Clube da Gente, Escolas de Música, Garagens para equipamentos, Laboratórios Municipais de Análises Clínicas, Mercados, Obras de Esgotamento Sanitário para municípios com menos de 100 mil habitantes, Parques e Áreas Verdes, Pavilhões Comerciais, Teatros Municipais, Terminais Rodoviários Intermunicipais e Terminais Rodoviários Urbanos; c) conclusão do Hospital Regional de Ponta Grossa, com recursos da SEDU; d) Recuperação de Vias Urbanas (RECAP 2011); e) desenvolvimento de cooperação técnica com o Instituto das Águas do Paraná no trabalho de investigação e diagnóstico das condições da orla brasileira na parte meridional até o extremo sul, abordando sobre diversos fatores que contribuem nos processos erosivos a que são submetidos a referida costa; f) preparação e acompanhamento de projetos e supervisão de obras com recursos do tesouro estadual e do FDU Renda Líquida, transferidos a título não reembolsável.

14.3.3 Recursos Aplicados

- Programa Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM) – financiamento de obras urbanas em 112 municípios – repassados R$ 220,8 milhões.
- Programa RECAP – análise de projetos e transferência a fundo perdido, para os municípios paranaenses executarem o recapeamento asfáltico ou pavimentação poliédrica de vias urbanas – 325 municípios atendidos, mais de 390 km executados, valor do programa 2010 e 2011 R$ 83,1 milhões, sendo liberado em 2012 R$ 8,9 milhões.
- Pavimentação de estradas vicinais em três municípios – 29,85 km.
- Elaboração de projetos, repasse e supervisão da fiscalização para construção de 23 escolas municipais - valor até 2012 de R$ 46,0 milhões.
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – análise de projetos e transferência a fundo perdido, para os municípios executarem a construção de CRAS - 38 municípios atendidos, valor até 2012 de R$ 7,4 milhões.
- Programa Saúde da Família (PSF) - análise de projetos e transferência a fundo perdido, para os municípios executarem a construção de Unidades de Atenção Primária (PSF) - 83 municípios atendidos, valor até 2012 de R$ 33,9 milhões.
- Programa de Financiamento a Maquinários (PROMAP) - em conjunto com a Agência de Fomento do Paraná S.A. – 35 máquinas financiadas para 16 municípios, valor 2011/2012 de R$ 5,9 milhões.
- Programa de Financiamento a Maquinários em conjunto com Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE) – 36 máquinas financiadas para 36 municípios, valor 2011/2012 de R$ 21,1 milhões.

- Cooperação técnica com o a cidade de Maputo, capital do Moçambique, para atualização e ampliação do cadastro técnico imobiliário urbano de Maputo.
- Cooperação técnica com o BRDE para o financiamento de ônibus escolares e maquinário aos municípios paranaenses.
- Urbanização de Vias – análise de projetos, supervisão e empréstimo financeiro para a construção de 301.806,14 m^2 de calçadas.

15

Secretaria da Educação

15 Secretaria de Estado da Educação (SEED)

A SEED tem como missão, promover e executar políticas educacionais, na gestão e articulação do Sistema Estadual de Ensino, assegurando educação de qualidade para todos.

Suas atividades estão norteadas em quatro eixos de atuação: infraestrutura, gestão educacional, valorização dos profissionais da educação e práticas pedagógicas. Práticas que, dentro de cada eixo, contribuem para a oferta pública de uma educação de qualidade não só àqueles que estão em idade escolar, mas para todos os cidadãos paranaenses.

Destaques na Educação em 2012, são apresentados a seguir.

15.1 Administração Direta

15.1.1 Recursos Humanos

Os avanços concedidos ao Magistério fazem parte de uma política de educação que visa valorizar todos os professores e profissionais, e melhorar o ensino público no Paraná.

Cumpre destacar que a preocupação mais presente da Secretaria com a política de valorização dos profissionais da educação é a formação de um quadro próprio e estável de professores.

Nesse sentido, foram concretizadas as seguintes ações:

- Levantamento da necessidade de contratação de professores e funcionários dos 2.161 estabelecimentos ativos da Rede Estadual de Ensino.
- Atendimento dos candidatos no processo de seleção simplificado, com aproximadamente 500 mil inscrições.
- Análise das solicitações e abertura de cerca de 35 mil novos empregos, entre professores e funcionários, para contratação em Regime Especial mediante Processo de Seleção Simplificado (PSS).
- Nomeação de 11.565 professores do Quadro Próprio do Magistério (Decretos n.º 3.745/12 e n.º 4.089/12), com posse e exercício em janeiro e março.
- Solicitação de novo Concurso Público para suprimento do cargo de professor do Quadro Próprio do Magistério, com oferta de 13.771 vagas para as disciplinas da matriz curricular e pedagogos.
- Concessão de Licenças - 9.596 especiais, 436 sem vencimentos e 644 remuneratórias para fins de aposentadoria; concessão de 1.621 aposentadorias; e cerca de 3.500 processos de aposentadoria e abono permanência informados para análise da PARANAPREVIDÊNCIA.
- Atendimento ao Concurso de Remoção, com 16.537 inscritos.

- Concessão parcial da equiparação salarial para 75.021 professores da rede pública estadual do Paraná.
- Atendimento de 306 pedidos de disposição de pessoal do Magistério para outros Órgãos e ou Secretarias.
- Concessão de afastamentos de 329 professores do QPM para conclusão dos cursos de Mestrado e Doutorado e de 2.000 professores para participar do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).

15.1.2 Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional

No Paraná, a inclusão educacional é um projeto responsável, gradativo, dinâmico e em transformação, exigindo do Poder Público o absoluto respeito e reconhecimento às diferenças individuais dos alunos e a responsabilidade quanto à oferta e manutenção dessa Rede de Apoio à Inclusão composta por serviços apropriados ao seu atendimento. Para tanto, destacaram-se:

- Formação continuada na modalidade de educação à distância - 1.500 professores de salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos; 200 professores que atuam na escolarização de alunos com deficiência física neuromotora; 400 professores que atuam na área dos transtornos globais do desenvolvimento.
- Promoção de acessibilidade em 1.001 escolas da rede estadual de ensino, por meio do Programa Escola Acessível/MEC/FNDE.
- Criação do Fórum Permanente de Discussão sobre Altas Habilidades/Superdotação em EaD, com 60 participantes; I Seminário Estadual de Altas Habilidades/ Superdotação e V Seminário de Altas Habilidades/Superdotação da UFPR, com 200 participantes.
- I Web conferência sobre o Estágio para alunos com Deficiência Intelectual nos 32 NREs, com 100 participantes.
- Realização da Banca de Proficiência em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, com 160 candidatos.
- Credenciamento e autorização de funcionamento de quatro novas escolas de Educação Básica na modalidade de Educação Especial, Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos inicial e Educação de Jovens e Adultos – Fase I com oferta concomitante de Educação Profissional – Formação Inicial.
- Repasse de R$ 62,8 milhões para os convênios de Cooperação Técnica e Financeira; de R$ 9,5 milhões para custeio das escolas conveniadas com a SEED/DEEIN; autorização de 278 Termos Aditivos aos convênios.
- Formação de 190 tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, para atuar nas salas de ensino comum, com alunos surdos matriculados.

- Ampliação de convênios do Serviço de Atendimento a Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH): Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier (Curitiba), Hospital de Câncer de Londrina (Londrina), Hospital de Câncer de Cascavel (União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer – UOPECCAN); e renovação dos convênios do SAREH.
- Realização de 460 avaliações psico educacional no contexto escolar.

15.1.3 Diretoria de Tecnologia Educacional

No âmbito da inclusão digital e uso de tecnologias educacionais, a SEED tem como princípios norteadores de suas ações: o acesso universal às tecnologias educacionais; o incentivo e valorização da produção docente; a integração de mídias como suporte à prática pedagógica; e a ampliação da abrangência das ações de formação continuada utilizando alternativas tecnológicas.

Esses princípios servem de base às ações desenvolvidas em 2012, quais sejam:

- Programa Sala de Aula Conectada - sistema de registro de classe *online*, instalação de *wi-fi* nas escolas, distribuição de tablets para professores e de computadores interativos para sala de aula, formação continuada e avaliação permanente. Projeto piloto em 18 escolas.
- Produção e veiculação de 160 programas educativos pela TV Paulo Freire.
- Digitalização e copiagem de conteúdos educacionais; criação e produção de recursos educacionais midiáticos; pesquisa e desenvolvimento de aplicativos e softwares educacionais livres; web rádio escola (disponível no portal), com 10.032 itens.
- Realização, organização e transmissão de 74 web conferências.
- Rádio Web com 90 programas.
- Portal Dia a Dia Educação: a) Páginas Disciplinares - reestruturação atendendo aos princípios de navegabilidade, acessibilidade e usabilidade, com 798 atendimentos; b) Fale Conosco - Pronto Atendimento, *chat online*, implantado em agosto, com 70.000 atendimentos; c) Objetos de Aprendizagem - Hora Atividade Interativa, com 10.000 professores atendidos.
- Formação continuada no apoio ao uso de tecnologias; suporte técnico a instalação e manutenção dos laboratórios de informática das escolas da rede estadual de ensino por meio de 32 CRTEs; implementação dos programas PROINFO Integrado e Formação pela Escola, em parceria com o Ministério da Educação, em 304 municípios parceiros. Foram obtidos os seguintes resultados: 1.097 turmas atendidas; 16.809 cursistas/concluintes; 276 municípios; 758 escolas/colégios; 4.890 assessorias pedagógicas e técnicas; 10.330 relatórios de ações; R$ 182,3 mil em recursos (Bolsa Auxílio para CRTE); 312 laboratórios PROINFO distribuídos; 59 notebooks distribuídos nas Ilhas/Paranaguá; 224 tutores e 24.563 concluintes na Formação pela Escola.

15.1.4 Diretoria de Políticas e Programas Educacionais

A Secretaria conta com um setor responsável por assegurar a integração entre as ações dos departamentos, coordenações e demais segmentos de atuação, articulando suas políticas e programas educacionais a fim de garantir uma educação básica pública com qualidade.

Tais políticas incluem prevenção ao uso indevido de drogas, cidadania e direitos humanos, educação ambiental, enfrentamento à violência nas escolas, educação fiscal e financeira, vizinhança escolar segura, erradicação do trabalho infantil, defesa civil, Bolsa Família e educação nas Unidades de Socioeducação.

Em 2012, destaca-se:

- Programa Saúde na Escola - cadastro no SIMEC dos municípios.
- Participação nos Programas Família Paranaense, Escoteiros e Brigada Escolar e na Comissão de Análise de Títulos.
- Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE): a) encerramento da Turma PDE 2010, com cerca de 2.232 professores e início das atividades da Turma PDE 2012, com 1.804 professores; b) aproveitamento de titulação Mestrado/ Doutorado no Processo Seletivo PDE 2012, com 149 professores; c) Processo Seletivo para a Turma PDE 2013, com 7.938 professores inscritos, para 2.000 vagas; d) aproveitamento de titulação Mestrado/Doutorado no Processo Seletivo PDE 2013 (1.ª chamada) - 81 professores; e) elaboração e divulgação *online* dos Cadernos PDE, contendo materiais didáticos e artigos de professores participantes da Turma 2009, com ISBN, em forma de revista eletrônica, com cerca de 4.796 produções; f) Seminário Temático Avaliação Externa na Educação Básica, com 250 participantes entre chefes dos NREs, assistentes e técnicos.
- Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR): a) acompanhamento dos espaços de Curitiba (Instituto Federal do Paraná e Colégio Estadual do Paraná), recursos humanos e infraestrutura que atendem aos alunos da Oferta Especial do curso de Pedagogia - Universidade Estadual de Londrina – egressos VIZIVALI, com cerca de 1.800 matriculados; b) validação de cerca de 1.135 professores da rede inscritos no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, com o acompanhamento da Plataforma e envio ao MEC dos documentos legitimados no Fórum de Apoio à Formação Docente; c) acompanhamento PARFOR/UAB/egressos VIZIVALI, com reuniões com as IES, Conselho Estadual de Educação, Sindicato das escolas particulares e polos, com cerca de 12.000 alunos; d) I Seminário do Fórum Permanente de Apoio a Formação Docente do Paraná, com aproximadamente 150 participantes; e) acompanhamento e revitalização da infraestrutura física e tecnológica, bem como disponibilização de recursos humanos para os oito Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) mantidas pelo Estado (Decreto n.º 2201).

Em parceria com a SEES, foram realizadas as seguintes ações:

- Jogos Escolares do Paraná (JEPS) – nesta edição foram gastos R$ 9,7 milhões em despesas com alimentação, aquisição de material esportivo, premiação, pagamento de pró-labore e confecções.
- Olimpíadas Escolares – a Secretaria foi responsável pelas despesas com o transporte da etapa de 12 a 14 anos.
- Paraolimpíadas Escolares – a SEED é parceira na realização do evento, coube a ela o pagamento das despesas com transporte da delegação.

15.1.5 Departamento de Educação Básica

Realizou as seguintes ações e atividades:

- Publicação dos editais de seleção de alfabetizadores e coordenadores locais do Programa Paraná Alfabetizado (3 chamamentos), com 29.170 alfabetizandos, 3.210 alfabetizadores, 410 coordenadores locais e 3.340 turmas de alfabetização de jovens, adultos e idosos.
- Elaboração e distribuição do material de mobilização de divulgação das ações do Programa Paraná Alfabetizado - 20.000 cartazes, panfletos e informativos.
- Realização dos exames de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Paraná com Regionais de Educação, com 4.896 candidatos inscritos, 138 municípios, 264 estabelecimentos de ensino.
- Construção do Plano Estadual das Prisões - 84 docentes.
- Oferta de Atividades de Ampliação de Jornada com total de 316.947 alunos atendidos, sendo: Mais Educação com 33.097 alunos; Atividades Complementares Permanentes com 930 alunos; Atividades Complementares Periódicas com 51.300 alunos; Ensino Médio Inovador com 11.160 alunos; Salas de Apoio com 149.280 alunos; e CELEM com 71.180 alunos.
- Movimento Paraná sem Corrupção – sugestão de materiais e encaminhamentos metodológicos.
- Oficinas de Formação em Ação – oferta de 121.964 vagas em 3.830 oficinas, com 109.099 inscritos e 89.174 participantes.
- Eventos realizados pelo DEB – oferta de 11.188 vagas em 85 eventos, com 10.538 inscritos e 8.282 participantes.
- Realização de simulados e web conferências para o ENEM em toda a Rede.
- Elaboração do Caderno de Orientações para Utilização do Laboratório Escolar de Ciências da Natureza da Rede Estadual do Paraná.
- Implantação e acompanhamento do Programa Ensino Médio Inovador em 93 estabelecimentos.

- Elaboração do documento Orientações Pedagógicas para a oferta da Educação em Tempo Integral, quanto à oferta nos anos finais do Ensino Fundamental – Rede Estadual; e do documento Orientações Pedagógicas para a oferta da Educação em Tempo Integral no Sistema Estadual de Ensino, quanto a oferta nos anos iniciais do Ensino Fundamental – Rede Municipal e Estadual.
- Revisão do caderno de Expectativa para publicação.
- Jogos Escolares do Paraná – 70.562 estudantes.
- Análise de Matrizes Curriculares – 1.426 processos.
- Premiação Regional da OBMEP – 294 medalhas, incluindo as escolas municipais e federais.
- XX Olimpíadas Especiais das APAES – edição nacional, realizada em Maringá, com 1.500 atletas participantes.
- Elaboração do Caderno de Orientações Pedagógicas para a Copa do Mundo FIFA 2014, para a Rede Estadual.
- Distribuição de 13.200 exemplares do material Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais – Ensino Fundamental de Nove Anos.
- Editoração e impressão de 100 mil exemplares do material Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Saberes e Práticas.
- Acompanhamento do Programa Proinfância – MEC/FNDE, em 241 municípios.
- Organização e produção de textos para compor o Caderno Pedagógico da Educação Infantil, com a participação de 21 professores pesquisadores de seis IES e 40 técnicos da SEED e NREs.
- Lançamento do Informativo Assintec n.º 32 – Mitos de Origem - referente a escolarização dos conteúdos da disciplina de Ensino Religioso.
- Indicações de 166.660 itens, entre referências bibliográficas, materiais e equipamentos, para compor acervo do CELEM do Subprojeto Ensino de Língua Estrangeira, previsto no Contrato de Gestão.
- Autorização de 107 cursos do CELEM.
- Oferta de Educação em Tempo Integral com 1.015 alunos atendidos.
- Conclusão do Material Didático (livro didático) de espanhol, francês e inglês.
- Projeto Implementação do Ensino de Línguas Estrangeiras – Formação para Integração e Desenvolvimento Social para o Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Paraná.
- Editoração, impressão e distribuição de 13.000 exemplares do livro Modelos Didáticos de Gêneros.
- Acompanhamento e orientação da Olimpíada de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro.
- Divulgação do concurso de redação e seleção do representante do Paraná para o Programa Jovem Senador.

- Parlamento Juvenil do Mercosul – acompanhamento do mandato do aluno parlamentar; organização de fórum de discussão entre alunos do EM sobre o tema O ensino médio que queremos – Ações do segundo semestre.

15.1.6 Legislação Escolar

Responsável pela vida legal das Instituições de Ensino e pela vida escolar dos alunos. Também desenvolve projetos referentes as Metas do Governo e é responsável por dar respostas às reivindicações das escolas estaduais, municipais, particulares e conveniadas feitas à equipe da Secretaria, durante as visitas realizadas aos 32 Núcleos Regionais de Educação (NREs).

Em 2012, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Conferência, diagramação e encaminhamento de 6.209 Resoluções Secretariais para publicação no Diário Oficial do Estado.
- Tramitação de 10.427 processos referentes aos atos legais do Sistema Estadual de Ensino; e de 1.807 processos referentes à vida escolar dos alunos do Sistema Escolar de Ensino.
- Análise, acompanhamento e finalização de 4.732 processos, PAs e e-mails referentes a movimentação de alunos oriundos dos NREs, escolas, Ministério Público e comunidade.
- Trâmite de 74.213 Relatórios Finais do Sistema Estadual de Ensino.
- Expedidos 50.341 diplomas *online* e *offline*.
- Atendimento a um público de 80 mil pessoas para tratar dos atos oficiais das Instituições de Ensino, da vida legal dos alunos e matrículas.
- Desenvolvimento do projeto Trâmite de Processos *online* referente aos atos legais das Instituições de Ensino.
- Desenvolvimento, organização e ações do Projeto Piloto do Registro de Classe *Online* para a Rede Estadual de Ensino junto à DITEC em 18 Instituições.
- Realização de 9.086 estudos e pesquisas para levantamento de situação da vida legal das Instituições da Rede do Sistema Estadual de Ensino; e estudo e construção de propostas referente à Lei de transparência no que compete a SUED/SEED.
- Planejamento, ajustes e reorganização das matrículas para os anos letivos de 2012 e 2013.
- Elaboração da Instrução Normativa Conjunta de Matrículas – SUED/SUDE n.º 12/2012 em parceria com a DIPLAN/SUDE/SUED.
- Capacitação de 70 técnicos dos NREs responsáveis pelas matrículas para serem multiplicadores das orientações ao Processo de Matrículas para diretores e secretários das Instituições de Ensino Estaduais e Secretarias Municipais de Educação.
- Realização de visitas técnicas a 50 instituições de ensino da Rede Estadual de Curitiba e Região Metropolitana para diagnóstico, quanto ao processo de matrículas.

- Acompanhamento das ações referentes a vida legal dos alunos e das 10 instituições de ensino no projeto minha Ilha tem Escola.
- Estudo da organização dos colégios de aplicação pedagógica em parceria com a SETI.
- Realização de diagnóstico em 911 instituições de ensino para verificar dualidade administrativa.
- Participação dos estudos para a proposta de alteração do plano de cargos e salários da Rede Estadual para funcionários e professores.
- Elaboração do Projeto de capacitação *online* para secretários das instituições de ensino da Rede Estadual a ser realizada em 2013.
- Capacitações da CEF e CDE para técnicos dos NREs, com 235 participantes.
- Cursos de Atualização em Legislação Escolar para secretários escolares da Rede Estadual dos NREs: AMSUL, Paranaguá, União da Vitória, AMNORTE e Ponta Grossa, com 538 participantes.
- Estudo e construção do Sistema de Identificação de alunos da Rede Estadual de Ensino.
- Projeto intercâmbio do Sistema Educacional entre o Brasil e a Argentina.
- Acompanhamento das parcerias com a PUC: a) TECPUC/Comunidade Tibicanga, em Guaraqueçaba; b) Projeto ECOHABITARE/Sistemas Sustentáveis com a Ilha Rasa, em Guaraqueçaba; c) Fórum permanente de discussão entre os NREs e SEED para atualização dos subsídios do Regimento Escolar, com 40 profissionais; d) estudo e elaboração do Calendário Escolar 2013 - Resolução e Instrução.
- Estudo para construção do Projeto para Atendimento Pedagógico ao aluno atleta nas Instituições da Rede Estadual de Ensino.
- Implantação do Módulo de Arquivamento do Relatório Final – MARFIN, para as 1.900 Instituições de Ensino Particulares.

15.1.7 Departamento de Educação e Trabalho

Responsável pela implantação e implementação de políticas públicas para a educação profissional no Estado.

As ações realizadas estão em consonância com o desenvolvimento do Plano de Trabalho proposto pela SEED denominado - Qualifica Paraná, que tem como objetivos: a) expandir a oferta da educação técnica profissional no sistema público, propiciando o acesso à profissionalização; e b) garantir a qualidade na oferta da educação profissional no sistema público.

Para o desenvolvimento desses objetivos foram realizadas as ações a seguir:

- Cursos Técnicos de Nível Médio – foram matriculados 87.178 alunos, em 343 estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino, de 174 municípios; e implantação de 35 cursos profissionalizantes, de acordo com a vocação regional.

- Formação Inicial ou Continuada (FIC) - ofertas de vagas, por meio de parcerias com o MEC, para alunos do ensino médio, com 5.095 alunos matriculados, em 102 cursos, em 56 municípios. PRONATEC FIC – parceria com as Instituições IFPR, SENAI, SENAC E SENAR.
- Oferta de vagas em cursos técnicos de nível médio, para alunos do ensino médio, por meio de parcerias com o MEC: PRONATEC Concomitante, em parceria com as Instituições IFPR, SENAI, SENAC, com 5.160 alunos matriculados em 37 cursos e 36 municípios atendidos.
- Oferta de vagas para alunos do ensino médio, por meio de parcerias com instituições da sociedade civil, de formação inicial ou continuada: a) Cidade Júnior - 64 alunos; b) SENAI/SENAT - 12 alunos; c) Escola Social de Varejo/Instituto Aliança/Instituto Walmart - 46 alunos; d) Ministério Público - 190 alunos; e) Sociedade Filantrópica Semear de Medianeira - 500 alunos.
- Programas em parceria com o MEC - oferta de cursos técnicos de nível médio: a) Profuncionário, com 7.029 alunos matriculados; b) e-Tec Brasil, com 13.174 matrículas em cursos técnicos à distância.
- Expansão da Educação Profissional – Programa Brasil Profissionalizado - convênios firmados entre MEC/FNDE/Estado do Paraná para: a) construção de 12 unidades novas de Centros Estaduais de Educação Profissional (em obras, duas com previsão de conclusão em dezembro); b) ampliação e reforma de três colégios estaduais (obras em andamento com conclusão prevista para 2013).
- Aquisição de laboratórios, acervos e formação de professores da Educação Profissional - Programa Brasil Profissionalizado - convênios firmados entre MEC/FNDE/Estado do Paraná: a) equipamentos para 146 laboratórios específicos, além da aprovação da reformulação do convênio autorizando a aquisição de mais 79 laboratórios específicos, e aquisição de acervo bibliográfico com 14.400 exemplares; b) realização do Simpósio Ensino Médio Integrado do Curso Formação Professores Normal, com 600 participantes e do Simpósio O Ensino Médio Integrado – Eixos Tecnológicos – Ambiente, Saúde, Segurança e Recursos Naturais, com 600 participantes; c) Laboratórios Básicos Padrão/MEC, finalizada a entrega de 76 Laboratórios de Biologia, 02 de Eletrônica, 54 de Física, 97 de Informática, 64 de Matemática e 85 de Química, totalizando 378 laboratórios.
- Seguro de vida para alunos que fazem estágio obrigatório - atendeu aproximadamente 29.000 alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Formação Continuada: a) Simpósio Formação de Docentes – 600 professores; b) Simpósio - Eixo Tecnológico – Ambiente, Saúde e Segurança – 600 professores; c) Encontro Técnico – Colégios Agrícolas da Rede Estadual – 94 diretores e coordenadores; d) Reunião Técnica com Núcleos Regionais de Educação – 32 técnicos; e) Formação em

Ação – 3.138 professores que atuam na Educação Profissional; f) Semana Pedagógica – 4.299 professores que atuam na Educação Profissional.

- Acompanhamento da situação legal dos cursos técnicos em andamento - expedidos 209 pareceres de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento.

15.1.8 Superintendência de Desenvolvimento Educacional

É responsável por garantir o suporte físico que viabiliza o funcionamento dos estabelecimentos da rede estadual de educação básica.

Visando a melhoria da qualidade do ensino público e garantindo a maior eficácia do sistema educacional, desenvolveu em 2012:

- Distribuição de 60.000 materiais permanentes – enxoval básico no valor total de R$ 11,0 milhões e 210 mil materiais de consumo – kit merenda no valor total R$ 2,5 milhões. Aquisição de conjunto escolar, conjunto mesa professor, ar-condicionado, tablet 7 e 10 polegadas e projetor multimídia, no valor total de R$ 38,0 milhões (recursos FNDE).
- Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE): a) ampliação dos recursos repassados para o transporte escolar - de R$ 57,0 milhões em 2011 para R$ 80,0 milhões em 2012; b) adequação dos critérios de repasse aos municípios; c) implantação do Manual de Normas do Transporte Escolar no Estado; d) proposta da nova lei do PETE, que estabelece o repasse automático de recursos aos municípios; e) aprimoramento do Sistema de Gestão do Transporte Escolar.
- Aquisição de 21.667.763,4 kg de alimentos perecíveis provenientes da agricultura familiar, carnes congeladas e demais gêneros alimentícios, no valor total de R$ 90,1 milhões.
- Projeto EDUCANVISA, em parceria com o Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, nos 32 NREs, capacitou 1.112 profissionais e o Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia, em parceria com MEC/FNDE, SEAB, Pastoral da Criança e EMATER em 11 NREs capacitou 100 profissionais.
- Avaliação nutricional de toda a clientela escolar.
- Obras escolares executadas - 10 novas unidades concluídas e 39 unidades em andamento; 10 ampliações concluídas e 30 em andamento; 41 melhorias concluídas e 42 em andamento; 63 reparos e 90 em andamento.
- As Informações coletadas no Censo Escolar da Educação Básica servem de base para a formulação de políticas públicas educacionais e para distribuição de recursos públicos.

NÚMERO APROXIMADO DE PESSOAS E/OU ESCOLAS ATENDIDAS PELA AÇÃO, PROGRAMA OU PROJETO

ANO	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ATIVOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS
2007	9.029	2.730.270
2008	9.360	2.727.837
2009	9.262	2.706.018
2010	9.303	2.682.532
2011	9.193	2.624.940
2012	9.326	2.884.006

NOTA: Computados no Total de Alunos as matriculas de todas as redes de ensino e nas modalidades regular, especial e educação de jovens e adultos.

15.1.9 Capacitação de Recursos Humanos

Em 2012, foram realizados 8.152 eventos de formação continuada com 2.087.167 vagas, sendo: 7.060 eventos das Semanas Pedagógicas, com 1.534.913 vagas, que ocorreram em fevereiro e julho nas Escolas Estaduais de todo o Estado, com o objetivo de instrumentalizar todo o coletivo escolar sobre sua prática pedagógica oferecendo espaço e elementos para discutir suas necessidades, desafios e seu Projeto Político Pedagógico. Também nos NREs foram realizados 540 eventos de Formação em Ação, com 273.304 vagas, com o objetivo de propiciar aos professores da rede estadual de ensino, fundamentação teórico-metodológica, acerca da interdisciplinaridade como instrumento de intervenção pedagógica; contribuir para que os Agentes Educacionais possam provocar refletir, problematizar e incorporar, no ambiente escolar, questões relacionadas à vivência escolar e aos direitos e deveres das crianças e adolescentes e possibilitar aos profissionais da Educação nas Escolas de Educação Básica, na Modalidade de Educação Especial, momentos de reflexão sobre o currículo para melhoria do processo ensino aprendizagem.

No âmbito das atividades à distância, monitorados pela equipe de EaD e propostos pelos diversos departamentos, diretorias e coordenações da SEED, foram ofertados 24 cursos, com 18.043 vagas.

15.1.10 Departamento da Diversidade

Atua na defesa e promoção dos direitos humanos dos sujeitos da diversidade, oferecendo formas de acesso a escola, de continuidade na formação escolar para povos indígenas; ilhéus e ribeirinhos, trabalhadoras(es) rurais e sem terra, pequenas(os) agricultoras(es), cipozeiras(os), faxinalenses, pescadoras(es), acampadas(os) e assentadas(os); povos das comunidades remanescentes de quilombos e população negra; ciganas(os); mulheres e homens (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, travestis e heterossexuais), discriminados pela sua cor, raça, etnia, orientação sexual, gênero, condição sexual e cultural.

Neste sentido, em 2012, teve como principais atividades:

- EaD - Educação, Diversidade e Inclusão – realização de três módulos e 80 horas de formação, de setembro a dezembro, atendendo a 1.316 grupos (5 a 20 participantes cada um), envolvendo professores e pedagogos.
- PROJOVEM Urbano (PJU) - implementação do programa, em parceria com o MEC/Governo Federal, no intuito de oportunizar aos jovens de 18 a 29 anos a conclusão do ensino fundamental e a qualificação profissional. Com duração de 18 meses (junho/2012 a dezembro/2013), foi realizada a divulgação, as matrículas, o inicio do processo de compra de material didático-pedagógico, merenda e a contratação dos profissionais para atender os alunos. Teve a participação de três escolas e 1.600 alunos matriculados.
- Formação Inicial PROJOVEM Urbano 2012 – 160 horas, sendo: 96 presenciais e 64 não presenciais, em abril, com 56 professores e 08 pedagogas.
- Formação Continuada PROJOVEM Urbano - encontro de 16 horas em julho; encontro de 30 horas em setembro, com 64 professores e 08 pedagogas.
- Coordenação da Educação Escolar do Campo (CEEC): a) mapeamento das 592 escolas do campo, com 11.800 estudantes; b) atualização das informações das escolas do/no campo no Estado (608 questionários); c) mudança de nomenclatura (escolas do campo), tendo sido reconhecidas 311 unidades; d) formação continuada para os 103 profissionais das escolas das ILHAS, entre professores, pedagogos e diretores; e) convênio com a ACAP - Escolas Itinerantes - 1.200 estudantes; f) formação continuada a 8.000 professores; g) PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, sistema encerrado em 2012, finalizando 39 turmas iniciadas em 2010, com 398 alunos; h) Programa Escola Ativa (adesão 2010) - Formação Continuada – foram ofertadas 240 horas, divididas em seis módulos presenciais de 40 horas (realizados três módulos no 2.º semestre), em 554 escolas, 1.035 turmas e 18.137 alunos; i) Formação Continuada – 24 professores contraturnos e sala de apoio de escolas indígenas; j) curso de atualização de 110 professores Guarani e Kaingang; k) oficina de produção de material Xetá, com 35 participantes; l) Realização do I e II Seminário de Educação em Direitos Humanos nas Sociedades Indígenas do Paraná, que envolveram, respectivamente, 300 pessoas e 30 Professores, e 250 pessoas, 670 alunos e 30 professores; m) Seminário para Mulheres: reafirmando a autoestima e a beleza feminina, com 120 mulheres participantes; n) oficinas História e Cultura Indígena para professores da rede municipal de Colombo e Ponta Grossa, com 320 professores participantes.
- Coordenação da Educação das Relações da Diversidade Étnico-Racial (CERDE): a) IX Encontro do Fórum Permanente da Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná, com 750 participantes; b) Encontro de Educação Escolar Quilombola, em Palmas, com 66 participantes; c) Encontro de Educação Escolar Cigana, com 200

participantes; d) IX Encontro de Educadoras(es) Negras(os) do Paraná, com 400 participantes; e) Equipes Multidisciplinares, em todas as 2.167 escolas estaduais do Paraná; f) Encontro de alunas(os) de Comunidades Remanescentes de Quilombos, com 50 participantes; g) impressão de 10.000 exemplares do Catálogo do Prêmio Orirerê – 2011.

- Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual (CERGDS): a) implementação dos Programas Saúde nas Escolas e Saúde e Prevenção nas Escolas, com 180 profissionais; b) uso de nome social - 13 estudantes; c) Plano de Curso do Protagonismo Juvenil - 570 profissionais; d) III Encontro Estadual de Educação LGBT - 400 profissionais da educação; e) Copa 2014: Um Mundo Dentro do Paraná - 35 técnicos pedagógicos; f) I Workshop Nacional de Educação, Gênero e Diversidade Sexual - 220 profissionais da educação.

15.2 Entidades Vinculadas

15.2.1 Colégio Estadual do Paraná

Principais atividades realizadas em 2012:

- Participação no Programa de Proteção, Valorização, Preservação e Restauro das Escolas da Rede Pública.
- Discussão e elaboração do Projeto CEP – Sustentável – Colégio Estadual do Paraná no Século XXII.
- Criação do Blog do Colégio Estadual do Paraná, com 29.712 acessos.
- Retomada do Curso Preparatório para o Vestibular da UFPR, com 330 alunos; e implantação do Curso Preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio, com 470 alunos.
- Implantação da Carteira Estudantil com foto digitalizada para 4.969 alunos.
- Estruturação do Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná e reestruturação da Academia de Musculação.
- Execução das obras de adequação de espaços para instalação dos Laboratórios de Prótese Dentária e Saúde Bucal; execução de infraestrutura elétrica para instalação de sistema de segurança e implantação de cobertura e catracas no novo acesso de pessoas.
- Aquisição e instalação de 178 armários em aço galvanizado, tipo multiuso, para guarda dos materiais dos alunos.
- Oferta de modulados – cursos extracurriculares de artes visuais e música para alunos e comunidade em geral - 1.000 alunos.
- Oferta de treinamento nas modalidades de atletismo, basquete, futebol, futsal, ginástica rítmica, handebol, musculação, natação, voleibol, tênis de mesa e xadrez, com 1.100 participantes.

- Realização de sessões e oficinas no Complexo de Astronomia – Observatório Astronômico e Planetário.
- Instalação do Laboratório de Edição do Curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo; e da Sala de Desenho do Curso Técnico em Edificações.
- Participação de 178 alunos nos 57.º Jogos da Primavera - na UEPG em Ponta Grossa; e de 70 alunos na Banda Sinfônica Bento Mossurunga nos Campeonatos Paranaenses e Nacional de Fanfarra e Bandas.
- Implementação dos Projetos: a) Aula em Campo – Parque Estadual Guartelá – Canyon do Rio Iapó, Parque Estadual de Campinhos, Morro dos Anhangava e Comunidade Quilombola Sutil - 800 alunos; b) Caminhadas Astronômicas - 300 alunos; c) Intervalo Musical.
- Realização da Semana Cultural – Sustentabilidade, com 4.696 alunos e da II Bienal de Arte Estudantil.
- Publicação do Livro Sedução Poética – 2012 - 1.500 exemplares.
- Apresentação do Grupo de Teatro do Colégio Estadual do Paraná – Gruta Luna – Lixívia, Noite de Barreta - 1.000 espectadores.

16

Secretaria do Esporte

16 Secretaria de Estado do Esporte (SEES)

Criada pela Lei Estadual n.º 17.014, de 16 de dezembro de 2011, a SEES tem como finalidade planejar e desenvolver os programas esportivos, potencializando talentos e capacitando profissionais envolvidos ou não nas ações pertinentes ao desenvolvimento das ações no esporte.

O Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE), entidade autárquica, vinculada à Secretaria tem como competência básica a execução dos programas e projetos, bem como o acompanhamento dos projetos de detecção de talentos esportivos e atletas de alto rendimento.

Ambos trabalham para prover ações que visem o fomento e a melhoria na qualidade do esporte no Estado, seja por meio da sede em Curitiba ou com o apoio dos seus escritórios regionais, localizados em Foz do Iguaçu, Cascavel, Umuarama, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cianorte, Guarapuava, Paranavaí, Campo Mourão, Pato Branco e Ivaiporã.

As ações realizadas são apresentadas a seguir.

16.1 Administração Direta

- Prêmio Orgulho Paranaense - em sua 2.ª edição, foi organizado em parceria com a RPC TV, cujo evento de premiação foi realizado no Teatro Guaíra com a participação da comunidade esportiva, autoridades e público em geral. A premiação objetiva o reconhecimento dos grandes esportistas que nasceram ou residem no Paraná. O prêmio é dividido em categorias: Produção Literária, Jogos Oficiais, Revelação Esportiva, Paradesporto, Mérito Esportivo e Rendimento Esportivo, masculino e feminino. Contemplados 30 atletas, nas diferentes categorias, com público estimado de 1.500 pessoas e custo de R$ 270,0 mil com as despesas referentes a sua organização.
- Festival Esportivo e Cultural da Reforma Agrária - a 2.ª edição do evento, em dezembro, realizado em conjunto com a SEES, prefeituras, SEED, SEEC, Casa Civil/Assessoria de Assuntos Fundiários, com atividades culturais, tais como grupos de teatro e grupos musicais. As atividades esportivas estão contempladas em dois torneios: Torneio de futebol society masculino, com a participação máxima de 16 equipes; e Torneio de futsal feminino, com a participação máxima de 08 equipes. Público estimado de 1.000 participantes e custo de R$ 149,4 mil.
- Cursos e Capacitações - ofertados cursos aos técnicos com a finalidade de capacitar os profissionais de educação física, promovendo a iniciação esportiva em modalidades paradesportivas; e aos dirigentes com a finalidade de capacitar profissionais de educação física para a organização de eventos paradesportivos. Público participante de 1.429 e investimentos de R$ 35,4 mil.
- Participação no Encontro de Lazer no Paraná (ELAP) - evento acadêmico cientifico organizado pela Confraria dos Profissionais de Lazer do Paraná. A edição deste ano

aconteceu em Maringá com o objetivo de dar visibilidade à produção local de conhecimentos e pesquisa no campo do lazer.

- Projeto de Prevenção e Controle da Obesidade Infanto Juvenil – Programa Paraná Saudável - surgiu dos estudos que indicam que a obesidade já pode ser considerada epidêmica pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O projeto tem como objetivo estabelecer a prevalência de sobrepeso/obesidade e fatores demográficos e ambientais associados, em escolares da Rede Pública de Ensino do Paraná, delineando e implementando ações intervencionistas direcionadas ao controle do peso corporal junto a este segmento. Com custo estimado de R$ 2,1 milhões em despesas com a pesquisa dos alunos e aquisição de materiais como balanças.
- Aulas de Ginástica e Alongamento para a Melhor Idade - voltadas à melhoria da qualidade de vida do idoso, por meio da difusão e incentivo a prática da atividade física de forma saudável e prazerosa como hábito de vida. Além da sensibilização à comunidade, em especial os idosos, sobre a importância da prática da atividade física, destina-se a formar e atualizar os profissionais de educação física para o trabalho de programas e projetos para a melhor idade. Atendimento mensal em torno de 107 pessoas.
- Academia de Ginástica - aberta gratuitamente à comunidade, conta com a colaboração espontânea de donativos (latas de leite) mensais, que são repassadas a instituições carentes. As turmas são de no máximo 25 a 30 alunos a fim de preservar a qualidade no atendimento. O número médio de atendimentos é de 600 alunos por mês distribuídos em horários fixos.
- Academia ao ar livre - destinada à prática do exercício físico e alongamento, funciona nas instalações da SEES, com a supervisão dos monitores e profissionais de educação física do quadro da Secretaria. Os atendimentos alcançam em média 600 por mês distribuídos em horários fixos.
- Aulas de Taekwondo - atende crianças de 05 a 14 anos, com a finalidade de promover a iniciação esportiva, atendeu uma média mensal de 120 crianças e adolescentes.

16.2 Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE)

- Programa Talento Olímpico do Paraná – TOP 2016 - criado para oportunizar a revelação de atletas na construção de suas carreiras esportivas, proporcionando inclusão social, desenvolvimento educacional, esportivo e possibilitando a dedicação mais efetiva à sua modalidade e carreira esportiva. Visa, também, atender atletas que se destacaram em competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais, além de proporcionar bolsas TOP Treinador para os técnicos que obtiveram destaque e, que trabalham nas categorias beneficiadas pelo programa. Desse modo, o objetivo traçado pelo programa é tornar o Estado do Paraná referência no Brasil em talentos olímpicos e paraolímpicos,

resgatar os talentos paranaenses que estão treinando e representando outros estados e contribuir no desenvolvimento social, por meio do esporte. O Projeto recebeu patrocínio da COPEL, no valor de R$ 3,8 milhões, para o pagamento de bolas e despesas administrativas; recursos da Lei de Incentivo ao Esporte para o pagamento de bolsas no valor de R$ 1,4 milhão e recursos estaduais da ordem de R$ 357,4 mil para despesas com confecção de uniformes, alimentação para as avaliações, cerimonial de lançamento do Projeto, diárias e passagens a servidores.

- Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná (PARAJAPS) - tem como objetivo promover a integração sócio esportiva, propiciar o desenvolvimento integral do cidadão com deficiência, interagir com os demais segmentos que contribuem para o desenvolvimento do Paradesporto. A primeira edição da competição realizada em Londrina, em dezembro, com a organização e execução da SEES/IPCE e da Universidade Estadual de Londrina. A SEED é parceira na realização do evento e custeou as despesas com o fornecimento de alimentação aos paratletas. O custo do evento foi de R$ 1,0 milhão e estimativa de público de 1.000 atletas.
- Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPS) - criado para completar uma lacuna existente entre a realização dos Jogos Escolares e Jogos Abertos do Paraná, tem como objetivo fomentar a prática esportiva formal como direito dos jovens paranaenses, na perspectiva de processo de valorização humana. Em sua 26.ª edição, em julho, as fases regionais realizaram-se nos municípios de Colombo, Irati, Ribeirão do Pinhal, Jandaia do Sul, Paranavaí, Iporã, Ubiratã, Medianeira, Dois Vizinhos, Laranjeiras do Sul, Santa Helena e Ivaiporã. A Fase Final foi realizada em novembro no município de São José dos Pinhais. A competição faz parte do Contrato de Gestão, mas assim como nos demais eventos que compõem o calendário da SEES/IPCE busca-se continuamente melhorar a qualidade no atendimento dos atletas, tanto que os investimentos para a realização dos eventos foram maiores do que em anos anteriores. O custo total para a realização das fases regionais e final foi de R$ 3,6 milhões e o público nas fases regionais foi de 11.896 e de 6.357 na fase final, totalizando 18.253 participantes.
- Jogos Abertos do Paraná (JAPS) - objetiva o aprimoramento da qualidade técnica dos atletas, buscando o rendimento do Estado na competição nacional os Jogos Abertos Brasileiro. Neste ano, as fases regionais aconteceram nos fins de semana (maio e junho), visando atender um público maior, nos municípios de Guaratuba, Telêmaco Borba, Carlópolis, Ibiporã, Paraíso do Norte, Cianorte, Goioerê, Capitão Leônidas Marques, Coronel Vivida, Laranjeiras do Sul, Santa Helena e Pitanga. Na intenção de aumentar o número de modalidades, a fase final foi divida em datas e municípios diferentes, sendo uma em Maringá e outra em Foz do Iguaçu. O custo total para a realização das 12 fases regionais e das duas finais foi de R$ 3,3 milhões, com participação nas fases regionais de 9.096 participantes e, nas fases finais, totalizaram 14.599 participações.

- Jogos Abertos Brasileiros (JABS) - competição nacional, realizada em maio, em Vitória-ES, da qual o Paraná participou com delegação de 202 participantes, de um total de 1.668 participantes de 08 estados: Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás. O custo da delegação paranaense foi de R$ 421,0 mil com a gestão de eventos.
- Jogos Escolares do Paraná (JEPS) - competição realizada em 32 Núcleos Regionais de Educação do Estado, disputados por alunos do ensino regular e especial, dividida em: Fase Municipal, de responsabilidade do município; Fase Regional, disputadas nos municípios; Fase Macrorregional e Fase Final, de responsabilidade do Estado. Os JEPS são realizados em parceria com a SEED e nesta edição foram gastos R$ 9,7 milhões, cabendo à SEES as despesas com pagamento de diárias e passagens ao corpo técnico que atuou em todas as fases dos jogos, pesquisa para a elaboração do livro comemorativo dos 60 anos dos JEPS e material gráfico, totalizando R$ 340,7 mil. O evento contou com 82.802 participantes.
- Olimpíadas Escolares - competição nacional em que são classificados para participar os alunos que conquistaram o primeiro lugar na fase final dos JEPS. Realizada em setembro, em Poços de Caldas-MG, a etapa de 12 a 14 anos; e de 21 de novembro a 08 de dezembro, em Cuiabá-MT, a etapa de 15 a 17 anos. Nas olimpíadas de 12 a 14 anos houve participação de 186 alunos e a delegação de 15 a 17 anos foi de 184 alunos. A SEED, parceira na realização do evento, foi responsável pelas despesas com o transporte da etapa de 12 a 14 anos. Coube a SEES o pagamento das diárias e passagens de servidores, material de consumo e serviços. Na etapa de 15 a 17 anos o custo da SEES foi de R$ 275,0 mil com passagens aéreas para a delegação do Estado, entre outras.
- Paraolimpíadas Escolares - sua finalidade está em fomentar e ampliar a participação dos estudantes com excepcionalidades física, visual ou intelectual, em atividades esportivas. A edição 2012, foi realizada no mês de outubro, em São Paulo-SP. À SEED, parceira na realização do evento, coube o pagamento das despesas com transporte da delegação. A SEES realizou o planejamento, organização e execução, totalizando R$ 8,9 mil com despesas com hospedagens e passagens aos servidores, além de material de consumo e serviços. A delegação do Estado foi composta por 102 paratletas.
- Jogos Universitários do Paraná (JUPS) - realizado em parceria com a Federação Paranaense de Desportos Universitário (FPDU), no mês de julho, em Apucarana. O público participante foi de 918 atletas e custo de R$ 474,5 mil em despesas com alimentação, repasse ao município sede, premiação, material esportivo, pagamento de pró-labore e diárias.
- Jogos Universitários Brasileiros (JUBS) - competição nacional promovida pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários, foi realizada em Foz do Iguaçu, em outubro, com despesas de R$ 28,4 mil. A delegação do Estado foi composta de 160 atletas.

- Apoio a competições regionais – a) Jogos Abertos do Vale do Ivaí (JAVIS): realizado no município de Manoel Ribas, em setembro, contou com a participação de 1.229 pessoas, com contribuição da SEES para as despesas de material esportivo, premiação, alimentação e pró-labore, no valor de R$ 213,3 mil; b) Jogos Estudantis da Primavera: realizado em Ponta Grossa, no mês de setembro, teve público de 5.500 participantes e custo de R$ 76,1 mil; c) XXI JARCANs realizado de 27 de abril a 01 de maio, em Laranjeiras do Sul, com a participação de 2.800 pessoas e custo de R$ 80,3 mil.
- Apoio a competições regionais (prefeituras, Federações e Ligas) - esse auxílio visa o fomento e a disseminação da prática esportiva pelo Estado, empregados com fins a viabilidade da entidade, município e/ou federação para a execução de seu projeto esportivo. Até novembro, a contribuição foi de R$ 842,8 mil, sendo atendidas 74 Federações, prefeituras, Ligas ou entidades esportivas.
- Projeto Segundo Tempo - destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente, daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social. No Paraná, o convênio foi firmado em 2007, entre o Ministério do Esporte e a antiga Paraná Esporte, hoje SEES/IPCE, em parceria com a SEED, tendo como objeto 208 núcleos do Programa Segundo Tempo e atendimento a 20.800 beneficiados no Estado do Paraná. Os 208 núcleos estão em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, distribuídos em 146 municípios diferentes. Cada núcleo (escola) deve realizar o atendimento a 100 alunos. Em 2012, foram atendidos 17.821 alunos, com recursos federais da ordem de R$ 632,7 mil para o pagamento de monitores.

17

Secretaria da Família e Desenvolvimento Social

FAMÍLIA PARANAENSE

UMA NOVA VIDA COMEÇA AQUI.

17 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS)

Criada pela Lei n.º 16.840/2011 e alterações instituídas pela Lei n.º 17.045/2012, a SEDS é responsável pela política da Assistência Social e pela política de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entre os objetivos da Secretaria, estão:

- Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o território do Paraná, fortalecendo os municípios na gestão da assistência social, na garantia da proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.
- Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
- Executar as medidas socioeducativas restritivas de liberdade.

Visando à organização, promoção, desenvolvimento e coordenação de serviços, programas e projetos voltados ao combate a pobreza e exclusão social e à garantia de direitos de crianças e adolescentes, a SEDS se organiza em sete Coordenações e Unidades de Execução Programática; se apoia na legislação vigente, nas deliberações e diretrizes elaboradas pelos Conselhos de Assistência Social (CEAS) e de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e Conferências; e garante a territorialização dessas políticas e o assessoramento aos municípios por meio de 23 Escritórios Regionais, a saber: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória. Além disso, a SEDS mantém integralmente 18 Centros de Socioeducação e seis Casas de Semiliberdade, que atendem adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e de internação.

Garantindo a transparência e o controle social, a SEDS manteve a regularidade das reuniões do CEAS e do CEDCA, que realizaram, ao longo do ano, 11 reuniões e 10 reuniões ordinárias, respectivamente, e quatro extraordinárias do CEDCA. Em julho, o CEAS empossou os novos Conselheiros Estaduais, para o biênio 2012-2014. Entre março e abril, o CEDCA realizou conferências regionalizadas nas 23 cidades sede dos Escritórios Regionais, tendo como objetivo a deliberação de propostas em âmbito regional sobre o tema "Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Estado do Paraná". Realizada em maio, a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com mesmo tema, que deliberou propostas, elegeu e referendou os delegados para a Conferência Nacional, além de eleger e referendar os adolescentes que irão compor o CEDCA no próximo biênio. O CEDCA também renovou seu quadro, empossando novos conselheiros para o biênio 2012-2013, em junho.

Para o assessoramento eficaz aos 399 municípios paranaenses, os 23 Escritórios Regionais receberam novos veículos, equipamentos de informática, eletroeletrônicos e mobiliário, obtendo, dessa maneira, adequada estrutura física para a realização do trabalho regionalizado.

A Secretaria trabalha visando à diminuição da extrema pobreza no Estado do Paraná, possibilitando a superação das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias.

17.1 Assessoria Técnica (AT)

Acompanha as atividades das Coordenações Programáticas – Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do SUAS, Renda de Cidadania, Unidade Técnica do Programa Família Paranaense e Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente e das instâncias de controle social – CEAS e CEDCA, bem como das instâncias de pactuação e deliberação – CIB, CIT e FONSEAS.

Presta apoio ao planejamento de programas e serviços do Estado na área da Política de Assistência Social, acompanhando diretamente a execução dos projetos do Contrato de Gestão para 2012 – Família Paranaense e Aprimoramento da Gestão; e a elaboração de projetos para captação de recursos internacionais - Paraná Seguro e Família Paranaense, além de acompanhar os processos de 80 entidades e municípios que receberam um veículo (kombi) em convênio com o Estado, para a execução de atividades socioassistenciais.

17.2 Coordenação da Gestão do SUAS (CGS)

Atua no aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social em âmbitos estadual e municipal, assim como no nível do assessoramento e apoio técnico sobre as temáticas monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial, gestão do trabalho e apoio e fortalecimento às instâncias do SUAS.

Na perspectiva do fortalecimento do SUAS, atua na temática monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial, uma vez que elabora e aprimora os instrumentos de gestão do Estado direcionados à gestão municipal do SUAS, bem como participa da elaboração dos instrumentos de gestão em âmbito estadual. Participa ativamente na Comissão de Informação, Monitoramento, Avaliação e Vigilância Socioassistencial da SEDS, bem como orienta e acompanha os Escritórios Regionais na mobilização e articulação com os municípios para elaboração e cumprimentos dos instrumentos de gestão. Gerencia o Cadastro de Entidades Socioassistenciais, cuja adesão permite descontos nas tarifas da luz e água de entidades.

Relacionado à Gestão do Trabalho, atua na coordenação e acompanhamento da execução do Plano Estadual de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS, tendo elaborado o diagnóstico da situação de gestão do trabalho existente no âmbito estadual. Nessa perspectiva, fomenta a implementação junto com os municípios da Política Estadual de Capacitação para os trabalhadores, gestores e conselheiros da assistência social, com base nos princípios da educação permanente e diretrizes da NOB, considerando aspectos das peculiaridades locais, perfis profissionais e nível de escolaridade.

Quanto ao apoio técnico as instâncias do SUAS, busca a articulação entre as instâncias do controle social, bem como secretaria a Comissão Intergestores Bipartite (CIB), promovendo o apoio direto aos processos de habilitação municipais.

17.2.1 Quadro Síntese de Metas

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE	PREVISTA	EXECUTADA
Apoio à CIB	Reunião	8	8
Elaboração do Plano Estadual de Monitoramento	Plano	1	1
Elaboração dos Planos de Providência	Plano	50	50
Elaboração dos Planos de Apoio para Implementação da Gestão Municipal do SUAS	Plano	46	46
Assessoramento Técnico aos Municípios quanto aos procedimentos do preenchimento do Censo Municipal	Municípios	399	399
Elaboração do Plano Estadual de Assistência Social	Plano	1	1
Assessoramento Técnico para municípios na elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, em cumprimento ao art. 30 da LOAS	Municípios	399	399
Web conferência de vigilância socioassistencial	Gestão do SUAS	1	1
Capacitação : Controle Social no SUAS	Alunos capacitados (Conselheiros Municipais e Estaduais de assistência social e trabalhadores do SUAS	1.824	1.413
Capacitação: Desafios contemporâneos do SUAS	Servidores estaduais Capacitados	110	11 à 13/12/12
Capacitação: Política de Assistência Social e a Gestão do SUAS	Alunos capacitados (trabalhadores do SUAS do Estado e Município)	1.639	1.107

17.3 Coordenação de Renda de Cidadania (CRC)

Durante o ano de 2012, foram efetuados acompanhamentos, orientações e assessoramentos para os 23 Escritórios Regionais e os 399 municípios sobre o Cadastro Único e Programa Bolsa Família.

17.3.1 Cadastro Único de Programas Sociais

A estimativa de famílias de baixa renda no Paraná, segundo IBGE (Censo 2010) é de 793.523 famílias.

Estão inscritas no Cadastro Único 915.018 famílias (cadastros válidos - junho de 2012), o que indica uma cobertura de 115% das famílias com perfil Cadastro Único - renda familiar per capita de ½ salário mínimo ou renda total de três salários mínimos).

17.3.2 Programa Bolsa Família

A CRC monitora a evolução do acompanhamento das condicionalidades da saúde e educação, alertando e orientando os municípios com baixo desempenho.

A média de beneficiárias no Paraná foi de 440 mil famílias/mês, equivalentes a R$ 50,0 milhões/mês em recursos disponibilizados.

17.3.3 Índice de Gestão Descentralizada Estadual e Municipal

Em relação à prestação de contas do IGD-M, 98% dos municípios efetuaram a prestação de contas dentro do prazo, o melhor índice da região sul.

17.3.4 Programa Luz Fraterna

A Coordenação é responsável pelo acompanhamento da execução do programa e encaminhamento dos processos para ressarcimento às concessionárias de energia elétrica, quais sejam: COCEL (Campo Largo), FORÇA E LUZ DO OESTE (Guarapuava), FORCEL (Coronel Vivida), LUZ E FORÇA SANTA CRUZ (Jacarezinho, Barra do Jacaré e Ribeirão Claro), CELESC (Rio Negro), COPEL (demais municípios). Em 2012 foi elaborada junto com as concessionárias, a minuta para a nova lei do programa, em tramitação, assim como a minuta do decreto de sua regulamentação. Implantada a rotina de verificações, e em elaboração o novo sistema de acompanhamento da execução do programa.

Em 2012, foram atendidos em média 180 mil domicílios/ mês, sendo aplicados em torno de R$ 24,0 milhões/ano.

17.3.5 Quadro síntese de metas

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE MEDIDA	PREVISTA	EXECUTADA
Assessoramento técnico aos municípios quanto a operacionalização do Cadastro Único e do Bolsa Família	Municípios	399	399
Programa Luz Fraterna	Domicílios	259.407	180.000
Apoio aos municípios na busca ativa para inserção das famílias nas ações e serviços sócio assistenciais e de transferência de renda	Municípios	399	399
Assessoramento técnico para utilização da ferramenta Acompanhamento Familiar do Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família	Municípios	399	114

17.4 Coordenação de Proteção Social Básica (CPSB)

Atua na gestão, fortalecimento, assessoramento, orientação e definição de diretrizes e capacitação das equipes dos escritórios regionais da SEDS e dos municípios, visando à prevenção de situações de risco para a população em situação de vulnerabilidade e o cumprimento das metas pactuadas nacionalmente, o que reflete diretamente na qualidade da oferta dos serviços ofertados e no repasse de recursos que cada município recebe de cofinanciamento federal.

A Secretaria implantou o cofinanciamento dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), aos municípios que aderiram ao Programa Família Paranaense.

Atuou também no acompanhamento dos Programas Atitude, Centros da Juventude, Guarda Mirim do Paraná e na implantação do Programa Adolescentes Paranaenses.

17.4.1 Centros de Referências de Assistência Social (CRAS)

O Estado do Paraná possui 527 unidades de CRAS (Censo/CRAS/MDS-2011). A CPSB realizou o monitoramento das metas de desenvolvimento dos CRAS, pactuadas nacionalmente e em conformidade com as diretrizes do SUAS. Coube a Coordenação acompanhar o cumprimento do Plano de Providências, e a definição de prazos, pactuados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), junto aos municípios.

Para o cumprimento das pendências identificadas no Censo SUAS 2009/2010, foram encaminhados e acompanhados 397 planos de providências e no Censo SUAS 2010/2011, foram encaminhados e acompanhados 438 planos de providências.

17.4.2 Serviços e Benefícios de Proteção Social Básica

Assessoramento, acompanhamento e orientação técnica aos 399 municípios que desenvolvem benefícios e serviços tipificados nacionalmente, para garantia de proteção social básica às Famílias Paranaenses vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão social.

17.4.3 Programa Atitude

Durante o ano, deu-se continuidade às ações do Programa, financiado pelo FIA, nos nove municípios contemplados.

Foram liberados os recursos financeiros de acordo com o previsto nos termos de convênio, tendo a SEDS acompanhado a utilização dos mesmos, bem como nas orientações técnicas e administrativas necessárias para o seu pleno desenvolvimento.

17.4.4 Programa Centros da Juventude

Em 2012, foram inaugurados e estão em funcionamento 15 Centros da Juventude e realizadas reuniões com o grupo de trabalho intersetorial, para propor ações que poderão ser ofertadas nestes espaços, assim como prestada assessoria aos Comitês Gestores Municipais do Programa.

Participação e discussão do Programa Paraná Seguro com a comissão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em conjunto com a SEPL e SESP, para planejamento e financiamento das ações que poderão ser contempladas nos equipamentos de 13 Centros da Juventude nos próximos quatro anos.

17.4.5 Guarda Mirim do Paraná

A Guarda Mirim estabeleceu parceria e convênios com a SEED, EMBAP, Polícia Militar do Paraná, SENAC Paraná, 72 empresas conveniadas de Curitiba e RMC, e em fase de formalização o convênio com SENAI Paraná.

Responsável pelo programa de aprendizagem, com ações de incentivo à profissionalização, atendeu 370 adolescentes procedentes de Curitiba e RMC.

17.4.6 Programa Adolescentes Paranaenses

Os recursos que financiam o Programa são oriundos do FIA, deliberados pelo CEDCA. Foram contemplados 30 municípios na primeira fase do programa.

17.4.7 Quadro Síntese de Metas

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE	PREVISTA	EXECUTADA
Inauguração de CRAS	CRAS	43	25
Repasse de recursos para Construção dos CRAS	CRAS	17	(1)
Coordenação do Programa BPC na Escola	Programa/ Municípios participantes	1/	1/108
Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Municípios	112	(1)
Assessoramento técnico e monitoramento aos municípios para implementação da Proteção social Básica no Paraná	Municípios	399	399
Orientações e apoio técnico às equipes dos Escritórios Regionais da SEDS, quanto à expansão 2011, dos serviços socioassistenciais e à adesão ao co-financiamento federal de Equipes Volantes para os CRAS	Municípios	44	44
Acompanhamento e capacitação dos municípios executores do Programa Atitude	Municípios/Crianças e Adolescentes	10/5.770	10/5.770
Inauguração de Centros da Juventude	Municípios	15	15
Acompanhamento e articulação intersetorial para potencializar os Centros da Juventude	Municípios	29	29
Programa de qualificação profissional aos adolescentes Guarda Mirim PR	Adolescentes	370	370
Implantação do Programa Adolescentes Paranaenses	Municípios/Adolescentes	30/1.800	(1)
Repasse de Kit's de emergência para os municípios em estado de Calamidade Pública ou Emergência, reconhecidos pelo Governo Federal	Municípios	17	15

(1) Os recursos estão disponíveis para os municípios, porém ainda em fase de elaboração de projetos.

17.5 Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE)

Tem como objetivo fortalecer e ampliar a Rede de Proteção Especial no Estado do Paraná por meio de assessoria técnica, capacitação continuada e apoio na execução dos serviços de Média e Alta Complexidade em consonância com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Coordenação promove e apoia ações de mobilização, sensibilização e articulação para o enfrentamento à violação de direitos, tais como: negligências, abandonos, preconceito, discriminação ou os diversos tipos de violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, ou grupos minoritários.

Para tanto coordenou as seguintes Comissões:

- Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes.
- Comissão Estadual de Convivência Familiar e Comunitária.

- Comissão Estadual de Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.
- Fórum Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infantil.

Em 2012, a Campanha de maior destaque foi realizada na celebração do dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

17.5.1 Programas e Serviços de Proteção Social Especial

17.5.1.1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Atualmente o Paraná conta com 129 unidades em 110 municípios, com capacidade para atendimento a 6.940 pessoas e suas famílias.

O papel do Estado é acompanhar, orientar e avaliar o serviço desenvolvido pelos municípios. O acompanhamento das ações tem sido realizado por meio das equipes técnicas dos Escritórios Regionais, com o suporte da Coordenação de Proteção Social Especial.

17.5.1.2 Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Assessoramento, acompanhamento e orientação técnica aos municípios que desenvolvem serviços tipificados nacionalmente, para garantia de proteção social especial às famílias paranaenses em situação de risco e/ou violação de direitos.

17.5.2 Quadro Síntese de Metas

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE	PREVISTA	EXECUTADA
Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e indivíduos (PAEFI)	Municípios	97	(1)
Repasse de recursos para execução do programa Liberdade Cidadã	Municípios/ Entidades	(2)399	(3)53
Cofinanciamento do Programa Nacional Viver Sem Limites – Centro Dia para Pessoas com Deficiência	Município	01	(1)
Repasse de recursos para execução do Programa Crescer em Família	Municípios/Crianças e Adolescentes	(2)399	(3)182
Acolhimento institucional de idosos e pessoas com deficiência, oriundos de municípios cujo porte não justifica implantação de rede	Pessoas	314	314
Cofinanciamento do Programa Nacional Viver Sem Limites – Residência Inclusiva para Pessoas com Deficiência	Município	02	(1)
Assessoramento técnico e monitoramento aos municípios para implementação dos Serviços de Proteção Social de Média e Alta Complexidade no Paraná	Município	399	399
Realização de eventos regionais e estadual referente ao combate, ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes	Eventos	02	02
Lançamento da Cartilha "Solte sua Voz, saiba seus Direitos"	Cartilhas	38.000	38.000

(1) Os recursos estão disponíveis para os municípios, porém ainda em fase de elaboração de projetos.
(2) Número de municípios com potencial para habilitação.
(3) Os municípios que não foram habilitados estavam com problemas na documentação necessária para habilitação.

17.6 Coordenação de Medidas Socioeducativas (CMS)

É responsável pela Política de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei. Dentre suas ações estão a execução das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade.

Para o atendimento da medida de privação de liberdade, a SEDS/CMS, manteve 18 Centros de Socioeducação, unidades que atendem a privação de liberdade provisória e definitiva no Estado do Paraná, com a existência de 985 vagas.

Em 2012, foram atendidos 4.080 adolescentes, dos quais 2.452 foram atendidos em medida de internação provisória e 1.628 cumpriram medida de internação.

Para o atendimento da Medida Socioeducativa de Restrição de Liberdade, a SEDS realizou a manutenção de seis Casas de Semiliberdade, num total de 98 vagas e 263 adolescentes atendidos.

Nas Unidades de Socioeducação foram desenvolvidas as ações a seguir.

17.6.1 Programa de Educação das Unidades de Socioeducação (PROEDUSE)

Tem como objetivo garantir a escolarização básica, no nível fundamental e/ou médio, aos adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa.

Com vistas ao atendimento destes educandos, a SEDS e a SEED firmaram parceria para a prestação de serviços por professores e funcionários, selecionados por edital, segundo as normalizações e a legislação determinada pela SEED. O atendimento se dá por meio da Educação de Jovens e Adultos, onde o aluno faz quatro disciplinas de cada vez, de forma presencial e individual. O PROEDUSE funcionou no ano de 2012 com 284 professores de docência, 26 coordenadoras pedagógicas, 14 auxiliares administrativos e 02 serviços gerais. Foram atendidos 2.736 alunos, sendo que houve: 271 conclusões de Ensino Fundamental - Fase I, 153 conclusões de Ensino Fundamental – Fase II, 02 conclusões de Ensino Médio, e ainda 51 adolescentes classificados da Fase I para a Fase II do Ensino Fundamental. Dessa forma, 15,57% dos alunos atendidos pelo PROEDUSE conseguiram concluir uma fase de ensino.

Avanços obtidos: elaboração de Termo de Convênio de Cooperação Técnica, em conjunto com a SEED, com a finalidade de garantir escolarização básica aos adolescentes em conflito com a lei, atendidos nos Centros de Socioeducação, mantido pela SEDS; instituída a Semana de Capacitação específica para professores que atuam na socioeducação; elaboração, em conjunto com a SEED, de Instrumento de Avaliação dos Professores do PROEDUSE, visando um diagnóstico por meio de diversos aspectos relacionados ao trabalho do professor no CENSE, como: ética profissional, disciplina, assiduidade e eficiência; instituída a Comissão de Educação para elaborar as propostas pedagógicas e normatização dos procedimentos; participação na Comissão Nacional do INEP, para aplicação do ENEM e ENCEJA no sistema socioeducativo; elaboração de uma proposta de escolarização, pensada por blocos, visando aceleração de aprendizagem e consequente redução da defasagem idade-série dos adolescentes em medida socioeducativa de internação; elaboração da proposta de escolarização para internação provisória; proposta para a SEED da criação de três CEEBJAS polo, para atendimento dos Centros de Socioeducação: CEEBJA SUL – CEEBJA NORTE – CEEBJA OESTE.

17.6.2 Profissionalização

É dever do Estado ofertar, no quadro de atividades, cursos de qualificação profissional, democratizando a oferta aos adolescentes privados de liberdade, de forma a oportunizar aos mesmos, condições de geração de renda ao serem desligados.

Foram realizadas as seguintes ações: abertura do processo de licitação para os cursos de qualificação profissional; oficiado ao SENAC-SENAI, análise de viabilidade de parceria para oferta de cursos nas Unidades; análise da adesão da SEDS ao PRONATEC/ SINASE, criado em parceria do MEC e SDH.

17.6.3 Esporte

Estabelecida parceria com a Federação Paranaense de Xadrez (FEXPAR), no sentido de iniciar um Projeto Piloto de Capacitação de servidores, para trabalharem atividades enxadristas com os adolescentes; realizado contato com a Associação Educacional de Desenvolvimento Humano e Social (ADDES) para desenvolvimento de atividades de karatê nos CENSEs e Semis; realizado levantamento dos espaços físicos, para práticas esportivas nos CENSEs, para parcerias onde não há local adequado para atividades físicas; elaborado projeto de realização da Copa Estadual de Xadrez entre os Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade; encaminhamento para as unidades de material de educação física recebido do Ministério do Esporte.

17.6.4 Cultura

O Projeto CulturAção, em parceria com a SEEC, para ser desenvolvido no período de férias escolares, com oficinas culturais. Estavam previstas 146 oficinas para serem desenvolvidas nos CENSEs e Casas de Semiliberdade, porém apenas 28 oficinas se concretizaram, pois não houve instrutores com condições de contratação para as demais.

O Programa de Apoio ao Jovem Educando (AJE) possibilitou o acompanhamento dos adolescentes que foram desinternados, após o cumprimento da medida socioeducativa de internação. Uma das ações é a concessão de bolsas aos jovens que são desinternados dos Centros de Socioeducação, conforme previsto na Lei n.º 16.021/2008.

Em 2012, foram repassadas 440 bolsas no valor de R$ 100,00 mensais, com um total de 80 adolescentes atendidos.

17.6.5 Programa de Apoio às Famílias

Viabilizou passagens e vales-transportes para que as famílias visitassem seus filhos, visando desta forma o fortalecimento dos vínculos familiares e responsabilização das famílias junto ao processo socioeducativo do adolescente.

No ano de 2012, foram viabilizados 7.314 vales-transportes, perfazendo um total de R$ 16,9 mil e 1.600 passagens, num total de R$ 138,2 mil.

17.6.6 Convênio com Comunidades Terapêuticas

A SEDS disponibiliza um total de 121 vagas, em nove municípios do Estado para atendimento em 12 Comunidades Terapêuticas conveniadas, onde foram atendidos 246 adolescentes.

17.6.7 Programa Aprendiz

O Programa Estadual de Aprendizagem tem a finalidade de garantir a profissionalização e a inclusão social de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas ou que tenham sido beneficiados com a remissão, tendo atendido, em 2012, 620 adolescentes.

17.6.8 Investimento em Obras

Realização de obras para construção, reforma, ampliação e qualificação das instalações nas seguintes unidades:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)	TIPO
Centro de Socioeducação de Toledo	179.577,75	Reformas
Centro de Socioeducação de Campo Mourão	639153,17	Reformas e Melhorias
Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	1073136	Reformas
Centro de Socioeducação de Londrina I	706.327,39	Reformas e Reparos
Centro de Socioeducação de Londrina II	34.192,61	Melhorias
Centro de Socioeducação de Paranavaí	487.269,14	Reformas
Centro de Socioeducação de Santo Antônio da Platina	38.987,35	Reparos
Centro de Socioeducação de São José dos Pinhais	47.132,41	Aditivo da Construção
Centro de Socioeducação de Umuarama	46.359,13	Projeto
Centro de Socioeducação de Cascavel I	72.533,52	Projeto
Centro de Socioeducação de Fazenda Rio Grande	399.349,72	Reformas
Centro de Socioeducação de Cascavel II	679.722,47	Reformas e Reparos
Centro de Socioeducação de Paranavaí	136.109,65	Melhorias
Centro de Socioeducação de Curitiba	1.718.903,35	Reformas e ampliação
Centro de Socioeducação de Laranjeiras do Sul	752.737,40	Reformas
Centro de Socioeducação de Ponta Grossa	690.450,12	Reformas
Centro de Socioeducação de Maringá	653.417,17	Reformas
Casa de Semiliberdade Ponta Grossa	104016,39	Melhorias
Casa de Semiliberdade Cascavel	43.989,48	Reformas
Casa de Semiliberdade Londrina	119.569,58	Reformas

17.7 Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente

A SEDS é responsável pela coordenação da Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para tanto, foi instituída a Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente, responsável pela articulação intergovernamental e intersetorial para garantir a proteção integral às crianças e adolescentes paranaenses.

17.7.1 Plano Decenal para Implementação e Acompanhamento dos Direitos da Criança e do Adolescente

A elaboração do Plano Decenal iniciou com a publicação do Decreto n.º 4.484, de 07/05/12, e a assinatura do Protocolo de Intenções pelos membros do Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná, com a finalidade de elaborar as diretrizes e ações da Política Estadual da Criança e do Adolescente para os próximos 10 anos. O Plano Decenal encontra-se em fase de construção do Marco Situacional (diagnóstico) e elaboração do marco legal, eixos norteadores e princípios.

Cabe à SEDS fomentar ações intersetoriais para atendimento das crianças e adolescentes do Estado do Paraná; articular as Secretarias de Estado e demais órgãos signatários do Plano Decenal para a elaboração e execução do mesmo; coordenar o Comitê Interinstitucional criado para a subelaboração, implementação e acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente; sistematizar o diagnóstico da situação das crianças e adolescentes do Estado do Paraná, que subsidiará o planejamento das ações que comporão o Plano Decenal; responsabilizar-se pela Secretaria Executiva do Comitê citado no item III; designar equipe técnica responsável pela redação e revisão do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná; planejar, assessorar e/ou cofinanciar ações na sua área de competência que visem à garantia dos direitos da criança e do adolescente do Estado do Paraná; indicar instrumentos para o acompanhamento da execução das ações previstas no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente no seu âmbito de atuação.

17.7.2 Curso de Formação de Conselheiros Tutelares no SIPIA/ CT /Web

A implantação e implementação do Sistema SIPIA/Web nos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná foi realizada por meio de:

- Assessoramento técnico aos Conselheiros Tutelares.
- Capacitação semipresencial em parceria com a Escola de Governo, com 28 horas/aulas, sendo 20 horas de ensino à distância e 08 horas de aulas presenciais, para os 2.065 conselheiros tutelares dos 413 conselhos do Estado do Paraná.
- Mediação de questões técnicas referentes ao sistema junto à Coordenação Geral do SIPIA na Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH).

Foram inscritos 1.130 Conselheiros Tutelares na etapa à distância e 301 na etapa presencial. O término das etapas à distância e presencial está previsto para março/2013.

17.7.3 Curso de Formação Continuada para Conselheiros Tutelares e Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente

O Projeto iniciado em 2010 pela então Secretaria de Estado da Criança e Juventude (SECJ) em parceria com a UEL, a UEM, a UNIOESTE, a UEPG, a UNICENTRO, a UENP e a FAFIPAR, e foi recebido em março/2012 pela Assessoria Técnica de Políticas de Proteção Integral (ATPPI), atualmente Unidade Técnica da Criança e do Adolescente (UTPCA), a fim de que fosse instruído com a documentação necessária para posterior trâmite. O protocolo encontra-se em trâmite para contratação das Instituições de Ensino Superior envolvidas no Projeto.

O curso de capacitação é parte do Programa de Formação Continuada dos Atores do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná. O valor disponível para a realização do curso, produção e impressão do material didático é de R$ 2,1 milhões. Serão capacitados ao todo 5.247 alunos, sendo 2.065 Conselheiros Tutelares e 3.182 Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. A carga horária é de 56 horas para cada um dos níveis, distribuídas em 48 horas de conteúdo teórico-prático e oito horas de encontros microrregionais para cada grupo de três municípios.

17.7.4 Laboratório de DNA

O processo está em fase de tratativas para prorrogação e manutenção do Termo de Cooperação Técnica e repasse de recursos para a implantação do Laboratório de Análises de Poliformes de Ácido Desoxirribonucléico – DNA na Universidade Estadual de Londrina. A ação totaliza R$ 2,0 milhões proveniente do FIA-PR, R$ 216,0 mil do tesouro estadual (SETI) e R$ 128,3 mil também do tesouro, proveniente da UEL. A obra encontra-se 100% executada, estando em curso a fase de aquisição de equipamentos técnicos para as análises. Os valores já foram cerca de 50% executados.

17.8 Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTPFP)

O Programa Família Paranaense é uma estratégia do Governo do Estado do Paraná, que articula as políticas de proteção social de várias áreas dos governos federal, estadual e municipais, providenciando para que as famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social tenham acesso facilitado aos serviços públicos, a serem disponibilizados conforme a demanda e necessidade de cada uma, com a elaboração de um Plano de Ação individualizado.

Este programa tem sido construído, desde o princípio de maneira participativa e intersetorial, com a participação de 17 Secretarias de Estado.

A metodologia intersetorial permeará todas as fases de implantação do programa. Para tanto, é necessário existir um arranjo institucional de gestão, por meio de comitês regionais, municipais e locais, visando a articulação entre as políticas públicas.

Em 2012, foi iniciado com um projeto piloto, onde seriam atendidos prioritariamente 30 municípios, entre eles: Altamira do Paraná, Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Fênix, Campo Bonito, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, Agudos do Sul, Cerro Azul, Mandirituba, Santo Antônio do Sudoeste, Candói, Cantagalo, Goioxim, Prudentópolis, Turvo, Imbituva, Rebouças, Teixeira Soares, São José do Boa Vista, Tomazina, Wenceslau Bráz, Laranjeiras do Sul, Amaporã, Mangueirinha, Ortigueira, Piraí do Sul, Reserva, São Pedro do Iguaçu e Cruz Machado.

A SEDS lançou edital, em abril, para que municípios do Paraná pudessem fazer a adesão ao projeto Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas (AFAI). A medida integra a metodologia do programa Família Paranaense e visa fortalecer o vínculo social entre familiares e o adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação. A articulação busca o comprometimento dos familiares e esforços das políticas públicas para promover um ambiente propício ao resgate da cidadania dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

No entanto, devido a grande aceitação e procura pela adesão ao programa, foi necessário ampliar a metodologia para outros municípios, sendo que 230 municípios aderiram à metodologia, totalizando 260 municípios atingidos pelo programa.

Sendo assim, têm-se três modalidades para o programa:

- Família Paranaense – 30 municípios prioritários e 5.000 famílias atendidas.
- Metodologia – adesão de 230 municípios.
- Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas (AFAI) - 40 municípios solicitaram o recurso.

Em março, foi lançado o Programa para os 399 municípios no Canal da Música em Curitiba, com a presença de prefeitos, primeiras damas, gestores de assistência social, deputados estaduais e federais, secretários de Estado, secretários municipais, vereadores, lideranças comunitárias, gestores de saúde, educação e habitação, presidentes e Conselheiros dos Tribunais de Justiça e de Contas, Ministério Público, funcionários da SEDS e funcionários públicos do Estado.

Em 2012, prosseguiu-se com as ações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o pleito de U$ 100 milhões. Foi encerrada a quarta missão junto ao Banco. Para o acompanhamento deste projeto, está sendo construído o modelo lógico em parceria com o IPARDES, proposta esta, que possui como objetivo a organização, o monitoramento e a avaliação do projeto, tendo sido realizadas cinco oficinas e definidos os seguintes itens do modelo: problema, causas, consequência, objetivo geral, objetivos específicos, descritores e critérios.

Formalizaram-se os comitês de gestão, por meio do Decreto n.º 5.280/2012, que institui a Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense e instituídos os 23 Comitês Regionais do Programa pelo Decreto n.º 5.552/2012.

Encontra-se em tramitação o projeto de lei que cria o Programa Família Paranaense, destinado a promover a autonomia das famílias por meio de um conjunto de ações intersetoriais e outras providências, inclusive a transferência complementar de renda pelo Estado, vinculada ao Programa Federal Bolsa Família.

Implantado o Sistema de Acompanhamento Familiar do Programa Família Paranaense. Ao longo do tempo o sistema apresentará novas funcionalidades. O sistema mostra a listagem das famílias que estão cadastradas na versão 7 do Cadastro Único, com seus respectivos índices de vulnerabilidade - IVF PR. Disponibiliza ao Comitê local o Plano de Ação Intersetorial da Família, ferramenta esta construída individualmente com cada família.

CAPACITAÇÕES REALIZADAS

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE	META PREVISTA	META EXECUTADA
Capacitação dos atores e trabalhadores das Políticas de Assistência Social e Criança e Adolescente	Capacitações/ Participantes	8/3.782	8/3.371
Web Conferência dos atores e trabalhadores das Políticas de Assistência Social e Criança e Adolescente	Web Conferência/Expectadores	11/7.023	11/7.023

RESUMO DOS RECURSOS EMPENHADOS ATÉ 30/11/2012 E A EMPENHAR ATÉ 31/12/2012

ATIVIDADES	EMPENHADO	A EMPENHAR	TOTAL
Pessoal e Encargos Sociais	89.410.732,00	15.769.364,00	105.180.096,00
Gestão Administrativa da SEDS	12.258.286,00	6.468.151,00	18.726.437,00
Gestão de Serviços	4.095.267,00	195.915,00	4.291.182,00
Manutenção dos Programas e Atividades desenvolvidas nos 19 Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade	8.011.570,00	5.010.054,00	13.021.624,00
Luz Fraterna	944.593,00	9.741.977,00	10.686.570,00
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - Fia	24.178.799,00	29..192.696,00	53.371.495,00
Fundo Estadual de Assistência Social	9.964.262,00	16.937.176,00	26.901.438,00
TOTAL	148.863.509,00	83.315.333,00	232.178.842,00

18

Secretaria da Fazenda

18 Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA)

A SEFA é responsável pelo planejamento, comando, execução e orientação normativa da política fiscal e do sistema financeiro estadual.

Para a execução destas atribuições, está organizada em três Coordenações: da Administração Financeira do Estado (CAFE); da Receita do Estado (CRE); de Assuntos Econômicos (CAEC).

Encontram-se sob sua vinculação o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) em liquidação ordinária e a Agência de Fomento do Paraná S/A (AFPR).

Os principais resultados e os avanços mais importantes alcançados no exercício de 2012, bem como as principais atividades da gestão financeira e tributária do Estado, estão relatados a seguir.

18.1 Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE)

É responsável pelo planejamento, coordenação e controle das atividades ligadas à administração financeira dos recursos estaduais, promovendo ações necessárias à liberação de recursos financeiros do Tesouro Estadual e de todas as contas que integram a sistemática da Conta Única do Tesouro Geral do Estado.

A sua atuação tem como princípio a responsabilidade fiscal, o gerenciamento e a implantação de rotinas no sentido da garantir o equilíbrio das contas públicas, via cumprimento de metas e ações planejadas e transparentes para a prevenção de riscos.

Em cumprimento ao Artigo 42 da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) foi implantada no Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (SIAF) a Declaração de Disponibilidade Financeira (DDF), como forma de permitir ao Coordenador o planejamento de fluxo de caixa e controle dos gastos públicos, tendo sido emitidas 8.000 DDFs, até outubro.

Das principais ações de responsabilidade da CAFE, ressaltam-se as que refletiram diretamente no cumprimento de todas as metas e princípios da boa gestão fiscal previstas na legislação vigente, descritas a seguir:

- O recebimento e gerenciamento de recursos destinados ao Estado, provenientes de: Receitas Tributárias; Transferências Financeiras da União; ingresso de recursos das operações de crédito realizadas com organismos financeiros nacionais e internacionais; demais receitas públicas.
- Executar as liberações financeiras destinadas aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, bem como o inter-relacionamento com instituições.
- O controle e normatização de procedimentos operacionais relativos às atividades de administração de recursos financeiros, físicos ou escriturais, dos órgãos e entidades estaduais, implementando ações relacionadas ao aprimoramento do SIAF.

- A coordenação, registro, controle, a guarda e a movimentação das contas bancárias, de títulos em geral, de cauções e outras atividades ligadas ao Tesouro Geral do Estado.
- O controle da movimentação das contas bancárias, de instituições financeiras credenciadas como o Banco do Brasil S/A, Banco Itaú S/A e Caixa Econômica Federal.
- Coordenação e orientação técnica aos Grupos Financeiros Setoriais (GFSs).
- Participação e orientação na implementação das normas do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- Elaboração de memórias de cálculo dos relatórios da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000 (LRF), bem como sua publicação nos prazos legais.

A estrutura organizacional da Coordenação compreende: Coordenador, Conselho de Ética, Divisão de Análise Técnica Financeira, Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública, Divisão de Controle da Despesa e Divisão de Contabilidade Geral.

18.1.1 Divisão de Análise Técnica Financeira (DATF)

Presta assessoramento técnico, financeiro e jurídico ao Coordenador da CAFE, aos Grupos Financeiros Setoriais, bem como a elaboração de pareceres, informações e demais documentos oficiais concernentes às áreas jurídica e financeira.

Atividades realizadas:

- Participação em Grupos de Trabalho (GT) do Grupo de Gestores Financeiros dos Estados (GEFIN), Grupo de Assessoramento dos Secretários da Fazenda (CONFAZ), que tem por finalidade discutir e elaborar estudos técnicos de matérias relativas às políticas financeiras e a promoção de maior integração entre os gestores de cada Estado e a União.
- Elaboração, análise e acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), realizando avaliações da situação fiscal do Estado, pela coleta, tratamento de dados e organização de informações necessárias à realização de avaliação no cumprimento de metas fiscais.
- Atendimento à equipe da STN, por ocasião da visita técnica ao Estado, visando à avaliação do cumprimento de metas e compromissos do Programa de Ajuste Fiscal (PAF).
- Elaboração e acompanhamento da programação financeira do Estado.
- Coordenação e conferência dos dados para publicação dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, e elaboração dos quadros a serem apresentados nas Audiências Públicas.

18.1.2 Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública (DIRED)

A DIRED realiza as previsões de receitas orçamentárias, centralizada e descentralizada, e o seu desdobramento em metas bimestrais da arrecadação conforme determina o disposto no art. 13 da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000 (LRF).

Dentre as atividades desenvolvidas na Divisão, destacaram-se:

- Elaboração da programação financeira de ingressos de receitas e suas reestimativas, estabelecendo fluxos diários e mensais, com o objetivo de assessorar a coordenação, na programação financeira.
- O registro e controle da dívida pública dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.
- A projeção e análise da capacidade de endividamento e pagamento para fins de contratação de operações de crédito interna e externa pelo Estado, junto aos organismos nacionais e internacionais.
- Previsão de pagamento do Serviço da Dívida Pública do Estado.
- Participação na elaboração do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.
- Manutenção e controle do Cadastro de Inadimplência dos Municípios (CADIN Estadual) e distribuição de Certidões Negativas a todos os órgãos do Estado, que visam novas operações de crédito e convênios, junto a órgãos da União.
- Participação no GEFIN, incluindo a Coordenação de Grupo Técnico.

18.1.3 Divisão de Controle da Despesa (DIDEP)

É responsável pelo acompanhamento e a análise de forma gerencial, do comportamento da execução financeira dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

Atividades realizadas:

- Controle da movimentação de 68 contas bancárias, de instituições financeiras credenciadas como o Banco do Brasil S/A, Banco Itaú S/A e Caixa Econômica Federal e de 25 contas CEF-PAC referente ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
- Liberação dos recursos financeiros disponíveis.
- Análise, monitoramento e informação do impacto financeiro de aproximadamente 320 processos que envolveram despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta do Estado.
- Acompanhamento do impacto financeiro decorrente do Limite Legal com gastos de pessoal do Poder Executivo e demais Poderes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

18.1.4 Divisão de Contabilidade Geral (DICON)

É responsável pela padronização e a orientação normativa do sistema de contabilidade da Administração Pública Estadual, o controle, o acompanhamento e a execução da Contabilidade Geral do Estado.

Atividades realizadas:

- Elaboração do Balanço Geral do Estado.
- Prestação de Contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).
- O assessoramento contábil na elaboração de dados e de informações necessárias à realização de avaliação no cumprimento de metas fiscais.
- Manutenção dos Sistemas: de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE); de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN).
- Estudos e emissões de pareceres relativos à execução contábil dos órgãos públicos estaduais, inclusive da aplicação dos recursos destinados aos Fundos.
- A consolidação da movimentação orçamentária e financeira da Assembleia Legislativa do Estado.
- Orientação normativa e supervisão técnica contábil dos GFSs.
- Participação no grupo técnico na implementação das normas do PCASP.

18.1.5 Núcleo de Informática e Informação (NII)

Diretamente subordinado à Diretoria Geral, é responsável pelo diagnóstico e atendimento às demandas nas áreas de Tecnologia da Informação e Telecomunicações.

A atuação também é voltada ao desenvolvimento e melhoria dos sistemas necessários à gestão contábil e financeira do Estado a saber:

- Portal de Gestão do Dinheiro Público - disponibiliza a transparência de informações, atendendo as exigências da Lei Complementar n.º 131 (Transparência) e da Lei de Responsabilidade Fiscal, no acompanhamento dos gastos do Governo, dos repasses financeiros a municípios, acesso aos Orçamentos Públicos, ao Balanço Geral do Estado, a contratos celebrados entre o Governo e Empresas e outras informações extraídas dos diversos Sistemas que compõem o SIAF.
- Cadastro de Credores do Estado e de suas respectivas contas bancárias, para recebimento dos pagamentos efetuados pelo Tesouro Geral do Estado.
- Contabilidade Pública - operacionalização contábil individual de cada órgão da administração direta e indireta, bem como a consolidação geral da contabilidade do Estado. Desenvolve rotinas especiais que propiciam a análise de Contas Contábeis, Análise de Balanço, Auditorias Contábeis, Demonstrativos e Controles Especiais, incluindo um conjunto específico de serviços relacionados à Lei n.º 4.320/64, ao FUNDEB.
- Sistema da Divida Pública - cadastro dos contratos da Dívida Pública Interna e Externa do Estado, dos ingressos de recursos, amortizações de juros e do principal, saldo atualizado dos contratos e previsões de desembolsos futuros.

- Sistema de Controle de Precatórios - abrange o cadastro dos precatórios judiciais do Poder Executivo, com acompanhamento individualizado e atualização de valores, com dados cadastrais que determinam sua posição na ordem de pagamentos, estando disponível ao público, por meio de integração com o Portal de Gestão do Dinheiro Público. Possui ainda um módulo que possibilita o controle da compensação do precatório ou parte dele com Divida Ativa do Estado.
- Responsabilidade Fiscal - criado para atender as exigências da LRF e para auxiliar o Gestor Financeiro Estadual de instrumentos que permitam o acompanhamento de indicadores e o apoio à tomada de decisões, servindo para nortear a preparação de Audiências Públicas realizadas na Assembleia Legislativa, envolvendo a geração de informações divulgadas na Internet, em integração com o Portal de Gestão do Dinheiro Público.

18.2 Coordenação da Receita do Estado (CRE)

Órgão de regime especial tem sua estrutura formada pela Administração Central e por Delegacias Regionais da Receita.

Tem como objetivos estratégicos evitar a evasão das receitas tributárias e combater as fraudes fiscais por meio de fiscalização ágil e efetiva, com ênfase na prevenção, bem como propor uma legislação tributária simples, ordenada e eficiente, zelando pela sua correta aplicação.

A Administração Central compreende: Gabinete do Diretor, Assessoria Geral, Assessoria Estatística e Econômica, Delegacia de Julgamento, Inspetoria Geral de Tributação, Inspetoria Geral de Arrecadação, Inspetoria Geral de Fiscalização, Assessoria e Gerência de Tecnologia da Informação, Assessoria e Gerência de Recursos Humanos, Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira, Escola de Administração Tributária, Escritório de Gerenciamento de Projetos, Corregedoria, Assessoria e Gerência do Simples Nacional, e suas respectivas subunidades, cujas atividades principais ao longo de 2012 estão descritas a seguir.

18.2.1 Inspetoria Geral de Tributação (IGT)

Responsável por cuidar da legalidade das questões tributárias, propor legislação tributária simples, ordenada e eficiente e zelar pela sua correta aplicação.

Em 2012, o destaque foi a elaboração e publicação do Novo Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 6.080, de 28/09/2012.

18.2.2 Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)

Os trabalhos estiveram voltados a estabelecer, bem como a disponibilizar meios seguros e simplificados de controle e arrecadação dos tributos estaduais, mediante planejamento, coordenação e acompanhamento do fluxo de documentos e informações, em todas as suas fases, até o repasse do produto arrecadado ao Tesouro Geral do Estado.

Principais ações realizadas:

- Proposições de alterações na legislação – resultando na aprovação da Lei n.º 17.082/2012 (REFIS) visando à busca de eficiência na cobrança dos créditos tributários, mediante dispensa de garantia nos parcelamentos até 12 meses e remissão de valores inferiores ao custo de execução. Como resultado, o Estado contabilizou a recuperação de R$ 2,8 bilhões em impostos (ICMS, IPVA e ITCMD), sendo R$ 278,8 milhões pagos à vista e os demais R$ 2,5 bilhões parcelados em até 120 meses.
- Palestras ministradas nos meses de maio e junho a contribuintes, contabilistas, advogados, empresários e público interno visando difundir e explicar o teor e a aplicação da Lei n.º 17.082/2012 (REFIS).
- Assinatura do Contrato de Gestão em abril, com inclusão do Projeto PRISMA, cujo resultado obtido de janeiro até outubro foi: redução de 2,7% (jan) para 1,5% (out) no índice de omissão de apresentação de GIAs; incremento na arrecadação de 3% sobre a previsão da LOA.
- Adequação nos sistemas visando a inclusão do novo código RENAVAM, alterado pelo DENATRAN de 9 para 11 dígitos, com previsão de término até dia 15/12/2012, antes de lançamento do IPVA que deverá contemplar as alterações.
- Ampliação das possibilidades de recolhimento dos impostos pelos contribuintes - incluídos os bancos Itaú-Unibanco S/A, SICREDI S/A e Bradesco S/A.
- Ampliação do prazo de validade das Certidões Negativas de 60 para 120 dias (NPF 41/2012).
- Criação da Unidade de Resposta Audível (URA) para atendimento eletrônico de vários tipos de serviço (ex. IPVA) ao interessado, prestando informações e orientações.
- Implantação do modelo nacional de recolhimento eletrônico no Portal Nacional – GNRE online, disponibilizando a geração, a consulta e o pagamento da GNRE em Lote.

18.2.3 Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF)

Tem como principal atribuição a investigação e fiscalização objetivando averiguar o fiel cumprimento das disposições legais tributárias no que concerne ao lançamento e pagamento dos impostos estaduais devidos.

As ações de maior relevância foram:

- Serviços de fiscalização - 6.144 Ordens de Serviço de Fiscalização expedidas, sendo 6.301 encerradas; e 143 Comandos de Auditoria Fiscal, sendo 143 encerrados. Resultado: lavrados autos de infração no montante de R$ 2,4 bilhões.
- Operações do Projeto Alerta Fiscal – realizadas em Umuarama, Curitiba e Região Metropolitana em conjunto com a IGA e a PGE, consistindo em atividades de fiscalização de curta duração, cobrança e orientações. Resultado: visitados 4.716 estabelecimentos; verificada a regularidade de 8.551 pagamentos de IPVA; apreendidos 264 Equipamentos

Emissores de Cupom Fiscal ECFs; realizadas palestras de instrução e orientações a aproximadamente 700 participantes sobre precatórios, execução fiscal, Simples Nacional, Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), Emissor de Cupom Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); foram lavrados 468 autos de infração para lançamento de R$ 1,6 milhão, entre imposto e multas.

- Acompanhamento de Grandes Empresas (AGE) – Projeto SiGeF7 - gerência e controle da fiscalização e de acompanhamento pormenorizado da arrecadação de 4.204 empresas selecionadas pela sua representatividade na arrecadação, por meio de sistema informatizado.
- Fiscalização específica em empresas do segmento de combustíveis - acompanhamento que resultou na lavratura de autos de infração, no total de R$ 230,0 milhões e cancelamento de inscrições de distribuidoras e Transportador Revendedor Retalhista (TRRs).
- Acompanhamento do Setor de Bebidas - houve um incremento de 42,3% na arrecadação do setor, comparativamente ao mesmo período de 2011 (considerado janeiro a setembro).
- Fiscalização de mercadorias em Operações Volantes e Carga/Descarga - atividade mensal das delegacias com a coordenação da IGF. Resultado: lavrados 5.776 autos de infração, totalizando R$ 20,4 milhões em lançamentos de créditos tributários, dos quais R$ 7,0 milhões recolhidos de imediato ao Tesouro Geral do Estado.
- Acompanhamento Porta-a-Porta - visitas para resolução de processos judiciais de empresas que vinham depositando em juízo os valores do ICMS devido. Resultado: resgatados R$ 33,0 milhões que estavam depositados judicialmente e as empresas passaram a recolher regularmente o imposto devido.
- Acompanhamento dos novos setores incluídos na Substituição Tributária (material de construção, autopeças e eletroeletrônicos) para averiguar a evolução no recolhimento do ICMS. Resultado: houve incremento de 57,3% na arrecadação no setor de autopeças e aumento significativo nos demais setores (considerado janeiro a outubro).

18.2.4 Assessoria e Gerência de Tecnologia da Informação (AGTI)

- Revisão, assinatura e implantação do novo contrato com a CELEPAR, com o apoio da empresa de consultoria Gartner Group, que se divide em contrato principal e Ordens de Serviço específicas para cada serviço prestado.
- Construção do datacenter próprio da SEFA, que vai abrigar todos os equipamentos de rede do prédio sede da SEFA e do Projeto Phoenix.
- Unificação das redes da CRE, CAFE e CAEC, antes separadas física e logicamente. Os equipamentos das diferentes redes foram abrigados no novo datacenter em racks

padrão e cabeamento novo com redundância. Os funcionários do suporte técnico também passaram a formar uma única equipe.

- Projeto Phoenix - instalado o Appliance da Teradata – equipamento que vai abrigar os dados e sistemas para mineração de dados, que subsidiarão o desenvolvimento de relatórios gerenciais e ferramentas de fiscalização. Iniciados também os processos de aquisição de softwares de ETL e de BI, necessários para o processo de carga de dados e desenvolvimento de relatórios. Desenvolvidos os primeiros relatórios de arrecadação para o Gabinete do Secretário.
- Conhecimento de Transporte Eletrônico CT-e - implantado o ambiente próprio (do Estado) autorizador de CT-e, antes atendido pela SEFAZ do Rio Grande do Sul.
- Disponibilizados novos serviços no portal ReceitaPR - procedimento para Cadastro de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) passou a ser efetuado totalmente pela internet, sem a necessidade de protocolo nas Agências da Receita Estadual, o mesmo ocorrendo para o cadastro de sistema de processamento de dados para emissão de documentos fiscais.

18.2.5 Assessoria e Gerência de Recursos Humanos (AGRH)

- Concurso público para auditor fiscal - coordenação das atividades em conjunto com a SEAP, visando a preparação do concurso para preenchimento de 100 vagas para o cargo de Auditor Fiscal.
- Levantamento e quantificação das necessidades de servidores do QPPE para encaminhamento de proposta de concurso em 2013.

18.2.6 Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira (AGAF)

- Providências em conjunto com a AGTI, para formalização da aquisição da Solução de Datawarehouse e para a aquisição de equipamentos de informática, portáteis, para instrumentalizar atividades de fiscalização externa.
- Contratação de serviços de construção e readequação da infraestrutura lógica e elétrica para computadores, para a sede da SEFA/CRE.
- Gestões para a formalização da aquisição de monitores e televisores, visando modernizar os instrumentos da comunicação/interação para a SEFA/CRE.
- Contratação de serviços para melhoria e reparos no edifício-sede das Delegacias Regionais de Curitiba e Maringá, nas Agências da Receita Estadual de Telêmaco Borba e de Francisco Beltrão.

18.2.7 Escola de Administração Tributária (ESAT)

Tem por finalidade programar e conduzir treinamentos visando à capacitação e a atualização dos auditores fiscais em assuntos tributários e técnicos e promover a educação fiscal.

Principais ações realizadas:

- Desenvolvimento de 44 projetos e capacitação de aproximadamente 3.440 pessoas entre servidores da SEFA e público externo (funcionários públicos e da iniciativa privada).
- Gestão do Conhecimento - organização e melhorias no Espaço Museal e na Biblioteca da Receita Estadual, na sede da ESAT.
- Educação Fiscal - coordenação do Grupo de Educação Fiscal do Paraná (GEF/PR), composto por diversas instituições; promoção do X Seminário Paranaense de Educação Fiscal, em Umuarama, no mês de agosto, com a participação de aproximadamente 1.300 pessoas de diversos municípios.
- Coordenação do trabalho de preparação do Curso de Formação envolvendo o planejamento, definição do conteúdo programático, diagramação, entre outros, visando à preparação dos novos Auditores Fiscais aprovados no concurso público.

18.2.8 Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP)

Realizou ações visando a elaboração e o desenvolvimento de projetos de interesse do Fisco, destacando-se:

- Desenvolvimento do Plano de Ação e de Investimentos (PAI) do PROFISCO-PR, alinhado com os Componentes, Subcomponentes e Produtos financiados pelo BID, no âmbito do PROFISCO. Seleção de produtos prioritários de acordo com os planos estratégicos e operacionais da SEFA. Disponibilização de informações para elaboração do Cronograma Anual Físico-Financeiro. Análise econômico-financeira do Programa. Demais medidas necessárias para tornar concreto o projeto, com financiamento do BID na ordem de USD 8,5 milhões.
- Articulação com a SEPL para a previsão do PROFISCO-PR na Lei Orçamentária Anual.

18.2.9 Corregedoria (COR)

Tem a missão de promover atividades de controle, orientação, ações preventivas e representativas de auditoria e de correição, em defesa da ética e da disciplina, tendo como principais ações realizadas:

- 250 atendimentos do SIGO (Ouvidoria Geral).
- 08 correições ordinárias realizadas em Delegacias Regionais.
- 17 oitivas/acareações.
- 06 ações de controle interno na CRE, sob a supervisão da Coordenação de Controle Interno (Lei n.º 15.524/2007).

18.2.10 Assessoria e Gerência do Simples Nacional (AGSN)

Cabe a AGSN a gerência dos assuntos relacionados à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme descrito a seguir:

- Desenvolvimento de projeto preliminar para construção de sistema corporativo, no ambiente CELEPAR, visando gerenciar todos os dados pertinentes aos optantes do regime tributário do Simples Nacional, tais como: Cadastro, Apuração, Arrecadação, Repasse ao Tesouro Estadual, bem como informação dos dados econômicos e fiscais para cálculo do Índice de Participação dos Municípios (visando a participação no FPM) e elaboração da balança comercial, de forma a integrar e viabilizar o controle efetivo desses contribuintes.
- Palestras Proferidas - no V Encontro do Simples Nacional - Paraná, nos municípios de Londrina, Cascavel e Curitiba; no 2.º Seminário Catarinense de Direito Tributário, em Florianópolis.
- Participação, como representante do Paraná, no Grupo Técnico (GT38 – Simples Nacional) na COTEP/CONFAZ.
- Emissão de Notificação do Termo de Exclusão do Simples Nacional de 357 contribuintes, por débitos perante a Fazenda Estadual, no total de R$ 5,2 bilhões.

18.3 Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC)

18.3.1 Assessoria Econômica

- Gestão dos programas de incentivo com regime de prazo de pagamento do ICMS diferenciado para empresas que realizam investimentos fixos no Estado (Paraná Mais Empregos, Prodepar, Bom Emprego e Paraná Competitivo), envolvendo orientação às empresas, análise dos processos, elaboração dos atos para o enquadramento, acompanhamento e controle da utilização dos Programas. Indicadores do Programa Paraná Competitivo em setembro: 114 pedidos formalizados junto à SEFA; investimentos de R$ 19,3 bilhões parte realizados e parte prospectados; 114.954 empregos previstos incluindo diretos, indiretos e efeito renda.
- Recepção, processamento e tratamento das informações da Guia de Informação das Operações Interestaduais (GI/ICMS), com 275.910 documentos no sistema até novembro. A GI tem por principal finalidade a apuração da Balança Comercial Interestadual do Paraná e os respectivos estudos de repartição do produto da arrecadação do ICMS das operações interestaduais, no contexto da reforma tributária do ICMS.
- Participação em grupos de trabalho da Cotepe/ICMS e CONFAZ - sendo: GT08/ Quantificação, GT44/Temas Macroeconômicos, GE44A/Alíquotas nas Operações Interestaduais, GEFPE/Grupo de Estudos do Fundo de Participação dos Estados; Grupo

de Estudo do Fundo de Participação do Fórum do Sul/Sudeste. Estes grupos assessoram a tomada de decisão dos Secretários de Fazenda, bem como executam tarefas com periodicidade anual de: a) consolidação das informações prestadas pelos estados para fins de cálculo de impacto financeiro decorrente de propostas de reforma tributária; b) cálculo dos coeficientes de participação dos estados nos valores das compensações relativas à Lei Kandir e ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores, na forma estabelecida no Protocolo ICMS 69/08; c) cálculo das perdas decorrentes da Lei Kandir para fins de negociação de valores a serem compensadas pela União; d) tarefas relativas ao cálculo dos coeficientes de participação dos estados no Fundo IPI Exportação, juntamente com a Secretaria de Comércio Exterior; e) conferência dos coeficientes de participação dos estados na cota-parte da CIDE-combustíveis; f) consolidação da Balança Comercial Interestadual e cálculo do impacto de cenários alternativos para a repartição do produto da arrecadação do ICMS das operações interestaduais; estudo de alternativas para a reforma do Fundo de Participação do Estados (FPE), pois a Lei Complementar 62/1989 (art. 2.º, incisos I e II, §§ 1.º, 2.º e 3.º, bem como do Anexo Único) foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. O FPE envolveu mais de R$ 50,0 bilhões em 2012 e os novos critérios de partilha tem que ser aprovados até dezembro de 2012.

- Previsão de receitas do Governo do Paraná oriundas de transferências federais, para fins da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

18.3.2 Divisão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

- Elaboração, planejamento, homologação, implantação e acompanhamento do projeto para análise e recepção dos documentos da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), visando à utilização destes documentos para o cálculo do Valor Adicionado Fiscal, critério integrante do Índice de Participação dos Municípios na arrecadação do ICMS.
- Cálculo dos coeficientes individuais de participação dos municípios na arrecadação do ICMS - o cálculo do Valor Adicionado Fiscal envolveu a recepção, o processamento e a verificação de consistência de documentos, sendo 59.879 Declarações Fisco Contábeis (DFC) e 248.206 Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) entregues por contribuintes inscritos no cadastro de ICMS do Estado.
- Foram recepcionadas e processadas informações relativas aos demais critérios que integram a partilha da cota-parte dos municípios no ICMS, cuja atribuição é de outros órgãos do Governo do Estado, como no caso de: Produção Agropecuária (SEAB), Fator Ambiental (SEMA), População (IBGE), Propriedades Rurais (INCRA).
- Recepção para análise e auditoria de Recursos de Impugnação das Prefeituras ao Índice de Participação dos Municípios publicado em junho, lançamentos de complementação de valores concedidos pelos recursos no Relatório de Produtos Primários dos

Municípios e complementação de valores não declarados em DFC referentes a produção primária no banco de dados CELEPAR – Mainframe. Emissão de parecer, elaboração da Resolução SEFA n.º 84/2012 e publicação no Diário Oficial.

- Publicação dos índices definitivos de participação dos municípios paranaenses, para aplicação ao produto da arrecadação do ICMS de 2013, via Decreto n.º 5.790 de 30/08/2012.
- Reedição dos índices definitivos de participação dos municípios paranaenses no produto da arrecadação do ICMS, ultimado em dezembro.

18.3.3 Outras atividades

- Atendimento a empresários e investidores para esclarecer sobre benefícios fiscais.
- Elaboração de material didático para palestras do Secretário da Fazenda.
- Análise de processos e assessoria ao secretário no âmbito de benefícios fiscais e estudos de natureza econômico-fiscal.
- Cálculo de impactos decorrentes de propostas de alterações no ICMS, inclusive no contexto da reforma tributária.
- Assessoria à PGE em ações relativas ao Índice de Participação dos Municípios na arrecadação do ICMS.
- Participação em eventos representando a SEFA como palestrante ou convidado.

18.4 Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF)

Órgão colegiado de direção superior, integrando a estrutura da SEFA, cuja missão é de julgar, em segunda instância, recursos de decisões administrativas relativas a créditos tributários.

Nesse desiderato este órgão deve se preocupar com a transparência, celeridade, eficiência e qualidade das decisões proferidas, eis que darão respaldo para a cobrança da exigência fiscal tanto na esfera administrativa quanto na judicial em cumprimento ao Art. 37 da Constituição Federal.

Para atingir esses objetivos o CCRF implementou ações multifacetadas que implicam na realização de atividades de modernização tecnológica, alterações na legislação e esforço de produtividade, como segue:

- Participação na elaboração da Lei n.º 17.079/2012 que disciplina o processo eletrônico, os resultados concretos serão mensurados com a implantação do e-Processo que se encontra em fase licitatória.
- Esforço para aumento de produtividade na resolução de julgamentos de processos com a realização de sessões extraordinárias, por meio da edição do Provimento n.º 001/2012 com adicional de 51 horas no período de janeiro a novembro.
- Participação no projeto piloto da ciência eletrônica de acórdãos, por meio da edição da Resolução SEFA n.º 025/2012, foram emitidas 158 comunicações eletrônicas de acórdãos.

- Implantação de Resolução de Produtividade, por meio da Resolução SEFA n.º 33/2012 e esforço e adequação das sessões de julgamento de processos. Aumento de produtividade no julgamento de processos: Câmaras em 26,3%; no Pleno em 166,2%, no período comparativo de janeiro a outubro de 2012/2011.
- Propostas de súmulas de matérias idênticas com julgamentos convergentes ou divergentes. Apresentação de 12 súmulas pela Presidência para serem votadas no plenário pelos membros do Conselho.
- Implantação em fase de teste de sistema gravações em áudio e vídeo das sessões de julgamento no Pleno, por meio de edição do Provimento n.º 003/2012. Iniciada gravações a partir de outubro estendendo-se até dezembro, para avaliação do sistema.

18.5 Entidades Vinculadas

18.5.1 Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR)

Empresa de economia mista, em que o Estado participa com 99,9% do Capital Social e a Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR) com 0,1%. O seu objetivo é viabilizar programas do Governo do Estado com foco no desenvolvimento econômico e social por meio de recursos financeiros, tendo por missão a promoção e o desenvolvimento sustentável mediante apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense.

Ao longo dos 13 anos de atividades, abrangeu praticamente todo o Estado por meio das parcerias estabelecidas com o Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE no que tange a financiamentos concedidos a municípios, com a SETS, prefeituras e SEBRAE na operacionalização do microcrédito e de forma independente na concessão de crédito a pequenos empresários.

Em 2012, a Fomento Paraná, promoveu uma série de alterações e melhorias, quais sejam:

- Transformou uma das diretorias em Diretoria de Mercado e Relações Institucionais – visando dar maior e melhor atendimento aos clientes, vinculando-se a mesma a área de Comunicação e Marketing da empresa.
- Criou uma área específica para Planejamento e Gestão Estratégica vinculada diretamente a Presidência.
- Especializou as diretorias de operações, estando uma voltada ao público da iniciativa privada e outra para a iniciativa pública.
- Implantou a metodologia de gestão por resultados, por meio do Contrato de Gestão.
- Promoveu remodelação tecnológica, com desenvolvimento de novo portal, automatização de processos internos e renovação do parque tecnológico.
- Lançou novos produtos como: o Banco do Empreendedor, Panificação, Renovação da Frota de Táxi e o Fomento Tecnologia.

A Fomento Paraná manteve suas atividades de financiamento e gestão de fundos, conforme relatado a seguir:

- Programa Banco Social - operacionalizado o sistema de financiamento de microcrédito em busca da incorporação de empreendedores não atingidos pelos mecanismos formais de crédito, tendo sido realizadas de janeiro a outubro, 2.302 operações de crédito, no valor médio de R$ 9,0 mil e perfazendo um total de R$ 20,0 milhões. Os números totais desde o início do programa em 2001 até outubro/2012 são de 38.482 operações, perfazendo R$ 160,0 milhões em financiamentos. As projeções para 2013 e 2014 são de R$ 23,0 milhões e R$ 25,0 milhões, respectivamente.
- Programa Banco do Empreendedor - que iniciou as atividades em 2012 e apresentou o seguinte desempenho: 99 operações de microcrédito no valor de R$ 986,0 mil, para pequenas empresas foram 06 operações totalizando R$ 188,0 mil.
- No setor produtivo, por meio do Programa Bom Emprego Pequena Empresa, atendeu pequenos empreendimentos, realizando 11 operações, perfazendo R$ 1,4 milhão.
- As operações de crédito com o Setor Público, divididas entre as linhas do Sistema de Financiamento de Ações aos Municípios (SFM) e do Programa de Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná (PROMAP), tiveram de 2001 até outubro de 2012, o desempenho demonstrado a seguir:

	SFM	PROMAP	TOTAL
N.º de contratos	2.149	580	2.625
Liberações R$	1.289 milhões	148 milhões	1,437 bilhão
Municípios Atendidos	350	220	

As projeções para 2013 e 2014 são de R$ 190,0 milhões e R$ 200,0 milhões, respectivamente.

- Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná – concebido pelo Governo do Paraná para viabilizar empréstimos enquadráveis no Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), junto à rede bancária conveniada. Até setembro o Fundo honrou R$ 12,4 milhões em avais e possibilitou ao Banco do Brasil S/A contratar mais de R$ 120,0 milhões em crédito rural, utilizando esta ferramenta como garantia. Neste ano o Fundo não permitiu a contratação de novas operações visto que o mesmo passa por reformulação operacional na SEAB.
- Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) - utilizado em 2011 em operações especiais de atendimento aos atingidos pela catástrofe no litoral paranaense. Em 2012, realizou operações voltadas à Copa 2014, concedendo empréstimos mediante repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social S/A (BNDES) para viabilização das obras necessárias a sede dos jogos.

18.6 Gestão Financeira e Tributária

Processo que consiste em programar e realizar despesas levando-se em conta a disponibilidade financeira da administração e o cumprimento das exigências legais com base nos requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal. Serve para evidenciar os fenômenos que afetam as gestões orçamentária, financeira e patrimonial, decorrentes das decisões tomadas pelos gestores públicos, bem como para atender as exigências legais e técnicas das demonstrações contábeis da Administração Pública. O Balanço Geral do Estado integra a Prestação de Contas Anual do Governo do Estado.

A análise da situação fiscal do Paraná tem evoluído positivamente e os resultados alcançados referendam uma gestão pública responsável.

A Receita Total, até outubro, atingiu o montante de R$ 22,6 bilhões, devendo encerrar o exercício financeiro em R$ 27,8 bilhões correspondendo a um crescimento nominal na ordem de 10,95 % em relação ao exercício anterior.

Em relação à Receita Tributária, no mesmo período totalizou R$ 17,4 bilhões, com expectativa de atingir aproximadamente, R$ 20,9 bilhões em 2012, resultando em um índice de crescimento de 12,29% em termos nominais quando comparada ao ano de 2011.

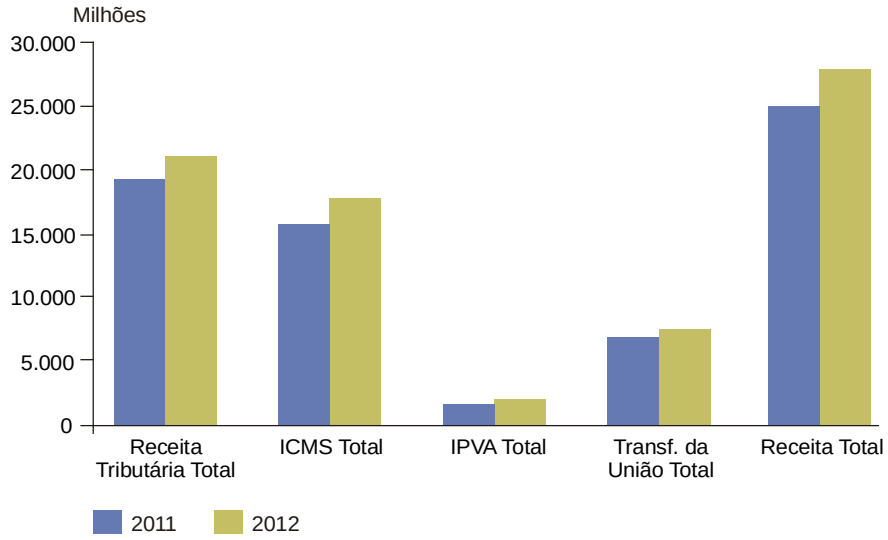
Destas fontes tributárias, a receita mais significativa é proveniente do produto da arrecadação do ICMS, a qual atingiu R$ 14,5 bilhões arrecadados até outubro, e uma previsão de arrecadação para o exercício financeiro de 2012 de R$ 17,7 bilhões. Este valor representou um crescimento de 11,79% em relação ao ano anterior, e atingiu 84,32% da Receita Tributária e 63,46 % da Receita Total.

O IPVA deverá chegar ao montante de R$ 1,7 bilhão, contra R$ 1,5 bilhão de 2011, atingindo o aumento nominal de 12,26% em comparação ao exercício anterior.

As Transferências da União, que compreendem as constitucionais e legais e as voluntárias, até outubro, totalizaram em R$ 5,9 bilhões, representando 26,69% da Receita Total. A expectativa é que se encerre o exercício num total aproximado de R$ 7,4 bilhões, com uma variação nominal prevista de 8,92% em relação a 2011.

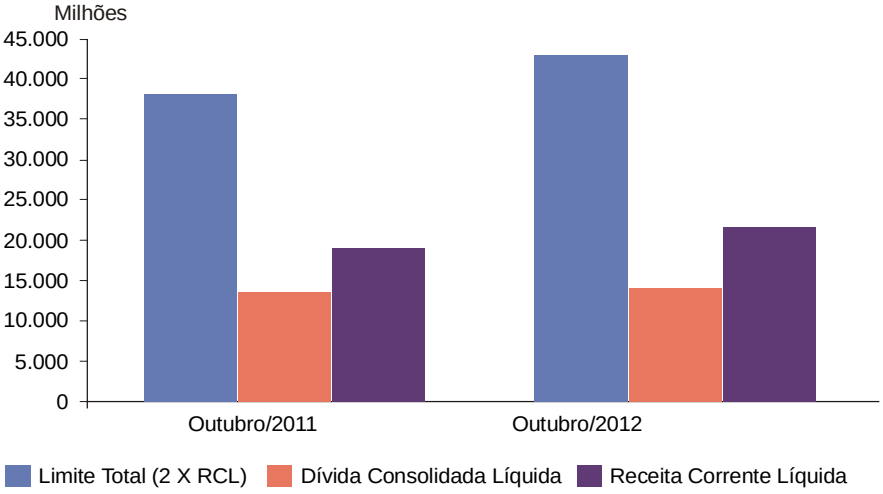
O direcionamento das ações do governo, com vistas ao equilíbrio das contas públicas estaduais e ao nível de endividamento, é demonstrado a seguir:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 2011/2012



O gráfico a seguir demonstra a Dívida Consolidada Líquida comparada com o limite legal definido na Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal. O valor do limite é de duas vezes a Receita Corrente Líquida.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2011 / 2012



DISCRIMINAÇÃO	OUTUBRO (R$ milhões)	
	2011	2012
Limite total (2 X RCL)	38.096	43.018
Dívida consolidada líquida	13.538	13.991
Receita corrente líquida	19.048	21.509

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal/Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Serviço da Dívida Pública Interna, com o pagamento de juros e encargos foi de R$ 550,0 milhões, e a amortização do principal R$ 462,0 milhões, totalizando R$ 1,0 bilhão.

O pagamento com juros e encargos da Dívida Pública Externa foi de R$ 18,0 milhões e R$ 72,0 milhões de amortização, totalizando R$ 90,0 milhões até o mês de outubro.

SERVIÇO DA DÍVIDA	2012 (R$ milhões)		
	Realizado até out.	Previsto nov. e dez.	Total realizado + Previsto
Interna	1.012	210	1.222
Externa	90	48	138
TOTAL	1.102	258	1.360

Todos os processos relacionados a precatórios, compensações, obrigações de pequeno valor e análogos, são avaliados no âmbito da Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais (CACP).

Até outubro, foram analisados aproximadamente 2.000 processos, resultando no pagamento de R$ 5,0 milhões de Sentenças Judiciais, relativas a Obrigações de Pequeno Valor (OPV) devendo chegar a R$ 6,0 milhões até dezembro.

Com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 62/09, a competência para o pagamento dos precatórios judiciais passou a ser do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Foi depositado até o mês de outubro o montante de R$ 341,0 milhões, referente a 2%, da Receita Corrente Liquida.

A capacidade de implementar as despesas contempladas no orçamento para os mais de 70 órgãos do Estado, 25 da Administração Direta, 31 da Administração Indireta, 07 Universidades, 07 Faculdades Estaduais e demais Poderes é um fator importante para apoiar a habilidade do governo em prestar serviços públicos para o ano conforme a política, os compromissos de produtos e planos de trabalhos.

Em relação à Despesa com Pessoal (empenhada), os gastos foram de R$ 11,8 bilhões no período de janeiro a outubro. Conforme preceitua a LRF, o Estado manteve-se abaixo do limite legal até o 2.º quadrimestre/2012, 44,4% em relação à Receita Corrente Líquida.

Em cumprimento ao art. 158, incisos III e IV da Constituição Federal, os valores repassados a título de Transferências Constitucionais e Legais aos municípios até o mês de outubro, totalizaram R$ 4,6 bilhões.

A Despesa Total da Administração Direta e Indireta do Estado alcançou até outubro, R$ 23,4 bilhões.

A análise da situação fiscal do Estado do Paraná, tanto pelo fluxo de entrada e saída de recursos, como pela ótica do endividamento, evidencia de forma clara, condições favoráveis de crescimento do Estado, decorrentes da estabilidade e do equilíbrio das contas públicas, no ajuste das despesas e das receitas disponíveis.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA RECURSOS TOTAIS

DESPESA	JAN A OUT (R$ milhões)		%
	2011	2012	
Despesa corrente	18.383	21.724	18,17
Despesa capital	1.061	1.729	62,95
Total da despesa	19.444	23.453	20,60

FONTE: SIAF

Considerando que o propósito da gestão orçamentária, financeira e tributária é declarar quais as intenções da política do governo, pode-se dizer que os resultados apresentados são relevantes para avaliar a habilidade do governo em implementar ações conforme aprovado em seu Plano de Governo.

19

Secretaria da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul

19 Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM)

A SEIM tem por finalidade a articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico do Estado.

Possui unidades da Administração Direta: Gabinete do Secretário; Assessoria Técnica; Diretoria Geral; Núcleo de Informática e Informações; Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial; Coordenadoria de Assuntos Internacionais; Coordenadoria de Assuntos do Mercosul; Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial; e cinco entidades vinculadas da Administração Indireta: Ambiental Paraná Florestas S/A; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; Instituto de Pesos e Medidas; Junta Comercial do Estado do Paraná; e Minerais do Paraná S/A.

As atividades programáticas realizadas em 2012 estão apresentadas a seguir.

19.1 Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC)

19.1.1 Programa Paraná Competitivo

- Análise de pleitos de 130 empresas para enquadramento no Programa Paraná Competitivo, resultando em novos investimentos industriais anunciados no valor de R$ 11,0 bilhões no Estado.
- Apresentação do Programa Paraná Competitivo para delegações estrangeiras.
- Revisada proposta do Governo do Estado dirigida à empresa taiwanesa FOXCONN, visando a escolha do Paraná para instalação de unidade de produção de telas sensíveis ao toque e de tablets, com investimento estimado em US$ 4,0 bilhões e geração de 4.000 empregos diretos.
- Realizadas várias ações para organizar um Marco Jurídico Ambiental das Áreas do Litoral para permitir a instalação de indústrias.
- Atendidas as demandas da empresa TECHINT, instalada em Pontal do Paraná e Antonina, viabilizando a construção de duas plataformas destinadas à extração de petróleo.

19.1.2 Outras Ações Relevantes

- Estudos para criação de um Programa de Estimulação para Interiorização Industrial, visando instalação de indústrias nos municípios de menor IDH.
- Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Adrianópolis, resultando na edição do Decreto n.º 6254/2012, que dispõe sobre o ordenamento das ações com os órgãos responsáveis e designa a SEIM para a Coordenação.

- Elaboração de Proposta: a) para criação do Programa PARANAÉREO, destinado a estimular o desenvolvimento da Cadeia Produtiva Aeronáutica e de Defesa; b) para ampliação do foco do Programa Paraná Competitivo; e c) para criação do Programa MARCA PARANÁ como selo de qualidade dos produtos paranaenses.
- Apoio institucional ao Conselho Nacional de Secretários de Desenvolvimento Econômico (CONSEDIC), no papel de Secretaria Executiva.

19.2 Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI) e Coordenadoria de Assuntos do Mercosul (CAM)

- Plano Nacional da Cultura Exportadora - estudos realizados em parceria com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC); acompanhamento e coordenação das atividades realizadas em 2012 e da programação para o ano de 2013.
- Primeira Exportação - capacitação de agentes de comércio exterior e empresas interessadas em exportar, com a participação de 17 empresas de Curitiba e seis estudantes. O projeto é piloto na Capital, mas a partir de 2013 se pretende trabalhar com empresas das regiões de Maringá e Cascavel. Foi formado um comitê gestor com diversas entidades do comércio exterior, tais como APEX, Correios, Banco do Brasil, TECPAR, FIEP, FAE, SEBRAE, ASSESPRO, entre outras. Empresas participantes são acompanhadas diariamente pelos agentes.
- Recepção de diversas comitivas internacionais com o objetivo de apresentar oportunidades e informações sobre o Estado do Paraná: chineses, alemães, italianos, japoneses, suecos, norte-americanos, indianos, cubanos, coreanos, portugueses, argentinos, espanhóis, sul africanos, poloneses, franceses, ingleses, holandeses, canadenses, Israelitas e dinamarqueses.
- Elaboração de Plano de Ação para 2012 e acompanhamento de acordo de cooperação técnica internacional com a região de Rhônes Alpes (França) e de Protocolo de Intenções para intercâmbio comercial e cultural entre Vêneto/Itália e o Paraná, com o objetivo de conhecer a realidade de ambos os mercados e identificar setores passíveis de serem explorados e desenvolvidos, por meio da parceria. Acompanhamento do Acordo de Cooperação Governo do Paraná e Região Emilia Romagna/Italia.
- Reuniões e tratativas com entidades paranaenses para a criação da Agência de Internacionalização do Estado do Paraná, visando criar as bases para auxiliar o desenvolvimento da economia paranaense, com o fortalecimento das exportações e das importações relevantes para o Estado.
- Acompanhamento de feiras e missões de entidades do Estado, com a finalidade de identificar as melhores oportunidades para o Paraná, a fim de divulgar os seus produtos e atrair investimentos.

- Acompanhamento dos índices da balança comercial do Paraná para fornecer informações para as apresentações do Estado em recepções a comitivas internacionais, bem como identificar o comportamento da exportação paranaense.
- Atendimentos as entidades interessadas em celebrar parceria com a SEIM, com o objetivo de fortalecer os trabalhos desenvolvidos com o objetivo de melhorar os resultados.
- Acompanhamento do Fórum das Micro e Pequenas Empresas por meio do Comitê Temático de Comércio Exterior.

19.3 Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI)

- Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - atendendo o disposto no Protocolo de Intenções assinado com a Associação dos Municípios do Paraná (AMP) e objetivando a descentralização do Fórum foram instalados e implantados 18 Fóruns Regionais no Estado do Paraná, de acordo com a distribuição geográfica da AMP, conforme segue: AMUSEP – Cidade Polo Maringá; AMEPAR – Cidade Polo Londrina; AMUNOP – Cidade Polo Cornélio Procópio; AMUNORPI – Cidade Polo Santo Antônio da Platina; AMUVI – Cidade Polo Apucarana; AMUNPAR – Cidade Polo Paranavaí; AMERIOS – Cidade Polo Umuarama; AMOP - Cidade Polo - Cascavel; AMSOP – Cidade Polo Francisco Beltrão; AMOCENTRO – Cidade Polo Pitanga; AMCG – Cidade Polo Ponta Grossa; AMCESPAR – Cidade Polo Irati; AMSULPAR - Cidade Polo União da Vitória; AMSULEP – Cidade Polo Lapa; AMLIPA – Cidade Polo Paranaguá; ASSOMEC – Cidade Polo Curitiba; COMCAM – Cidade Polo Campo Mourão; CANTUQUIRIGUAÇU – Cidade Polo Laranjeiras do Sul.
- Aplicação dos termos do Convênio assinado com o TCE/PR, Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - FPMR/PR, AMP/PR e SEBRAE, na capacitação de funcionários públicos municipais responsáveis pelas compras públicas dos municípios para aplicação do tratamento diferenciado conforme a Lei Geral n.º 123/06, sendo realizados seis Seminários (Umuarama, Maringá, Londrina, Curitiba, Cascavel e Francisco Beltrão) com a participação de 229 municípios e capacitados 860 funcionários públicos municipais.
- Acompanhamento do andamento da minuta da Lei Geral Estadual e da Lei de Inovação.
- Participação em seminários, congressos e encontros no Estado e no país, focados no apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- Rede Nacional para Simplificação e Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) - implantação do Comitê Gestor em atendimento ao Decreto n.º 4.798/2012, que dispõe sobre a instalação da REDESIM, com objetivo de eliminar alguns procedimentos administrativos para desburocratização do registro de empresas na Junta Comercial do Paraná. Foram escolhidos pelo Governo Federal nove Estados e o Distrito Federal para iniciar a REDESIM, o Paraná se propôs a ser o Projeto Piloto. A JUCEPAR tem trabalhado,

juntamente com a Receita Federal e a Prefeitura de Curitiba, para integrar os bancos de dados para simplificar as exigências da Secretaria de Meio Ambiente, do Serviço de Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros. Foram criados cinco Grupos de Trabalho coordenados pela SEIM: Meio Ambiente, Licenciamento de Alvarás da Prefeitura de Curitiba, Vigilância Sanitária, Sistematização de Abordagem às Prefeituras e Grupo do Corpo de Bombeiros.

- Arranjos Produtivos Locais (APL) - assinado pelo Governador, em julho, o novo Termo de Cooperação Técnica de atualização da Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Rede APL Paraná). O Paraná foi escolhido pelo GTPAPL do MDIC, juntamente com Goiás e Alagoas, como Estado Piloto do Comitê Observatório. O Estado indicou os APLs de Confecções Infantis de Terra Roxa e de Software de Londrina por preencherem os requisitos exigidos pelo GTPAPL com as metas cumpridas; realizadas reuniões com os APLs de TI (Londrina, Maringá, Pato Branco, Curitiba) da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação, Confecções de Terra Roxa e Francisco Beltrão e de Alumínio de Pato Branco, ressaltando a importância de participação no Comitê Observatório bem como a reativação de Rede APL Paraná; reuniões periódicas mensais em Brasília do Comitê Observatório do GTPAPL/NDIC.
- Cadeia Produtiva Petróleo e Gás – realizadas oito reuniões pelo SEBRAE/PR e pela FIEP no apoio a capacitação de microempresas e empresas de pequeno porte para o fornecimento de material para empresas âncoras visando o crescimento econômico equitativo e a diminuição das desigualdades socioeconômicas do Estado.
- Programa Bom Negócio Paraná - implantado em 40 municípios do Estado com a capacitação de empreendedores de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas microrregiões do Estado: Centro Ocidental (Ponta Grossa); Centro Oriental (Goioerê, Engenheiro Beltrão e Iretama); Centro Sul (Palmas, Pitanga e Laranjeiras do Sul); Metropolitana de Curitiba (Lapa, Campo Largo, Rio Negro, Paranaguá, Guaratuba e Pontal do Paraná); Noroeste (Paranavaí, Umuarama e Loanda); Norte Central (Cambé, Ibiporã, Sertanópolis, Londrina, Rolândia, Maringá, Sarandi, Apucarana e Arapongas); Norte Pioneiro (Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina e Ibaiti); Oeste (Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Foz do Iguaçu, Medianeira, Corbélia e Palotina); Sudeste (União da Vitória e São Mateus do Sul) e Sudoeste (Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco).

19.4 Ambiental Paraná Florestas S/A

Empresa de economia mista, com a finalidade de captar recursos oriundos de incentivos fiscais (Decreto n.º 1134/70 e Lei n.º 5106/66), objetivando a implantação de projetos e fortalecimento da atividade de reflorestamentos como meio de combater o desmatamento das florestas nativas.

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- Controle e Fiscalização de Áreas Próprias e de Terceiros - atuação no controle, fiscalização, prevenção de incêndio e vigilância nas áreas próprias e de terceiros sob a administração da empresa, em aproximadamente 45.000 hectares, estando em finalização a colheita da floresta de pinus do primeiro ciclo florestal, restando aproximadamente 2.500 hectares do total de 18.816 hectares de florestas de pinus plantadas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Inácio Martins, Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul, permanecendo com 6.625,77 hectares de florestas de palmito e nativas, localizadas nos municípios de São José dos Pinhais, Paranaguá, Matinhos e Guaratuba.
- Plantio e Manutenção do Novo Ciclo Florestal - a empresa conta com aproximadamente 12.000 hectares de florestas de pinus spp, perfazendo cerca de 20 milhões de árvores plantadas com idade até 12 anos, distribuídas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Inácio Martins, Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul. Nesse novo ciclo florestal, executa-se conforme a necessidade, duas ou três manutenções anuais.

TABELA 1 - PLANTIO DE FLORESTAS DE PINUS

FILIAL	HECTARES
Inácio Martins	20,00
Castro/Ponta Grossa	113,07
Cerro Azul	117,00
Doutor Ulysses	95,00
TOTAL	345,07

TABELA 2 - MANUTENÇÃO FLORESTAS DE PINUS

FILIAL	EM HECTARES							
	Manutenção	Poda	Herbicida	Coroamento	Replantio	Marcação desd/ resinagem	Roçada Estradas	TOTAL
Inácio Martins	235,51	513,50	0	0	0	0	20	769,01
Castro/P. Grossa	1.538,00	0	768	48	74	0	67	2.495,00
Cerro Azul	1.510,00	500,00	250	0	0	240	0	2.500,00
Doutor Ulisses	577,00	200,00	200	0	70	0	50	1.097,00
TOTAL	3.860,51	1.213,50	1.218	48	144	240	137	6.861,01

- Controle das Explorações das Florestas Comercializadas - controle da retirada da madeira explorada, por meio da medição das cargas dos caminhões, com emissão da respectiva nota fiscal. No ano foram retirados 433.229,25 estéreos de pinus e comercializadas 155 toneladas de goma resina de pinus (até outubro).
- Conservação e Manutenção da Infraestrutura Viária e de Comunicação - além da manutenção de aproximadamente 3.000 km da malha viária interna das áreas, prestou auxílio na conservação das estradas municipais/estaduais que acessam as propriedades, visando o escoamento dos produtos de base florestal, mantendo também aproximadamente 500 km de aceiros. Nessas áreas é mantido um sistema de radiocomunicação próprio, servindo também à comunidade local e eventualmente à Polícia Militar.

- Preservação Ambiental - considerando as áreas do Módulo Florestal do Litoral acrescidas das áreas dos demais módulos florestais não utilizadas para plantio, a Ambiental preserva aproximadamente 25.000 hectares de florestas nativas em estágio avançado de regeneração, as quais se encontram em grandes blocos, como no caso do litoral e, distribuídas nas áreas de plantio de florestas comerciais, formando um mosaico estruturado e com interligações com corredores internos de biodiversidade que garantem uma presença de vida selvagem em todos os níveis da cadeia alimentar.
- Investimentos realizados - de janeiro a outubro, foram investidos R$ 5,8 milhões para manter as atividades de colheita, plantio e manutenção das florestas de pinus, bem como para preservação de florestas nativas e de palmito.
- Fluxo de Caixa - em consequência da redução do capital social ocorrido anteriormente, para fazer frente às suas necessidades de caixa, adotou-se as seguintes providências: a) contenção de custos, com reflexos no desenvolvimento das florestas; b) contratação de financiamento de R$ 1,0 milhão, na modalidade ABC – BNDES, com carência de oito anos; c) contratação do complemento do Convênio com o IAP, no valor de R$ 378,2 mil, do qual foi liberado R$ 339,4 mil, objetivando a continuidade da manutenção das áreas de preservação da Ambiental, de aproximadamente 25.000 hectares; d) do total do capital social da empresa a ser recomposto, obteve-se uma recomposição parcial no valor de R$ 4,7 milhões, permanecendo a busca pela totalidade.

19.5 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

O BRDE tem como missão promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, por meio do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

Ações desenvolvidas.

19.5.1 Contratações por Segmento

No período de janeiro a outubro, o BRDE/AGCUR realizou 1.819 novos contratos no Paraná, totalizando contratações no valor de R$ 847,5 mil. Neste período os segmentos econômicos de maior destaque foram o terciário em termos de valor contratado, com 34,5% do total, e o primário em termos de números de operações, com 85,2% no total.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES DE FINANCIAMENTOS POR SEGMENTO - JAN/12 A OUT/12

SETOR	VL CONTRATO	PCT VL CONTRATO (%)	QT PARTICIPAÇÕES
Primário	292.066.715,88	34,46	1.550
Secundário	149.686.024,55	17,66	87
Terciário	405.771.106,17	47,88	182
TOTAL GERAL	847.523.846,60	100,00	1.819

FONTE: BRDE

A concentração neste segmento é explicada pelo grande volume de operações realizadas pelos convênios que o BRDE/AGCUR possui com as cooperativas agrícolas, cooperativas de crédito e convênios de integração com empresas do setor primário.

19.5.2 Contratações por Porte das Entidades

Na segmentação por porte das entidades observa-se a concentração em produtores rurais, corroborando com os números do setor primário apresentados acima.

A existência do grande volume de recursos para o setor primário demonstra a pulverização do crédito entre os produtores rurais. Do total dos recursos contratados pelos produtores rurais 4,04%, ou R$ 34,3 mil, foram destinados a produtores com áreas de terra de até 50 ha. São 553 contratos que representam um valor médio de R$ 61,9 mil e 30,4% do número total de contratos. Devido aos convênios firmados entre o BRDE/AGCUR e as cooperativas de crédito, consegue-se capilaridade e com isso ampliar o volume de financiamento com pequenos produtores rurais. Todos os portes de empresas são contemplados pelos contratos do BRDE/AGCUR. Destaca-se o volume contratado das grandes empresas, representadas principalmente pelas cooperativas agroindustriais.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES POR PORTE DAS ENTIDADES - JAN A OUT/2012

SETOR	PORTE ENTIDADE	VALOR CONTRATO	PCT VI CONTRATO (%)	QT PARTICIPAÇÕES	% QUANTIDADE PARTICIPAÇÕES
Primário	Mini-Produtor	9.958.947,02	1,18	150	8,25
	Pequeno Produtor	24.310.854,93	2,87	403	22,16
	Outros Produtores	213.760.463,64	37,10	973	53,49
	Microempresa	1.197.440,63	0,14	4	0,22
	Pequena Empresa	3.528.561,36	0,42	7	0,38
	Média Empresa	511.200,00	0,06	1	0,05
	Grande Empresa	38.334.248,30	4,52	11	0,60
	Média-Grande Empresa	465.000,00	0,05	1	0,05
	Total	292.066.715,88	34,46	1.550	85,21
Secundário	Microempresa	5.719.906,00	0,67	23	1,26
	Empresa de Pequeno Porte	3.001.307,99	0,35	11	0,60
	Pequena Empresa	11.390.579,56	1,34	16	0,88
	Média Empresa	35.918.669,80	4,24	20	1,10
	Grande Empresa	81.784.356,20	9,65	14	0,77
	Média-Grande Empresa	11.871.205,00	1,40	3	0,16
	Total	149.686.024,55	17,66	87	4,78
Terciário	Outros Produtores	5.299.405,00	62,00	10	0,55
	Microempresa	8.641.010,68	1,02	41	2,25
	Empresa de Pequeno Porte	3.895.369,50	0,46	16	0,88
	Pequena Empresa	62.166.664,99	7,34	34	1,87
	Média Empresa	21.027.654,95	2,48	17	0,93
	Grande Empresa	256.297.851,05	30,24	28	1,54
	Média-Grande Empresa	30.203.000,00	3,56	2	0,11
	Prefeitura Pequena	18.240.150,00	2,15	34	1,87
	Total	405.771.106,17	47,88	182	10,01
TOTAL GERAL		847.523.846,60	100,00	1.819	100,00

FONTE: BRDE

- **Operações Contratadas por Região**

TABELA 3 - OPERAÇÕES CONTRATADAS POR MESORREGIÕES DO PARANÁ - JAN A OUT/2012

SETOR	MESORREGIÃO ENTIDADE	VALOR CONTRATO	PCT VI CONTRATO (%)	QUANTIDADE PARTICIPAÇÕES	
				Abs.	%
	Centro Ocidental	45.587.469,93	8,38	240	13,2
	Centro Oriental	18.601.584,54	2,19	37	2,00
	Centro-Sul	18.695.512,62	2,21	224	12,3
	Metropolitana de Curitiba	7.599.207,05	0,90	16	0,9
	Noroeste	18.787.019,28	2,22	62	3,4
Primário	Norte Central	45.280.521,64	5,34	260	14,3
	Norte Pioneiro	18.799.138,70	2,22	53	2,9
	Oeste	81.828.331,83	9,50	493	27,1
	Sudeste	863.044,00	0,10	15	0,8
	Sudoeste	36.024.886,29	4,25	150	8,2
	Total	292.066.715,88	34,46	1.550	85,2
	Centro Ocidental	41.810.544,00	4,93	3	0,2
	Centro Oriental	958.347,99	0,11	3	0,2
	Centro-Sul	2.361.650,00	0,28	3	0,2
	Metropolitana de Curitiba	27.765.045,36	3,28	22	1,2
Secundário	Noroeste	4.733.200,00	0,56	10	0,5
	Norte Central	49.116.253,20	5,80	26	1,4
	Oeste	2.854.649,00	0,34	9	0,5
	Sudoeste	20.086.335,00	2,37	11	0,6
	Total	149.686.024,55	17,66	87	4,8
	Centro Ocidental	69.797.985,00	8,24	20	1,1
	Centro Oriental	36.714.256,30	4,33	5	0,3
	Centro-Sul	58.940.433,67	6,95	6	0,3
	Metropolitana de Curitiba	52.820.036,86	6,23	39	2,1
	Noroeste	4.990.902,40	0,59	20	1,1
Terciário	Norte Central	29.441.292,05	3,47	30	1,6
	Norte Pioneiro	3.654.700,00	0,43	9	0,5
	Oeste	127.080.886,89	14,99	34	1,9
	Sudeste	967.300,00	0,11	2	0,10
	Sudoeste	21.363.313,00	2,52	17	0,9
	Total	405.771.106,17	47,88	182	10,0
TOTAL GERAL		847.523.846,60	100,00	1.819	100,00

FONTE: BRDE

- **Repercussões Econômico-Financeiras**

TABELA 4 - REPERCUSSÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS PELO BRDE JAN A OUT/2012

SETOR	INVESTIMENTO INDUZIDO (R$)	GERAÇÃO DE EMPREGOS	INCREMENTO DE ICMS (R$)	EXPORTAÇÕES US$
Primário	492.913.156,15	809	33.665.318,00	153.725.090
Secundário	330.670.158,00	2819	56.359.048,94	66.572.838
Terciário	535.448.969,45	1783	190.871.938,05	51.443.787
TOTAL	1.359.032.283,60	5411	280.896.304,99	271.741.715

FONTE: BRDE

No período de janeiro a outubro, os financiamentos concedidos pelo BRDE induziram cerca de R$ 1,4 bilhão em investimentos, que propiciaram a geração de 5.411 novos postos de trabalho e arrecadação adicional de R$ 280,9 milhões de ICMS ao Estado.

19.5.3 Outras Ações e Atividades Realizadas

- Parceria institucional com a FIEP e SEBRAE; convênios com SESCAP, AECIC, UNIPRIME e FAE; convênios operacionais com várias empresas para financiamento a produtores rurais na aquisição de máquinas agrícolas e aviários; convênio operacional com as Sociedades Garantidoras de Crédito de Toledo, Maringá e Francisco Beltrão para apoio às micro e pequenas empresas do Estado; estudos para projetos de infraestrutura com a SEPL e SEIL.
- Estudo nas cadeias de Madeira e Celulose, na cadeia do Frango, do setor Aeronáutico e das Cooperativas; ampliação da parceria com o PARANACIDADE para financiamento de prefeituras; aproximação das cadeias setoriais; reuniões periódicas com Secretarias de Estado para verificar demandas e atração de novos investimentos para o Paraná.
- Inclusão no Fundo de Aval Rural do Paraná; lançamento do programa BRDE Turismo; realização de Seminário sobre Exportação; participação em várias feiras e eventos em todo o Estado; continuidade na parceria com Associações Comerciais, Industriais e Rurais, prefeituras e cooperativas; reuniões junto à SEEC para projetos do Fundo Setorial do Audiovisual; ampliação da parceria com o CREA para projetos na área de energia, e diversas ações para a capitalização do BRDE no Paraná.

19.6 Instituto de Pesos e Medidas (IPEM)

Autarquia estadual, vinculada administrativamente à SEIM e técnica e financeiramente ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), de quem recebe a delegação para o exercício de suas atividades relativas a Avaliação da Conformidade, Verificação Metrológica, Calibração e Ensaios, que beneficiam todos os segmentos da sociedade envolvendo os setores comerciais, industriais e de defesa do consumidor.

Tem como missão atender às necessidades dos clientes e da sociedade, com inovação e desenvolvimento tecnológico, no âmbito da metrologia e da qualidade de bens.

- IPEM - Sede

- INMETRO - Sede

- **Agências Regionais** - o IPEM atua em todo o Estado do Paraná, tem sede na cidade de Curitiba e possui Gerências Regionais em Maringá, Londrina, Cascavel e Guarapuava.

Principais realizações em 2012 (até outubro):

- Verificação Metrológica - 231 mil verificações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação quantitativa em produtos pré-embalados - 165 mil exames em 825 mil unidades de produtos pré-embalados.
- Fiscalização de produtos têxteis - 3.250 ações de fiscalização em 3.500.000 unidades.
- Fiscalização de produtos e serviços com a conformidade avaliada - realização de 41.000 ações de fiscalização em 4.300.000 unidades de produtos com a conformidade avaliada.
- Calibração de instrumentos de medir e medidas materializadas - 3.100 calibrações.
- Verificação nos Processos de Registro de Empresas - 184 verificações.
- Ensaios Têxteis - 6.000 ensaios.

19.7 Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR)

Vinculada administrativamente à SEIM, subordina-se tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), órgão integrante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), nos termos da Lei Federal n° 8.934/1994 e Decreto n.º 1.800/1996.

Principais ações realizadas.

- Descentralização do Atendimento - a ampliação da rede de Agências da JUCEPAR no interior do Estado faz parte do objetivo maior, de favorecer o empreendedorismo e interiorizar o desenvolvimento econômico do Paraná, facilitando a abertura de novas empresas e o registro de seu crescimento e ampliação. Esta ação, incluída no Contrato de Gestão, previa a abertura de seis agências da JUCEPAR em 2012, meta atingida no mês de setembro. Agências inauguradas em 2012: Cambé, Jacarezinho, Telêmaco Borba, Ubiratã, Chopinzinho, Quedas do Iguaçu, Curitiba (Associação Comercial do Paraná). Com previsão de até o final de 2012 possuir 60 pontos de atendimento no Estado (atual 54), facilitando o processo de abertura, alteração e baixa de empresas nos diversos municípios do Paraná e levando o registro do comércio cada vez mais perto do empreendedor.
- Eventos de Uniformização - realizado o 2.º Seminário de Registro Empresarial da JUCEPAR, em Curitiba, em junho, que contou com a participação de 130 pessoas aproximadamente, onde foram debatidos temas relacionados ao registro mercantil, abordados por especialistas em Direito Comercial e por técnicos do DNRC.
- 120 Anos da JUCEPAR e ENAJ Curitiba - comemorado em 02/07/2012, com a apresentação de um concerto especial da Orquestra Sinfônica do Paraná, no Teatro Guaira. Na oportunidade foi lançado um livro comemorativo aos 120 anos da JUCEPAR, contando sua história, desde a fundação, em 1893 até os dias atuais e o selo comemorativo. Anunciada a assinatura de Convênio com a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, para a transferência de tecnologia visando a implantação do Projeto Integrar, que será o primeiro passo para a implantação da REDESIM no Estado. Em julho, a JUCEPAR sediou o 2.º ENAJ Curitiba – Encontro Nacional de Juntas Comerciais, onde Presidentes, Procuradores, Secretários Gerais e Técnicos da Informação (TI) puderam discutir os avanços do Registro do Comércio no país e acompanhar as ações que vem sendo desenvolvidas pelo DNRC, com vistas à implantação da REDESIM.
- Concurso Público – Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais – em 2011 foram realizadas as provas escritas (versão e tradução) e no primeiro semestre de 2012 as provas orais e a divulgação do resultado final. Em agosto, em solenidade no Palácio Iguaçu, foram nomeados 186 novos Tradutores Públicos, em nove idiomas, que atuarão em todo o território paranaense. Após a realização deste Concurso, o Estado do Paraná passou a contar com 232 tradutores juramentados em 14 idiomas.
- Nova Sede da JUCEPAR - a licitação na modalidade de concorrência pública para construção da nova sede, no Centro Cívico, foi objeto de suspensão "sine die" do Edital,

em virtude da necessidade de atualização dos valores do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas e da Tabela de Custos Unitários de Edificações do Estado do Paraná, de acordo com as Resoluções Conjuntas SEIL/DER n.º 001/2012 e 002/2012 e para ajustes no Projeto Básico referente ao objeto da Licitação. A nova data para a abertura da Concorrência será marcada após deliberações de instâncias superiores.

- REDESIM/Projeto Integrar - a REDESIM é um sistema informatizado que integra os órgãos públicos envolvidos no Registro de Empresas como Junta Comercial, Receita Federal, SEFA, prefeituras, objetivando a desburocratização dos processos de abertura, alteração e baixa de empresas, sendo a JUCEPAR o órgão denominado Integrador Estadual nesse processo. Os princípios da REDESIM são compatibilizar e integrar procedimentos, evitar a duplicidade de exigências, garantir a linearidade do processo, oferecer entrada única para dados cadastrais e documentos, compartilhar informações entre os órgãos, entre outras medidas. O processo para a implantação da REDESIM no Estado do Paraná começou a tomar forma a partir da assinatura de Convênio entre o SEBRAE Nacional, a Junta Comercial de Minas Gerais e DNRC, em julho, visando disponibilizar e adaptar o software desenvolvido por aquela Junta Comercial (Minas Fácil), para nove Estados da Federação, entre eles, o Paraná. Este projeto, denominado Projeto Integrar será a porta de entrada para o registro mercantil e estará interligado aos demais órgãos de registro, fiscalização e licenciamento das empresas, tais como Receita Federal, Receita Estadual, prefeituras, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros entre outros, dependendo da atividade econômica a ser desenvolvida. Em julho, a JUCEPAR firmou convênio com a Receita Federal e Prefeitura de Curitiba, visando à implantação da primeira fase do projeto, que consistirá na reserva de nome comercial, realizado pela JUCEPAR e consulta de viabilidade do negócio, no município de Curitiba, para posteriormente liberação do alvará de funcionamento e CNPJ. Esta etapa deverá estar implantada e em pleno funcionamento até fevereiro de 2013, sendo posteriormente disponibilizado gradativamente aos demais municípios.
- Relatórios Estatísticos: a) de janeiro a setembro foram protocolizados 541.552 documentos (acréscimo de 4,86% em relação ao mesmo período do ano anterior), sendo que aproximadamente 60% deste movimento originaram-se nas Agências Regionais do Interior; b) constituídas 40.341 novas empresas e filiais, sendo 15.237 empresas individuais, 1.766 Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), 22.347 sociedades empresárias limitadas, 725 sociedades anônimas, 146 sociedades cooperativas e 120 empresas com outros tipos jurídicos. Além das novas empresas, foram registrados outros 42.169 registros de Micro Empreendedores Individuais, pelo Portal do Empreendedor. Essa nova modalidade jurídica, criada pela Lei Complementar n.º 128/2008 propicia a formalização de pequenos negócios, com faturamento anual de até R$ 60.000,00 e que tenham no máximo um empregado; c) com relação às alterações de empresas, foram arquivados 77.588 documentos, sendo 17.779 referentes a empresários individuais, 1.757 EIRELI, 56.528 sociedades empresárias limitadas, 1.946 documentos de sociedades anônimas, 241 atos de cooperativas e 253 atos de outros

tipos jurídicos empresariais. As extinções de empresas arquivadas no mesmo período alcançaram o número de 14.518 registros; d) emitidas 150.387 certidões simplificadas de empresas, 39.834 certidões de inteiro teor e realizado o registro de 127.985 livros mercantis. Os dados estatísticos completos, com o movimento total de documentos e serviços prestados pelo órgão encontram-se disponíveis no site oficial da JUCEPAR (www.juntacomercial.pr.gov.br).

- Relatórios Financeiros: a) Receitas Totais: as receitas próprias da JUCEPAR alcançaram R$ 16,6 milhões (janeiro a setembro). Desse total, 10,28%, ou R$ 1,7 milhão corresponderam às Receitas Patrimoniais; 89,30%, ou R$ 14,8 milhões às Receitas de Serviços de Registro do Comércio e R$ 71,1 mil (0,43%) corresponderam a Outras Receitas; b) Despesas Totais: alcançaram R$ 11,3 milhões, dos quais R$ 3,3 milhões (28,94%) correspondem às despesas de pessoal; R$ 8,0 milhões (66,49%) despesas correntes e R$ 38,1 mil (0,34%) a investimentos; c) Superávit Financeiro: o superávit até setembro foi de R$ 5,2 milhões. Os Relatórios Contábeis e Financeiros do exercício encontram-se disponibilizados na página oficial do órgão, na área Administração/Gestão Financeira.

19.8 Minerais do Paraná S/A (MINEROPAR)

Empresa de economia mista, vinculada à SEIM, tem a função institucional de Serviço Geológico Estadual. As linhas de ação incluem o fomento à indústria mineral; a geração de dados geológicos aplicados ao meio ambiente, planejamento urbano e ordenamento territorial; gestão de riscos em conjunto com a Defesa Civil; suporte técnico aos órgãos estaduais e atuação integrada em projetos governamentais.

19.8.1 Diretoria Executiva

Empreendidas as seguintes ações em 2012:

- Elaboração de estudos e gestões junto à SEIM, SEPL e PGE, visando à readequação institucional da MINEROPAR.
- Acompanhamento das discussões no âmbito federal sobre o novo Marco Regulatório da Mineração, que deve gerar importantes reflexos no setor mineral do Estado.
- Participação nas discussões e propostas relativas à divisão do mar territorial, em função da futura arrecadação de royalties do petróleo e gás em favor do Paraná.
- Negociações para regularização dos direitos minerários da PETROBRAS em São Mateus do Sul, cobrança da CFEM e royalties relativos à exploração do xisto, além de gestões para viabilizar a extração de gás em Pitanga.
- Acompanhamento de rotina do desempenho da Indústria Mineral no Paraná e administração do Arrendamento do Direito Minerário do Ouro de Campo Largo, pela MINEROPAR à *Frontier Mining* do Brasil Mineração Ltda.
- Atendimento e assessoramento a empresas com interesse em investimentos no Estado.

19.8.2 Diretoria Técnica

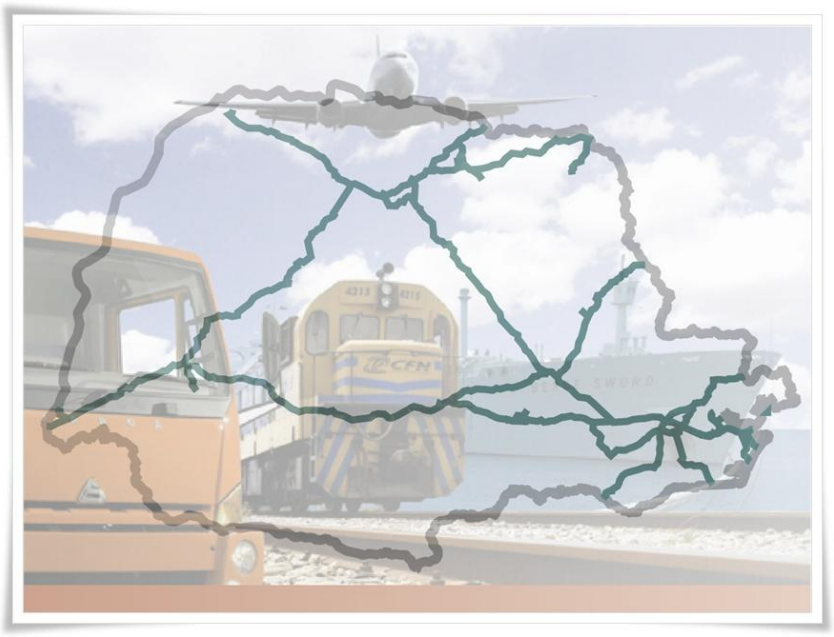
Principais realizações:

- Assessoramento à Defesa Civil na prevenção e gestão de desastres e na avaliação emergencial de riscos. Divulgação do mapeamento de 1.800 Km^2 no litoral e repasse dos dados aos municípios.
- Participação no Projeto de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres - Banco Mundial (SEMA e Casa Militar).
- Articulação com o Instituto Geológico de São Paulo (IG) e com o Departamento de Recursos Minerais (DRM) do Rio de Janeiro, perante o Governo Federal na questão da lei que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei n.º 12.608/2012).
- Execução de mapeamento de detalhe em áreas de risco geológico e geotécnico em 13 km^2 na área urbana de Antonina, com repasse dos dados à Defesa Civil estadual e municipal, visando a elaboração de plano de contingência para desastres.
- Mapeamento Geológico - Geotécnico de 234 km^2 para o planejamento territorial na Região Metropolitana de Curitiba, o que representa a retomada dos mapeamentos realizados pela MINEROPAR em convênio com a COMEC entre 1993 e 1999.
- Apoio técnico ao IAP no licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, imobiliários, viários, de resíduos sólidos industriais ou urbanos e identificação de passivos ambientais em postos de combustíveis. Em 2012, foram avaliados 1.244 processos. Atuação com o IAP na definição de critérios de licenciamento ambiental na extração de areia de várzeas, EIAs-RIMAs de indústrias, demandas do Ministério Público Estadual e Promotoria de Justiça, palestras, Câmaras Técnicas e grupos de trabalhos.
- No fomento à mineração deu-se continuidade ao Projeto de Unidades Móveis (PRUMO), com assessoria técnica à indústria cerâmica vermelha, tendo sido atendidas 32 empresas em Prudentópolis, Curiúva, São José dos Pinhais, Cândido de Abreu e Pitanga. Constituído banco de dados de 1.500 pontos de amostras de argilas e elaborado o relatório "Argilas Cerâmicas do Paraná", consolidando dados de 12 diferentes tipos de depósitos em 45 municípios.
- O Serviço de Laboratório da MINEROPAR dá suporte aos projetos de geotecnia e caracterização tecnológica para cerâmica vermelha e agregados, além de prestar serviços externos. Foram emitidos 536 laudos (125 para projetos da MINEROPAR e 411 para terceiros).
- Participação no Projeto do Zoneamento Ecológico-Econômico do Paraná (ZEE/PR), coordenado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. Em 2012, foi focado o zoneamento do Estado, exceto o litoral, considerado em 2011.
- Continuidade ao mapeamento geológico das rochas vulcânicas do Grupo Serra Geral, concluindo-se o trabalho em 60.000 km^2 da região oeste, desde a divisa com Santa Catarina até o paralelo 24º. Também foi concluído o relatório do projeto de pesquisa Estudos de Produtos Hidrovulcânicos no Sudoeste do Paraná.

- No campo educacional, o Programa de Geologia na Escola atendeu cerca de 12.000 alunos do nível médio, em atividades extracurriculares na exposição de geologia e museu de mineralogia, na sede da empresa. Também foram realizados atendimentos externos por meio da biblioteca, mapoteca, fototeca e diretamente aos usuários. O site da empresa permite consultas e a disponibilização de acervo digital.
- Na organização de dados geológicos deu-se andamento à atualização da informação geológica do Paraná, por meio de serviços contratados, inserindo no sistema de informações os acervos de dados. Também deu continuidade ao desenvolvimento do Sistema Mina, que contém os dados técnicos da empresa.

20

Secretaria de Infraestrutura e Logística



20 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL)

A Secretaria tem como missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a sua finalidade, de promover ações eficazes, com os objetivos de possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança; reduzir custos operacionais; e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária e dutoviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL é composta por: a) Unidades Programáticas: Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP), Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) e Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO); b) Entidades Vinculadas: Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE).

20.1 Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP)

Com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, a CGPP desenvolveu as seguintes atividades:

- Gestão do modal rodoviário – a) Revisão anual do Sistema Rodoviário Estadual (SRE), com atualização do cadastro que compõe a rede rodoviária estadual e envio do documento oficial para o Ministério dos Transportes, visando compor a base do Sistema Nacional de Viação; b) Programa de Ligação das Sedes Municipais à Rede Rodoviária Estadual – estadualização do trecho de ligação da sede de Coronel Domingos Soares à rede rodoviária, mediante permuta (municipalização) de trecho com diretriz semelhante; c) por meio de tratativas com a COPEL, foi regularizada a situação dos trechos rodoviários no entorno das Barragens de Salto Caxias, Salto Segredo e Salto Osório.
- Modelagem de programas setoriais - Programa Sucroalcooleiro que envolveu levantamentos de campo e coordenação das tratativas entre o setor privado, o DER e a SEIL. Valor do Programa: R$ 290,0 milhões com investimentos públicos e privados (PPP); tratativas para o delineamento do Programa Agroflorestal.
- Atualização dos instrumentos de planejamento multimodal – a) elaboração de estudo do sistema aeroportuário paranaense com diagnóstico da demanda e elaboração do Termo de Referência para contração do Plano Aeroviário do Estado do Paraná (PAE/PR); b) elaboração de Termo de Referência para contração do Plano Hidroviário Paranaense; c) GT- Náutico: Redação de minuta de documento normativo de Regulamentação do Transporte Aquaviário e definição (via encaminhamentos à PGE) acerca da competência legal para sua regulamentação.

- Subsídios à Comissão ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico) - levantamento da extensão de rodovias estaduais e federais em todos os municípios do Estado e das perspectivas de planejamento de obras de infraestrutura para os próximos 10 anos.
- Articulação com o Governo Federal – a) elaboração de Propostas Estruturantes de Infraestrutura de Transportes e envio ao Governo Federal; b) encaminhamentos aos Ministérios e auxílio ao DER na elaboração de Carta Consulta para a busca de recursos junto ao BNDES; c) encaminhamento dos pleitos para emendas ao Orçamento Geral da União.
- Programa de Monitoramento Eletrônico de Rodovias - modelagem e apoio à Assessoria de Tecnologia da Informação para implantação do Projeto Piloto – Etapa 1: Instalação de 68 câmeras nas rodovias do Estado.

20.2 Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL)

O DFIL realiza, no campo da promoção de ações para o fomento municipal, em conjunto com os municípios e articulações com as entidades vinculadas, atividades para propiciar a melhoria das condições de trafegabilidade nas rodovias municipais com baixo volume de tráfego, nas vias urbanas dos municípios, por meio de recuperação de pavimentação, de execução de pavimentação de baixo custo, fornecimento de vigas, lajotas, guarda-rodas para pontes municipais, permitindo o escoamento da produção, destacando também facilidade de acesso a escolas e postos de saúde, resultando na melhoria da infraestrutura para a população local.

Além do fomento nas questões rodoviárias, o Departamento também atuou na melhoria da infraestrutura aeroportuária, em parceria com as Prefeituras Municipais e entidades ligadas ao modal aeroportuário, pois o aeroporto é um forte indutor do desenvolvimento, tendo também caráter estratégico, pois promove a integração da região com o País.

Ações realizadas:

20.2.1 Fomento Rodoviário

- Fornecimento de Vigas para Ponte Municipal – 33 municípios atendidos por meio de fornecimento de vigas, placas, lajotas e guarda-rodas, para a execução de 52 pontes.
- Recuperação de Rodovias não Pavimentadas - o cascalhamento beneficiou um município com extensão total de 39,5 quilômetros.
- Implantação de Pavimento - 06 municípios, por meio do serviço de pavimentação, resultando em uma extensão de 26,117 km.
- Recuperação de Rodovias Pavimentadas - 19 municípios contaram com serviços de massa asfáltica para recuperação de 317,587 km de rodovias pavimentadas.
- Pavimentação Poliédrica - 33 municípios, totalizando 98,210 km.

20.2.2 Fomento Aeroviário

- Aeroporto de Castro - conclusão da pavimentação asfáltica.
- Aeroporto de Toledo - aumento da resistência da pista de pouso e decolagem.
- Aeroporto de Londrina - desapropriação de imóveis situados na face sul.
- Aeroporto de Cascavel - construção de novo terminal de passageiros (fase de análise do projeto).
- Aeroporto de Maringá - ampliação da pista de pouso e decolagem, incluindo pista de táxi e uma saída rápida (fase de análise do projeto).
- Aeroporto de São José dos Pinhais (Afonso Pena) - levantamento cadastral dos imóveis para desapropriação das áreas do entorno da nova pista de pouso e decolagem.

20.2.3 Emergência Litoral

Devido à situação de emergência e calamidade pública, ocorrida no litoral do Paraná em 2011, a SEIL monitora as ações de recuperação desenvolvidas pelos órgãos executores DER e COHAPAR.

Presta contas junto ao Ministério da Integração Nacional, o qual repassou por transferência obrigatória, R$ 15,0 milhões, referente a primeira parcela de R$ 25,0 milhões do plano de trabalho apresentado.

20.3 Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO)

Ao DGPO compete planejar, regulamentar e implantar ações para a gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística e de edificações de prédios públicos, bem como definir em conjunto com os demais órgãos da administração estadual, o Plano Geral de Obras e Serviços de Arquitetura e Engenharia, inclusive edificações de prédios públicos.

Dentre as atividades realizadas no exercício de 2012 estão:

- Gestão de Obras de Edificações de Prédios Públicos - em parceria com a PGE, elaborou a primeira coletânea de cadernos orientadores para contração de obras e serviços de engenharia – edificações. São oito cadernos que orientam as etapas de estudo de viabilidade, termo de referência de projeto, licitação de projeto, contratação de projeto, licitação de obra, contratação de obra e pós-ocupação, além de um caderno contendo a legislação relacionada a cada etapa. Os cadernos encontram-se disponíveis no site da SEIL: http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=184.

- Capacitação de servidores para contratação de obras e serviços de engenharia - em parceria com a Escola de Governo, iniciou o processo de capacitação de técnicos da administração direta e autárquica, para a adequada utilização das orientações contidas nos cadernos orientadores em cada etapa.
- Aferição de Composições de Serviços de Engenharia- contratou o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e deu início a um trabalho histórico de medição de consumos de materiais de construção e produtividade da mão de obra de 500 serviços utilizados na construção de edificações públicas. Os referidos serviços irão contribuir para a elaboração de orçamentos com melhor precisão.
- Realização de pesquisa de custos de materiais de construção - firmou Termo de Cooperação Técnica com o IPARDES para a realização de pesquisas mensais de custos de até 50 materiais de construção, cujo resultado irá complementar o trabalho de aferição de composições de serviços e contribuir para elaboração de orçamentos com melhor precisão e propiciar obras com melhor qualidade e transparência.
- Atualização da Tabela de Custos de Edificações - a partir de 2012, O DGPO passou a monitorar a variação de custos de edificações e atualizar periodicamente a Tabela de Custos de Edificações do Governo do Paraná em sintonia com a Tabela SINAPI do Governo Federal. Foram realizadas duas atualizações (março e setembro).
- Plano de Obras Públicas do Paraná (POP) - em conjunto com os órgãos da administração direta e autárquica do Governo do Paraná, foi iniciada a elaboração do Plano de Obras Públicas do Paraná para os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.
- Programa de Residência Técnica - em parceria com a SETI, participou do desenvolvimento do Programa de Residência Técnica para os anos de 2013 e 2014. Serão selecionados 200 profissionais de Engenharia e Arquitetura com até três anos de formatura que participarão de um Curso de Especialização em Gestão de Obras Públicas com vivência prática nos órgãos da administração estadual.

20.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

O DER tem como missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual.

A malha rodoviária de jurisdição federal e estadual dentro do Estado do Paraná é composta por 15.861,07 km de rodovias, das quais 13.957,47 km são pavimentadas, conforme o quadro a seguir.

QUADRO RESUMO

RESPONSABILIDADE	NÃO PAVIMENTADA	PAVIMENTADA			EM OBRAS			TOTAL
		Pista Simples	Pista Dupla	Total Pavim.	Pista Simples	Pista Dupla	Total em Obras	
Federais mantidas pelo DNIT								
Totais DNIT	88,00	1.344,73	116,80	1.461,53	139,80		139,80	1.689,33
Federais concedidas pelo Gov. Fed.								
Totais Concessões Federais		93,60	202,00	295,60	-	-	-	295,60
Estaduais mantidas pelo DER	1.675,80	9.486,14	68,61	9.554,75	-	-	-	11.230,55
Federais delegadas ao Paraná e mantidas pelo DER		158,70	15,00	173,70	-	-	-	173,70
Totais DER	1.675,80	9.644,84	83,61	9.728,45	-	-	-	11.404,25
Estaduais concedidas pelo DER	-	472,89	198,70	671,59			-	671,59
Federais delegadas ao Paraná e concedidas pelo DER		1.428,30	372,00	1.800,30	-		-	1.800,30
Totais Concessões Estaduais	-	1.901,19	570,70	2.471,89	-	-	-	2.471,89
Totais Rodovias Federais	88,00	3.025,33	705,80	3.731,13	139,80	-	139,80	3.958,93
Totais Rodovias Estaduais	1.675,80	9.959,03	267,31	10.226,34	-	-	-	11.902,14
Totais Rodovias Municipais	95.025,17			6.353,09			1.347,74	102.726,00
TOTAL GERAL	96.788,97	12.994,36	973,11	20.310,56	139,80	-	1.487,54	118.587,07

FONTE: Rodovias Federais - PNV 2011, consulta site DNIT em 18/nov./2011

MALHA RODOVIÁRIA DE CONSERVAÇÃO A ENCARGO DO DER/PR - 2011

DESCRIÇÃO	NÃO PAVIMENTADA (km)	PAVIMENTADA (km)	TOTAL (km)
Rodovia Estadual	1.675,80	9.554,75	11.230,55
Rodovia Federal Delegada		173,70	173,70
TOTAL	1.675,80	9.728,45	11.404,25

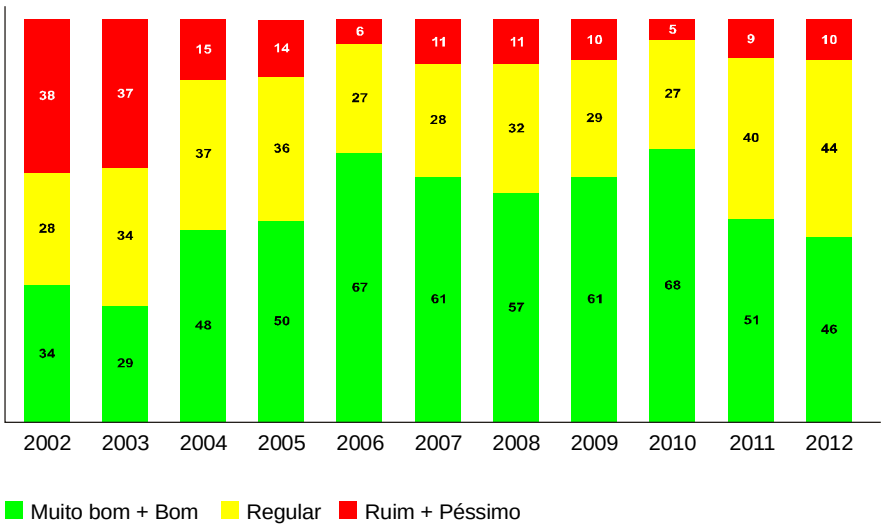
FONTE: DER/PR - Sistema Rodoviário Estadual (2011)

NÍVEL DE CONDIÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

CONDIÇÃO (%)	ANO										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Muito bom + bom	34	29	48	50	67	61	57	61	68	51	46
Regular	28	34	37	36	27	28	32	29	27	40	44
Ruim + Péssimo	38	37	15	14	6	11	11	10	5	9	10
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

O histórico da condição da malha rodoviária é apresentado abaixo:

NÍVEL DE CONDIÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA EM PERCENTUAL



NOTA: A condição de malha rodoviária do ano de 2012 encontra-se em fase de atualização. Foram avaliados em torno de 64% dos trechos rodoviários pavimentados.

Em 2012, o Governo do Paraná investiu R$ 314,5 milhões em obras rodoviárias, conforme demonstrado a seguir.

AÇÃO	VALOR EXECUTADO (R$)
Obras Rodoviárias	92.139.806,29
Conservação de Rodovias 2010 - 2012	38.568.038,98
Conservação de Rodovias 2012 - 2014	177.000.000,00
Recuperação de Rodovias não Pavimentadas	1.305.169,12
Obras de Arte Especial	5.478.048,97
TOTAL	314.491.063,36

Os programas existentes têm como objetivo oferecer melhores condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, serviços de conservação, restauração e adequação.

20.4.1 Programa Estadual de Atendimento às Estradas Rurais Municipais - Patrulhas Mecanizadas

O DER, em parceria com as prefeituras, realiza os serviços de melhorias e cascalhamento de rodovias municipais, com o objetivo de assegurar permanente escoamento da produção aos centros de comercialização e proporcionar transporte rápido e seguro de pessoas da comunidade rural aos centros de serviços médico-hospitalares e educacionais. Foram concluídos 385 km de recuperação e melhoria de estradas rurais municipais em 23 municípios conveniados: Araruna, Catanduvas, Cidade Gaúcha, Coronel Domingos Soares, Godoy Moreira, Guaraqueçaba,

Imbituva, Ipiranga, Itaperuçu, Jesuítas, Jussara, Kaloré, Lapa, Laranjal, Mangueirinha, Marmeleiro, Missal, Pitanga, Querência do Norte, Rio Azul, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Oeste e Terra Roxa.

20.4.2 Programa de Conservação e Manutenção do Sistema Rodoviário Estadual

Concluído no início do ano, o Programa de Conservação Total composto por sub-programas: COPPA – Conservação Periódica de Pavimento e CORP – Conservação Rotineira de Pavimentos e Faixa de Domínio, iniciados em 2008.

Os novos contratos estão em andamento (2012–2014) - Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC) com seus sub-programas: COP – Conservação Rotineira de Pavimentos, CREMEP – Conservação e Recuperação Descontinua com Melhoria do Estado do Pavimento e Conservação de Faixa de Domínio.

20.4.3 Ações Emergenciais

Com a ocorrência das chuvas em 2011, iniciaram-se os serviços emergenciais nas regiões do litoral, sendo que muitas obras foram concluídas no ano corrente.

Os municípios atendidos foram Guaratuba, Paranaguá, Morretes e Antonina e o valor do investimento foi de R$ 9,1 milhões.

20.4.4 Programa de Concessões

Composto pelos sistemas: a) Rodovias Concessionadas, b) Travessia da Baía de Guaratuba e c) Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros.

Nas Rodovias Concessionadas, realizadas as seguintes obras:

- Contorno de Mandaguari – 9,90 Km em pista dupla.
- Duplicação Jandaia do Sul – Apucarana (Km 219+089 ao Km 232+917) – 16,57 Km.
- Duplicação Medianeira – Matelândia (Km 674,879 ao Km 660,500).
- Readequação da interseção BR-277 com PR-407 – Alça de Acesso à PR-407 (648,8m). Alça de retorno (360 m) – Concluída.
- Duplicação Campo Largo (Km 144,20 ao Km 122,940) – 10,88 Km.

Nos serviços de travessia na Baia de Guaratuba, 895.307 veículos foram transportados por *ferry-boat*, no período compreendido entre janeiro a setembro.

Os serviços de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros são operados por 48 empresas concessionárias e por 1.421 empresas especiais que executam os serviços de fretamento e turismo. Durante o ano de 2012, no sistema rodoviário foram transportados 14.599.323 passageiros, por meio de 498 linhas e serviços, utilizando uma frota registrada de 2.033 veículos. No sistema de linhas de característica metropolitana do interior do Estado foram transportados 35.919.146 passageiros, em 200 linhas com frota de 662 veículos.

20.4.5 Obras de Edificações

O DER, investiu no ano R$ 883,6 milhões em obras de edificações, tais como: reparos, manutenção elétrica, lógica e telefônica, manutenção de elevadores, reforma nas instalações do Escritório Regional de Apucarana, ampliação, reforma e manutenção da Superintendência Regional de Londrina.

20.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)

Os Portos de Paranaguá e Antonina aprimoraram seu papel estratégico, tendo como objetivo principal oferecer aos operadores portuários, agentes marítimos e a comunidade em geral, alternativas de movimentação de suas cargas, seja em terminal público ou privado, garantindo assim a isonomia a todos os usuários do Complexo Portuário do Paraná.

Está em constante procura de melhoria, oferecendo um sistema moderno e eficaz com infraestrutura e segurança às cargas e aos navios, transparência na gestão e nas operações e buscando melhoria em seu sistema portuário para atingir a excelência na administração portuária.

Os Portos de Paranaguá e Antonina visam prover condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga de mercadorias. A execução destas ações demonstra à comunidade portuária a efetiva aplicação dos recursos oriundos de tarifas pagas pelos usuários, com infraestrutura adequada, proporcionando, assim, na continuidade das relações econômicas internacionais.

O Porto de Paranaguá tem se demonstrado eficiente na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário nacional, onde disponibiliza um aparato de infraestrutura suficientemente adequada, garantindo aos produtos que passam pelos Portos do Paraná, um grau de competitividade e qualidade exigível pelo mercado internacional, e para tanto, executou as ações descritas a seguir, nos seus respectivos Programas.

Para a manutenção da infraestrutura marítima, que é responsável por prover as condições técnicas necessárias para as atracações dos navios, a APPA investiu o aproximadamente de R$ 42,9 milhões, tendo como principais ações:

- Dragagem do canal - Porto de Paranaguá e Antonina – R$ 37,0 milhões (em andamento).
- Dragagem nos Berços de Atracação – R$ 2,8 milhões.
- Aquisição de 56 boias sinalização e estação rádio – R$ 2,2 milhões.
- Manutenção e balizamento sinalização náutica – R$ 538 mil.
- Contratação de Serviços de Batimetria – R$ 406 mil.

Na Manutenção da Infraestrutura Terrestre, que determina as condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga, a APPA executou ações no valor de R$ 1,5 milhão, destacando-se:

- Obras de pavimentação em concreto – R$ 751 mil.
- Sinalização horizontal e vertical da Área Primária – R$ 585 mil.
- Iluminação do pátio de veículos da APPA – R$ 178 mil.

Para a Manutenção da Infraestrutura de Acostagem, que visa dar as condições técnicas necessárias para as atracações dos navios, foram investidos R$ 2,9 milhões na obra de manutenção das defensas, além de Investimentos em Tecnologia na ordem de R$ 500 mil.

Destaca-se também a contratação de diversos Projetos Executivos, que darão o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução das obras programadas para os próximos anos. Esses projetos, em fase de licitação, totalizam aproximadamente de R$ 1,7 milhão.

Para que a APPA promova o fomento econômico e a expansão dos Portos de Paranaguá e Antonina frente ao cenário nacional, com vistas à otimização da utilização das áreas e infraestruturas portuárias, realizou-se uma série de procedimentos institucionais visando os projetos de expansão, ações que totalizaram de R$ 2,7 milhões, destacando-se:

- Elaboração de Estudos Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA's) – R$ 1,1 milhão.
- Elaboração de Estudo de Impacto Etno Ambiental – R$ 532 mil.
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado – R$ 1,06 milhão.
- Elaboração do Plano Estratégico de Exploração da APPA – R$ 60 mil.

Estes estudos possibilitarão a elaboração do Programa de Arrendamento, que após aprovação pelo Governo Federal, irá viabilizar a expansão do aparato portuário por meio de Parcerias Público-Privada, mediante procedimento licitatório.

20.5.1 Movimentação de Cargas

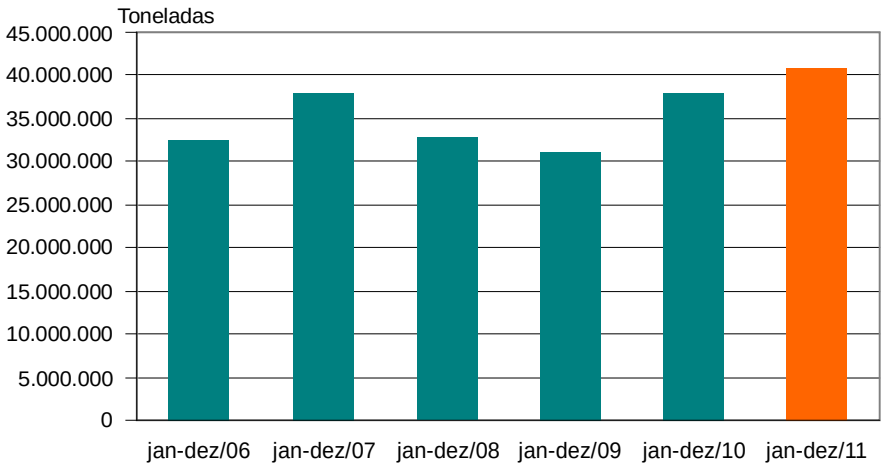
A movimentação total dos Portos de Paranaguá e Antonina no ano de 2011 foi de 41 milhões de toneladas. O segmento de Granel Sólido contribuiu com 65% da tonelagem total movimentada, seguido da Carga Geral com 25% e do Granel Líquido com 10%.

Para o ano de 2012, estima-se uma movimentação na ordem de 44 milhões de toneladas, com uma taxa de crescimento semelhante ao do ano anterior, de 9%.

DESCRIÇÃO	JAN-DEZ/06	JAN-DEZ/07	JAN- DEZ/08	JAN-DEZ/09	JAN- DEZ/10	JAN-DEZ/11	VARIAÇÃO 2010/2011
Carga Geral	8.347.973	8.972.810	8.277.262	8.079.837	9.702.675	9.955.032	3
Granéis Sólidos	20.354.132	25.357.488	20.518.211	19.317.143	24.426.813	26.987.939	10
Granéis Líquidos	3.861.061	3.895.090	4.209.797	3.877.097	4.031.502	4.118.368	2
TOTAL	32.563.166	38.225.388	33.005.270	31.274.077	38.160.990	41.061.339	9

FONTE: APPA

MOVIMENTAÇÃO GERAL - JANEIRO - DEZEMBRO (ACUMULADO)



FONTE: APPA

20.5.2 Receita Cambial

Na Balança Comercial, os Portos do Paraná participaram com US$ 15,5 bilhões de receita cambial - dados consolidados até outubro.

A tabela a seguir contém a comparação anual, de 2008 a 2012.

US$ 1,00				
2008	2009	2010	2011	2012*
14.027.621.000	12.493.267.000	14.487.381.000	17.630.328.000	15.480.646.000

(1) Até outubro.

20.6 Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE)

A FERROESTE, com sede em Curitiba, tem por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem de produtos agrícolas e manufaturados em geral, com unidades operacionais em Cascavel e Guarapuava.

Detém concessão conforme o Decreto Federal n.º 96.913/1988, para construção, uso e gozo de estrada de ferro na direção geral leste-noroeste, estendendo a malha ferroviária do Estado do Paraná a partir da região de Guarapuava até a região de Cascavel, de ramal ferroviário partindo da região de Cascavel até a região de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, e de ramais necessários à viabilidade da ferrovia.

Teve sua construção iniciada em 1991 e concluída em 1995, com a implantação do trecho Guarapuava–Cascavel, com 248 km. A empresa contabiliza bens operacionais próprios de aproximadamente R$ 358,9 milhões compreendendo terrenos, benfeitorias, infraestrutura (leito da

linha), superestrutura, obras de arte especiais, edifícios e dependências, ao custo de aquisição e construção, corrigido monetariamente somente até 1995.

Os procedimentos para contratação de empresa especializada, com o escopo de reavaliar os ativos da empresa, estão em andamento.

20.6.1 Produção

A FERROESTE operou em 2012 com 06 locomotivas G12 e uma locomotiva de manobra, fabricadas na década de 50 e 60 vagões graneleiros, da década de 60, devido à perda da capacidade operacional das locomotivas, apesar dos gastos em manutenção realizados pela FERROESTE. A situação é agravada pela falta de tração da concessionária ALL, no trecho de Ponta Grossa a Guarapuava, linha centenária com *transit time* alto e problemas operacionais evidenciando possível desinteresse no trecho.

A linha da FERROESTE entre Cascavel e Guarapuava, possui capacidade anual de transporte da ordem de 5 milhões toneladas/ano. Nos últimos três anos teve considerável redução na oferta de vagões à região oeste, conduta que caracteriza descumprimento das obrigações previstas no Contrato de Concessão da América Latina Logística S/A (ALL).

PRODUTO	TRANSPORTE DE CARGA			
	2011		2012	
	TU	VAGÕES	TU	VAGÕES
Grãos a granel	34.580,13	6.356	238.831,44	4.343
Óleo Vegetal	5.902,88	134	843,35	19
Contêiner Frigorificado	110.968,00	4.268	90.377,80	3.476
Fertilizantes	127.949,77	2.327	80.508,30	1.464
Cimento	158.239,00	2.877	97.846,28	1.779
Combustível	14.298,97	260	35.716,59	649
Cevada – 2011/Outros Produtos-2012	17.418,19	317	205,33	-
TOTAL	784.356,94	16.539	544.329,09	11.730

FONTE:Produção/ Faturamento

NOTA: TU= Toneladas Úteis - Valores de 2012 com base de janeiro a setembro.

20.6.2 Ações desenvolvidas

- Licitação para compra de locomotivas - realizada licitação para aquisição de cinco locomotivas, no entanto, duas resultaram desertas. Há escassez de locomotivas no mercado mundial, com preços inviáveis conforme especificado no edital de licitação. A previsão da operação com as locomotivas próprias seria no início de 2013. A ampliação da frota propiciará aumento da capacidade de tração com redução de custos operacionais, otimizando o escoamento da produção no Estado e possibilitando a redução do fluxo rodoviário.

- Realização de Concurso Público – realizado em 2012, tendo admitido 70 funcionários em seu quadro próprio, com redução de custos de pessoal terceirizado.
- Implantação de sistema de segurança de operação ferroviária - instalados nove detectores de descarrilamento, em pontos da extensão da via permanente no trecho da ferrovia Cascavel-Guarapuava, para prevenção de riscos. Permite detectar possíveis pontos onde podem ocorrer descarrilamentos, a adequação às normas da ANTT para transporte de produtos perigosos e proteção ao meio ambiente.
- Melhorias no Sistema de Comunicação - instalação de novos rádios em torres repetidoras e locomotivas, com aumento da segurança operacional e patrimonial e maior agilidade operacional.
- Contrato de Cessão de Direito de Uso Gratuito de Bens Móveis - o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) outorgou à FERROESTE, por contrato assinado em setembro de 2011, pelo prazo de 20 anos prorrogáveis, o direito de uso gratuito de peças e materiais para locomotivas. Foram recebidas peças em 2011 e 2012, com valor estimado em R$ 10,0 milhões para utilização em proveito de sua atividade econômica e em seus equipamentos.
- Instalação de Barracão - a construção de barracão pré-moldado em alvenaria para almoxarifado de peças em Guarapuava, com 553,85 m^2, proporciona maior eficiência na manutenção.
- Manutenção de Via Permanente entre Cascavel e Guarapuava (248,5 km) - execução com pessoal próprio, para aumentar a eficiência da operação com redução de riscos operacionais e melhoria do *transit time*.
- Plano de Operação Conjunta – em andamento negociação da FERROESTE com a ALL a possibilidade de operação conjunta (pool) entre Guarapuava e Ponta Grossa, o que poderá diminuir em parte o gargalo existente, aumentando o faturamento da FERROESTE. A viabilidade desta operação depende de investimentos em locomotivas.
- Permissão Onerosa de Áreas Ociosas em andamento concorrência pública, com implantação prevista para 2013, no Terminal de Cargas da FERROESTE em Cascavel, para grandes empresas privadas com demanda de cargas e implementação de investimentos que reverterão à FERROESTE ao final dos contratos. Visa incrementar o transporte ferroviário de cargas e estimular novos investimentos pela iniciativa privada na ferrovia, contribuindo para o desenvolvimento da região Centro Sul – Guarapuava e Oeste – Cascavel.

21

Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

21 Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU)

A SEJU, criada pela Lei n.º 13.986/2002, alterada pelas Leis n.º 16.840/2011 e n.º 17.045/2012, tem por finalidade a definição de diretrizes para a política governamental, focada no respeito à dignidade humana e no fortalecimento dos Direitos Humanos; e a administração do Sistema Penitenciário Estadual.

As ações afetas à Pasta sintetizam as diretrizes governamentais adotadas para a consecução das políticas públicas definidas para a área, e desenvolvem-se harmoniosamente na coordenação dos assuntos penitenciários e daqueles relacionados à proteção, defesa e educação ao consumidor, aos direitos da cidadania, da pessoa com deficiência, da mulher, da pessoa idosa e das minorias, à prevenção, repressão e fiscalização do uso de entorpecentes.

As Metas do Governo 2011-2014 prevêem a reestruturação da SEJU para assumir a guarda dos presídios, abertura de 6.000 novas vagas e monitoração eletrônica de 5.000 pessoas no regime semiaberto e aberto. Ainda em atendimento às diretrizes governamentais, a SEJU assumiu o compromisso de direcionar as políticas públicas para a efetivação dos Direitos Humanos a partir da universalização dos Direitos Sociais, cujo princípio norteador visa promover a igualdade de direitos no acesso aos bens e serviços fundamentais, sem discriminação de qualquer natureza, contribuindo tanto para a redução das desigualdades sociais e das disparidades regionais, quanto para o enfrentamento e prevenção da violência, do crime organizado e da criminalidade urbana e rural.

Nesse sentido várias medidas foram tomadas, mas principalmente a integração de esforços entre os agentes envolvidos, que resultou na celebração do Pacto Movimento Mãos Amigas Pela Paz – firmado entre os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado do Paraná e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná e simboliza o Novo Modelo de Gestão da Execução Penal no Estado, que tem por objetivo principal operacionalizar ações conjuntas visando o aprimoramento da gestão do Sistema Penal e o respeito à dignidade da pessoa humana.

Em cumprimento às Metas de Governo, foi ampliado o Plano de Metas de Governo (2011-2014), determinando a inclusão da meta de transferência da gestão das carceragens de 64 Unidades Prisionais, atualmente geridas pela SESP, para a gestão da SEJU, proporcionando a absorção de aproximadamente 12.000 presos, em conformidade com os Decretos Estaduais n.º 4199, n.º 6392 e n.º 6393, todos de 2012, como forma de garantir a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana encarcerada e sua ressocialização.

Para o desenvolvimento da ação institucional, a Secretaria atua por meio dos seguintes organismos: Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC); Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR); e Departamento de Execução Penal (DEPEN), além dos Conselhos: Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPED); Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (COEDE); Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas (CONESD); Penitenciário do Estado do Paraná (COPEN/PR); Diretor do Fundo Penitenciário

do Paraná (CED/FUPEN); Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON); Estadual Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (CEG/FEID); Estadual da Mulher do Paraná (CEMP); Deliberativo do Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA PARANÁ); Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI); Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS); e Estadual de Defesa do Consumidor (CONDEF).

As principais realizações empreendidas pela SEJU, em 2012, estão a seguir.

21.1 Departamento de Execução Penal (DEPEN)

A gestão da SEJU está focada na busca de soluções estratégicas para melhorar o funcionamento do Sistema Penitenciário, desafogar a superlotação, reverter a situação de precariedade das unidades prisionais, promover a ressocialização e a reinserção de 17.335 presos nos estabelecimentos penais, e de mais 10.139 distribuídos provisoriamente nas cadeias públicas, os quais serão transferidos, gradativamente, para a administração desta Secretaria nos próximos dois anos.

- Número de Estabelecimentos Penais sob Responsabilidade da SEJU:

Penitenciárias	17
Casas de Custódia	04
Semiabertos	06
Patronato	02
Cadeias Públicas	01
Centro de Reintegração Social	01
TOTAL	31

FONTE: Relatórios do GAP/DEPEN - setembro/2012

- Ocupação das Unidades Penais do DEPEN

PRESOS	
Homens	16.361
Mulheres	974

FONTE: Relatórios do GAP/DEPEN - 30/11/2012

- Canteiros de Trabalho - dos 499 canteiros, 367 são próprios, onde trabalham 1.757 presos. Em 132 canteiros de empresas, trabalham 2.327 presos.

REGIÃO	NÚMERO DE PRESOS IMPLANTADOS		TOTAL DE PRESOS TRABALHANDO	TOTAL PRESOS NO SISTEMA	% PRESOS POR REGIÃO
	Próprio	Privado			
Centro Oriental	83	91	174	571	3,64%
Centro Sul	72	278	350	521	3,32%
Metr.Curitiba	1.034	1.106	2.140	7.115	45,36%
Norte Central	347	229	576	2.942	18,76%
Oeste	160	295	455	3.211	20,47%
Sudoeste	43	328	371	987	6,29%
Noroeste	18		18	338	2,16%
TOTAL	1.757	2.327	4.084 (*)	15.685	
% Presos Implantados em Canteiros	11,20%	14,84%	26,04%		

FONTE: DIPRO/DEPEN em 05/11/2012
(*) + 581 presos implantados em artesanato somente recebendo remissão.
Total Geral de presos em atividade = 4.665 – 29,74%

Dentre as principais ações desenvolvidas, destacam-se:

- Promoção da custódia e assistência material, educacional, social, religiosa e à saúde, para prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, de uma população carcerária formada por 17.335 presos distribuídos em 31 Unidades Penais do DEPEN. As ações estendem-se também aos 7.570 egressos atendidos pelos dois Patronatos.
- Criação da Central de Vagas do Sistema Penal do Estado do Paraná – Resolução Conjunta n.º 002/2012.
- Instituição do modelo de gestão de Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), nos termos da Lei Estadual n.º 17.138/2012.
- Instituição do projeto Remissão pela Leitura nos estabelecimentos penais como meio de viabilizar a remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal n° 12.433/2012.
- Regulamentação do Fundo Rotativo em cada um dos Estabelecimentos Penais e demais Unidades Administrativas Descentralizadas da SEJU (Decreto n.º 6.164/2012).
- Implantação da Divisão de Operação de Segurança (DOS), por meio da Resolução n.º 431/2012, composta das Seções de Operações Especiais (SOE), Seção de Escolta Penal (SEP), Seção de Segurança Externa (SSE), Seção de Inteligência Penal (SIP).
- Ampliação de Vagas - inaugurados Estabelecimentos Penais e realizadas outras ações que proporcionaram a ampliação das seguintes vagas:

UNIDADE	REGIME	VAGAS	ENTREGA
Centro de Regime Semianerto da Lapa	Semiaberto	63	03/02/12
Penitenciária Central do Estado (PCE), Piraquara	Fechado	1.480	09/03/12
Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste (PECO)	Fechado	816	30/03/12
Colônia Penal Industrial de Maringá (CPIM)	Semiaberto	330	10/05/12
Centro de Reintegração Social - Feminino de Foz do Iguaçu (CRESF)	Fechado	256	10/07/12
Presídio Central Estadual Feminino (PCEF), Piraquara (Decreto n.º 4.020/12)	Fechado	600	01/10/12
Camas adicionais - reduzindo o número de celas de isolamento de 5% para 2%	Fechado	878	01/10/12
TOTAL			3.823

- Reforma da Casa de Custódia de Maringá (CCM), que após a rebelião impossibilitou a utilização de 400 vagas (em trâmite o processo de contratação).
- Pleitos ao Ministério da Justiça para Realização de Obras – aguardando aprovação - gestão junto ao Ministério da Justiça visando o descontingenciamento de recursos do Fundo Penitenciário e contrapartida do Estado, com a apresentação dos pleitos cadastrados no SICONV em 09/01/2012, para a construção de seis Cadeias Públicas regionais e a ampliação de oito Estabelecimentos Penais existentes, para 6.350 presos encarcerados, em caráter precário, nas Delegacias de Polícia no valor total de R$ 179,0 milhões.

- Construção de Cadeias Públicas

UNIDADE	M²	VAGAS	SITUAÇÃO DOS PROJETOS
Apucarana	9.696,59	544	Aprovados pelo MJ encontram-se na CEF para firmar Contrato de Repasse
Foz do Iguaçu	9.535,63	544	
Campo Mourão	9.644,49	544	
Guaíra	9.615,51	544	
Londrina	8.685,51	576	
PRONASCI - Jovens e Adultos	9.444,25	516	Contrato de repasse firmado
TOTAL		3.268	

- Ampliação de Estabelecimentos Penais

UNIDADE	M²	VAGAS	SITUAÇÃO DOS PROJETOS
Piraquara PEP	5.094,30	501	Aprovados pelo MJ encontram-se na CEF para firmar Contrato de Repasse
Londrina CCL	2.392,24	196	
Piraquara PEP II	4.910,70	501	
Foz do Iguaçu PEF	4.937,96	501	
Ponta Grossa PEPG	3.959,71	334	
Maringá PEM	4.884,92	334	
Cascavel PIC	4.268,33	334	
Piraquara PFP (Feminina)	4.304,48	381	
TOTAL		3.082	

- Monitoração Eletrônica - em trâmite o processo para contratação dos serviços de monitoramento e rastreamento de sentenciados com locação de tornozeleiras eletrônicas. A proposta é para 1.000 sentenciados.
- Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) - implantação da primeira APAC, nos termos da Lei Estadual n° 17.138/2.012, para gestão do Centro de Reintegração Social de Barracão, com a abertura de 40 vagas para o regime semiaberto.
- Transferência de Gestão - com o intuito de solucionar as questões relacionadas a gestão administrativa da custódia dos presos, foi estabelecida nos Decretos n.º 4.199, n° 6.392 e n° 6.393/2012 a transferência da gestão de algumas Delegacias de Polícia da SESP para a gestão da SEJU, como forma de garantir a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana encarcerada e sua ressocialização. A transferência ocorrerá de forma integral em 18 Delegacias de Polícia e de forma compartilhada das carceragens de 46 Delegacias de Polícia. A relação das Unidades transferidas por município com o número de presos, até novembro, segue abaixo.

SDP	UNIDADE SESP	DENOMINAÇÃO ATUAL	PRESOS	DATA
6ª SDP	Cadeia Pública Laudemir Neves - Foz do Iguaçu	Cadeia Pública Laudemir Neves - Foz do Iguaçu	509	18/05/12
19ª SDP	Delegacia de Barracão	Centro de reintegração Social de Barracão (CRESB)	4	21/06/12
10ª SDP	Segundo Distrito de Pol.de Londrina	Centro de Reintegração Social de Londrina (CRESLON)	332	23/07/12
RMC	Centro de Triagem II	Casa de Custódia de Piraquara	1.430	01/10/12
TOTAL			2.275	

- Gestão de Pessoal - iniciada com o propósito de dotar o Sistema Penitenciário de pessoal qualificado e capacitado para o desempenho de suas funções. Para tanto, foi realizado processo seletivo para a indicação de Diretores de Unidades Prisionais, cujo principal requisito exigido do participante foi o de pertencer ao quadro dos servidores efetivos do DEPEN há pelo menos cinco anos, democratizando-se o acesso a esses postos e valorizando-se todas as categorias de servidores. A ampliação do quadro de pessoal, com os encaminhamentos dos processos de nomeação para pessoal foi de: 24 profissionais administrativos para a Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste; 79 profissionais administrativos para SEJU e DEPEN; 100 profissionais da área de saúde para os Estabelecimentos Penais e autorização para a realização de concurso público para 423 Agentes Penitenciários. Também, foi autorizada a realização do Processo de Seleção Simplificada (PSS) para as contratações de 546 agentes penitenciários; 200 agentes de monitoramento e 1.235 agentes de cadeia pública. Foram realizados treinamentos e qualificação dos 444 Agentes Penitenciários na área de Intervenção Tática na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, curso PRISION SWAT com instrutores da SWAT de Dallas-EUA, curso de Técnicas de Segurança Penitenciária e curso de formação para os PSS (Agentes Penitenciários e Agentes de Monitoramento).
- Termos de Cooperação firmados: a) SEPL, SETI e Instituições de Ensino Superior para ações nas áreas de direitos humanos, educação, saúde, meio ambiente, sustentabilidade, ciência e tecnologia para promover a socialização e profissionalização dos detentos e egressos do Sistema Penal; b) TJ, SESP, SEDS, MP, Procuradoria, OAB, Defensoria, CONPEN, DEPEN – regulamentação de seções eleitorais especiais nas Unidades Penais do Sistema Penitenciário - DEPEN, nas regiões de Araucária, São José dos Pinhais e Piraquara; c) Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Barracão (APAC).
- Convênios com o Governo Federal - com contrapartida do Governo do Estado do Paraná, encontram-se em fase de execução no valor de R$ 4,8 milhões, os seguintes convênios: a) Pintando a Cidadania - produção de materiais esportivos por pessoas inseridas em comunidades reconhecidamente carentes; b) Papo Legal – conscientizar as famílias da RMC, sobre prevenção, efeitos e consequências do envolvimento com consumo e tráfico de drogas; c) aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde no Sistema Prisional do Estado do Paraná; d) aparelhamento de um Centro de Referência para atenção a Saúde Materno Infantil no Sistema Penal do Estado do Paraná; e) Implantar Serviço de Educação e Responsabilização para Autores de Violência Doméstica; f) criação e implantação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Paraná (NET–PR); g) aditivo - Programa de Proteção as Vitimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), com repasse de recurso para Associação para a Vida e Solidadriedade por meio de convênio; h) reestruturar a Escola de Educação em Direitos Humanos, chamamento público com repasse para Associação para a Vida e

Solidadriedade por meio de convênio; i) SDH/PR- PPCAAM e j) implantar e aparelhar quatro Núcleos de Penas e Medidas Alternativas.

- Patronato Penitenciário – responsável pelo trabalho de assistência ao egresso do Sistema Penitenciário, tem por finalidade atender egressos beneficiados com a progressão para o regime aberto, liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos, liberdade vigiada, prestação de serviços à comunidade e os com suspensão condicional da pena (sursis), por determinação da Vara de Execuções Penais, dos Juízes das Varas Criminais e Justiça Federal, com penas restritivas de direito. Esta ação é desenvolvida nos Patronatos Estaduais de Curitiba e Londrina e mediante a parceria com Instituições de Ensino Superior, prefeituras e Instituições Privadas. Em 2012, foram realizados 71.621 atendimentos nas áreas psicossociais, jurídicos e encaminhamento ao mercado de trabalho. Em 2011/2012 foram firmadas parcerias com 20 diferentes instituições de diversos municípios, totalizando recursos da ordem de R$ 1,6 milhão.
- Conselho Penitenciário do Estado do Paraná (COPEN) - órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, foram realizadas: 172 sessões plenárias; 47 sessões de livramento condicional; 624 processos de indulto; 1550 processos de comutação de pena e 97 deliberações nos processos provenientes dos Conselhos da Comunidade das Comarcas do Paraná.
- Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH) - tem por objetivo precípuo a formação – quando se trata de novos servidores – e a capacitação de servidores penitenciários de todas as categorias, por meio de palestras, grupos de estudos, seminários, cursos de curta ou longa duração. Realizados 75 cursos, distribuídos em 102 turmas, e atendimentos a 1.529 servidores, sendo: 63,4% Agentes Penitenciários; 19,5% todos os servidores; 9,0% Agentes Profissionais; 6,3% Agentes de Execução e 1,8% Diretores.
- Qualificação Profissional de Apenados - ofertados, até outubro, 228 cursos, com 5.349 inscritos e um total de 3.954 concluintes.
- Parcerias Firmadas - com 21 diferentes instituições, para a realização de cursos de iniciação profissional – EaD, de qualificação, execução de atendimento psicológico; e demais programas e projetos.

21.2 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC)

Os trabalhos desenvolvidos pelo DEDIHC contemplam ações voltadas para: os direitos dos idosos, das mulheres, das pessoas com deficiência, de vitimas de discriminação racial, da população em situação de rua, da população LGBT, da política sobre drogas, proteção a crianças, adolescentes e testemunhas ameaçadas de morte, entre outras temáticas.

A execução destas políticas exigiu a definição de mecanismos de ação integrada e o trabalho conjunto com órgãos dos governos estadual e federal e organizações não governamentais,

com vistas a institucionalizar o Comitê para Elaboração do Plano Estadual LGBT, o Pacto de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Estadual de Refugiados e Migrantes.

Foi possível também regularizar e ampliar o Centro de Referência e Atendimento a Mulher em Situação de Violência, dar início a estruturação de um Centro de Referência para o Idoso e implementar o espaço destinado ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua, como espaços estratégicos de acolhimento, apoio e implementação de serviços de atendimento a vitimas de violação de direitos.

Principais ações realizadas:

- Defesa dos Direitos Humanos: a) instituído o Comitê Estadual para os Refugiados e Migrantes no Estado do Paraná (CERM) – Decreto n° 4.289/2012; b) Instituído o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), Decreto n° 6.185/2012; c) participação social do Conselho Permanente de Direitos Humanos (COPED), na afirmação dos Direitos Humanos mediante o encaminhamento de 96 denúncias de violação, das quais 19 foram arquivadas e 77 encontram-se em andamento; d) visita de integrantes do COPED a delegacia de furtos e roubos de veículos de Curitiba, para análise da super lotação carcerária e ambiente insalubre dos internos; e) participação no Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça; f) formulação, coordenação, articulação e acompanhamento de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial no âmbito estadual; g) implementação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e de Catadores de Materiais Recicláveis, tendo sido realizados 36 atendimentos de denúncias de violação de direitos humanos e pedidos de orientações; h) coordenação e gestão do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), que atendeu 44 protegidos e suas famílias; bem como do Programa PROVITA, que atendeu 45 protegidos e suas famílias; i) instituído o Grupo de Trabalho com a finalidade de apoiar as atividades da Comissão Nacional da Verdade – SEJU, conforme Lei Federal n.º 12.528/2011; j) instituída a Comissão Estadual da Verdade do Paraná; k) participação e apoio em eventos voltados a defesa dos direitos humanos.
- Defesa dos Direitos da Mulher: a) elaboração do Plano Estadual de Política para as Mulheres; b) regularização do Conselho Estadual de Política para as Mulheres; c) elaboração do Projeto Integral Básico, para implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher; d) parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, para a execução de ações cooperadas e solidárias na implantação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; e) proposição da criação da Câmara Técnica do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher; f) mapeamento das Regiões do Estado para posterior construção de casas abrigo para mulheres vítimas de violência; g) definição de projeto para a construção de casas abrigo para mulheres vitimas de violência;

h) elaboração de projeto visando diagnosticar o perfil de mulheres em situação de violência no Estado; i) elaboração, junto com o Conselho Estadual da Mulher e com os demais Estados membros, do Plano de Política para as Mulheres do CODESUL; j) adesão ao Acordo de Cooperação Técnica para enfrentamento à violência contra a mulher, junto ao Tribunal de Justiça do Paraná; k) edição do Decreto n° 5.502/2012, alterando a destinação das vagas da Casa de Custódia de Curitiba para o encarceramento de homens autores de crimes contra a mulher; l) elaboração do Projeto Mulheres Encarceradas e Vítimas de Violência no Estado do Paraná; políticas para mulheres encarceradas: educação, profissionalização e saúde; m) parceria com o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, visando divulgar e potencializar os atendimentos psicossocial e jurídico realizados pelo Centro de Referência e Atendimento à Mulher Vítima de Violência (CRM); n) participação e apoio em eventos em defesa dos direitos da mulher; o) implementação do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência no Estado, contando com 1.412 usuárias cadastradas; p) realização de conferências temáticas, entrevistas para televisão, jornais e rádio acerca da violência doméstica, das reuniões da Rede Metropolitana de Atendimento à Mulher, e eventos organizados em parceria com a SESA, Prefeitura de Curitiba e outras entidades; q) trabalho junto ao Juizado de Violência contra a Mulher, mediante encontro semanal com o grupo de mulheres vítimas de violência doméstica a fim de estreitar o vínculo dessas mulheres com o Centro de Referência da Mulher; r) trabalho de grupo com as mulheres vítimas de violência doméstica feito pelo setor de psicologia; assinatura do Termo de Cooperação Técnica SEJU-SESA 002/2012 para desenvolvimento de atividades integradas voltados ao atendimento à mulher vítima de violência, composição de equipe multidisciplinar e cessão do espaço para funcionamento do CRAM. De janeiro a outubro, o CRM realizou 2.487 atendimentos, dentre eles acolhimentos, atendimentos telefônicos e psicossociais.

- Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência: a) instituído o Grupo de Trabalho (GT) Viver sem Limite no Paraná, para acompanhamento da execução das políticas públicas de atenção, proteção e promoção da pessoa com deficiência no Estado do Paraná, bem como acompanhamento do desenvolvimento e execução do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. Decreto n.º 4.483/2012; b) firmado Termo de Adesão ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limites – Decreto n.º 7.612/2011; c) realizada em agosto, a III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná, em atendimento à convocação dos Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência; d) elaborada minuta do Anteprojeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, primando por um amplo e democrático processo de discussão com a realização de Audiências Públicas em todas as Macro regiões do Estado, consulta pública e vídeo conferência; e) gestão do Programa Passe Livre,

transporte gratuito nas linhas comuns de ônibus intermunicipal, de pessoas com deficiência e de pessoas com patologias crônicas, comprovadamente carentes. Até outubro, foram recebidos 4.105 pedidos de Passe Livre e aprovados 2.443, além de 2.839 atendimentos telefônicos e presenciais.

- Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: a) implementação do Centro de Referência do Idoso; b) criação de dotação orçamentária para a implementação do Fundo Estadual do Idoso – Lei Estadual n.º 17.275/2012; c) participação e apoio em eventos voltados a defesa do direito dos idosos; d) coordenação e gestão do Disque Idoso Paraná, que de janeiro a outubro atendeu 1.500 denúncias, dentre agressão verbal e física, abuso financeiro, negligência, abandono e cárcere privado.
- Políticas de Igualdade Racial: a) organização e realização do Encontro dos Gestores - Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR); b) participação de videoconferência nacional para a implantação do Programa Nacional de Promoção da Igualdade Racial; c) gestão e acompanhamento de legislação para a criação do Conselho Estadual da Igualdade Racial; d) organização e realização do Seminário – As Políticas de Igualdade Racial do Estado do Paraná; e) participação no grupo de trabalho sobre quilombolas, do Secretário Especial de Relações com a Comunidade; assim como no Grupo de discussão do Programa Brasil Quilombola, coordenado pela SEPPIR.
- Políticas LGBT – a) elaboração do Plano Estadual de Políticas para LGBT e encaminhamento de anteprojeto de Lei para criação do Conselho Estadual LGBT; b) participação da coordenação do Fórum Nacional de Gestores LGBT (Região Sul); c) encaminhamentos para a criação do Comitê de Combate à Violência; d) apoio e divulgação do projeto de lei de iniciativa popular que cria o Estatuto da Diversidade Sexual no Paraná.
- Políticas sobre Drogas: a) instituição do modelo de gestão de Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas (APADs), nos termos da Lei Estadual n.º 17.139/2012; b) elaboração e aprovação do APADs, ação conjunta CONED e Comitê Intersecretarial de Saúde Mental do Paraná – CISMEP (SESA, SEJU, SEED e Vice Governadoria); c) estímulo à criação e estruturação de Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas; d) estruturação e fortalecimento do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (CONESD) e dos 28 Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas; e) debates públicos: Política sobre Drogas no Estado do Paraná, em Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba; f) reedição da apostila – capacitação para Multiplicadores de Ações de Prevenção às Drogas Difusão dos Projetos em municípios polos; g) Projeto Piloto no município de Pinhão – Dialogando em Rede: Como Implementar uma Política Pública sobre Drogas; h) diagnóstico social e mapeamento do território de ocupação das Unidades Paraná Seguro; i) Projetos: Serviço de Atenção ao Usuário e Abusadores de álcool, crack e outras drogas nas unidades do Sistema Penal do Paraná; Cidadania e Segurança - Plano de

Trabalho para prevenção, atenção e reinserção social de usuários e abusadores de álcool, crack e outras drogas junto ao Fórum Descentralizado da Cidade Industrial de Curitiba; j) desenvolvimento de ações com as usuárias do CRM sobre os impactos do uso e abuso de álcool, crack e outras drogas; k) participação no CISMEP.

21.3 Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR)

Tem como objetivo principal atender o consumidor por meio das seguintes formas de atuação: desenvolvimento de ações pró-ativas, com foco na informação e educação do consumidor; fornecimento de orientações que possibilitem que o próprio consumidor seja capaz de resolver seus problemas de consumo; defesa dos direitos dos consumidores lesados nas relações de consumo com a abertura de processos administrativos de reclamação, bem como a propositura de ações judiciais visando a defesa dos interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos.

No ano de 2012, o órgão realizou as seguintes ações:

- Registros de Atendimento

ATENDIMENTO PESSOAL	
Orientações Fornecidas	19.405
Processos Administrativos registrados	16.580
Atendimento de Outros Serviços	1.424
TOTAL	37.409

ATENDIMENTO POR TELEFONE E INTERNET	
Orientações Fornecidas	41.125
E-mails respondidos	30.704
TOTAL	71.829

RESUMO DOS REGISTROS DE ATENDIMENTO	
Orientações Fornecidas	91.234
Processos registrados	16.580
Outros serviços prestados	1.424
TOTAL	109.238

- Central Rápida de Resolução - em funcionamento desde dezembro/2010, em parceria entre o PROCON/PR e, atualmente, seis grandes grupos de empresas: Grupo Itaú (41 empresas), Grupo OI (03 empresas), Grupo Bradesco (13 empresas), Grupo Santander (14 empresas), Grupo BMG (02 empresas), Grupo Banco do Brasil (02 empresas) e duas grandes empresas, COPEL e NET Paraná Comunicações. Juntas representam 77 empresas atendendo diretamente o consumidor nas dependências do órgão, com o compromisso de resolver os problemas dos consumidores em, no máximo, cinco dias após o atendimento agendado. O resultado deste projeto é que, das 7.014 reclamações, 87,64% foram resolvidas e apenas 12,36% continuaram em andamento para a realização de audiências.

- Audiências realizadas.

RESUMO DA FINALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS	
Acordo	3.484
Sem Acordo	3.401
Outros (encerrados, prazos, etc)	2.407
TOTAL	9.292

- Processos Administrativos arquivados com decisão definitiva.

RESUMO POR CATEGORIA DE ARQUIVAMENTO		
Autos de Infração	12	0,08%
Resolvidos	4.112	27,82%
Não Resolvidos	676	4,57%
Encerrados	4.682	31,67%
Atendidos em Negociação	5.302	35,86
TOTAL	14.784	100%

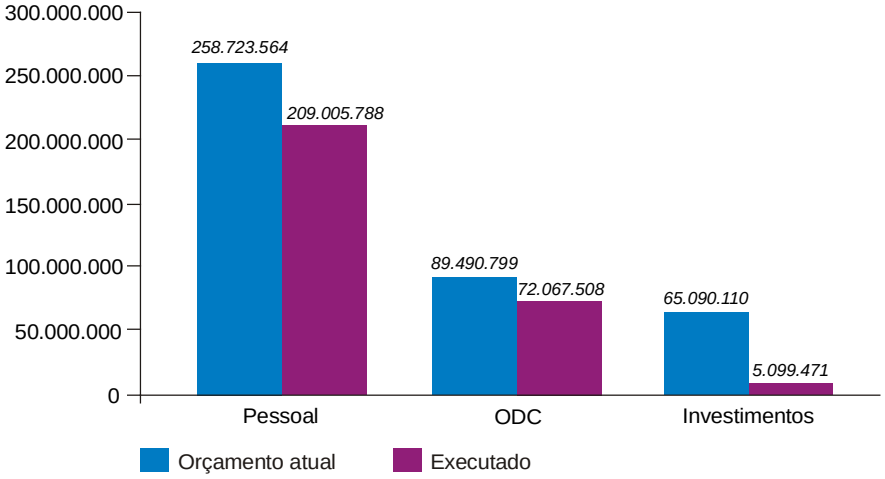
- Multas - 608 emitidas no valor de R$ 15,9 milhões; 87 recebidas no valor de R$ 1,4 milhão; e 528 inscritas em dívida ativa no valor de R$ 9,0 milhões.
- Outras atividades realizadas: a) a Divisão Jurídica emitiu 3.391 documentos, entre pareceres jurídicos e técnicos, decisões administrativas e despachos; concluiu a análise de admissibilidade de 4.178 processos de reclamação que passaram a constar no Cadastro de Defesa do Consumidor e seguem para a fase de aplicação de sanção administrativa de multa, tendo sido ajuizadas duas Ações Civis Públicas contra empresas que desrespeitaram a legislação consumerista; b) distribuição de 26.180 exemplares de publicações (folderes, cartilhas, códigos, etc) informativas/educativas à população em geral e também aos PROCONS municipais; c) produção de vídeo educativo sobre o Código de Defesa do Consumidor, com recursos do FECON, destinado aos jovens consumidores a ser distribuído nas escolas da rede pública do Estado, do ensino fundamental, e aos PROCONs municipais, além de disponibilizá-lo no site do órgão e nas redes sociais; d) realização de duas pesquisas de preços, produtos de páscoa e de material escolar: foram visitados 21 estabelecimentos e levantados os preços de 425 itens; e) realizados, em conjunto com a Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), do Ministério da Justiça, três ciclos do Curso Virtual, para Jovem Consumidor, com 694 consumidores inscritos, sendo selecionados 663 alunos, distribuídos em 101 municípios; f) promoção de evento em praça pública, orientando e informando a população de Curitiba sobre os direitos do consumidor e distribuindo material educativo, em comemoração ao Dia do Consumidor; g) enviado mensalmente o Boletim PROCON pela internet a 2.201 assinantes, com o objetivo de informar a população sobre os seus direitos como consumidores, tendo 801 seguidores no twitter e 670 no facebook; h) realizados cinco treinamentos aos servidores de PROCONs municipais e do PROCON Estadual participaram 12 PROCONs municipais; i) oferecidos três ciclos de cursos de educação à distância aos técnicos do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

21.4 Demonstrativos de Execução Orçamentária 2012

- Comparativo entre o orçamento previsto e o realizado (até 23/11/2012).

ESPÉCIE	ORÇAMENTO	(%)	EXECUTADO	(%)
Pessoal	223.723.564	59%	209.719.167	73%
ODC	89.490.799	22%	73.542.393	25%
Investimentos	65.090.110	17%	5.177.086	2%
TOTAL	378.304.473	100%	288.438.646	100%

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2012
POR ESPÉCIE - SEJU

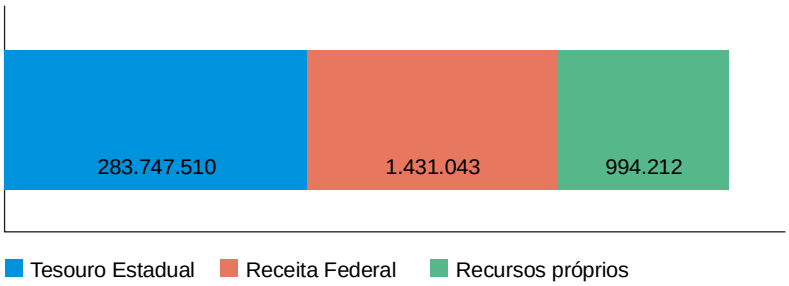


FONTE: QDD 23/11/12

- Comparativo entre o orçamento previsto e o realizado em 2012 (até 23/11/2012).

FONTE	ORÇAMENTO	(%)	EXECUTADO	(%)
Tesouro Estadual	330.347.244	83	285.770.282	99
Recursos Federais	44.229.950	14	1.431.043	1
Recursos Próprios	3.727.279	1	1.237.384	0
TOTAL	378.304.473	100	288.438.710	100

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2012
POR FONTE DE RECURSO



FONTE: QDD 23/11/12

22

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

22 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)

Tem como finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária – fundiária, controle da erosão, gestão de resíduos sólidos e de saneamento ambiental.

Em 2012, executou a coordenação da proposição e elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos relacionados à sua atuação específica, contribuindo para a definição e implementação da política ambiental do Estado.

Suas ações e de suas entidades vinculadas, Instituto das Águas do Paraná (ÁGUASPARANA), Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto de Terras e Cartografias e Geociências (ITC), estão detalhadas a seguir.

22.1 Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná

As ações se dão a partir de demandas e recomendações do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, criado pelo Decreto n.º 2.547/2004, composto por representantes do governo e da sociedade, com a finalidade de construir e implementar a Agenda 21 no Paraná.

Em 2012, participaram 70 instituições, das quais 27 governamentais, 34 não governamentais, nove instituições de ensino superior, além de 26 participantes ativos (cidadãos que não representam nenhuma instituição juridicamente constituída).

Constitui-se em uma ferramenta de planejamento e desenvolve suas atividades baseada nos princípios da precaução, participação com envolvimento e responsabilidade compartilhada, num processo continuado. Fundamenta-se em 10 temas norteadores, indicados pela sociedade paranaense a partir de consultas regionais, em um processo amplo, participativo e democrático de troca de ideias e experiências. Os temas norteadores são: Agricultura Sustentável/Agroecologia; Segurança Alimentar e Nutricional; Gestão Social e Terceiro Setor; Biodiversidade; Gestão dos Recursos Hídricos; Diversidade Espacial e Integração Regional; Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida; Produção Científica e Tecnológica; Padrões de Produção e Consumo; e Educação.

O Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná reúne-se a cada dois meses, com calendário definido na primeira reunião do ano. O Plano de Ações 2011/2014 aprovado está baseado em quatro eixos: fortalecimento do Fórum, resgate das ações realizadas pelos diversos setores, interiorização das ações e ações gerais. Os membros do Fórum não são remunerados, prestando relevante serviço à sociedade paranaense e ao Estado.

Principais atividades realizadas pelo Comitê Paranaense para a RIO+20:

- a) 06 reuniões presenciais dos integrantes do Comitê; 11 reuniões regionais do Comitê, envolvendo 793 pessoas que resultou em 135 propostas; reuniões por segmentos de representação no Comitê: comunidade acadêmica; trabalhadores; setor empresarial; ONGs; movimentos sociais; povos e comunidades tradicionais; povos indígenas e

juventude. b) Consulta Pública Virtual: diálogo no qual todos puderam contribuir diretamente com o debate, uma vez que pode ser respondida de forma individual (por qualquer cidadão), coletiva (por movimentos, fóruns, associações, conselhos, agremiações, etc.), institucional (por ONGs, empresas, sindicatos, federações, etc.) e também por órgãos públicos e instituições governamentais (secretarias, autarquias, prefeituras, etc.), tendo recebido 39 contribuições.

- Atividades na RIO+20 - as atividades do Comitê, mais especificamente na Cúpula dos Povos: atividades autogestionadas em tendas preestabelecidas pela Comissão Organizadora da Cúpula dos Povos; exposição e distribuição de materiais em estande alugado, em local estabelecido pela Comissão.
- Demais Atividades - 03 reuniões ordinárias e 02 extraordinárias do Fórum; reuniões dos 10 Grupos de Trabalho Temáticos (GTT) e da Coordenação Temática; elaboração de Carta Compromisso da Agenda 21 nas eleições 2012 para os candidatos às prefeituras e às câmaras municipais.
- Atividades em andamento - a) GT Boas Práticas: tem por finalidade elaborar critérios para reconhecimento de ações que visam o desenvolvimento sustentável; b) Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) relativos a cada tema norteador da Agenda 21 Paraná; c) Agenda 21 Local – identificando processos: atividade continuada de identificação de processos nos municípios do Paraná, bem como de incentivo à implantação de processos novos.

22.2 Coordenadoria de Educação Ambiental e Jardim Botânico

- Elaborado Plano de trabalho com detalhamento dos conteúdos programáticos e emendas, objetivando a capacitação em educação ambiental em microbacias para a qualidade de água e solo no entorno dos lagos das hidroelétricas administrada pela COPEL, para os anos de 2013 a 2015. Serão multiplicadores da Educação Ambiental nas regiões atendidas. Em fase de entendimento do termo de cooperação com as instituições envolvidas (SEMA, SEED, SANEPAR e SEAB). Publico: Técnicos das instituições envolvidas e professores. Fonte de Recursos: COPEL.
- Programa Parque Escola - firmado convênio com a SEED, IAP e Instituto Federal do Paraná; elaborado conteúdo e metodologia para treinamento de monitores e professores da rede de ensino estadual; realizado Encontro de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação do Paraná – Palotina; orientações e acompanhamento do Programa Parque Escola junto aos NRE e regionais do IAP; elaborado conteúdo programático do Curso de Educação Ambiental com ênfase nas Unidades de Conservação na modalidade EAD para 2013 (IFPR), cuja meta é capacitar 2.000 professores.
- Participação na Comissão Temporária Especial - Educação Ambiental (Portaria CEE/PR n.º 02/2012) do Conselho Estadual e o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público do Paraná (CAOPMA) para a preparação do Seminário Cenários Metropolitanos.

- Acompanhamento das obras e ações do Jardim Botânico de Londrina.
- Elaboração do material para educação ambiental em resíduos sólidos, mudanças climáticas e outros.
- Elaboração dos projetos de Educação Ambiental para o VERÃO PARANÁ, junto ao IAP e ao Instituto das Águas.

22.3 Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA)

Criado em 1984, o CEMA é um órgão de caráter colegiado, consultivo, normativo e deliberativo, subordinado à SEMA, responsável, dentre outras, pela formulação da Política Estadual do Meio Ambiente, de planos e programas governamentais e participação na elaboração, junto aos poderes públicos, de atos legislativos e regulamentares concernentes ao meio ambiente e aos recursos naturais.

Atividades realizadas:

- Reuniões - 03 ordinárias; 08 de Câmaras Temáticas; 10 de Grupos de Trabalho instituídos juntos as Câmaras Temáticas; 04 do Comitê Estadual de ONGs Ambientalistas do Paraná.
- Encaminhamento do processo de Cadastramento de ONGs Ambientalistas junto ao CEMA, bem como do processo eleitoral das Entidades Ambientalistas para escolha dos representantes das ONGs.
- Elaboração de Relatório Técnico sobre o processo de invasão e degradação ambiental na Serra da Esperança.

22.4 Coordenadoria de Mudanças Climáticas

Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

- Revisão dos componentes de Mudanças Climáticas para o Programa Bioclima.
- Reuniões: a) com a Defesa Civil para a elaboração de cartilhas educativas para a prevenção em situações de emergência; b) com agricultores rurais para apresentação do Projeto Estradas com Araucárias, em Irati; c) para definição final da cartilha para elaboração de inventário para os municípios; d) com equipe técnica para elaboração do Edital para a realização do Inventário Estadual dos Gases de Efeito Estufa (GEE); e) com Secretários Municipais de Araucária sobre implantação do Projeto Estradas com Araucárias em parceria com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); f) do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, em Brasília; g) com Empresa Francesa – Ária do Brasil, sobre Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar; h) com Coordenadoria de Educação Ambiental para desenvolver conteúdos de Mudanças Climáticas para programas de capacitação em parceria com a COPEL; i) reunião (dentre outras seis) na SMMA sobre Pegada de Carbono na Copa 2014; j) com a Embrapa sobre Emissões Antrópicas e Agropecuário: inventário, programas de mitigação, tecnologias sustentáveis, medidas de redução e outros; k) sobre conteúdo do curso sobre

inventário de fontes fixa e móvel em São Paulo; Técnica de Nivelamento Construção de Indicadores Ambientais e Desenvolvimento Sustentável; entre outras. Houve ainda, a participação com o Projeto Estradas com Araucária, no Congresso de Indústrias Químicas; e avaliação do Projeto de recomposição de Reserva Legal de pequenos produtores rurais em Paranavaí, entre outros.

- Revisão da cartilha do Projeto Estradas com Araucárias (de maio a agosto).
- Participação do Seminário de Eficiência Energética.
- Lançamento do Programa Bioclima.
- Publicação da Lei n.º 17.133/2012, referente a Mudanças Climáticas do Estado do Paraná.

22.5 Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos

- Elaboração da minuta da Política Estadual de Resíduos Sólidos e da minuta da Política Estadual de Saneamento e Meio Ambiente.
- Apoio para implantação do Comitê de Integração do Rio Paranapanema, em parceria com Governo do Estado de São Paulo e com a Agência Nacional de Águas. Este é o nono Comitê de Bacia Hidrográfica em Rio de Domínio da União. O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos assumiu a Presidência Interina do Comitê e a Secretaria Executiva com o Estado de São Paulo. A Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema é composta por 247 municípios em uma área de 105.921 Km^2 e integra os Comitês das Bacias Hidrográficas dos: Rio Tibagi, Rio Pirapó, rios Cinzas, Itararé, Paranapanema I, II e III.
- Revisão e Publicação do Plano de Controle de Poluição Veicular – em desenvolvimento os estudos técnicos que subsidiarão a implantação do PCPV.
- Participação na Coordenação, em parceria com a SEDU, do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paranaense.
- Apoio à elaboração do Termo de Convênio para Plano Estadual de Resíduos gerados na Indústria; e apoio no desenvolvimento do Programa Bioclima.
- Coordenação da Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas (ANA), do Programa Nacional de Qualidade das Águas (PNQA).
- Participação, como apoio técnico à Coordenadoria de Resíduos Sólidos, na elaboração do Plano Estadual de Regionalização em Resíduos Sólidos; do Termo de Referência para a construção do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e na implementação do Sistema de Informações em Resíduos Sólidos.
- Coordenadoria da Câmara Temática de Qualidade Ambiental do Conselho Estadual de Meio Ambiente.
- Apoio a regulamentação da Lei Estadual de Pagamento de Serviços Ambientais no componente Recursos Hídricos.
- Realização da reunião com os Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná.
- Concepção dos Cadernos Informativos sobre os Recursos Hídricos do Paraná.

22.6 Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas (CBIO)

Na sua missão de coordenar, propor e elaborar políticas, normas e estratégias, programas e projetos relacionados à gestão da biodiversidade e dos recursos florestais, contribui para a definição e implementação da política ambiental do Estado, teve como principais realizações:

- Coordenação da elaboração e lançamento do Programa Bioclima Paraná (Decreto n.º 4.381/2012), que dispõe sobre a criação do Programa Bioclima de conservação e recuperação da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado do Paraná.
- Coordenação da elaboração da que instituiu o Pagamento por Serviços Ambientais no Estado do Paraná, em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade (Lei n.º 17.134/2012), integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como disposições sobre o Biocrédito.
- Organização do evento de constituição do Comitê Assessor para Biodiversidade junto ao Secretariado da Convenção da Diversidade Biológica (SCDB).
- Produção de material de divulgação e instrução sobre o Programa Bioclima Paraná para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental e Exposição sobre o Programa.
- Montagem de estande do Programa Bioclima Paraná na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO+20, no Rio de Janeiro, em junho.
- Memorando de Entendimento entre o Governo do Paraná e o Secretariado da Convenção da Diversidade Biológica (SCDB - ONU) com objetivo de apoio mútuo para ações que visem a implementação da Convenção da Diversidade Biológica prevendo a compensação das emissões de carbono do escritório da SCDB e funcionários que ali atuam.
- Representação do Governador na Conferência da ONU para Biodiversidade na Índia, onde foi lançada a publicação e entregue o relatório da parceria Paraná e SCDB passou a integrar os documentos oficiais da Conferência COP – 11.
- Coordenação do Grupo de trabalho do nrg4SD para Biodiversidade das regiões do Hemisfério Sul (mundial).
- Termos de Cooperação Técnica – Programa Bioclima: a) SEMA/IAP/ITC/TNC, apoio técnico, proposição de PSA, protocolo de monitoramento, apoiar projetos pilotos de PSA e participação de cooperação junto ao Programa Bioclima Paraná; b) SEMA/IAP/ITC/ ÁGUASPARANÁ/Fundação Grupo O Boticário, execução dos Projetos de Pesquisa e capacitação técnica e Educação Ambiental; c) SEMA/IAP/ITC/FAEP/SENAR, apoio para estabelecimento da difusão junto aos produtores rurais no Paraná com ênfase na regularização das propriedades rurais aptas a receber PSA e execução de atividades de capacitação e Educação Ambiental; d) SEMA/IAP/Prefeitura de Curitiba, apoio na Conservação da Biodiversidade, Recuperação ambiental (arborização urbana), monitoramento da biodiversidade (flora e fauna) e demais ações do Projeto BIOCIDADE da PMC; e) Termo de Parceria em conjunto com IAP com 175 municípios para operação de Viveiros no Estado do Paraná, visando o atendimento do Projeto Bioclima - totalizando uma capacidade de produção de 15 milhões de mudas/ano; f) SEMA/Serviço

Florestal Brasileiro com interveniência da SEAB, para realização do Inventário Estadual de Florestas Nativas, participação de cooperação junto ao Programa Bioclima Paraná; g) SEMA-IAP/Ambiental Florestas S/A participação de cooperação junto ao Programa Bioclima Paraná; h) SEMA/SISTEMA FIEP participação de cooperação junto ao Programa Bioclima Paraná; i) SEMA/IAP e Cooperativas de Produtores Rurais no Paraná participação de cooperação junto ao Programa Bioclima Paraná; j) SEMA/IAP e COPEL visando participação de cooperação junto ao Programa Bioclima Paraná com ênfase a utilização de imagens de satélites; k) SEMA/IAP e MMA para implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Estado do Paraná (minuta em andamento no MMA para assinatura oficial); m) Contrato de Estudo junto ao Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), para estudo do Mecanismo Financeiro para Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) visando regulamentar a Lei n.º 17.134/2012.

22.7 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral do Paraná (COLIT)

Tem como principal atribuição, o assessoramento, à administração estadual, no desenvolvimento do litoral paranaense, assim como no cumprimento dos princípios legais referentes ao parcelamento, uso e ocupação do solo, à prevenção e controle da poluição, à gestão dos recursos naturais, à proteção das áreas e locais declarados de interesse e proteção especial, do patrimônio histórico, paisagístico, arqueológico ou pré-histórico e outros de interesse regional, definidos no Decreto Estadual n.º 828/2007.

Principais realizações e ações:

- Recebimento e instrução de 78 processos; recebimento de 27 e expedição de 28 ofícios; elaboração de 33 informações técnicas.
- Articulação com municípios para cronograma de revisão dos PDDIs: a) Antonina - realização de duas reuniões técnicas; b) Guaratuba - realização de cinco reuniões técnicas – GT para revisão do Plano Diretor Efetivado; c) Matinhos - realização de três reuniões técnicas GT no município para revisão do Plano Diretor Efetivado); d) Morretes - realização de uma reunião técnica; e) Pontal do Paraná - realização de cinco reuniões técnicas.
- Realização de duas reuniões ordinárias e uma extraordinária (conjunta com a SETU) do Conselho Pleno para apreciação do andamento da revisão dos PDDIs dos municípios de Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná.
- Apresentação das diretrizes para o plano estratégico de desenvolvimento territorial sustentável para o litoral, Decreto n.º 2.647/2011 reuniões com a SEDU, SEPL e SEIL para continuidade do projeto.
- Apresentações em seminários e eventos técnicos sobre o COLIT e ações de desenvolvimento sustentável para o litoral – seis apresentações no ano.
- Coordenação da Comissão Decreto n.º 2.722/84 – realização de 10 reuniões.
- Revisão da Coletânea de Legislação Litoral do Paraná Versão 2012 - realização de cinco reuniões técnicas para coleta de informações e pesquisa mensal atualizando informações.

- Conselho Gestor da APA Guaratuba – GT Floresta e GT Palmito - participação em cinco reuniões ordinárias e três reuniões técnicas do GT Palmito, além de três visitas técnicas aos municípios da APA Guaratuba.
- Conselho Gestor da Ilha do Mel - participação em uma reunião.
- Zoneamento Ecológico Econômico do Estado – Fase Litoral - participação em 15 reuniões técnicas e realização do Curso de Capacitação Técnica.

22.8 Coordenadoria de Planejamento e Projetos

- Projeto Modernização do Licenciamento, Outorga, Fiscalização e Monitoramento Ambientais.

ATIVIDADE	VALOR (R$)	EXECUTOR
Termo de Referência em Elaboração:		
Estudos de Reengenharia dos Processos de Licenciamento, Outorga e Fiscalização Ambientais	950.000	IAP
Estudos para a Reestruturação dos Sistemas de Informações	3.900.000	AGUASPR
Estudos para a Descentralização Compartilhada do Licenciamento e Fiscalização	1.000.000	IAP
Estudos de dimensionamento da rede de monitoramento da qualidade do ar	100.000	IAP
Concepção do Sistema de fiscalização das emissões atmosféricas de fontes móveis	500.000	IAP
Concepção e implementação de Capacitação/Treinamento da Polícia Ambiental	1.070.000	Polícia Ambiental
Estudos para implantação de Balcão Único	1.000.000	IAP
Concepção de metodologia e implementação da Consolidação da Legislação Ambiental	290.000	SEMA
Aquisição: difratômetro de RX e estufas; periféricos e componentes, serviços de manutenção corretiva e preventiva e serviços de calibração; equipamentos para modernizar e estruturar os laboratórios de Londrina e Toledo	1.000.000	IAP
Aquisição de 03 analisadores de material particulado; 21 decibilimetros digitais; e estações de monitoramento da qualidade do ar	7.025.000	IAP
Apoio à implantação do Projeto: Concepção e implantação de oficinas de trabalho e produção dos relatórios correspondentes, em ações de apoio geral à implantação do Projeto de Modernização do Licenciamento Ambiental	200.000	SEMA
Aquisição de computadores (servidores, desktops, laptops e tablets) e softwares para os Sistemas de Informações (IAP/AGUASPR)	800.000	IAP
Aquisição de veículos, computadores, aparelhos de GPS, máquinas fotográficas, equipamentos de proteção individual e outros, para apoiar a Descentralização Compartilhada do Licenciamento/Fiscalização	1.000.000	IAP
Execução de estrutura física de suporte para as Estações de Monitoramento da Qualidade do Ar	50.000	IAP
Aquisição de utilidades (alimentação de energia, comunicações e sistemas periféricos locais) para as Estações de Monitoramento da Qualidade do Ar	100.000	IAP
Implantação das estruturas físicas e de equipamentos para os Balcões Únicos - Executor: IAP	3.415.000	
Em Licitação:		
Aquisição de veículos: 03 camionetes (Lote 1); 06 veículos tipo caminhonete, diesel, tração 4x4 (Lote 2); 20 camionetes cabine diesel, tração 4x4 (Lote 3); 02 veículos de passeio, 1.6, 5 passageiros, ar cond, dir. hid, trio elétrico (Lote 4)	3.042.000	SEMA / IAP / AGUASPR
Aquisição de equipamentos: Lote 1. Aquisição de 60 estações Pluvio-fluviométricas Telemétricas; Lote 2. Aquisição de 17 sondas multi-paramétricas para monitoramento (nível, qualidade da água e sedimento) (SEMA)	3.230.000	SEMA
Aquisição de 20 barcos equipados com motor 45 HP	320.000	IAP
Aquisição de 21 GPS, 15 notebooks, 22 máquinas fotográficas, Computador (laptop, desktop, tablet) e smartphone	78.000	IAP
TOTAL	29.070.000	

- Projeto Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres no Paraná.

ATIVIDADE	VALOR (R$)	EXECUTOR
Termo de Referência em Elaboração:		
Adequação de bases temáticas (pedologia, geologia, geomorfologia, Áreas de Preservação Permanente, socioeconomia e habitações precárias), para o ZEE, sob a ótica da gestão de riscos	1.100.000	SEMA
Avaliação da acurácia temática de bases cartográficas, por levantamento aéreo expedito – LAE	200.000	SEMA
Projeto Radar	200.000	SEMA
Instalação, Manutenção e Operação do Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta Hidrometereológico	6.108.000	SEMA
Aquisição do Sistema de Radar Meteorológico para a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e Litoral. Concorrência envolve a quantidade de radares apontada pelo estudo estratégico, a fabricação, instalação e operação dos mesmos. Envolve também a infraestrutura necessária para a sustentação dos radares, tais como torres metálicas	6.380.000	SEMA
Aquisição das estações hidrometeorológicas e dos sistemas de transmissão e recepção de dados (15 estações meteorológicas (SIMEPAR), e 40 estações hidrológicas RMC	1.570.000	SEMA
Aquisição de hardware para processamento e tratamento de dados hidrometeorológicos	62.000	SEMA
Aquisição de veículos para a instalação, operação e manutenção das estações da Rede Hidrometeorológica existente e adensada (02 para o SIMEPAR e 06 para AGUASPARANÁ)	755.000	SEMA
Aquisição do mobiliário da Sala de Monitoramento de Riscos de Desastres	20.000	SEMA
Aquisição dos equipamentos para Sala de Monitoramento de Riscos de Desastres (hardware, painel e gerenciador de imagens e dos monitores)	354.000	SEMA
Aquisição e implementação do sistema de comunicação de dados da Sala de Monitoramento de Riscos de Desastres	135.000	SEMA
Aquisição de equipamentos para gerenciamento de mapeamentos - 02 Estações de Trabalho (MINEROPAR)	6.000	SEMA
Aquisição de equipamentos para gerenciamento de mapeamentos de riscos de desastres- Software para geoprocessamento (MINEROPAR) -	26.000	SEMA
Elaboração de Mapas de macro zoneamento de riscos naturais e antrópicos no Paraná	1.000.000	SEMA
Elaboração de Mapas de riscos de detalhe – Litoral e Serra do Mar	400.000	SEMA
Elaboração de Mapas de riscos de detalhe – RMC e Primeiro Planalto	1.200.000	SEMA
Elaboração de Mapas de riscos de detalhe – Segundo e Terceiro Planaltos	800.000	SEMA
Aquisição do ambiente computacional de alto desempenho	1.100.000	SEMA
Aquisição dos componentes e montagem de Veículo Aéreo não-Tripulado - VAnT	200.000	SEMA
Aquisição de imagens de satélite - período 2008/10	300.000	SEMA
Inventário Florestas Nativas - Sec. Agricultura	1.400.000	SEMA
Em Licitação:		
Atualização da cartografia para Monitorar o Uso e Cobertura da terra. Ano base: 2005/2006,	300.000	SEPL
Aquisição de duas camionetes	168.000	SEMA
TOTAL	29.284.000	

- Outros Projetos - a) concepção do Termo de Referência para o Plano Estratégico de Desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná; b) concepção de Projeto de Investimentos para Gestão de Riscos e Desastres envolvendo Produtos Químicos Perigosos; c) concepção de alternativas para a Modernização Estrutural do Sistema SEMA.

22.9 Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

Entidade autárquica responsável pela garantia da manutenção da biodiversidade e pela gestão ambiental do Estado do Paraná.

Sua estrutura organizacional compreende: Diretoria de Controle de Recursos Ambientais (DIRAM); Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP); Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais (DEPAM); Diretoria de Desenvolvimento Florestal (DIDEF); Diretoria Administrativa e Financeira (DIAFI) e Procuradoria Jurídica do IAP (PROJU).

Ações executadas.

22.9.1 Diretoria de Controle de Recursos Ambientais (DIRAM)

Tem por finalidade organizar, coordenar, executar o controle das atividades relativas à observação da legislação aplicável à proteção e à preservação do meio ambiente, bem como à concessão de licenciamentos ambientais no Estado do Paraná.

- Execução das incursões (fiscalização/licenciamento e monitoramento ambiental) nas 10 regiões administrativas do Estado do Paraná, num total de 304 incursões.

22.9.2 Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP)

Tem por finalidade organizar e manter o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, preservando a diversidade e a integridade do patrimônio genético e, por meio de convênio, participar da administração de Unidades de Conservação de domínio dos municípios ou da União, bem como incentivar e assistir as prefeituras municipais no tocante à implantação de bosques, parques, arborização urbana e repovoamento de lagos e rios.

Principais realizações:

- Estruturação, conservação, preservação de 67 Unidades de Conservação no Estado do Paraná, que teve como incremento orçamentário e financeiro o superávit apurado no Balanço Patrimonial do IAP, no valor de R$ 10,7 milhões, e o excesso de arrecadação de recursos oriundo de Medida Compensatória da Usina de Mauá, no valor de R$ 9,6 milhões.
- Contratação de serviços técnicos especializados para recuperação do Parque do Monge na Lapa - R$ 105,3 mil.
- Contratação de serviços técnicos para recuperação do Parque Estadual de Vila Velha em Ponta Grossa - R$ 134,8 mil.
- Impressão de 1.000 livretos Fauna do Paraná em Extinção - R$ 11,6 mil.
- Contratação de obras para reforma das edificações no Parque Estadual do Marumbi, em Morretes - R$ 703,2 mil.
- Contratação de serviços para obras de revitalização no Parque Estadual do Monge, na Lapa - R$ 1,1 milhão.
- Contratação de serviço de transporte de alunos para o Projeto Parque Escola: em Parque Estadual Rio Guarani (R$ 17,0 mil); Parques Estaduais de São Camilo e Cabeça do Cachorro (R$ 53,9 mil); Parque Estadual do Guartelá, em Tibagi (R$ 10,8 mil); Parque

Estadual Mata dos Godoy, em Londrina (R$ 17,0 mil); das Escolas de Piraquara até a Floresta Metropolitana (R$ 13,6 mil).

- Reparos e melhorias no Parque Estadual do Lago Azul localizado em Campo Mourão - R$ 288,6 mil.
- Reforma no Parque Estadual Rio da Onça, em Matinhos - R$ 22,2 mil.
- Contrato de patrocínio prata com a Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, referente a participação no VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC) - R$ 90,0 mil.
- Convênio com o ITC para viabilizar o repasse de R$ 337,0 mil.
- Ações de comunicação com serviços de divulgação sobre as Unidades de Conservação do Estado do Paraná pela SECS - R$ 92,6 mil.
- Criação, planejamento e implantação do Parque Natural Municipal Vista Alegre, em Curitiba - R$ 2,0 milhões.
- Convênio com a Prefeitura de Curitiba para atualização da Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas de Extinção do Estado do Paraná, editada em 1995 - R$ 150,0 mil.
- Revisão e elaboração do Plano de Manejo para a Estação Ecológica e da Unidade de Conservação da Ilha do Mel, em Paranaguá - R$ 151,2 mil.
- Contratação de empresa para administrar o Terminal de Embarque em Pontal do Paraná - R$ 47,8 mil.
- Contrato com a Associação dos Barqueiros das Baías do Litoral Norte do Estado do Paraná para a cobrança de ingresso de visitação a Ilha do Mel - R$ 30,0 mil.
- Reparos no trapiche da praia de Brasília na Ilha do Mel - R$ 113,8 mil.
- Contratação de serviços para reparos no telhado da praça de alimentação do escritório da Ilha do Mel - R$ 77,0 mil.

22.9.3 Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais (DEPAM)

Tem por finalidade manter os laboratórios ambientais convenientemente capacitados e aparelhados para estabelecer os padrões, métodos e técnicas, bem como executar análises ambientais e realizar investigações de interesse à proteção da qualidade ambiental, podendo proceder o credenciamento de laboratórios e instituir auto monitoramento.

Dentre as atividades, destacam-se:

- Realização de ensaios laboratoriais em amostras ambientais, aquisições de reagentes/vidrarias foram realizados com recursos do FEMA.
- Manutenção de nove estações de Monitoramento da Qualidade do Ar situadas nas localidades de na Região Metropolitana de Curitiba.

22.9.4 Diretoria de Desenvolvimento Florestal (DIDEF)

Tem por finalidade propor, executar e acompanhar planos e programas de desenvolvimento florestal, estimulando o florestamento e o reflorestamento para fins econômicos e conservacionistas; propor, estruturar e implementar instrumentos de gestão da política florestal voltados para a renovação, manutenção e ampliação da base florestal para fins produtivos.

Principais atividades realizadas:

- Desenvolvimento das ações com execução nos 21 Viveiros Florestais do IAP, por meio do plantio de mudas para o programa Mata Ciliar, distribuídos nas 10 regiões administrativas do Estado do Paraná, realizado com recursos do FEMA.

22.9.5 Procuradoria Jurídica (PROJU)

Responsável por representar o IAP, em juízo ou fora dele, por delegação de poderes do Diretor-Presidente, bem como o assessoramento em todos os atos que se relacionem com matéria jurídico-administrativa e a promoção da inscrição dos créditos do IAP em dívida ativa e sua cobrança judicial.

Realizadas as seguintes atividades:

- 6.780 processos judiciais; 4.297 execuções fiscais; 744 Pareceres Administrativos e 201 Informações Administrativas.

22.9.6 Diretoria Administrativa e Financeira (DIAFI)

Destacam-se as seguintes atividades:

- Gestão das ações do programa Verão Paraná 2012/2013 - R$ 700,0 mil.
- Convênio com a Ambiental Paraná Florestas visando a consolidação de projeto de corredores da biodiversidade no Estado do Paraná - R$ 378,2 mil.
- Participação de dois funcionários na VII Conferência de Centrais Hidrelétricas em São Paulo; participação de quatro servidores do IAP no curso de capacitação e formação de pregoeiros em Curitiba - R$ 7,5 mil.
- Recursos Orçamentários e Financeiros – 2012

ORÇAMENTO 2012	RECEITA PRÓPRIA/TESOURO + OUTRAS FONTES	TOTAL R$ 1,00
ORÇAMENTO INICIAL	80.841.170	80.841.170
Pessoal	54.913.280	54.913.280
Custeio	19.977.890	19.977.890
Capital	5.950.000	5.950.000
ORÇAMENTO ATUAL = LIBERADO	102.417.137	102.417.137
SALDO RECURSOS A PROGRAMAR = RAP	2.478.654	2.478.654
DESPESA EMPENHADA	71.969.148	71.969.148
SALDO PROGRAMADO (liberado – despesa empenhada)	30.447.989	30.447.989
ARRECADAÇÃO PRÓPRIA até out/12		22.910.629

22.9.7 Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)

Vinculado a SEMA e administrado pelo IAP, foi instituído pela Lei n.º 12.945/2000 e regulamentado pelo Decreto n.º 3.240/2000, tem por finalidade concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente.

Os recursos orçamentários e financeiros previstos na Lei Orçamentária Anual e a efetiva capacidade da receita pelo FEMA estão condicionados para a execução do 8° Plano de Aplicação aprovado em maio, com as seguintes metas:

N.º	META	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
0801	Despesas Correntes da SEMA e seus programas de Governo	Realização de seminários, simpósios tais como: II Encontro Internacional de Curitiba Planejamento Urbano; participação no Encontro Ambiental Integrada e Sustentabilidade e execução dos diversos serviços voltados as ações das políticas ambientais.	22.595,70
0802	Educação Ambiental	Aquisição de material para o Projeto Artetude Cultura Esporte e Cidadania em União da Vitória; repasse mediante convênio com a Instituição Lar Batista Esperança (LBE), visando adaptar espaço físico para a realização de atividades educativo ambientais.	23.332,00
0804	Infraestrutura	Realizados serviços técnicos para sondagem SPT c/laudo técnico para a construção do ERJAC, com 857,55 m², no valor licitado e empenhado de R$ 971,4 mil; elaboração do relatório técnico referente ao projeto de estrutura metálica e alteração do projeto elétrico/telefônico e hidráulico do Jardim Botânico de Londrina; execução dos serviços para reforço estrutural da laje no ERMAG; aquisição de 20 lavadoras de alta pressão p/viveiros de produção de mudas florestais do IAP;aquisição de 1 motobomba trifásica para viveiro florestal da Agrovila do IAP em Irati; aditivo ao contrato para construção do Barracão no Viveiro Florestal de Santana em Paulo Frontim; aquisição de 1 central telefônica com 15 ramais analógicos e 1 ramal digital para o ERCIA.	1.111.025,50
0806	Gestão da Qualidade do Ar	Manter 08 estações de monitoramento da qualidade do ar da RMC, divulgar informações sistemáticas sobre a qualidade do ar, por meio da contratação de serviços especializados para calibração externa e manutenção corretiva de equipamentos laboratoriais do IAP; elaboração de inventário de fontes industriais de poluentes atmosféricos e plano de ampliação de monitoramento da Qualidade do Ar através da formalização de contrato para prestação de serviços. Meta de responsabilidade da DEPAM.	62.291,79
0807	Recuperação de Áreas Degradadas	Promover a contenção de enchentes e erosões, limpeza e drenagem de cursos d´água, bem como impedir a ocupação desordenada de áreas criticas mediante a implantação de infraestrutura de proteção e preservação de áreas, por meio da celebração de convênios com os governos municipais. Foram realizados as seguintes ações: a) Convênio com a Prefeitura Municipal de Cascavel para a execução do projeto de recuperação de áreas degradadas em Fundo de Vale com a implantação do Parque Linear do Morumbi com 40.082 m², no valor de R$ 700,0 mil; b) Termo de Convênio para recuperação de áreas degradadas em Fundo de Vale no município de Pranchita.	127.188,77
0808	Policia Ambiental	Execução integrada da fiscalização preventiva e corretiva envolvendo o IAP e o Batalhão de Policia Ambiental, sobre quaisquer atividades, potencial ou efetivamente poluidoras, degradadoras ou modificadoras. Despesas com diárias, combustíveis e manutenção da frota de veículos. Meta de responsabilidade da DIRAM. Realizadas 304 incursões na fiscalização e monitoramento ambiental.	248.849,72

N.º	META	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
0809	PASEP e despesas bancárias	Despesas com recolhimento obrigatório de encargo do PASEP e pagamento de tarifas bancárias pela autenticação de guias e boletos de arrecadação de multas ambientais.	17.500,00
0810	Monitoramento da Qualidade da Água	Despesas com a manutenção do programa de monitoramento da qualidade da água para conhecer a situação real de degradação da qualidade das águas para definir medidas de controle e manejo visando a recuperação das águas. Atividade de responsabilidade da DEPAM.	17.850,60
0811	Bioclima/Mata Ciliar	Incentivar o isolamento e o plantio de espécies arbóreas ao longo de cursos d'água com a finalidade da proteção dos recursos hídricos, bem como a integração dos corredores da biodiversidade, por meio da produção de mudas, aquisição de sementes, mudas, insumos e a manutenção de estufas e dos 21 viveiros de produção de mudas florestais. Meta de responsabilidade da DIDEF. Produzidas um total de 5.853 mil mudas no período.	388.908,85

N.º	META	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
0812	Despesas Correntes do IAP	Suporte administrativo a manutenção das ações em execução pelo IAP, prevendo gastos com diárias, combustíveis, manutenção da frota de veículos, aquisição de materiais diversos, prestação de serviços envolvendo a sede, os escritórios regionais e almoxarifado.	1.043.893,21
0813	Programa de Reversão de Passivo Ambiental	Suporte técnico para procedimentos de licenciamento ambiental nas atividades minerárias, aterros sanitários e postos de combustíveis através de contrato firmado com a MINEROPAR.	487.200,00
0817	Laboratórios de Curitiba, Londrina e Toledo	Despesas com a manutenção e atualização de análises ambientais de Curitiba, Londrina e Toledo, garantindo a confiabilidade e credibilidade dos resultados analíticos que apoiam e sustentam as decisões no âmbito do licenciamento e da fiscalização ambiental, assim como o monitoramento da qualidade ambiental. Meta de responsabilidade da DEPAM. Realizados 23.644 ensaios no período.	104.285,00

N.º	META	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
0818	Determinação de valores de referência para metais pesados em solos do Estado do Paraná	Atender a Resolução CONAMA 420/2009 com a elaboração de Relatório Técnico e da Normativa Ambiental do Estado, contendo definições de valores orientadores de metais pesados nos diferentes tipos de solos no Estado, nos moldes da publicação da CETESB (2005). Serão efetuadas amostragens de campo e o trabalho será realizado em conjunto com a UFPR. Com a UFPR/FUNPAR iniciou-se o processo para repasse dos recursos pelo procedimento de serviços contratuais.	1.485.950,00

Em 2012, o FEMA, apresentou os seguintes dispêndios - Recursos Orçamentários e Financeiros (R$ 1,00).

ORÇAMENTO 2012	RECEITA PRÓPRIA/ TESOURO + OUTRAS FONTES	TOTAL
ORÇAMENTO INICIAL	6.017.000	6.017.000
Pessoal	0	0
Custeio	3.897.000	3.897.000
Capital	2.120.000	2.120.000
ORÇAMENTO ATUAL = LIBERADO	8.148.100	8.148.100
SALDO RECURSOS A PROGRAMAR = RAP	1.838.480	1.838.480
DESPESA EMPENHADA	5.840.871	5.840.871
SALDO PROGRAMADO (liberado – despesa empenhada)	2.307.229	2.307.229
ARRECADAÇÃO PROPRIA até out./12		6.349.004

22.10 Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC)

Autarquia estadual, vinculada à SEMA, é o órgão executor das políticas agrárias, fundiárias, cartográficas e geodésia, no Estado do Paraná.

Atividades realizadas.

22.10.1 Regularização Fundiária

Nas ações de Regularização Fundiária, a prioridade de atendimento, são os agricultores familiares – pequenos e médios – e comunidades tradicionais, que estão em situação dominial e possessória irregular e, consequentemente, sem acesso às políticas públicas de desenvolvimento agrário.

O resultado das ações realizadas culminou com a destinação da terra aos seus legítimos detentores mediante a outorga de Títulos de Domínio.

O ITC, após o levantamento ocupacional e medições georreferenciadas, com a elaboração de plantas e memoriais descritivos, expediu os títulos abaixo relacionados:

RELAÇÃO DE TÍTULOS EXPEDIDOS EM 2012		
LOCALIDADE	MUNICÍPIO	N° DE TÍTULOS
Barra do Florestal	Itaperuçu	12
Bolo Grande/Posse dos Pintos	Itaperuçu	25
Caçador	Itaperuçu	37
São Domingos/Rancharia	Itaperuçu	68
São Domingos	Itaperuçu	10
Cachoeira-Perimetro I	Piraí do Sul	3
Cachoeira-Perimetro II	Piraí do Sul	14
Cachoeira-Perimetro III	Piraí do Sul	15
Cachoeira-Perimetro IV	Piraí do Sul	3
Cachoeira-Perimetro V	Piraí do Sul	1
Cachoeira-Perimetro VI	Piraí do Sul	1
Espigão Alto	Jaguariaíva	68
Lavras	Tibagi	24
Alto Florestal e Vuturuvu	Rio Branco do Sul	21
Alto Florestal e Encantilado	Rio Branco do Sul	22
Barro Branco I - Florestal	Rio Branco do Sul	63
Conceição 1.ª parte	Tibagi	1
Conceição 3.ª parte	Tibagi	1
Faxinal dos Lucianos	Tibagi	1
Chapadão	Jaguariaíva	1
Núcleo Itaperuçu	Morretes	5
Núcleo Salto	Imbaú	1
Cerro Negro	Campo Magro	1
Cerro Negro/Potreirinho	Campo Magro	1
Postinho	Tijucas do Sul	2
Lavras	Rio Branco do Sul	60
Ribeirão das Pedras	Tunas do Paraná - Adrianópolis	21
São Domingos/Três Irmãos	Itaperuçu	21
Lote I , Gl. 2 Jacaranda	Paranaguá	850
Total Títulos		1.353
Área Total Aproximada		5.150 ha

Em parceria com o INCRA, foram concluídas na Faixa de Fronteira a regularização/ ratificação de aproximadamente 400 imóveis.

O Instituto instruiu e concluiu o processo que possibilitou o registro no patrimônio do Estado do Paraná, do imóvel situado às margens do Rio Iguassú - junto ao Saltos de Santa Maria, em Foz do Iguaçu, correspondendo a área de 1.085,32 ha (Parque Nacional do Iguaçu).

Cabe registrar, também, que foram iniciados os trabalhos de Regularização Fundiária, por meio de Ações de Usucapião, previstos no Programa denominado PRÓ-RURAL – Renda e Cidadania no Campo, no Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná – O NOVO PARANÁ. O ITC finalizou a etapa do levantamento ocupacional e está concluindo os trabalhos de georreferenciamento, emissão de mapas e memoriais descritivos dos imóveis que estão sendo regularizados, numa área aproximada de 10.000 ha com 1.090 beneficiários, nos seguintes municípios:

MUNICÍPIO	NÚMERO PREVISTO DE TÍTULOS/ REGULARIZAÇÕES DE IMÓVEIS
Foz do Jordão	158
Cantagalo	254
Turvo	287
Campina do Simão	153
Santa Maria do Oeste	238

As ações de usucapião dos imóveis estão sendo ajuizadas pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, que está atuando junto com o ITC neste projeto. Foi iniciado, também, o levantamento ocupacional nos municípios de Ivaí e Ipiranga.

Projeto Cadastro Gráfico Digital - Região Faixa de Fronteira Oeste, Noroeste e Sudoeste do Paraná.

PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE
Mapas imóveis rurais /digitalização	1.380
Mapas imóveis rurais/desenhos cartográficos	374

ITEM	CAMADA	N° IMÓVEIS	GLEBAS	Nº LOTES	ÁREA (ha)
1	1° Andar - Sentido norte Rio Iguaçu e Sudoeste	179	-		2.724.017
2	3° Andar - Sentido norte do Rio Iguaçu	-	47	10.000	294.000
	2° Andar	-	20	1.277	86.423
TOTAL		179	67	11.277	3.104.440

22.10.2 Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)

O Programa teve continuidade, estabelecendo como área geográfica de atuação para 2012 a Região Litorânea, para conclusão do relatório e as demais regiões do Estado para elaboração do pré-diagnóstico.

Ações executadas:

- Manutenção da Comissão Executora do ZEE, formada por técnicos indicados pelas instituições membro da Comissão Coordenadora e de outras instituições que aderiram ao programa: SEMA, SEPL, SEAB, SEIM, SEDU, ITCG, IAP, ÁGUASPARANÁ, SEIL, IPARDES, EMATER, IAPAR, MINEROPAR, EMBRAPA, SIMEPAR, SETU, COPEL, SANEPAR, SFB, com a inclusão de representantes da PGE e da Defesa Civil.
- Capacitação de 20 técnicos no Sistema Terra Paraná para implantação do sistema de monitoramento ambiental do uso e ocupação da terra.
- Conclusão do relatório técnico e respectivos mapas padronizados do ZEE-PR Fase Litoral para publicação eletrônica.

22.10.3 Cartografia

- Retomada do convênio entre SEMA, ITC, SEPL e IBGE para desenvolvimento do Projeto Nomes Geográficos do Paraná, com publicação dos dados levantados no Banco de Nomes Geográficos do Brasil e levantamento de campo em 14 folhas da carta 1:50.000 para certificação dos nomes, correspondendo a 12 municípios nas regiões de Irati e São Mateus do Sul.
- Continuidade ao convênio com a UEM para digitalização do acervo fundiário – 03 mapotecas contendo 1.360 mapas.
- Digitalização de fotos aéreas e mapas de acervo fundiário, não contemplados pelo convênio com a UEM, num total de 6.150 digitalizações.
- Especificação técnica e acompanhamento da contratação do georreferenciamento e vetorização de imóveis e glebas do cadastro gráfico de imóveis rurais da faixa de fronteira, convênio INCRA.

22.10.4 Geodésia e Reordenamento Territorial

- Convênio IAP/ITC – Unidades de Conservação - execução dos trabalhos de medições georreferenciadas do perímetro de 55 Unidades de Conservação (UCs) estaduais e dos imóveis que a compõe, elaboração de cadastro ocupacional e dominial das UCs estaduais e apoio na criação de novas UCs e na ampliação de áreas existentes:

IMÓVEL	MUNICÍPIO	TRABALHOS DE CAMPO	Nº DE LOTES	PROCESSAMENTO DOS MARCOS	PLANTA GERAL
EE Ilha do Mel	Paranaguá	concluído 2012	01	concluído	em andamento
PE Ilha do Mel	Paranaguá	concluído 2012	01	concluído	em andamento
PE Ibicatu	Centenário do Sul	em andamento	04	em andamento	em andamento
Vilandra	Quatro Barras	concluído 2012	03	concluído	concluído
PE Prof. José Wachowicz	Araucária	concluído 2012	01	concluído	concluído
PE Penhasco Verde	São Jerônimo da Serra	concluído 2012	01	concluído	em andamento
PE da Laurácea	Adrianópolis e Tunas do Paraná	concluído 2012	01	em andamento	em andamento
PE do Caxambú	Castro	concluído 2012	01	em andamento	em andamento

- Atendimento à SEJU - Levantamento Planialtimétrico: Penitenciária Industrial de Cascavel (PIC); Cadeia Pública de Foz do Iguaçu; Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF); Cadeia Pública Masculina de Londrina (CPML); Casa de Custódia de Londrina (CCL); Penitenciária Estadual de Maringá (PEM); Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP); Penitenciária Estadual de Piraquara II (PEP II); Penitenciária Feminina do Paraná (PFP); Penitenciária Estadual de Piraquara – Portão 1; Penitenciária Estadual de Piraquara – Sede Colonia; Penitenciária Estadual de Piraquara – Mário Faraco; Penitenciária Estadual de Piraquara – Barracões; Penitenciária Estadual de Piraquara –

Olaria; Penitenciária Estadual de Piraquara (APACs); Penitenciária Estadual de Piraquara – Sider Sul; Penitenciária Estadual de Piraquara – Vacaria; Penitenciária Estadual de Ponta Grossa (PEPG).

- Capacitação de nove técnicos do ITC e parceiros no Sistema de Gestão Territorial (SGT) em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário visando a melhoria no desenvolvimento do trabalho e a formação da base fundiária do Estado.

22.11 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ)

Órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), tendo por finalidade oferecer, em sua esfera de competências, suporte institucional e técnica a efetivação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR), instituída pela Lei n.º 12.726/1999, observando seus fundamentos, objetivos e diretrizes gerais de ação.

No exercício de suas funções compete como entidade a regulação e fiscalização do serviço de saneamento básico, integrado pelos serviços público de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais e demais determinações legais.

Atividades realizadas.

22.11.1 Programa Paraná Sustentável

- Gestão de Água e Solo Rural em Microbacias - AGUASPARANÁ - BIRD - tem por finalidade de abastecer comunidades rurais do Estado, mediante convênios com os municípios. Os Sistemas de Captação e Abastecimento de Água Padrão são implantados em quatro fases: 1ª) perfuração de poços; 2ª) instalação de equipamento de bombeamento, 3ª) instalação de adutoras e 4ª) instalação dos reservatórios. Executada a 1ª fase em 65 municípios, de diferentes mesorregiões, conforme quadro a seguir:

MESORREGIÃO	N° DE MUNICÍPIOS	VALOR EMPENHADO (R$)
Norte Central	5	631.522,00
Oeste	8	2.054.887,00
Norte Pioneiro	1	149.555,00
Centro Ocidental	6	1.876.188,00
Centro Sul	3	537.698,50
Noroeste	5	670.281,00
Sudoeste	37	5.023.210,00
TOTAL	65	10.943.341,50

- Gestão de Água e Solo Rural em Microbacias - AGUASPARANÁ – BIRD - tem por finalidade a execução de obras de drenagem para controle de erosão e cheias, conforme detalhadas a seguir:

AÇÃO/MESORREGIÃO	QUANT. (m²)	VALOR EMPENHADO (R$)
Drenagem para controle de erosão/Noroeste	17.000	1.088.000,00
Recuperação de Orla Marítima de Matinhos/ Metropolitana de Curitiba	6.500	908.200,00
Executar obras de controle de cheias/Metropolitana de Curitiba	1.000	84.978,16
TOTAL	24.500	2.081.178,16

- Aterros Sanitários - implantação de aterro sanitário em Guaratuba, com realização de 73% dos 21.593,5 m² previstos. O aterro sanitário de Paranaguá, com 49.700 m² aguarda a licença ambiental para o início das obras.

22.11.2 Outras Atividades Relevantes

- Fabricação de tubos de concreto - Unidade Industrial de Cruzeiro do Oeste - os tubos de concretos para obras de drenagem e controle de erosão fabricados pela Unidade Industrial de Cruzeiro do Oeste, destinam-se ao atendimento de obras de saneamento ambiental, com matéria-prima fornecida pelas prefeituras, para que estas executem suas obras – mediante Termo de Cooperação Técnica. Produção: 35.280 metros lineares de tubos.
- Fabricação de tubos de concreto em parceria com 28 municípios, que forneceram a matéria-prima para a fabricação de 51.111 metros lineares de tubos, na Unidade Industrial de Cruzeiro do Oeste. Recursos: R$ 2,7 milhões.
- Convênio SEJU/SEMA-AGUASPARANÁ - parceria de prestação de serviços de fabricação de tubos, para o atendimento de apenados em regime semi-aberto, nas fábricas de Arapongas, Paranavaí e Cruzeiro do Oeste.
- Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHRPR) - realização de uma reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, na qual deu-se posse aos Conselheiros e constou da pauta a aprovação de composição do Comitê da Bacia Litorânea; aprovação de proposta de instituição do Comitê das Bacias do Rio Piquiri e Paraná 2; aprovação de proposta de instituição do Comitê dos Afluentes do Baixo Iguaçu; aprovação de proposta de instituição do Comitê da Bacia do Alto Ivaí; aprovação de solicitação encaminhada pelo Comitê da Bacia do Rio Jordão de adequação das Resoluções n.º 49 e n.º 69 CERH/PR; aprovação de Resolução que institui a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Comunicação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos; aprovação de minuta de Decreto que dispõe sobre a pauta tipificada de infrações e penalidades de que trata o art. 50 da Lei Estadual n.º 12.726/1999; discussão e deliberação da prestação de contas da aplicação dos recursos do FRHI/PR referente ao ano de 2011; relato do andamento da gestão de recursos hídricos no Estado do Paraná; relatos da Câmara Técnica de Acompanhamento das Ações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; e atualização do site do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR).

- Reuniões de Câmaras Técnicas do CERH/PR - Câmara Técnica de acompanhamento das ações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTCNRH); e Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais (CTIL). Instalação de Comitês de Bacia Hidrográfica: Comitê da Bacia Litorânea, com a posse de seus membros.
- Comitê Federal da Bacia do Rio Paranapanema - participação de reuniões conjuntas São Paulo e Paraná com a finalidade de propor a gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, envolvendo os órgãos gestores dos recursos hídricos e os seis Comitês de Bacias Hidrográficas dos dois Estados.
- Outorga de Direito de Uso da Água - 1.383 dispensas; 1.400 anuências prévias e 1.541 outorgas de direito de uso; 14 estudos hidrológicos; monitoramento na Bacia do Alto Iguaçu com 365 coletas em 20 estações; 622 Estações Hidrométricas monitoradas.
- Acordo de Cooperação com a ANA para operação e manutenção das estações; atendimento em 109 estações fluviométricas; 93 estações pluviométricas e 51 estações sedimentométricas.
- Projeto Destino de Embalagens Vazias de Agrotóxicos - convênio com INPEV e UFPR – certificados 77 pontos de recebimento de embalagens vazias; criadas 17 associações de revendedores de agrotóxico; realizados sete treinamentos, com 203 participantes para atuar nos postos ou centrais de recebimento ou coleta itinerante de embalagens; recolhidas 4.334.615 kg de embalagens.
- Programa de Recolhimento e Destino dos Produtos BHC e Obsoletos - contratada a empresa para recolhimento dos produtos auto declarados que no contesto de volume foi com o aditivo feito recolhido 831 toneladas de BHC e obsoletos, em 1.800 propriedades.
- Projeto ICMS Ecológico - (Lei Complementar n.º 59/91) - instrumento de gestão ambiental, operacionalizado pelo Instituto das Águas do Paraná em conjunto com o IAP, desde 1991, que repassa 5% do ICMS, para compensar ambiental e financeiramente os municípios que abrigam em seu território, mananciais de abastecimento público de interesse de municípios vizinhos e unidades de conservação ambiental.
- Participação no processo de elaboração do Plano da Bacia do Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira, incluindo estudos sobre o enquadramento dos rios e a cobrança pelo uso da água. Coordenação do processo de elaboração dos Planos de Bacia do Rio Tibagi e Rio Jordão. Realização das atividades pertinentes à Secretaria Executiva dos Comitês de Bacia: do Pirapó e Paranapanema 3 e 4; Paraná 3; Tibagi; Jordão e Comitê Norte Pioneiro; Baixo Ivaí/Paraná1. Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e Afluentes do Alto Ribeira.
- Operação Verão 2011-2012 - limpeza de praias e coleta de lixo em oito municípios, com recolhimento aproximado de 23.300 toneladas de lixo. Convênio com o PROVOPAR para atividades do Projeto de Sensibilização Ambiental, visando o desenvolvimento de ações de educação ambiental nos municípios litorâneos.

23

Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral

LOA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

LEI Nº 17.012 DE 14/12/11

Exercício 2012

23 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL)

A SEPL desenvolveu ações com o objetivo de prestar assessoramento ao Governador do Estado na coordenação das ações governamentais, bem como a coordenação e a orientação técnica dos Grupos de Planejamento Setorial.

Por meio de suas unidades e de suas entidades vinculadas, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), foram desenvolvidas as ações detalhadas a seguir.

23.1 Coordenação de Modernização Institucional (CMI)

Responsável pela promoção do planejamento institucional por meio da realização de estudos relativos à criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de entidades da administração indireta e de órgãos e unidades administrativas no âmbito da administração estadual.

Atividades realizadas:

- Reestruturação - das Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; da Saúde; da Segurança Pública; do Planejamento e Coordenação Geral; da Agricultura e do Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e da Educação; do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR); do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR); e do ECOPARANÁ.
- Regulamentação - das Secretarias de Estado do Esporte; da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; do Trabalho, Emprego e Economia Solidária; da Família e Desenvolvimento Social; da Agência Paraná de Desenvolvimento (APD); da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR); do Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE); e da Lei das Organizações Sociais.
- Estudos para criação da entidade autárquica Paraná Edificações e do serviço social autônomo Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR).
- Estudos para transformação em empresas públicas – da Minerais do Paraná (MINEROPAR); do Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE); e da Rádio e Televisão Educativa (RTVE).
- Revisão dos quadros de cargos de provimento em comissão das Instituições de Ensino Superior e da Secretaria de Estado da Saúde.
- Estudo sobre a situação atual dos Fundos existentes no âmbito do Poder Executivo Estadual e sobre a extinção dos serviços sociais autônomos Paraná Tecnologia e Paraná Educação.
- Outros - participação em Conselhos.

23.2 Coordenação de Orçamento e Programação (COP)

Atividades desenvolvidas:

- Adaptação da Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual n.º 17.012, de 14 de dezembro de 2011), de acordo com alterações decorrentes das emendas aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado (emendas à despesa, emendas ao conteúdo programático, emendas ao texto de lei e emendas de cancelamento de despesas).
- Emissão dos Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD) de todos os Órgãos e Unidades da Administração Pública Estadual e dos Quadros de Detalhamento de Receita (QDR) das Unidades da Administração Indireta, após a introdução das alterações decorrentes das emendas aprovadas pelo Legislativo, dando início a execução orçamentária do exercício de 2012.
- Elaboração das Programações Orçamentário-Financeiras para o exercício de 2012.
- Elaboração do Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013.
- Participação na elaboração e apresentação dos Relatórios do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- Elaboração do Relatório de Execução Física do Orçamento de 2011 para encaminhamento ao Poder Legislativo.
- Elaboração do Manual Técnico do Orçamento de 2013, dentro da nova metodologia do Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária.
- Atualização e manutenção do módulo de Consultas Gerenciais Orçamentárias e Financeiras, objetivando a agilização na geração de informações necessárias a tomada de decisão.
- Elaboração da Proposta da Lei Orçamentária para o exercício de 2013 baseada nas Metas de Governo 2011-2014, alterando-se a forma de sua apresentação, bem como os ajustes necessários segundo as orientações normativas do Governo Federal.
- Desenvolvimento do processo de elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2013, envolvendo coleta de informações, elaboração do cenário de receita e despesa, estabelecimento e distribuição dos tetos orçamentários, introdução dos dados das propostas orçamentárias no sistema, análise e conferência, fechamento da proposta orçamentária e montagem do documento para encaminhamento à Assembleia Legislativa.
- Elaboração de controles sobre: a) os percentuais de autorizações de ajustamentos orçamentários concedidos ao Poder Executivo pela Lei n.º 17.012/2011 – Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012; b) as despesas mensais de Pessoal, custeados com recursos do tesouro; c) a Receita Corrente Líquida (RCL), Receitas Vinculadas para os Outros Poderes, para Ações e Serviços Públicos de Saúde, para Ensino Público e para Ciência e Tecnologia.
- Assistência técnica a todos os Órgãos da Administração Pública Estadual referente à elaboração, execução, acompanhamento e controle orçamentário.

- Alterações orçamentárias decorrentes das mudanças institucionais envolvendo diversos Órgãos e Unidades, tais como: a criação da Secretaria de Estado do Esporte (SEES), a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR) e o Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná (FUNESP).

23.3 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA)

No exercício de 2012, os trabalhos da Coordenação estiveram voltados à melhoria das metodologias, tecnologias e fluxos de informações estratégicas para o monitoramento e acompanhamento, bem como à gestão dos instrumentos de avaliação dos programas governamentais que integram o Plano Plurianual (PPA).

Ações realizadas:

- Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME) - a ferramenta destina-se à gestão efetiva dos Programas e Iniciativas de Governo, por meio de monitoramento quantitativo e qualitativo do PPA e da Lei Orçamentária Anual (LOA), de forma integrada com o sistema orçamentário e financeiro. Em 2012, em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), foram implantadas as funcionalidades para o monitoramento das Principais Ações e Obras da LOA e, o módulo de acompanhamento e avaliação dos Programas, Indicadores e Metas do PPA. Cabe destacar a formalização do SIGAME, por meio da edição da Resolução n.º 30, publicada em 04/12/2012.
- BI-PPA – *Business Intelligence*: a) desenvolvimento, pela CELEPAR, de camadas de informação estratégica a partir dos dados disponíveis no SIGAME; b) mapa temático – georreferenciamento das obras previstas e executadas no Estado no exercício.
- Acompanhamento das Ações e Obras da LOA 2012: a) incorporação das Principais Ações e Obras no SIGAME; b) detalhamento das Obras da LOA 2012, em atendimento à demanda da Coordenação de Controle Interno; c) acompanhamento piloto das Ações e Obras da LOA, até setembro, em conjunto com a Coordenação de Orçamento e Programação (COP) e em articulação com as Unidades do Sistema Estadual de Planejamento, no SIGAME; d) disponibilização do SIGAME às Unidades do Sistema Estadual de Planejamento para informação mensal da execução física das ações da LOA e para acompanhamento gerencial.
- Plano Plurianual (PPA 2008-2011) - acompanhamento do exercício de 2011, com a elaboração de pareceres, execução física e orçamentário-financeira.
- Gestão do Plano Plurianual (PPA) para o período 2012 a 2015: a) disponibilização do Plano Plurianual do Estado em meio físico e eletrônico a todos os órgãos do Estado; b) atualização da execução orçamentária e financeira e demais alterações da LOA ocorridas no exercício.

- Sala de Planejamento - acompanhamento do processo de implantação da Sala da SEPL visando a disponibilização de informações estratégicas para o Gabinete de Gestão e Informações (GGI), bem como a gestão dos Programas do PPA (em andamento).
- Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa - coordenação, elaboração, consolidação e revisão do documento, com base nos relatórios de atividades das diversas unidades, encaminhada à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa.
- Outras: a) emissão de Informações técnicas em processos referentes à celebração de convênios e instrumentos congêneres, acerca da compatibilidade com as Metas de Governo e PPA, nos termos do Decreto n° 6.191/2012; b) participação em grupos de trabalho, palestras e diversas reuniões; c) participação como representante da SEPL no Contrato de Gestão junto à Unidade de Gerenciamento dos Contratos de Gestão (UGCG); d) participação nas reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS); e) participação, na qualidade de representante da Secretaria na área de planejamento, monitoramento e avaliação, junto à Rede Nacional de Planejamento e Orçamento – ReNOP; f) participação, como representante da SEPL, no Comitê de Avaliação do Contrato de Gestão IAP/ECOPARANÁ.

23.4 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG)

No exercício de 2012, dentre as iniciativas, proposições e resultados mais relevantes, estão:

- Coordenação, elaboração e negociação de novos projetos especiais - focados na busca e na internalização de recursos nacionais e internacionais capazes de ajudar a materializar compromissos preconizados nas Metas de Governo 2011-2014, as intervenções da Coordenação resultaram nos seguintes projetos: a) quatro pleitos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO), Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Urbana - Família Paranaense, Programa Paraná Seguro e Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (PROFSM); b) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - BIRD; c) dois junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também denominado Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná – BNDES e o PROCOPA ARENAS; d) PROINVESTE junto ao Banco do Brasil.
- Coordenação, organização, padronização e adaptação dos projetos apresentados pelas diversas secretarias e órgãos estaduais, visando pleitear recursos referentes ao acordo judicial do rompimento do duto OLAPA.

- Participação nas discussões referentes ao projeto das Regiões de Desenvolvimento (REDES).
- Outros projetos em desenvolvimento – o entorno do Aquário de Paranaguá e a viabilização da sua operação; e o Plano de Desenvolvimento de Pontal do Paraná.
- Negociação dos novos projetos, execução de programas - Rede APL, Parcerias Público-Privadas e Desenvolvimento Regional.
- Apoio aos trabalhos de prospecção de novas empresas para o Estado, entre outras ações eventuais.

23.4.1 Projetos e Programas em desenvolvimento e em negociação

As novas operações de crédito que estão sendo pleiteadas pelo Paraná, incluídas no Programa de Ajuste Fiscal 2013-2014, buscam apoiar a execução de programas prioritários previstos no Plano de Governo. São elas:

- Banco Mundial - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná – contrato de empréstimo autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Sendo encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para autorização final de contratação da operação de crédito, com previsão de assinatura do contrato no início de 2013. Os recursos previstos, estão sendo aplicados de forma retroativa.
- Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - BNDES - contrato assinado junto ao BNDES; contudo, ainda não foi obtida a garantia da União para finalizar a operação. Os recursos têm previsão de serem totalmente aplicados em 2013 e 2014.
- PROCOPA ARENAS - BNDES - autorizado pela STN, encontra-se em processo de assinatura do contrato de financiamento entre o Estado e o BNDES. Aguarda-se também a assinatura do contrato entre o Fundo de Desenvolvimento Econômico e o Clube Atlético Paranaense S.A.(CAP) - Arena dos Paranaenses.
- PROINVESTE - Banco do Brasil - o contrato encontra-se em processo de aprovação junto à STN, com previsão de aplicação dos recursos no período entre 2013 e 2014.
- Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná - PROFISCO PR - BID – encontra-se em fase final de negociação técnica com o BID e aguarda-se a aprovação interna do banco. Prevista a assinatura do contrato de empréstimo e o início da aplicação dos recursos em 2013.
- Paraná Seguro - BID – encontra-se em fase final de negociação técnica com o BID e aguarda-se a aprovação interna do Banco. Prevista a assinatura do contrato de empréstimo e o inicio da aplicação dos recursos em 2013.
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III - PROSFM - BID - em fase de discussão técnica com o Banco.
- Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana - Família Paranaense - BID – em fase de discussão técnica com o Banco. Prevista a assinatura do contrato de empréstimo e o início da aplicação dos recursos em 2013.

QUADRO - RESUMO DOS PROJETOS CONTRATADOS E EM NEGOCIAÇÃO PELO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO/CONTRATO	ENTIDADE FINANCEIRA	VALOR (EM R$ 1,00)	EXECUTORES	OBJETIVO
PROFISCO	BID	21.250.000	SEFA	• Aperfeiçoar a gestão estratégica da Receita Estadual; • Fortalecer a cooperação interinstitucional nacional e internacional; • Aumentar a eficiência e eficácia da administração tributária com a adesão efetiva do Estado aos projetos nacionais e o desenvolvimento de projetos estratégicos da Receita Estadual; • Aumentar a eficiência e eficácia da administração financeira e patrimonial, visando a efetividade e qualidade do gasto público; • Aperfeiçoar os mecanismos de transparência administrativa e comunicação com a sociedade; • Utilizar de maneira eficaz os constantes avanços da tecnologia da informação para o aperfeiçoamento dos serviços internos e externos; • Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos privilegiando o planejamento das ações e o monitoramento da conduta ética.
FAMÍLIA PARANAENSE	BID	200.000.000	SEDS	Promover a melhoria das condições de vida e o protagonismo das famílias em situação de maior vulnerabilidade social do Paraná, através da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com as necessidades de cada família e das especificidades do território onde reside. Será focado em dois componentes: Fortalecimento Institucional em Nível Estadual e Municipal e Promoção da Infraestrutura Social e Urbana.
PARANÁ SEGURO	BID	224.000.000	SESP SEDS	Reduzir os níveis de violência e criminalidade em Curitiba, Região Metropolitana e nos municípios da tríplice fronteira paranaense. Os objetivos específicos são: (i) aumentar a efetividade das polícias civil e militar paranaense no controle e prevenção da criminalidade dentro da filosofia de desenvolvimento de uma polícia comunitária e profissional; (ii) reduzir a incidência delitiva dos jovens de 15 a 24 anos em condições de alta vulnerabilidade na área de influência do Programa, buscando soluções conjuntas para recuperar a vida em comunidade e despertar na comunidade a importância da organização preventiva a favor de uma cultura de paz; e (iii) reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei.
PARANÁ URBANO III	BID	280.000.000	SEDU PARANACIDADE	Ampliar a capacidade de financiamento de ações estratégicas de apoio aos municípios e satisfazer a demanda por serviços básicos e bens públicos cujos benefícios resultam na melhoria da qualidade de vida da população do Paraná, sem comprometer, no médio prazo e na continuidade, o endividamento do Estado.
PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ – SWAp	BIRD	1.428.229.554	SEED SESA SEMA SEAB SEPL SEFA SEAP	O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná tem como principal objetivo a modernização da gestão do setor público para melhorar a prestação de serviços e tornar o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano mais justo e ambientalmente sustentável no Estado do Paraná. O Projeto está estruturado com dois componentes: • No Componente 1, foram contemplados nove Programas com ações finalísticas das Secretarias Estaduais de Agricultura, Meio Ambiente, Saúde e Educação. Estes Programas estão organizados em quatro setores ou subcomponentes: Desenvolvimento Rural Sustentável, Gestão Ambiental e de Riscos de Desastres, Educação e Saúde; • No Componente 2 estão contempladas ações de apoio técnico e financeiro à implementação do Componente 1 e às atividades de modernização da gestão do setor público, envolvendo também as Secretarias de Fazenda, Planejamento, Administração e Previdência, Casa Militar (Defesa Civil) e Casa Civil (Controle Interno) . As ações, deste Componente estão reunidas no Setor Gestão do Setor Público e organizadas em oito subcomponentes: Qualidade Fiscal, Modernização Institucional, Gestão Mais Eficiente de Recursos Humanos, Apoio a Agricultura de Baixo Impacto Ambiental, Apoio a Modernização do Sistema de Gerenciamento Ambiental, Apoio a Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde.
PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOL-VIMENTO DO PARANÁ - BNDES	BNDES	157.787.000	SESP SEJU SEPL CELEPAR	Este projeto, é importante salientar, tem por finalidade apoiar o Governo do Estado do Paraná na modernização da gestão do setor público nas áreas de segurança, justiça e planejamento, de maneira a tornar mais igual o acesso às oportunidades econômicas e de crescimento humano no Paraná. Faz parte do Plano de Governo que busca uma abordagem integrada para promover desenvolvimento e qualidade de vida, com especial atenção para áreas com menor desempenho econômico e social. O Plano de Aplicação contempla propostas a serem implementadas divididas em três componentes principais: • Segurança Pública e Defesa do Meio Ambiente: que será implementado pela Secretaria da Segurança Publica que envolve modernização do Sistema de Identificação Civil e Criminal, reestruturação das unidades da polícia civil, reestruturação do Instituto Médico Legal, modernização do Instituto de Criminalística e da Polícia Ambiental; • Justiça: que será implementado pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e dos Direitos Humanos que envolve reestruturação e ampliação dos estabelecimentos penais; • Planejamento: que será implementado pela Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral que envolve a modernização do setor publico através do desenvolvimento de Parcerias Publico Privadas.
PROCOPA ARENAS	BNDES	131.168.000	AFPR	Objetiva captar recursos que serão destinados ao Fundo de desenvolvimento Econômico – FDE, que por sua vez, efetuará contrato de financiamento com a Sociedade de Propósito Específico – SPE cujo principal acionista será o Clube Atlético Paranaense vinculando o fluxo de recebíveis do negócio Arenas e segregando da atividade de futebol para obras de ampliação do estádio, obras relativas a barracas gastronômicas e para voluntários, obras em afiliados comerciais, obras em hospitabilidade comercial e projetos básico, executivo e complementares.
PROINVESTE	BANCO DO BRASIL	816.831.241		Apoiar o Governo do Paraná na modernização e ampliação da Infraestrutura Rodoviária, Segurança Pública e potencializar a capacidade do Estado, através da Agencia de Fomento S.A. e do BRDE, no financiamento de obras públicas aos municípios do Paraná.
TOTAL	-	3.259.265.795	-	-

23.4.2 Parcerias Público-Privadas (PPPs)

As PPPs são um mecanismo de concessão de serviços públicos, na busca da distribuição das obrigações e dos riscos da concessão entre um parceiro público e um parceiro privado, com foco na minimização do custo total de prestação do serviço e na maximização da qualidade do serviço prestado. No contexto do aumento da agilidade e da eficiência dos serviços públicos, o Estado volta atenções à fiscalização e à regulamentação.

Seguindo essa tendência a SEPL, por meio da CDG, recebeu, organizou e avaliou procedimentos de manifestação de interesses provenientes de potenciais parceiros privados, bem como analisou e avaliou o primeiro projeto de parceria entregue à apreciação do Estado - o Programa de Atendimento Integrado ao Cidadão, denominado TUDO AQUI PARANÁ, que encontra-se em processo de abertura de edital de licitação.

Essa primeira experiência de parceria tem como principal finalidade expandir a área de atuação do Estado em serviços de atendimento ao cidadão, em diversas áreas, bem como melhorar, aprimorar e dar eficiência aos serviços públicos estaduais.

Outras onze manifestações de parceria foram recebidas e encaminhadas ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas para deliberação. Destas, além do Projeto TUDO AQUI PARANÁ, quatro são na área da Justiça (Construção e Manutenção de Centros de Detenção), duas em infraestrutura, uma no setor da Segurança Pública, uma na Saúde, uma em Infraestrutura Institucional e outra em Monitoramento Veicular.

23.4.3 Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais

Durante o exercício de 2012, a Rede APL Paraná, coordenada pela CDG, compôs os grupos de estudos para políticas de arranjos produtivos locais do Governo Federal. Uma das participações da Rede foi no Observatório Nacional de APLs, banco de dados nacional que trata de promover a integração dos APLs brasileiros. O Paraná, como piloto do projeto, gerenciou informações dos seis arranjos de tecnologia de informação situados em Cascavel, Pato Branco, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba. Também foram objeto do projeto piloto os APLs de Confecções de Terra Roxa e do Sudoeste. A Rede igualmente compõe o grupo de trabalho que definiu a 2ª Geração de Políticas para APLs, lançada em dezembro. O objetivo destas políticas é estimular os processos locais de desenvolvimento, mediante a promoção da competitividade e da sustentabilidade dos empreendimentos no território do APL.

Na linha do desenvolvimento sustentável, a CDG, em parceria com a SEAB e com a SETS, organizou duas chamadas públicas para seleção e apoio financeiro a iniciativas de negócios sustentáveis, de natureza coletiva, objetivando aproximar aglomerações produtivas, promover capacitação e elevar o nível de produção para aumento de competitividade, geração de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas. O apoio financeiro deste empreendimento, na ordem de R$ 20,0 milhões, é oriundo do Governo do Estado e do BNDES, este, disponibilizando recursos não reembolsáveis para os projetos aprovados dentro dos critérios definidos pelo edital.

23.4.4 Desenvolvimento Regional

- Acordo Judicial OLAPA/PETROBRÁS - a CDG é uma das responsáveis pela coordenação, organização, padronização e adaptação de projetos de secretarias e órgãos estaduais que desejam pleitear recursos referentes ao acordo judicial do rompimento do duto OLAPA. São duas modalidades apresentadas no acordo judicial: a) Modalidade II – projetos contra riscos e desastres ambientais para o Litoral do Estado do Paraná; b) Modalidade III – projetos e medidas socioambientais no Litoral do Estado. Coube à CDG, juntamente com o grupo de trabalho/OLAPA, a apresentação ao Ministério Público estadual e federal e à Justiça Federal dos projetos pré-selecionados para pleitear os recursos.
- Regiões de Desenvolvimento (REDES) - a CDG participa, junto com outras secretarias e órgãos, das discussões sobre o projeto das REDES, com a elaboração de diretrizes que definem os principais pontos a serem abordados no projeto e da estratégia operacional de sua implantação.
- Projeto de Requalificação do Entorno do Aquário Marinho em Paranaguá – tem por objeto ordenar os espaços públicos no entorno do aquário marinho construído no município pela empresa Cattalini, como medida compensatória ao acidente envolvendo o navio Vicuña. Com a requalificação da paisagem e abertura do aquário à visitação haverá a valorização do centro histórico de Paranaguá e o Litoral paranaense certamente receberá um equipamento importante para o desenvolvimento do turismo, priorizando sempre a questão ambiental. A CDG desenvolveu junto com o ECOPARANÁ e a Prefeitura de Paranaguá o projeto arquitetônico do entorno do aquário, que inclui: um novo mercado de peixes, a reutilização do atual quiosque de ostras e a construção de um novo trapiche e ancoradouro. O projeto encontra-se pronto para a licitação dos projetos complementares de engenharia, a ser realizada pelo IAP.

23.5 Unidade de Coordenação Estadual do Programa Nacional de Apoio à Modernização do Planejamento e Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE)

Responsável pela execução e implementação do PNAGE junto às Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Administração e da Previdência (SEAP).

No decorrer do exercício desenvolveu as seguintes ações:

- Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional (e-ORG) - desenvolvido com recursos de contrapartida, foi concluído e homologado com a disponibilização dos módulos de consulta pública na página da SEPL na internet.
- Certificação Cadastral dos Imóveis Próprios do Estado – encontra-se em andamento a execução do contrato de prestação de serviços firmado entre o Estado do Paraná e a empresa ENPROL Engenharia e Projetos Ltda., tendo sido realizada a certificação

cadastral de 334 imóveis e autorizada a certificação de mais 934 imóveis, com movimentação financeira na ordem de R$ 1,3 milhão e conclusão dos levantamentos (até 2.000 imóveis) prevista para o exercício de 2013.

- Procedimento licitatório – realizado o Pregão Eletrônico para modernização dos equipamentos de informática do Sistema Estadual de Planejamento, cujas ofertas totalizaram o montante de R$ 303,7 mil, nas seguintes especificações e quantidades:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Estação de Trabalho Básica	20
Estação de Trabalho Intermediária	36
Estação de Trabalho Avançada	20
Notebook	4
Impressora	2
Tablet	5

23.6 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

Autarquia vinculada a SEPL, o IPARDES produz estatísticas e estudos socioeconômicos, com o objetivo de subsidiar as ações governamentais e acrescentar elementos às discussões relativas à sociedade paranaense. A instituição é responsável também pela Base de Dados do Estado (BDE), que integra o Sistema Estadual de Informações.

23.6.1 Diretoria do Centro de Pesquisa

Tem entre as suas atribuições o desenvolvimento de estudos e pesquisas socioeconômicos, com foco no Estado do Paraná, incluindo a análise de conjuntura, a avaliação das tendências demográficas e urbanas, o exame do contexto ambiental, o acompanhamento da questão rural, o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), o monitoramento das políticas públicas, entre outros.

Atividades realizadas:

- Publicações: a) seis números do Boletim Análise Conjuntural; b) seis números da Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD), com a disponibilização em meio eletrônico de mais um número; c) dois números do Caderno IPARDES - Estudos e Pesquisas; d) um número do Boletim de Comércio Exterior – Paraná; e) boletins de Ciência e Tecnologia; f) nove Comunicados para o Planejamento.
- Cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Paraná e dos seus 399 municípios, referente ao ano de 2010.
- Finalização do relatório econômico da Região Oeste do Paraná e elaboração do diagnóstico econômico dos municípios da AMUNPAR.

- Atualização dos indicadores ambientais do Estado e de estudo sobre a indústria do Paraná para a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).
- Produção de estudos: a) socioeconômico e físico-biótico para o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Paraná; b) sobre a população idosa do Estado para a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU); c) para a definição de valores relacionados à transferência de renda no Estado do Paraná.
- Apoio técnico: a) ao Programa Família Paranaense SEDS; b) ao Programa Paraná Competitivo.
- Definição do índice de reajuste do Salário Mínimo Regional.
- Efetivação dos projetos Matriz Insumo-Produto, Rede Urbana, Migrações, Governança Metropolitana, Região de Fronteira, Trajetórias Tecnológicas da Agricultura, Extrema Pobreza, Vulnerabilidade Social e Indicadores Ambientais no âmbito da Rede IPEA.
- Implantação do Modelo Lógico para o monitoramento e avaliação dos programas do Projeto Multissetorial, financiado pelo Banco Mundial (BIRD) e para o Programa Família Paranaense.
- Elaboração de Cenários Econômicos 2012-2021 para a COPEL.
- Suporte às comissões da Agroecologia, Rede APL, Segurança Alimentar e Micro e Pequenas Empresas.
- Trabalhos sobre as questões demográfica e urbana.
- Produção de estatísticas para estudos logísticos.

23.6.2 Diretoria do Centro Estadual de Estatística (CEE)

Tem por objetivo o levantamento, organização e disponibilização de estatísticas socioeconômicas relativas ao Estado do Paraná, sendo ainda responsável pela gestão da Base de Dados do Estado (BDE); pela geração mensal do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do município de Curitiba; pelo levantamento e disponibilização mensal da taxa de desemprego da Região Metropolitana de Curitiba, em conjunto com o IBGE; e pela elaboração do Índice Paraná de Desempenho Municipal (IPDM).

Atividades desenvolvidas em 2012:

- Área de Pesquisas Periódicas: a) levantamento em campo de informações da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), pelo convênio IBGE-IPARDES, para estimativas de indicadores do mercado de trabalhão da Região Metropolitana de Curitiba; b) levantamento em campo de informações do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Curitiba; c) cálculo de Cesta Nutricional em aproveitamento das informações coletadas para o IPC; d) elaboração e disponibilização de boletins mensais da PME e do IPC; e) pré-implantação de nova estrutura de pesos do IPC; f) pré-implantação da etapa de campo da pesquisa de preços de materiais de construção em cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL).

- Área de Base de Dados: a) manutenção da Base de Dados do Estado (BDE), compreendendo levantamento e atualização de dados, disseminação de informações e geração de produtos (Perfil da Regiões e Cadernos Municipais, entre outros); b) conclusão e disponibilização no site do IPARDES, do Anuário Estatístico do Paraná – 2011 e a respectiva elaboração de mídia eletrônica; c) atendimentos diversos sobre a BDE ao Ministério Público do Estado do Paraná, à COMPAGÁS e ao Centro Universitário Católico de Santa Catarina; d) preparo de material estatístico em formato de bancos de dados à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e ao SEBRAE; e) inclusão de regionalização do Estado do Paraná segundo Comarcas para o Tribunal de Justiça; f) participação no 19ª Feira da Indústria Metal Mecânica (EXPOMAC); g) discussões técnicas, testes e revisões do desenvolvimento de melhorias no sistema BDE, em implementação pela CELEPAR.
- Área de Métodos Quantitativos: a) desenvolvimento da base de reponderação do IPC de Curitiba e do plano amostral para a Pesquisa de Preços de Materiais de Construção; b) atendimento à COHAPAR, com tratamento de banco de dados de mutuários e desenvolvimento de estatísticas voltadas ao acompanhamento da carteira da Companhia; c) atendimento a pedido técnico de assessoria da Secretaria de Estado da Educação quanto a sistemas de levantamento de preços para fins de compras correntes do Estado.
- Área de Informática: a) discussões técnicas, testes e revisões do desenvolvimento de melhorias no sistema BDE, em implementação pela CELEPAR; b) desenvolvimento: do sistema de reponderação do IPC; de nova plataforma de gestão do IPC; e do portal de transparência institucional; c) apoio em tecnologias de informação às diversas áreas de atividade do IPARDES; d) gestão de processos de aquisição de equipamentos e outros itens de informática; e) apoio no preparo de material estatístico em formato de bancos de dados à UTFPR e ao SEBRAE.

23.7 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)

Empresa pública pioneira no segmento de informática no Brasil, na sua missão de prover soluções em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que permitam melhorar o desenvolvimento da gestão pública e a qualidade de vida do cidadão, no decorrer do exercício, teve como principais realizações:

- Gabinete de Gestão e Informação (GGI) - solução inovadora que permite integrar dados de todas as Secretarias de Estado para facilitar a tomada de decisão e o monitoramento de resultados de gestão. A sala informatizada, instalada no Palácio Iguaçu, conta com as mais modernas soluções de TIC, o que possibilita ao gestor público acompanhar em tempo real o desenvolvimento das ações nas diversas áreas de governo. Investimento de R$ 2,5 milhões.

- Datacenter - principal projeto de modernização da CELEPAR. A solução contratada representa o que há de mais moderno em termos de tecnologia e garantirá a possibilidade de implantação e manutenção de uma grande variedade de serviços e aplicações, com alto grau de desempenho, confiabilidade e segurança. Algumas das vantagens do novo local: segurança física, ambiente controlado em relação a temperatura e umidade, acesso restrito, detecção e combate automático de incêndio, monitoramento eletrônico, redundância de comunicação, equipamentos de alta tecnologia, geradores próprios de energia, menor impacto ambiental, projeto ecologicamente responsável. Investimento de R$ 35,8 milhões.
- Mainframe – modernização e atualização do conjunto de hardware e software no ambiente mainframe (Z10), ampliando em 33% sua capacidade de processamento. Passou de 311 milhões de instruções por segundo para 415 milhões de instruções por segundo – sistema operacional z/Os 1.12. Investimento de R$ 1,1 milhão.
- Plataforma Oracle - atualização e ampliação das licenças de utilização dos diversos órgãos do Estado, além da contratação de suporte técnico. Investimento de R$ 8,3 milhões.
- *Storage* - *a*dequação tecnológica voltada a soluções para o armazenamento de dados, por meio da ampliação da sua capacidade de armazenamento de dados críticos de 42 Tbytes para 174 Tbytes, totalizando um volume de crescimento do ambiente de 324 Tbytes.
- Rede Executiva - tem como principal objetivo disponibilizar aos gestores públicos acesso às informações estratégicas em tempo real em um portal específico - www.redeexecutiva.pr.gov.br. Os participantes do projeto receberam uma solução composta por um All-In-One, um Ipad e um Iphone, totalizando 360 equipamentos e investimento de R$ 1,2 milhão.
- Tecnologias de Business Intelligence (BI) e Geographic Information System (GIS) - desenvolvimento de 80 estudos de BI - acompanhamento e avaliação das ações referentes às políticas setoriais; disponibilização de informações estratégicas para o processo de planejamento e tomada de decisão dos gestores públicos estaduais. Investimento de R$ 1,6 milhão.
- Impressão de Grande Porte - um dos serviços importantes que a CELEPAR presta ao Governo do Estado. Focando na melhora da qualidade do serviço prestado e no aumento da disponibilidade do parque, optou-se por substituir as duas máquinas antigas por três impressoras novas de 1.200 dpi's de última geração. Investimento de R$ 4,0 milhões.

Projetos Desenvolvidos para Terceiros – sem investimento próprio:

- COPA 2014 – a CELEPAR elaborou seminários para capacitar as nove Câmaras Temáticas em Planejamento e desenvolveu o Portal da Copa 2014 - Paraná. Por meio do portal os participantes podem acessar os projetos, criar fóruns para discussão de propostas e facilitar o relacionamento entre as Câmaras. Demanda direta do governo, tem como objetivo estratégico auxiliar na qualidade de gestão dos projetos relacionados à Copa, no âmbito do Estado do Paraná.

- Portal da Mobilidade (m.pr.gov.br) - disponibilizadas informações úteis ao cidadão, que podem ser acessadas a qualquer momento por meio de iPad ou smartphone. O portal foi aperfeiçoado e, até novembro, contabilizou o total de 170 serviços e 99.000 acessos.
- Expresso para iPhone, iPad e iPod touch - aplicativo móvel desenvolvido no Brasil pela CELEPAR, projetado para proporcionar uma experiência agradável na leitura de e-mails em uma solução que também conta com a agenda e o catálogo de endereços. Disponível em três idiomas: português, inglês e espanhol.

24

Secretaria da Saúde

24 Secretaria de Estado da Saúde (SESA)

As ações de maior relevância para a saúde da população do Estado do Paraná, realizadas pela SESA no ano de 2012, estão relatadas a seguir.

O Mapa Estratégico da Secretaria, elaborado em 2011, define sua missão, visão e valores. A Missão - "Formular e Desenvolver a Política Estadual de Saúde, de forma a organizar o SUS no Paraná, exercendo sua função reguladora, garantindo atenção à saúde para a população com qualidade e equidade". A visão de futuro - "Ser até 2020 uma instituição inovadora, Modelo de Gestão em Saúde Pública no Brasil, articulada com outras áreas governamentais e sociedade civil, garantindo atenção à saúde e qualidade de vida a todo cidadão paranaense". Quanto aos valores, a SESA se rege pela Ética, Transparência, Competência, Compromisso e Senso Democrático.

Após a definição do Mapa Estratégico e de suas prioridades, em 2012, a SESA, finalizou o Plano Estadual de Saúde do Paraná 2012-2015, aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde do Paraná (CES/PR), por meio da Resolução CES/PR/006/12 de 18/06/2012.

O Plano Estadual de Saúde possui 16 diretrizes abaixo relacionadas, que norteiam as ações da SESA:

- Diretriz 1 - Organização da Atenção Materno-Infantil, por meio da Rede Mãe Paranaense.
- Diretriz 2 - Implantação dos Componentes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências.
- Diretriz 3 - Implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD).
- Diretriz 4 - Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde Mental, para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso do crack, álcool e outras drogas.
- Diretriz 5 - Implantação da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa.
- Diretriz 6 - Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde do SUS no Paraná (APSUS).
- Diretriz 7 - Melhoria do Acesso e do Cuidado das Comunidades Vulneráveis (população negra, indígena, populações privadas de liberdade).
- Diretriz 8 - Fortalecimento do Desenvolvimento Regional na Atenção à Saúde (COMSUS).
- Diretriz 9 - Estruturação dos Serviços Próprios.
- Diretriz 10 - Promoção do Acesso da População a Medicamentos Seguros, Eficazes e de Qualidade, garantindo sua adequada dispensação.
- Diretriz 11 - Promoção do Acesso da População a Serviços de Qualidade, com equidade e em tempo adequado às necessidades de saúde, por meio do Complexo Regulador.
- Diretriz 12 - Implementação da Política de Vigilância e Promoção em Saúde, coordenando e regulando as ações de forma articulada e integrada intra e intersetorial e com a sociedade civil em âmbito estadual e regional.

- Diretriz 13 - Democratização da Gestão do Trabalho.
- Diretriz 14 - Desenvolvimento da Política Estadual de Educação Permanente.
- Diretriz 15 - Ampliação e Fortalecimento dos Espaços de Participação da Sociedade e do Controle Social.
- Diretriz 16 - Qualificação dos Gastos e Ampliação de Recursos no Financiamento do SUS.

Seguindo essas diretrizes, a SESA implantou e implementou prioritariamente as seguintes ações:

24.1 Ações Estruturantes do Programa Saúde para todo Paraná

Na organização da atenção materno-infantil, por meio da **Rede de Atenção Mãe Paranaense** foram formalizados convênios com 66 municípios, para o repasse de recursos para construção, ampliação e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS), totalizando R$ 36,1 milhões. Houve a aquisição de equipamentos para 55 Unidades de Atenção Primária em Saúde, totalizando R$ 2,6 milhões.

No ano de 2012, aconteceu o lançamento da Rede Mãe Paranaense, com a capacitação de 1.851 profissionais do SUS-Paraná, conforme tabela a seguir.

CURSOS	CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANTIDADE
Assistência à gestante na Atenção Primária e nas principais intercorrências	Profissional Enfermeiro	500
O papel do ACS na Rede Paranaense	Agentes Comunitários de Saúde	400
Assistência à gestante na Atenção na Atenção Primária e nas principais intercorrências	Profissional Médico Generalista e Obstetra	405
Assistência ao recém-nato de baixo e alto risco	Profissional Médico Pediatra	145
Gestão Regional da Rede Mãe Paranaense	Gestores Municipais	401

Houve a incorporação de 71 leitos de UTI adulto e 51 leitos de UTI neonatal no Sistema Único de Saúde. Pelo maior risco, foi implantada a estratificação de risco da gestante nas aldeias indígenas, pactuado com os municípios para atendimento nas UBSs e realização de exames complementares para todas as gestantes indígenas.

Ocorreram capacitações de profissionais médicos e de enfermagem dos hospitais e da Atenção Primária, visando a qualificação do atendimento à gestante e a criança; a implantação da Carteira da Gestante e Criança padrão nos municípios do Estado; e a elaboração, produção e distribuição da Linha Guia para atendimento à gestante e a criança até um ano de idade, para todos municípios do Estado.

Referente à **Rede de Atenção às Urgências e Emergências**, houve ampliação de 209 leitos gerais e 71 leitos de UTI, totalizando 23.457 leitos gerais e 1.283 leitos de UTI. Os serviços foram qualificados por meio da aquisição de 48 equipamentos médicos destinados aos hospitais vinculados à Rede, perfazendo um investimento de R$ 3,9 milhões.

O **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)** é o principal componente da Política de Atenção às Urgências, realizando atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, e contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento.

Em 2012, no Paraná, ocorreu a implantação do SAMU Regional Fronteira/Foz do Iguaçu, Litoral/Paranaguá, Norte Pioneiro/Cornélio Procópio, Metropolitano/Curitiba Sul e Sudoeste/Pato Branco, com uma população atingida de 6.717.903 de habitantes. A SESA repassou R$ 17,8 milhões aos municípios com SAMU Regional implantado.

Com o objetivo também de implementar o **Serviço do SIATE**, foi realizado o processo de aquisição de 20 ambulâncias. No ano, a SESA investiu R$ 19,1 milhões na aquisição de 235 veículos, entre ambulâncias para simples remoção, SIATE, kombi, van passageiro, ônibus e micro-ônibus.

Como suporte à Rede é necessário um **Complexo Regulador**, que promova o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado às necessidades de saúde da população. Como uma das estratégias, a SESA deu início à implantação do Sistema Estadual de Regulação em agosto. O Sistema foi implantado na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 21ª Regionais de Saúde, com acesso dos 93 municípios dessas regionais para marcação de consultas especializadas e gestão de leitos para internação nos principais hospitais da região.

Dentro do processo de implantação da **Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD)**, foi elaborado o Projeto de Equipes Multidisciplinares nos Centros de Especialidades Regionais; capacitação de profissionais dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) para atendimento de pessoas com deficiência; e a estruturação dos Centros Cirúrgicos Odontológicos em Hospitais nos municípios de Cascavel, Londrina e Maringá, para atenção especializada em saúde bucal, para pessoas com deficiência, dentro do Plano Viver sem Limites.

Na **Rede de Atenção à Saúde Mental**, a SESA alocou mais recursos para custeio de contratos com hospitais psiquiátricos no valor de R$ 26,7 milhões/ano; e contratou a Residência de Reabilitação Psicossocial Assistida Renascer, em Santa Terezinha do Itaipu, para acolhimento de internos do Complexo Médico Penal. O Incentivo para Implantação de Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas (CAPS AD III) e Unidades de Acolhimento Regionais foi aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite Regional e será implantado em 2013.

Destaca-se ainda outras ações como: apresentação do Plano "Crack, é possível vencer" ao Ministério Público, com proposta de ampliação da Rede de Atenção Psicossocial; capacitação de profissionais, visando a atualização em saúde mental e atenção psicossocial de crianças e adolescentes; confecção e distribuição de material informativo - 100 mil folders e 5.000 cartazes sobre depressão em comemoração ao Dia Mundial de Saúde Mental, e a implantação de 17 Comitês Regionais Intersetoriais de Saúde Mental.

No que se refere à implantação da **Rede de Atenção à Pessoa Idosa**, foram confeccionados e distribuídos 300 mil folders e 12 mil cartazes de material educativo sobre prevenção de quedas em idosos e 50 mil folders sobre alimentação saudável; distribuídos 2.029 Estatutos do

Idoso, 421 Guias do Cuidador e 54.800 Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa, bem como, realizadas capacitações de profissionais sobre temas relevantes à saúde do idoso.

Quanto ao **Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde (APSUS)**, ocorreu a implantação do Incentivo Estadual de Custeio com a adesão de 389 municípios, com população até 250 mil habitantes. Os repasses pela SESA totalizaram R$ 25,9 milhões. Destaca-se ainda, a expansão de equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde, equipes de saúde bucal, Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), consultórios de rua e atenção domiciliar.

PROGRAMA/ESTRATÉGIA	AMPLIAÇÕES/ QUALIFICAÇÕES
Equipes de Saúde da Família (ESF)	75
Agentes Comunitários de Saúde (ACS)	248
Equipes de Saúde Bucal (ESB)	66
Núcleos de Apoio à Saúde da Família	22
Consultório de Rua	1
Atenção Domiciliar	1

FONTE: SAS/SESA (janeiro a outubro)

Foram realizadas três Oficinas de Planificação da Atenção Primária à Saúde, envolvendo aproximadamente 33.000 trabalhadores e gestores da atenção primária à saúde, quais sejam: 2ª Oficina APSUS: Rede Materno Infantil – Mãe Paranaense (fevereiro); 3ª Oficina APSUS: Rede de Urgência e Emergência (maio); 4ª Oficina APSUS: Monitoramento e Avaliação (agosto).

Nas **ações de controle do câncer**, foram realizados 499.811 exames citopatológicos do colo do útero e 254.803 mamografias pelo SUS em todo o Estado. A SESA adquire e distribui kits para coleta de citopatológico do colo de útero, bem como blocos de requisição de exames citopatológico e de mamografia para os municípios do Estado. Com o objetivo de estruturar Centros de Laudo para Mamografias foi elaborado o projeto e iniciado o processo licitatório para aquisição de equipamentos.

Quanto as cirurgias eletivas, em 2011, foram realizadas 8.059 cirurgias, no valor total de R$ 4,6 milhões; e até setembro de 2012, foram realizadas 27.211 cirurgias no valor de R$ 15,7 milhões.

Realizou a organização do Movimento Outubro Rosa "Fortalecendo Laço para o Controle do Câncer de Mama: Avanços e Desafios", em parceira com a Associação Comercial do Paraná, articulando ações com as Regionais e municípios com o intuito de chamar as mulheres para realização de mamografia, com atenção especial para as que pertencem ao grupo de risco. Foram elaborados e distribuídos 200 mil folders para divulgação de ações de prevenção do câncer de colo de útero, 800 mil folhetos, 100 mil folders, 30.000 cartazes, 50 banners, 2.000 lenços e 600 camisetas para divulgação de ações de prevenção de câncer de mama.

Nas ações de **Saúde Bucal**, foram distribuídos 11 kits de prótese clínica para uso na rede municipal de unidades de atenção primária e 532 mil sachês de fluoreto de sódio para o Programa Estadual de Bochechos com Flúor aplicado nas escolas públicas, em crianças na faixa etária de 06 a 12 anos; e instalação do Programa de Monitoramento da Fluoretação das Águas de Abastecimento Público no Paraná.

Para a **Melhoria do Acesso e do Cuidado em Saúde das Comunidades Vulneráveis**, a SESA efetivou o repasse de incentivo estadual para as comunidades quilombolas localizadas em 18 municípios no Estado (Adrianópolis, Agudos do Sul, Campo Largo, Condói, Castro, Cerro Azul, Contenda, Curiúva, Dr. Ulysses, Guaira, Guaraqueçaba, Ivaí, Lapa, Palmas, Ponta Grossa, São Miguel do Iguaçu, Tijucas do Sul e Turvo), no montante de R$ 211,2 mil. Foram realizados dois Encontros Macrorregionais de Saúde da População Negra, nas Regiões Norte e Noroeste e a capacitação dos profissionais de saúde das Unidades Penitenciárias Estaduais.

O Programa Estadual de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde (COMSUS) é a principal estratégia da SESA para o **Fortalecimento do Desenvolvimento Regional na Atenção à Saúde**, que visa qualificar a atenção ambulatorial secundária e implantar os Centros de Especialidades Regionais, mediante parcerias entre a SESA e os Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS).

Em julho, foram assinados convênios com os 25 Consórcios Intermunicipais de Saúde do Paraná para repasse de R$ 4,1 milhões para aquisição de equipamentos e R$ 10,0 milhões para custeio. Os consórcios das regiões de Toledo, Pato Branco e Apucarana, foram beneficiados com recursos para obras, que totalizam R$ 5,0 milhões.

A SESA possui uma rede própria de 16 hospitais em funcionamento, com uma capacidade instalada de 1.957 leitos, que prestam atendimento nas especialidades: geral, pediatria, tisiologia, psiquiatria, hanseníase, reabilitação e infectologia. No ano de 2012, a taxa de ocupação hospitalar teve um aumento acumulado de 8,8% e a de produtividade ambulatorial de 10,8%.

Considerando a necessidade de revitalização e reestruturação dos Hospitais Públicos Estaduais, integrados ao Sistema Único de Saúde, a SESA desenvolve um Programa de **Estruturação dos Serviços Próprios** com recursos para investimento, custeio e capacitação. Foram investidos aproximadamente R$ 7,4 milhões em equipamentos para o parque tecnológico dos hospitais próprios, demonstrando o esforço do governo em cumprir as metas propostas. A construção do Hospital Telêmaco Borba encontra-se 95% concluída.

O Programa Farmácia do Paraná lançado com objetivo de **Promoção do Acesso da População a Medicamentos Seguros, Eficazes e de Qualidade** iniciou, em 2012, a estruturação das farmácias das Regionais de Saúde, que inclui 14 projetos de adequação, reformas ou ampliação, e a inauguração de três farmácias: 6ª RS em União da Vitória), 7ª RS em Pato Branco e 16ª RS em Apucarana.

No que se refere ao apoio técnico e financeiro aos municípios, a SESA implantou o **Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica Básica** com o repasse de R$ 777,0 mil/ano, beneficiando inicialmente 111 municípios com até 10 mil habitantes. Ao Consórcio Paraná Saúde, que abrange 391 municípios, foram realizados repasses financeiros no total de R$ 43,0 milhões entre contrapartidas estadual e federal para a assistência farmacêutica básica e insumos para diabetes; e aos oito municípios não consorciados destinaram-se R$ 5,6 milhões. Diretamente, foram distribuídos 83.029.439 unidades de medicamentos, num total de R$ 363,4 milhões.

Dentre as ações para implementação da Política de Vigilância e Promoção em Saúde, destacam-se:

- Realização de campanhas de vacinação que atingiram as metas preconizadas pelo Ministério da Saúde (contra a gripe, a poliomielite e multivacinação para crianças até 05 anos).
- Estruturação da Sala de Situação da gripe H1N1, disponibilização de antiviral – oseltamivir para todos os casos suspeitos, monitoramento dos agentes causadores de síndromes respiratórias, vacinação de grupos prioritários, ampla campanha de informação a população, capacitação de profissional de saúde e organização de retaguarda hospitalar e laboratorial. Como resultado, dos três Estados do Sul do Brasil, o Paraná teve a menor mortalidade por H1N1, 40 contra 76 de Santa Catarina e 67 do Rio Grande do Sul.
- Implantação da testagem rápida para AIDS e Sífilis, visando o diagnóstico precoce e tratamento oportuno com a capacitação de 1.000 executores dos testes e mobilização/adesão de 220 municípios e 413 pontos de testagem. Foi lançada também a estratégia do Protagonismo Juvenil para prevenção das DST/AIDS, envolvendo 800 jovens e adolescentes da Região Metropolitana de Curitiba.
- Retomada de cirurgias para pacientes com sequelas físicas proveniente da hanseníase no Hospital de Reabilitação - foram realizadas 32 cirurgias e encontram-se agendados mais 122 pacientes para novas cirurgias. De acordo com os indicadores preconizados pelo Ministério da Saúde, o Paraná possui índices considerados "bons" na cura e exame dos contatos, mas faltava a realização de cirurgias reabilitativas, paralisadas há dez anos.
- Implantação da testagem rápida para hepatite B e C em 35 Centros de Testagem e Aconselhamento (CTAs) em todas as Regionais de Saúde e capacitação de multiplicadores para treinamento de profissionais da atenção primária para a testagem rápida de Hepatite B e C, visando futura descentralização do teste rápido para todos os 399 municípios.
- Continuidade do Programa Estadual de Controle da Dengue, implantado em 2011, que permitiu uma diminuição de 91,7% no número de casos confirmados no período de agosto/2011 a julho/2012, quando comparado entre agosto/2010 a julho/2011.
- Realização da vigilância da qualidade da água de abastecimento público por meio de análises feitas nos laboratórios próprios – Rede do Laboratório Central do Estado do Paraná/LACEN e pela parceria com a UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE, UEM e UEL.
- Indicação do Laboratório Central do Estado do Paraná (LACEN) pelo Ministério da Saúde como Centro Colaborador para Diagnóstico de Infecções Estreptocóccicas.
- Lançamento do Programa Estadual de Vigilância da Qualidade dos Serviços de Mamografia, para avaliar e propiciar a segurança e qualidade dos equipamentos de mamografia e dos laudos emitidos, visando o diagnóstico precoce do câncer de mama.
- Lançamento da Campanha de Redução do Consumo de Sal em supermercados do Estado do Paraná, em parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS),

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e Associação Paranaense de Supermercados (APRAS).

- Lançamento do Programa Estadual de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA/PR), em parceira com a ADAPAR, a CEASA, a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba e o Ministério Público do Estado do Paraná.
- Solicitação pela SESA da proibição do princípio ativo Aldicarb "chumbinho"; efetivada pelo governo federal em novembro.
- Implantação do Projeto Educanvisa, em parceria com a SEED, tendo sido capacitados 132 professores de 50 escolas estaduais para a incorporação dos temas de Vigilância Sanitária no conteúdo trabalhado em sala de aula, visando conscientizar os alunos quanto ao consumo seguro e racional de alimentos e medicamentos, no contexto da alimentação saudável, e uso racional de medicamentos.
- Elaboração do Protocolo de Diagnóstico de Intoxicações Crônicas por Agrotóxicos para utilização das equipes de vigilância em saúde e unidades básicas de saúde, como ação de maior relevância na área de Saúde do Trabalhador no ano de 2012.
- Viabilização do 1.º Curso Básico de Vigilância em Saúde, que atendeu a 104 municípios da macrorregião leste, e do Curso Técnico de Vigilância em Saúde destinado aos trabalhadores do SUS/PR que atuam na rede paranaense de serviços de vigilância epidemiológica, ambiental, do trabalhador e sanitária.
- Aquisição de 25 aparelhos de videoconferência para as regionais de saúde e nível central, o que possibilita racionalidade e eficiência na realização de eventos técnicos e reuniões da Secretaria.

O **Centro de Hematologia e Hemoterapia (HEMEPAR)** é uma rede composta por um hemocentro coordenador em Curitiba, quatro hemocentros regionais, oito hemonúcleos e nove unidades de coleta e transfusão, estrategicamente localizados no interior do Estado. A produção da hemorrede recebeu 12.000 doadores aptos, realizou 96.000 exames sorológicos, fracionou 25.000 hemocomponentes, e foi corresponsável por uma média de 20.000 transfusões realizadas em 384 hospitais conveniados. Realizou atendimento de 1.293 pacientes portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias, sendo referência na região Sul do Brasil. Nesta área foram investidos R$ 14,0 milhões, sendo R$ 9,6 milhões em equipamentos, R$ 2,2 milhões em centrifugas refrigeradas, R$ 1,7 milhão em equipamentos de informática, R$ 450,0 mil em unidade móvel de coleta de sangue. Investidos ainda, R$ 1,1 milhão em reforma de nove unidades e R$ 821,4 mil em capacitação de servidores.

Em 2012, houve uma elevação de 152,0% no número de transplantes de órgãos em relação a 2010, e quando comparado a 2011, o aumento foi 33,0%. Quanto aos transplantes renais, o aumento foi de 141,0% no ano de 2012 em relação a 2010, e de 47,0% em relação a 2011. Nos transplantes hepáticos, o aumento foi de 110,0% em relação a 2010, e de 40,0% em relação a 2011. Em Curitiba e na RMC, a fila para transplante de córnea foi zerada em 2011. No interior do Estado, a fila

foi zerada em 2012, o que explica a redução no número de transplantes, devido à ausência de pacientes em situação ativa aguardando pelo procedimento.

Quanto ao P**rograma de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS Paraná (HOSPSUS)**, os investimentos totalizaram R$ 71,4 milhões, sendo: R$ 6,0 milhões em equipamentos para leitos de UTI adulto e neonatal, R$ 6,4 milhões em equipamentos hospitalares da Rede de Urgência e Emergência e Rede Mãe Paranaense, em 21 hospitais contemplados em 12 regiões de saúde do Estado; R$ 59,0 milhões como recursos de custeio para 59 hospitais.

No que se refere à **Gestão do Trabalho**, a SESA possui em seu quadro 9.186 servidores efetivos e 3.271 em estágio probatório. No ano de 2012, houve autorização governamental para a contratação de 475 servidores.

Cabe destacar a instalação, em 22 de agosto, da **Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS – MENP-SUS/PR** que tem como objetivo, estabelecer um fórum permanente de negociação entre empregadores e trabalhadores do SUS, no âmbito do Estado do Paraná, sobre todos os pontos pertinentes à força de trabalho em saúde, composta por 15 entidades.

Encontra-se em fase de elaboração a proposta do **Quadro Próprio dos Servidores da Saúde (QPSS)** e Estruturação dos Perfis Profissiográficos dos dois cargos propostos, Promotor de Saúde e Promotor de Saúde Profissional, envolvendo todas as funções. Este trabalho é decorrente das conclusões da proposta discutida em 10 reuniões da Comissão Interinstitucional de Recursos Humanos, instituída pela Resolução Conjunta SEAP/SESA n.º 05, formada por dois técnicos indicados pela SEAP, dois indicados da SESA, um representante da Conselho Estadual de Saúde, segmento dos usuários e um indicado pelas Entidades representativas dos servidores.

A Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP) e o Centro Formador de Recursos Humanos fundiram-se, em 2011, para potencializar o desenvolvimento da Política Estadual de Educação Permanente para o SUS. Em 2012, as ações de maior relevância foram: a) emissão de 18.566 certificados para servidores públicos referentes a cursos de qualificação profissional; b) oferta de cursos de especialização para 464 gestores para o SUS, sendo: em saúde da família para 400 servidores; em urgência e emergência e doenças e agravos não transmissíveis para 24 servidores; em saúde mental e atenção psicossocial a crianças e adolescentes para 60 servidores; em assistência farmacêutica para 30 servidores; em saúde da família pelo programa de valorização do profissional da atenção básica – PROVAB para 70 servidores.

A ESPP investiu na qualificação de 2.731 profissionais matriculados em cinco cursos, conforme tabela a seguir.

CURSO	N.º DE ALUNOS
Curso Formação Inicial para Agentes Comunitários de Saúde	1.440
Curso Técnico em Saúde Bucal	382
Curso Técnico em Enfermagem	302
Curso Técnico em Vigilância em Saúde	554
Curso Técnico em Análises Clínicas	53

Também investiu na avaliação externa do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), com envolvimento de nove supervisores e 35 entrevistadores de campo. Foram certificadas 995 equipes de atenção primária, por meio de parceiras com as cinco universidades estaduais no PMAQ, para a avaliação externa do Programa nos 399 municípios do Estado. Foi a única Escola de Saúde Pública do Brasil convidada para viabilizar e coordenar a coleta de dados da 3ª fase do PMAQ – avaliação externa, e encontra-se em processo de credenciamento para certificação em nível de pós-graduação.

Quanto à **Estruturação das Ouvidorias do SUS no Estado do Paraná**, que são espaços para a participação social, destacam-se como principais ações voltadas aos municípios:

- Aprovação dos critérios mínimos para a criação de Ouvidoria Municipal do SUS, pactuado entre a SESA e as Secretarias Municipais de Saúde e realização de Oficinas de Sensibilização com representantes de 51 municípios.
- Realização de capacitações para as 22 Ouvidorias Regionais de Saúde e 90 municípios com ouvidorias que recebem os recursos do ParticipaSUS; além de treinamentos específicos com ouvidores municipais do SUS, Marialva (15ª RS), Jaguariaíva (3ª RS) e Mandirituba (2ª RS).

A SESA possui 22 Ouvidorias Regionais do SUS em funcionamento, recebendo ligações pelo 0800-6444414, por meio de um Sistema Inteligente que reconhece o município de origem e transfere a ligação à sua respectiva Regional, que faz o registro das manifestações por meio do Sistema Integrado de Ouvidorias (SIGO).

Em relação à **Diretriz de Qualificação dos Gastos e Ampliação de Recursos para o Financiamento do SUS**, o governo estadual está investindo no aumento de recursos para a área de saúde. Houve um incremento de R$ 340,0 milhões sendo R$ 197,6 milhões de crescimento da receita, e R$ 142,4 milhões da retirada da clientela fechada e pensão para portadores de hanseníase.

Desde 2011, a SESA estuda e discute uma nova estruturação administrativa e gerencial para o **Fundo Estadual de Saúde (FUNSAÚDE)** e a aprovação de novo arranjo legal para o mesmo, visando sua adaptação à Lei Complementar Federal n.º 141/2012, que regulamentou as despesas em ações e serviços públicos de saúde. O Anteprojeto da nova lei para o FUNSAÚDE encontra-se na Assembleia Legislativa do Paraná para discussão e aprovação.

25

Secretaria da Segurança Pública

25 Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP)

O campo de atuação da SESP compreende a manutenção da ordem, da segurança e da tranquilidade pública, pela prevenção, apuração e repressão das infrações penais e dos atos antissociais; a identificação humana, civil e criminal, nos termos da lei; o registro e controle das informações criminais, garantindo os direitos individuais, o cumprimento da lei e o exercício dos poderes constituídos; a realização de exames de corpo de delito; a prevenção e a extinção de incêndios e a realização de buscas e salvamentos.

Com a criação do Fundo Especial de Segurança Pública (FUNESP), pela Lei n.º 16.944, de 10/11/2011, a SESP contou com recursos da ordem de R$ 300,0 milhões, correspondentes à somatória das receitas oriundas dos três fundos extintos, no valor de R$ 105,0 milhões, do superávit no montante de R$ 52,0 milhões e dos repasses do DETRAN, no valor de R$ 143,0 milhões, cujo crédito suplementar foi aberto pelo Decreto n.º 6.649, de 29/11/12.

Para consolidação dos investimentos na área da segurança foram abertas licitações na modalidade Registro de Preços, já homologadas e merecem destaque as despesas com aquisição de 1.220 viaturas para diversas unidades da SESP (R$ 115,2 milhões), aquisição de viaturas operacionais para o Corpo de Bombeiros, (R$ 17,6 milhões), aquisição de equipamentos de informática (R$ 16,7 milhões), equipamentos de proteção individual para o Corpo de Bombeiros, (R$ 3,0 milhões), armas, munições e coletes balísticos para os grupos especializados da Polícia Civil (R$ 3,4 milhões), cintos de guarnição para a Polícia Militar (R$ 6,4 milhões), munição não letal (R$ 4,7 milhões), material para recarga e munições para a Polícia Militar (R$ 4,5 milhões), entre outras despesas como manutenção da frota de viaturas operacionais das unidades policiais e despesas de custeio voltadas à atividade fim da segurança pública, incluindo a Polícia Científica, Grupamento Aeropolicial – Resgate Aéreo (GRAER), Departamento de Inteligência do Paraná (DIEP), Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE) e as unidades da sede.

A centralização dos recursos em um Fundo único, facilitou a gestão e a tomada de decisão, considerando que as discussões em colegiado foram fundamentais na integração das forças de segurança, pela facilidade de acesso às informações de cada área. A participação de representantes da PGE, da SEPL e da SEFA e, inclusive do DETRAN, como membros do Conselho do FUNESP, possibilitou uma ação integrada, imprimindo agilidade nos encaminhamentos das questões de planejamento, de ordem legal, institucional, orçamentária e financeira.

25.1 Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE)

À CAPE compete a promoção da sistematização do tratamento das informações e dos dados e registros efetuados pelas polícias civil, militar e científica; a análise dos eventos criminais e o planejamento das ações a partir de um modelo sustentável; a promoção da integração das informações oriundas das instituições envolvidas nas questões de segurança pública no que concerne ao planejamento de ações policiais de prevenção e repressão criminal; a implantação de um amplo processo de capacitação e conscientização dos envolvidos no processo; o subsídio com análises geocriminais, socioeconômicas e mapas georreferenciados para as instâncias superiores responsáveis pela tomada de decisões nessa área, promovendo o planejamento de ações para a Segurança Pública do Estado; a sistematização das estatísticas criminais do Estado, bem como, a promoção de estudos específicos de natureza socioeconômica e outros de interesse para a área.

Tendo em vista as Metas de Governo para a área de Segurança Pública no que tange, principalmente, à redução da criminalidade urbana e rural, a CAPE elaborou um caderno com a apresentação da Metodologia de Cálculo dos Quantitativos de Homicídios, com foco no alcance da meta fixada no Plano Plurianual 2012-2015, que estabelece as taxas de redução de homicídios para os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente, para 26,00, 24,50, 23,00 e 21,50, por grupo de 100 mil habitantes.

Para a obtenção das taxas mencionadas, foram utilizados quantitativos de homicídios dolosos provenientes dos inquéritos instaurados pela Policia Civil do Estado do Paraná, nos anos de 2007 a 2011, salientando que a escolha do crime de homicídio como indicador maior para a redução da criminalidade, é por tratar-se do bem jurídico de maior valia no ordenamento legal pátrio, vez que protege e guarda a vida do cidadão nacional, sem olvidar de outros delitos, preferencialmente, os patrimoniais que também poderão embasar outros indicadores.

Destarte, com o estabelecimento das taxas de homicídios por grupo de 100 mil habitantes mencionadas, a SESP objetiva uma proximidade da taxa de 21,5 homicídios por grupo de 100 mil habitantes, ficando abaixo da taxa média Brasil (26,3 em 2009), bem como próximo da taxa dos estados da Região Sul do Brasil, que foi de 20,4.

Para a obtenção dos resultados almejados no Plano Plurianual, a CAPE efetua um acompanhamento semanal das metas estipuladas para a 1.ª Área Integrada de Segurança Pública (AISP) - Curitiba, por meio do novo Sistema de Controle de Ocorrência Letais (SCOL), regulamentado pela Resolução GS n.º 0252/2012, que tem como principal escopo a coleta de informações complementares do Boletim de Ocorrência Unificado (BOU) de todas as ocorrências policiais e criminais que envolvem mortes no território paranaense.

Para as demais 22 AISPs, a CAPE realiza um relatório mensal e situação de forma individualizada, dispondo de dados atualizados – número de homicídios – com relação ao número absoluto, estabelecendo comparativo com relação ao mês apurado (exemplo: novembro de 2012 com novembro de 2011); período acumulado (exemplo: janeiro a novembro de 2011 com janeiro a novembro de 2012) e, principalmente, com apresentação de demonstrativo sobre o número de

homicídios dolosos acumulados no período relacionado às metas estipuladas para cada AISP, expondo um quadro com situações estatísticas de: dentro da meta, acima da meta acumulada, abaixo do limite de 5%, acima de 5%, abaixo de 15%, e acima de 15% da meta acumulada.

A elaboração do relatório visa proporcionar aos gestores macros e operacionais da segurança pública do Estado do Paraná a situação atualizada da sua área de atuação, a fim de que as providências sejam adotadas para a redução dos crimes de homicídios, em conformidade com o estabelecido no Plano Plurianual.

25.2 Grupamento Aeropolicial – Resgate Aéreo (GRAER)

Unidade especializada da SESP, responsável pelo apoio aéreo no policiamento ostensivo, no socorrimento público, nas ações de defesa civil, nas ações e operações policiais militares e de bombeiros militares, no apoio a órgãos federais, estaduais e municipais em todo território nacional em missões de segurança pública e/ou de defesa civil, no transporte de autoridades e em todas as demais ações de preservação da ordem pública.

Em 2012, merecem destaque as seguintes ações:

- Inauguração da primeira base descentralizada do GRAER, em Londrina, em setembro, contando com uma aeronave e equipe completa (piloto, copiloto, dois tripulantes operacionais multi missão e um apoio solo). Com isso o GRAER expande sua atuação ao norte do Estado, proporcionando apoio aéreo às missões de policiamento, resgate, remoção aeromédica e defesa civil para aquela região. Cada equipe de serviço cumpre jornada de uma semana, ao final da qual é rendida por outra, mantendo ininterruptos os serviços aéreos de segurança pública dessa base.
- Entrega ao GRAER, da aeronave BEECHCRAFT B58 Baron, prefixo PT-WSA, pela Corregedora Nacional de Justiça.
- Treinamento de todo o efetivo em Corporate Resources Management – CRM/Fatores Humanos (Gerenciamento de Recursos de Equipe), ministrado pela FLY – Consultoria Aeronáutica e Cursos, em julho. Essa instrução a todo o efetivo é exigência da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) a todos os operadores de aeronaves regidos pelos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil - RBAC 91 e faz parte do programa de gerenciamento da segurança operacional da unidade.
- Treinamento para qualificação de dois pilotos de helicópteros como comandantes desse tipo de aeronave.
- Realização de cursos de formação de pilotos de helicópteros e voos para adquirir mais experiência, em intercâmbio junto a outros operadores de aeronaves em missões de segurança pública.
- Treinamento para qualificação de um piloto de avião como comandante e instrutor desse tipo de aeronave.
- Treinamentos de quatro Tripulantes Operacionais Multi Missão (TOM-M), para qualificá-los ao exercício dessa função na composição das tripulações.

- Treinamentos teóricos em solo (Ground School): a) para pilotos de helicópteros, em escolas homologadas, a fim de que os mesmos tenham os conhecimentos necessários dos sistemas e características operacionais das aeronaves BH06 e EC130 B4, antes de suas instruções em voo; b) para os três pilotos de avião, junto a Coordenadoria Geral de Policiamento Aéreo do Estado do Mato Grosso do Sul, sobre a aeronave B58 Baron, a fim de que os mesmos tenham os conhecimentos necessários dos sistemas e características operacionais, a fim de prepará-los para suas instruções em voo.
- Instruções iniciais de voo para pilotos de helicópteros (policiais, bombeiros militares e policiais civis), visando prepará-los para o ingresso na escala de copilotos.
- Instruções de voo de avião, visando preparar os pilotos de asas fixas do Grupamento para o cheque de Piloto Comercial e assunção das funções de comandante de aeronave.
- Preparação técnica de mecânicos aeronáuticos em cursos ministrados na Marinha do Brasil e na Força Aérea Brasileira.
- Curso de formação e especialização de pilotos de helicópteros para Oficiais do Grupamento e de Gestor de Manutenção Aeronáutica ministrados pelo Exército Brasileiro.
- Iniciados os processos licitatórios para a aquisição de duas aeronaves de asas rotativas (helicópteros).
- O GRAER, até setembro, realizou 307 operações aeropoliciais, transportou 414 vítimas com suporte avançado de vida, apoiou 114 ações de prevenção e combate a incêndios e realizou 47 buscas e salvamentos de pessoas em meios terrestre e aquático, serviços prestados nas diversas regiões do Estado do Paraná e também em outras unidades da federação.

25.3 Polícia Civil

Responsável pela atividade de polícia judiciária em todo o Estado, pelo desenvolvimento de ações do governo de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra violações e malefícios.

Em 2012, destacam-se as operações de investigação para elucidação de crimes em ações periódicas e ações conjuntas com outras unidades de segurança.

Com o objetivo de reprimir a criminalidade foram deflagradas operações nas áreas de circunscrição das subdivisões policiais, em conjunto com a Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Instituto de Criminalística, Conselho Tutelar, Vigilância Sanitária e Setor de Alvarás das Prefeituras, denominadas Operação Força Total.

A Operação Cinturão, com ações desenvolvidas na Região Metropolitana, visou coibir a prática de crimes contra a vida, promovendo abordagens e saturação em comércio (bares, *lanhouses*, terminais de ônibus) efetuando também bloqueios policiais para verificação de veículos de origem ilícita.

O Departamento da Polícia Civil realizou a Operação Liberdade, com abordagens e saturação em alvos da Divisão Estadual de Narcóticos (DENARC), com o objetivo de coibir o tráfico de entorpecentes, porte ilegal de armas, crimes contra a vida e o patrimônio e a captura de pessoas procuradas.

Em outra operação realizada pela DENARC e pelo Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (NURCE), foram apreendidos 128 kg de crack, 8 kg de cocaína, armamento e munição de diversos calibres em meio a uma carga de soja em um caminhão que trafegava pela BR-277, em Laranjeiras do Sul. Em ação realizada pela DENARC, foram presos nove suspeitos de tráfico no Sítio Cercado e apreendidas armas de fogo, balança de precisão, maconha, crack e cocaína. Em investigação realizada, a DENARC prendeu em flagrante, em Amambaí-MS, dois homens de Cascavel com posse de 502 kg de maconha, em operação conjunta com a Polícia Civil (MS) e Polícia Rodoviária Estadual.

Ainda em situações envolvendo drogas e armas, durante operação realizada pela Agência de Inteligência da Polícia Civil foram apreendidas 380 bananas de dinamite que estavam enterradas em terreno baldio na zona rural de Piraquara, quando foram presas três pessoas integrantes de uma quadrilha que explodia caixas eletrônicos. Outra ocorrência foi a prisão de um homem que transportava 685 kg de maconha, após seu veículo ser perseguido pela equipe da Polícia Civil em Medianeira.

Foram elucidados crimes envolvendo tentativa de homicídio e mortes e que causaram grande impacto na imprensa entre os quais a prisão de uma mulher que cometeu tentativa de homicídio duplamente qualificado ao enviar doces envenenados para uma jovem, atingindo também três colegas da vítima; a prisão da mandante do crime que vitimou o ambientalista e Secretário do Meio Ambiente de Pinhais e outras quatro pessoas, em Piraquara; a prisão, após investigação feita pela Delegacia de Homicídios, dos suspeitos da morte de um menor de 13 anos a caminho da escola, os quais haviam fugido para Pato Branco e a elucidação, em pouco mais de 24 horas, da morte de um empresário, em trabalho integrado com a Polícia Militar, culminando com a prisão de três mulheres e dois homens detidos como suspeitos de participação no latrocínio.

Foram nomeados 443 profissionais remanescentes do concurso realizado em 2009 sendo 147 investigadores, 249 escrivães e 47 papiloscopistas.

No âmbito da reestruturação e ampliação das instalações físicas das unidades da Polícia Civil, foi iniciada a execução de projetos complementares para as Delegacias Cidadãs – Padrão I, II e III e para implantação das Delegacias Cidadãs na Capital, nos bairros Tarumã, Sítio Cercado e São Lourenço, bem como nos municípios de Fazenda Rio Grande, Colombo, Araucária, Pinhais, Matinhos e Guaratuba.

Destaca-se também as ações desenvolvidas para a reestruturação do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA), por meio de Termo de Cooperação Técnica e Financeira com a SEDS, com recursos do FIA, no valor de R$ 2,1 milhões, para implantação de unidades em Ponta Grossa, Londrina e Paranaguá.

Foram desapropriados e escriturados em nome do Estado do Paraná, imóveis nos três municípios (R$ 1,5 milhão), tendo a SESP recebido o termo de transferência e uso definitivo. As reformas para adequação às necessidades das unidades a serem implantadas (R$ 190,0 mil) encontram-se em fase de licitação para conclusão e inauguração em 2013. Foram concluídos os procedimentos licitatórios para a compra de mobiliário e instalação de rede lógica (R$ 240,0 mil). Encontram-se na SEAP, para andamento e licitação em 2013, os pedidos para aquisição de seis viaturas, sendo duas para cada unidade, no valor previsto de R$ 170,0 mil. Também foi inaugurada a Delegacia de Homicídios em Cascavel e as Delegacias de Homicídios de Londrina e Maringá. Ainda, foi licitada a compra de 294 viaturas para a Polícia Civil.

Foi concluída a obra da sede própria do NUCRIA e Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (SICRIDE), em Curitiba, e adquiridos móveis e equipamentos para as novas instalações, também com recursos do FIA.

25.4 Polícia Militar (PMPR)

Está presente em todo o Estado do Paraná, atuando ostensiva e repressivamente com todo seu efetivo, seja nas cidades, estradas, matas, rios e mar. Com a moderna filosofia do Policiamento Comunitário, a PMPR trabalha para garantir a paz, a proteção de vias e de bens de toda a comunidade paranaense.

As principais operações policiais realizadas em 2012 foram:

- Operação Verão 2011/2012 - realizada de novembro de 2011 a fevereiro de 2012, com o envolvimento das Unidades Operacionais dos Comandos Regionais, além do Corpo de Bombeiros, bem como dos órgãos de Direção e Apoio da PMPR, desenvolvendo ações isoladas e em conjunto com outros órgãos de segurança pública, de fiscalização e de proteção e defesa comunitária afins da esfera federal, estadual e municipais, com a finalidade de realizar o policiamento ostensivo, preventivo e repressivo fardado, nas áreas urbana, rural, rodoviária e ambiental, para garantir o exercício dos poderes constituídos, atuando preventivamente como força de dissuasão nos locais onde seja presumível a perturbação da ordem e repressivamente, realizando atividades de busca, salvamento e socorrimento público, prevenção e combate a incêndios, prevenção de acidentes de trânsito urbano e rodoviário, propiciando o máximo de segurança e tranquilidade aos veranistas.
- Operação Carnaval - realizada em fevereiro, com o envolvimento dos Comandos Regionais e do Corpo de Bombeiros, com o objetivo de estabelecer formas de coordenação e de atuação conjunta e integrada dos efetivos policiais militares e bombeiros militares, com integrantes de outros órgãos de segurança pública, de proteção e de defesa comunitária e de fiscalização das esferas federal, estadual e municipal, principalmente o Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guardas Municipais, Conselhos Tutelares, DETRAN e órgãos municipais de trânsito. Foi realizado o policiamento ostensivo geral e de

trânsito nas áreas e locais de concentração popular, vias, ruas, logradouros, espaços abertos destinados aos festejos carnavalescos.

- Implantação de 10 Unidades Paraná Seguro (UPS) sendo cinco na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), nas localidades Nossa Senhora da Luz, Vila Verde, Caiuá, Sabará e Vila Sandra; e outras cinco unidades atendem os bairros Uberaba, Parolin, Vila Osternack, Cajuru (Trindade) e Tatuquara (Jardim Ludovica). A primeira unidade no interior do Estado foi instalada no município de Cascavel.
- Combate à Exploração e ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, Curta a Vida (etilômetro), Finados, Paraná Segurança Total I, II e III, ENEM, Força Integrada, São João, Escoltas de Armas e Munições dos Fóruns até as Unidades de Destruição do Exército, Operação Férias Escolares, Divisas, Fronteira, entre outras.
- Operação Safra - realizada com o objetivo de intensificar as ações e operações de policiamento ostensivo na faixa externa do cais dos Portos de Paranaguá e Antonina, dos terminais privados de *conteiners* de Paranaguá e do Terminal da Ponta do Félix, sendo empregado o efetivo da PMPR, da Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos estaduais e federais.
- Disponibilização de helicópteros pelo governo estadual para as operações policiais e auxiliar o esforço primário, na atividade de policiamento preventivo, na busca da redução da criminalidade. O policiamento realizado por meio da Operação Aeronave está sendo aplicado nos locais, datas e horários de maior incidência de delitos e tem por finalidade aumentar a eficácia da PMPR durante a execução das atividades de preservação da ordem pública, prestar apoio à tropa empenhada em terra, participar de ações de socorrimento público, propiciar aumento na sensação de segurança da comunidade, melhorando a operacionalidade e o tempo de resposta da Corporação.
- Operações dos Comandos Regionais – compreende ações das Unidades Operacionais dos Batalhões da Polícia Militar, que utilizam o emprego temporário de meios operacionais em eventos previsíveis que exijam esforço específico, tais como: concursos, datas festivas e comemorativas, manifestações grevistas, escoltas de times, carnaval, bazares beneficentes, leilões judiciais, Natal, combate a perturbação do sossego, campeonatos desportivos diversos, debates políticos, combate ao trabalho infantil, outras atividades comunitárias, parada da diversidade, provas de pedestres, Jeep Clube, desarmamento, policiamento em shows diversos, desfiles cívicos, festivais de música, Ação Integrada de Fiscalização Urbana (AIFU), apoio a outros órgãos, *blitz* de trânsito, escolta de presos, escolta de valores, cumprimento de mandados judiciais, rodeios, barreira sanitária, vistoria em estabelecimentos prisionais, redução de homicídios, saturação, festas de igrejas, quermesses, festas típicas, *rallys,* corridas rústicas, Operação *Tekohà* (combate a venda ilícita de bebidas alcoólicas e a prostituição infantil nas comunidades indígenas), Operação Ágata, em parceria com o Exército Brasileiro (fronteiras), pagamento, jogos escolares, Fórmula T*ruck, Stock Car*, feiras agropecuárias, feriados diversos.

- Operações Feriados Páscoa, *Corpus Christi* e XV de Novembro, utilizando o efetivo disponível nos Comandos Regionais em ações preventivas, intensificando o policiamento nas vias que dão acesso ao Litoral e Interior do Estado, no início e final da operação, garantindo segurança e fluidez nas vias públicas. Além disso, disponibilizou o efetivo necessário, garantindo a segurança na Pedreira Paulo Leminski, tendo em vista a encenação conhecida por Paixão de Cristo.
- Operações ordinárias realizadas pelas Unidades Operacionais dos Comandos Regionais desenvolveram-se com a aplicação de efetivo em Rondas Ostensivas Tático-Móveis (ROTAM), para recobrimento da malha protetora, como segundo esforço operacional, em apoio às ações anteriores; aplicação de efetivo integrado e conjugado conforme resultados dos índices de criminalidade e violência obtidos pela análise dos bancos de dados existentes; aplicação de efetivo integrado e conjugado em operações que exijam emprego rotineiro para prevenção a delitos de maior repercussão, tais como Operação Proteção ao Trabalhador, executada nos períodos de pagamento dos funcionários das empresas em geral, Operações de Fiscalização Integradas, etc.
- As Unidades Operacionais de Área, com apoio das Unidades especializadas da PMPR, realizaram policiamento ostensivo por meio de operações batida policial (abordagens) a estabelecimentos comerciais, veículos de transporte de passageiros, veículos de particulares e busca pessoal em pessoas sob fundada suspeita, direcionando o policiamento ordinário em operações presença, utilizando-se de cartão programa cobrindo eixos comerciais (pontos de vendas de combustíveis, farmácias, bares, lojas, lojas de conveniência, panificadores, panificadoras, pequenos e grandes mercados, mercearias, locadoras de vídeo e lanchonetes, visando proporcionar a necessária segurança e tranquilidade pública, inibindo os crimes contra a vida.
- Por meio de esforços conjugados e individuais das Unidades subordinadas aos Comandos Regionais, foram executadas as atividades de polícia ostensiva, afim de assegurar o cumprimento da lei, a preservação da ordem pública, o exercício dos poderes constituídos, atuando de maneira preventiva e repressiva quando da constatação do cometimento de ilicitudes ou perturbação da ordem, garantindo o cumprimento de mandados de reintegração de posse, em todo o Estado do Paraná.
- O policiamento no Estado foi intensificado no final do ano nos eventos: Natal no Palácio Avenida, Maratona de Curitiba, Operação Papai Noel, com aplicação de um maior número de policiais militares nos locais e horários comerciais até às 23h, quando aumenta o número de pessoas em circulação.

Somam-se a estes resultados as atividades das Unidades Especializadas (UEsp), como o Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) e o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA).

O Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) desenvolveu ações preventivas, como a participação em 19 edições do Paraná em Ação, atingindo um público estimado de 80.000 cidadãos. Objetivando a diminuição de acidentes, foi intensificada a fiscalização em operações baseadas em estudos dos pontos críticos, em locais mensurados de acordo com o número de

acidentes, mortos e feridos. Com base nessas informações, os 57 postos fixos de fiscalização realizaram, diariamente, operações permanência e radar fotográfico, aumentando o número de notificações com o objetivo de diminuir acidentes.

De janeiro a outubro, foram fiscalizados, nas rodovias do Paraná, 818.729 automóveis dos quais 216.738 autuados, e mesmo com todo o esforço desprendido, o número de acidentes atendidos no mesmo período foi de 10.769.

As ações de fiscalização contribuíram, sobretudo, para a apreensão de armas e entorpecentes, sendo 18 armas de fogo, 6.919,284 kg de maconha, 55.165 kg de cocaína, 169,575 kg de crack, 24.185 kg de haxixe e 1.173 frascos de lança perfume, 96 comprimidos de ecstasy.

Em cada cidade sede de Companhia da Polícia Rodoviária há uma Escola de Trânsito, em ação conjunta com o DER, com vistas à divulgação de conhecimentos de segurança no trânsito para crianças do ensino fundamental, da rede estadual de ensino, tendo sido atendidas 785 escolas, proporcionando conhecimento a 42.752 alunos.

Outra atividade preventiva realizada pelo BPRv foram as palestras e ações educativas, tendo sido realizadas 18 campanhas educativas, alcançando um público estimado de 1.300 pessoas, bem como 105 palestras com público estimado em 7.500 participantes (até outubro).

Até outubro, o Batalhão de Policia Ambiental (BPMA) executou atividades de policiamento ambiental em todas as localidades do Estado sendo expedidas 55 ordens de serviço de ações e operações. Foram atendidas 7.986 ocorrências das quais 2.650 somente relacionadas às atividades lesivas ao meio ambiente. As atividades de fiscalização de flora resultaram na apreensão de 1.166,66 m^3 de madeiras nativas, 1.991 unidades de palmito *in natura*, 1.319 vidros de palmito industrializados, 140 kg de pinhão, 135 unidades de xaxim, 2.355,94 m^3 de lenha nativa e 6.100,50 kg de carvão, 215,12 hectares de área desmatada fiscalizada. Nas atividades voltadas à fauna, foram apreendidas 3.448 aves e 2.228 animais. A fiscalização de pesca resultou em 150.599 metros de rede apreendidas e 1.794,60 kg de pescados e 1.565 kg de crustáceos. Ainda foram apreendidas 333 armas de fogo e 3.349 munições. Bloqueios de via e abordagens resultaram na apreensão de 1.300,736 kg de maconha e 42 pedras de crack. Foram presos e autuados criminalmente 384 infratores.

O Comando do BPMA realizou um trabalho de educação ambiental junto as escolas e entidades públicas e privadas, levando à população, principalmente às crianças, a importância da proteção ambiental.

Em 2012, foram atingidas aproximadamente 3.000 pessoas com atividades como palestras e exposições de materiais apreendidos, por meio de *blitz* educativas, Paraná em Ação, Programa Guardiões da Natureza, Programa de Proteção a Flora e demais atividades de educação ambiental.

Essas ações são fundamentais para mostrar à comunidade um pouco do trabalho executado pela Polícia Ambiental, bem como para difundir a legislação ambiental vigente, com a formação de 225 alunos do Projeto Guardiões da Natureza.

A realização de *blitz* educativas, por ocasião de bloqueios de vias nas pequenas localidades do interior do Paraná, visam à conscientização das pessoas mais humildes e que

normalmente desconhecem a ilicitude de alguns de seus atos frente ao meio ambiente, tais como a derrubada de uma árvore ou o abate de animais.

A Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), por intermédio da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), juntamente com os núcleos de ensino espalhados pelo Estado do Paraná, no cumprimento de suas metas de ensino, nas áreas de formação, especialização, aperfeiçoamento, habilitação e capacitação de recursos para a Polícia Militar, realizou cursos para 4.848 policiais, entre os quais: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, com 39 formados; Curso de Formação de Oficiais, com 276 alunos divididos pelos três anos de curso; Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, com 150 alunos formados; Curso de Formação de Sargentos, finalizado com 270 novos graduados; Curso Especial de Formação de Cabos, com 148 formados; Curso de Formação de Soldados, com 78 alunos iniciando o curso, 2.391 concluindo a primeira fase e 575 formados entre abril e novembro.

No âmbito da reestruturação e ampliação das instalações físicas, foram licitados os projetos para construção da Sede do 7º Batalhão de Polícia Militar, em Cruzeiro do Oeste; para a reforma do canil do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), no Pilarzinho, em Curitiba e da Marina Integrada – Polícia Civil e Polícia Militar, em Guaratuba. Foram também licitadas as obras para início da construção do Destacamento da Polícia Militar, em Honório Serpa; da sede do 18.º Batalhão da Polícia Militar, em Cornélio Procópio; além da reforma na APMG, em São José dos Pinhais.

25.5 Corpo de Bombeiros

Ao Corpo de Bombeiros compete emitir pareceres técnicos sobre incêndios e suas consequências, a supervisão sobre o disposto na legislação quanto às medidas de segurança contra incêndios, inclusive instalação de equipamentos e a orientação técnica na elaboração da legislação sobre prevenção contra incêndios.

No ano de 2012 teve início o curso para formação de 500 novos soldados bombeiros militares, que se encontram em formação em 15 diferentes núcleos de ensino em todo o Estado.

Foram atendidas 122.159 ocorrências de bombeiros (até outubro), sendo 32.204 na Região Metropolitana, 32.366 na Região Norte Central, 17.848 na Região Oeste, 10.786 na Região Noroeste e 28.955 nas demais regiões do Estado.

No âmbito da reestruturação e ampliação das instalações físicas foram licitados os projetos para a Base Integrada entre a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, na Ilha do Mel, em Paranaguá; para a ampliação do 7.º Grupamento de Bombeiros, no bairro Cabral, em Curitiba; para a Escola de Bombeiros; para o Quartel do Corpo de Bombeiros, em São Mateus do Sul; e para o canil, no bairro Cajuru, em Curitiba. Publicadas as licitações para as obras do Corpo de Bombeiros de Apucarana, CIC, Ponta Grossa, Centro de Treinamento de Ponta Grossa, 20 Postos de Guarda Vidas do Litoral, a Marina do Corpo de Bombeiros de Guaratuba e Matinhos.

Foram inaugurados dois novos quartéis de bombeiros, sendo um em Jacarezinho, com investimento da ordem de R$ 1,5 milhão e outro no bairro Cajuru, em Curitiba, com investimento total de R$ 1,8 milhão.

25.6 Polícia Científica

Responsável por reconstituir a materialidade do delito, com o objetivo de orientar a investigação policial e o processo criminal. É a prova pericial que demonstrará, por exemplo, se o acusado por um determinado crime realmente o praticou ou não, ou se agiu em legítima defesa.

O Instituto Médico Legal (IML) e o Instituto de Criminalística (IC) integram a Polícia Científica do Estado do Paraná.

Em 2012, destaca-se a promoção de peritos e auxiliares dos dois institutos com abertura de vagas, possibilitando a nomeação de remanescentes do último concurso realizados (peritos criminais, toxicologistas e auxiliares de necrópsia). Foi encaminhado projeto de alteração da Lei n.º 14.678/2005 – Quadro Próprio dos Peritos Oficiais possibilitando o aumento do quadro do IML e do IC, com impacto no orçamento de 2013.

25.6.1 Instituto Médico-Legal (IML)

Presta serviços de Polícia Científica na área de medicina legal realizando perícias em vivos (Clínica Médico-Legal), mortos (serviços de medicina legal e de verificação de causas de óbitos), ossadas (antropologia forense), pesquisa de drogas (Divisão de Laboratórios), psiquiatria forense, odontologia forense entre outros, requisitadas por autoridades policiais e judiciárias, necessárias ao esclarecimento dos processos policiais, judiciários e administrativos.

Atua em todo o Estado possuindo uma sede na Capital e 17 no interior.

Por ser um serviço técnico-científico à disposição da Polícia e do Judiciário, especialmente, o IML emite laudos sigilosos que representam peças fundamentais nas investigações, inquéritos policiais e demais encaminhamentos jurídicos.

As principais realizações do IML em 2012, foram a inauguração da nova sede em União da Vitória; a construção da sede em Maringá, iniciada em agosto com término previsto para maio de 2013; a construção da sede em Paranaguá, com inauguração em dezembro, durante a realização da Operação Verão 2012-2013; o lançamento do edital de licitação da nova sede em Curitiba e em Londrina.

Foram desenvolvidas atividades acadêmico-científicas na busca da qualificação profissional dos técnicos que atuam na área, destacando-se:

- Participação de Toxicologistas e Químicos Legais em Cursos de Atualização, Encontros Interestaduais nas respectivas áreas de atuação, III Congresso Brasileiro e II Jornada Latino-Americana de Genética Forense, em Porto Alegre-RS; Cursos da Rede Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ); Reuniões como Levantamento de Dados das Perícias de Crimes Sexuais; XVII Congresso Brasileiro de Toxicologia, em Ribeirão Preto; Feira de Segurança, no Rio de Janeiro; Aspectos da Perícia Forense no Brasil e Segurança em Grandes Eventos; Reunião Técnica do Conselho dos Dirigentes dos Órgãos de Perícia do Brasil.

- Realização de Cursos de Fundamentos em Medicina Legal para Médicos e Auxiliares de Necropsia, bem como de Instruções Administrativas e de Informática, destinados aos 120 contratados pelo Processo Seletivo Simplificado, exclusivo às seções do interior.
- Participação de seis médicos legistas no Congresso Brasileiro de Medicina Legal, realizado em outubro, em Fortaleza-CE.
- Ensino e treinamentos ofertados a peritos oficiais dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Sul, pela Divisão de Laboratórios.
- Até o mês de setembro foram realizadas 33.262 perícias em Curitiba e Região Metropolitana e mais 28.291 nas 17 seções do interior, totalizando 61.553 laudos de perícia e pesquisa realizados em todo o Estado.

25.6.2 Instituto de Criminalística (IC)

Ao IC compete a realização de trabalhos periciais, com o intuito de elucidar tecnicamente o modo como ocorreram os fatos delituosos e as circunstâncias que os cercaram, colhendo as provas materiais pelas quais se torne possível a identificação do autor ou autores do delito e o *modus operandi*.

As principais atividades desenvolvidas em 2012 compreenderam:

- Implantação do Controle Estatístico dos Laboratórios (Sistema SGIP), desenvolvido pela equipe do laboratório de Informática Forense, o qual foi apresentado no Congresso Nacional de Criminalística em novembro de 2011.
- Conclusão do Processo de Identificação humana através do DNA das impressões digitais, desenvolvido pelo Perito chefe da seção de Genética Molecular Forense.
- Projeto de Implantação do Banco de Dados de Perfil Genético do Paraná.
- Recebimento do terreno para a construção da nova sede de Londrina.
- Finalização dos projetos dos novos IC de Londrina e Maringá.
- Conclusão da reforma da sede do IC de Ponta Grossa.
- Participação nas Oficinas Temáticas da COPA 2014.
- Exposição na Feira INOVATEC 2012.
- Participação de peritos de diversas áreas em congressos para aperfeiçoamento profissional.
- Melhorias na estrutura da sede de Curitiba.
- Aprovação do processo de promoções dos peritos há mais de quinze anos sem ascensão profissional.
- Nomeação de 34 novos peritos do concurso realizado em 2007.
- Elaboração do projeto de alteração da Lei n.º 14.678, que estrutura o Quadro Próprio de Peritos Oficiais e aumento de vagas na carreira.
- Iniciados os trabalhos para realização de novo concurso público.
- Realização de 24.036 perícias e pesquisas de polícia científica e 335 exames de DNA (até setembro).

25.7 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR)

Tem por finalidade o cumprimento à legislação federal de trânsito, Lei n.º 9.503/97, visando à manutenção das atividades típicas e serviços básicos, no contexto da coordenação e controle do tráfego urbano, otimizando os mecanismos estruturais e gerenciais da Autarquia, qualificando e dinamizando, permanentemente, os serviços prestados à comunidade, visando, ainda, a participação da comunidade em ações integradas de segurança pública e melhoria da malha viária estadual e municipal, promovendo mecanismos de redução dos índices de acidentes de trânsito no Estado.

As ações desenvolvidas em 2012 compreenderam:

- Capacitação de Despachantes – Parceria DETRAN/PR e Sindicato dos Despachantes do Paraná - atualização dos procedimentos, técnicas e responsabilidade na prestação dos serviços prestados para cerca de 800 Despachantes de Transito.
- Implantação do Selo Garantia referente a vistoria veicular feita por Despachantes do Paraná - assegurando maior confiabilidade aos serviços prestados pela classe de Despachantes, como iniciativa pioneira do Estado.
- Vistoria em Centro de Formação de Condutores (CFC) - realizada em 250 CFC, decorrendo 04 advertências, 07 suspensões e 11 cassações (até setembro).
- Parceria DETRAN e Instituto de Identificação – convênio visando a prestação de serviços de ambas instituições, onde hajam espaços físicos disponíveis, proporcionado maior comodidade à população paranaense.
- Parceria DETRAN e SEED – implementação da educação para o trânsito em todas as fases e diretrizes curriculares, começando das sextas até as nonas séries, assim como implementação de ações educativas junto ao Centro de Atividades Vila da Cidadania, em Piraquara.
- Abertura de Edital para Credenciamento de Bancos com finalidade de realização da arrecadação de taxas do DETRAN/PR – ação atualmente realizada somente pelo Banco do Brasil visa ao recolhimento de guias de pagamento, taxas e multas de trânsito sob responsabilidade da Autarquia.
- Padronização de autuação aos motoristas infratores - reformulação e atualização do catálogo com o resumo de infrações, codificação e providências na fiscalização de trânsito.
- Emissão automática da CNH definitiva – visando tirar 183 mil pessoas por ano dos balcões de atendimento da Autarquia e diminuir o tempo de espera de todos os usuários.
- Liberação de consulta de transporte escolar pela internet – disponibilização de informações sobre a autorização do veículo, cujos itens de segurança encontram-se regulamentados.
- Parceria DETRAN e URBS - os veículos de transporte escolar de Curitiba passam por uma única vistoria para receberem a autorização para atuar na área.
- Sistema informatizado de Ouvidoria – implantação de link no site www.detran.pr.gov.br onde os usuários registram reclamações, sugestões e elogios ao órgão por meio de um sistema informatizado de ouvidoria.

- Projeto de melhorias ao acesso às informações da Avaliação Psicológica para 1ª Habilitação de Condutores - esclarecer os novos condutores de como funciona o exame, quais competências são avaliadas, o significado de cada resultado e seus direitos.

Foram disponibilizados novos serviços, quais sejam:

- Em Reserva, 101.ª CIRETRAN – disponibilização de novos serviços à população, (montagem processo 1.ª habilitação, inclusão e alteração de categoria, captura biométrica, realização exame teórico, agendamento de exame médico e avaliação psicológica em clínicas credenciadas).
- Em Icaraíma, 91.ª CIRETRAN – disponibilização de serviços 1.ª habilitação.
- Serviços área de veículos: a) do total de 886 despachantes credenciados, houve 40 advertências, 14 suspensões, 05 cassações e 14 descredenciamentos; b) da frota de 5.699.095 veículos, houve a movimentação de cerca de 2,118 milhões de processos finalizados, referentes a Registro de Veículos Automotores; c) emissão de cerca de 2,029 milhões de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV).
- Serviços área de habilitação: a) realização de mutirões, com abertura de vagas extraordinárias para exames práticos de direção veicular, abrangendo diversos municípios paranaenses, totalizando cerca de 700 mil exames; b) movimentação de 867 mil processos finalizados referente a Habilitação de Condutores de Veículos Automotores.
- Realização de 808 Cursos de Reciclagem, para condutor infrator à legislação de trânsito, com a participação de 20.557 condutores.
- Participação na 15.ª Reunião do Comitê de Assuntos Financeiros da Área de Trânsito (COMFITRAN) – em Foz do Iguaçu, organizado pelo DENATRAN, reunindo representantes de órgãos federais e estaduais de trânsito, com objetivo de diagnosticar a situação de arrecadação das multas de trânsito e dos valores repassados à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito (FUNSET).
- Participação no 37.º Encontro Nacional dos DETRANs – no Rio Grande do Sul, pela Associação Nacional dos Departamentos de Trânsito (AND), reunindo os órgãos estaduais para debater questões gerais sobre o trânsito no Brasil, tendo por pauta as Resoluções 282/2008 e 398/2011 do CONTRAN, o Registro de Veículos Elétricos, a Alteração no Processo de Habilitação da Categoria "A" e a Regulamentação nos Processos de Transferência de Veículos entre outros.
- Participação na Operação Verão 2012 – Matinhos, Ipanema, Guaratuba, com atendimento a cerca de 22 mil veranistas com ações de Educação para o Trânsito.
- Projeto Mundial Vida no Trânsito - parceria envolvendo dez países, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Fundação Bloomberg Philanthropies, objetivando o desenvolvimento de ações especiais de segurança e educação no trânsito, junto com Campo Grande (MS), Palmas (TO), Teresina (PI) e Belo Horizonte (MG), tendo por meta a redução em 10% o número de feridos graves e mortes em acidentes de trânsito. Em Curitiba, foram escolhidas como metas a redução de acidentes envolvendo trânsito e álcool, velocidade, motociclistas e pedestres, principalmente da terceira idade.

- Realização de palestras sobre trânsito: a) em Umuarama: palestra a cerca de 50 instrutores de autoescola; b) em Foz do Iguaçu, CIRETRAN em parceria com o 14.º Batalhão/PMPR, ações educativas em escolas estaduais da região, com objetivo de conscientizar os futuros condutores sobre a importância de um trânsito mais seguro; c) em Dois Vizinhos, palestras educativas sobre Trânsito Consciente no II Seminário realizado pela Associação Atlética Banco do Brasil; d) em Palotina, palestra para cerca de 180 funcionários da empresa Cooperativa Cotriguaçú; e) em Apucarana, em parceria com o SESI, palestras educativas em sete escolas da região.
- Campanhas educativas: a) operação Volta às Aulas em parceria com a Secretaria Municipal de Trânsito de Curitiba (SETRAN) com abordagens educativas, distribuição de informativos com dicas de segurança no trânsito, incluindo transporte de menores; b) lançamento da campanha "Se Liga no Trânsito" cujas atividades alertam sobre os riscos de beber e dirigir, conscientização nas cidades com maior número de acidentes causados por motoristas embriagados, com ações nos principais bares e baladas de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu, com abordagem a mais de 11 mil jovens; c) apoio à realização do evento "A pessoa com deficiência na mídia"; d) lançamento do livro Maria de Rodas, realização das Faculdades Integradas do Brasil, com apoio do Governo do Estado e do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN).
- Em Rio Negro - 29.ª CIRETRAN) - obras de reparos da Sede e construção de muro divisa com a Delegacia da Polícia Civil (R$ 159,3 mil).
- Em Paranaguá – 2.ª CIRETRAN - inaugurada nova sede com área total de 10 mil m^2 e 1.270 m^2 de área construída, conta com salas para curso de reciclagem e prova eletrônica, além de pista de exame prático nas categorias A e B e pátio para veículos apreendidos.
- Em Rio Branco do Sul - parceria com Instituto de Identificação - instalação de Posto de Serviços que disponibilizará 48 serviços para motoristas (habilitação e veículos), além de carteira de identidade e documentos no posto conjunto do Instituto de Identificação do Estado, no mesmo prédio.
- Em Londrina - instalação do Posto de Serviços, em novo endereço, com oferta de novos serviços, como vistoria veicular para primeiro emplacamento e provas teóricas de direção, além de abertura de processo de primeira habilitação, com a expectativa de atendimento diário de cerca de 500 pessoas.
- Novos equipamentos que proporcionem aos funcionários melhores condições de trabalho com aquisição de novos sistemas Split para os aparelhos de ar condicionado; 14 veículos; equipamentos de informática; demais móveis e utensílios.

25.8 Área de Saúde

O Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) presta atendimento às vítimas de traumas em vários níveis, desde uma fratura em ambiente doméstico até acidentes automobilísticos com várias vítimas. Além disso, o SIATE é composto por equipes especializadas que estão à disposição da população 24 horas por dia no Corpo de Bombeiros. Para chamar os socorristas em todo o Estado basta discar para o telefone 193.

Em 2003, apenas sete municípios do Paraná contavam com o atendimento do SIATE. Desde então, o serviço de emergência médica – elogiado em todo o país – foi estendido para outras 12 cidades.

Até setembro, foram atendidas 41.138 ocorrências pré-hospitalares, sendo a maior incidência na Região Norte Central, com 10.379, seguida da Região Metropolitana, com 9.873 atendimentos.

26

Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

26 Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS)

A SETS, baseou suas ações nas diretrizes governamentais, buscando assegurar que a missão de inclusão social atendesse conjuntamente aos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Os principais programas desenvolvidos bem como os resultados alcançados durante o ano de 2012, estão a seguir relatados.

26.1 Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (DETER)

Realizou ações de aprimoramento e de integração dos programas, destacando-se a iniciativa de credenciar todas as Agências do Trabalhador existentes no Paraná, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o que permitirá receber recursos, por meio de convênio do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT).

26.1.1 Programa Intermediação de Mão de Obra

As Agências do Trabalhador têm como objetivo a colocação do trabalhador no mercado de trabalho e o suprimento de força de trabalho adequada aos empregadores, com qualidade e rapidez.

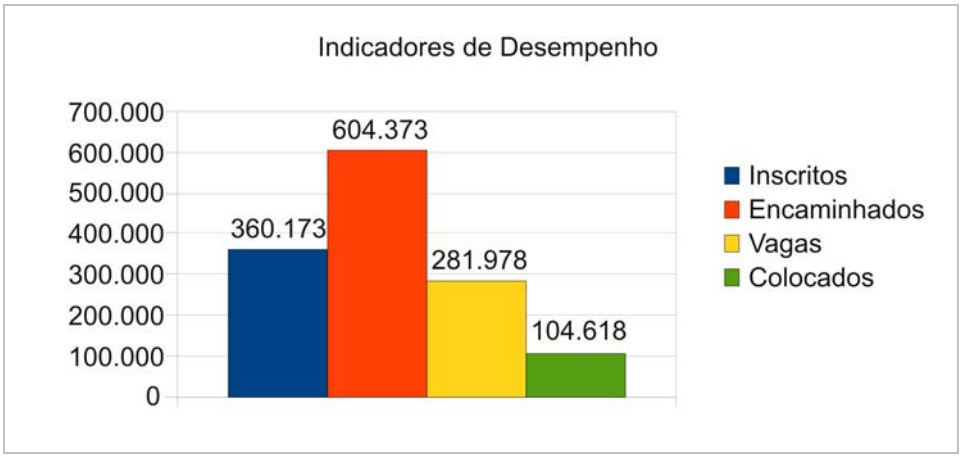
O Programa realizou a colocação de 104.618 trabalhadores no mercado formal de trabalho, representando 8,8% do total de admitidos registrado pelo CAGED (gráfico 1).

TABELA 1 - NÚMEROS DA INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA

MÊS	INSCRITOS	VAGAS	ENCAMINHADOS	COLOCADOS
Janeiro	37.610	28.574	57.159	7.157
Fevereiro	30.448	20.870	47.877	7.946
Março	36.825	26.626	56.131	10.219
Abril	30.404	21.258	48.190	9.501
Maio	32.712	25.787	55.457	9.712
Junho	27.510	22.343	49.460	8.677
Julho	29.691	26.342	56.069	10.196
Agosto	31.202	27.141	61.228	10.618
Setembro	24.625	21.022	48.703	9.339
Outubro	29.106	25.381	56.996	9.676
Novembro(1)	28.510	22.000	45.000	9.000
Dezembro(1)	25.000	15.000	45.000	900

(1) Previsão.

GRÁFICO 1 - RESULTADOS DO PROGRAMA DE INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA - PARANÁ - JAN-OUT 2012



FONTE: SETS - MTE/Mais Emprego

26.1.2 Programa Habilitação ao Seguro Desemprego

Promoveu a concessão do benefício ao trabalhador desprovido de renda ou de emprego e que busca nova colocação, acessando para tanto a intermediação de mão de obra, a orientação e a qualificação social e profissional.

Foram habilitados ao benefício 295.019 trabalhadores, representando 81,0% das habilitações do Estado, considerando que também são executores da política no Paraná, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e as Prefeituras de Londrina, Curitiba, Ponta Grossa e Maringá. O Programa atendeu também outros Estados: Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina, destinando-se ao pescador artesanal, trabalhador dispensado involuntariamente, empregado doméstico, trabalhador com suspensão temporária do contrato de trabalho e trabalhador identificado em situação análoga ao trabalho escravo.

PRODUTO / SERVIÇO	QUANTIDADE	PREVISTO	
Trabalhadores Habilitados ao Benefício	Realizado até 22/out	Novembro	Dezembro
Seguro-Desemprego – Modalidades: Formal, Bolsa, Empregado Doméstico	246.073	24.473	24.473
Pescador Artesanal Habilitado ao Benefício Seguro Desemprego	2.233	3.000	1.337
TOTAL	248.306	27.473	25.810

Memória de Cálculo:
Realizado: o total de 246.073, compõe 838-Bolsa, 505-Empregado Doméstico e 244.730-Formal
Previsto: para novembro e dezembro não foram consideradas as modalidades Bolsa e Empregado Doméstico, apenas 244.730 / 10 = 24.473.

VALOR PAGO (ATÉ 22/10/2012, REFERENTE A TODOS OS CONVÊNIOS)	(R$)
Beneficiário Seguro-Desemprego - Modalidades: Formal, Bolsa, Empregado Doméstico	947.958.143
Beneficiário Seguro-Desemprego - Modalidade Pescador Artesanal	16.009.658
TOTAL	963.967.801

A assistência financeira do Seguro-Desemprego foi de R$ 964,0 milhões um volume expressivo de recursos que movimentou a economia paranaense no período em questão.

26.1.3 Programa de Qualificação Social e Profissional

- As ações do Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ), visam a qualificação, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação, com gestão do MTE, e destinam-se aos trabalhadores desempregados, com prioridade de acesso para os seguintes segmentos: desempregados de longa duração, mulheres chefes de família, pessoas com mais de quarenta anos, ou com dificuldades de inserção no mundo do trabalho. Foram desenvolvidas ações em parceria com o Sistema Nacional de Aprendizagem na Indústria (SENAI), Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Sistema Nacional de Aprendizagem no Transporte (SENAT) e com a FECILCAM, conforme tabela a seguir.

PARCEIRO	META	RECURSOS (R$ 1,00)
SENAC	41 turmas – 827 educandos	891.000
SENAI	37 turmas – 597 educandos	543.300
ENAT	14 turmas – 284 educandos	192.000
FECILCAM	16 turmas – 255 educandos	246.375
TOTAL		1.872.675

- Elaboração do Plano de Implementação e do Termo de Referência do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, convênio para a qualificação de 7.000 jovens com recursos no montante de R$ 13,0 milhões, sendo R$ 10,4 milhões do MTE e R$ 2,6 milhões do tesouro estadual.
- Participação, em parceria com a SEED, SEDS e entidades do Sistema "S", da seleção e encaminhamento de trabalhadores para os cursos do PRONATEC.

26.1.4 Programa Orientação Profissional do Trabalhador

- Assinatura do Contrato de prestação de serviços entre a SETS e IFPR, tendo como objeto, a implantação das Telessalas do Trabalhador, importante ferramenta para o Programa, com implantação de 125 Telessalas e capacitação de 125 tutores locais.
- Realização de Oficinas para a Melhoria das Competências para o Trabalho.
- Realização, via satélite e ao vivo, das Oficinas de Marketing Pessoal e Profissional, com a participação de 4.010 trabalhadores.

26.1.5 Programa Certificação Profissional

- Realização de Oficinas de Planejamento com a participação da SETS, SEED e IFPR.
- Desenvolvimento, adaptação e publicação do Manual do Candidato para a certificação do Perfil Pedreiro.
- Implantação do Projeto Piloto na área da Construção Civil para o público da Capital e Região Metropolitana de Curitiba, encaminhando 139 trabalhadores pedreiros.

26.2 Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN)

26.2.1 Divisão de Política de Segurança Alimentar e Nutricional (DPSAN)

Desenvolvidas atividades de articulação intersetorial e apoio técnico das políticas, ações e programas, em âmbito estadual, tendo como referência a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada e a consolidação do Sistema SISAN.

Além do suporte técnico ao CONSEA/PR e a execução do convênio n.º 140/2010-MDS/SETS, destacam-se os seguintes eventos:

- Oficina com o Grupo de Acompanhamento para pactuação da metodologia, em maio, com 25 participantes.
- Oficina Estadual de Formação em Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação de técnicos das regionais da SETS, gestores públicos, representantes de instituições de ensino superior e da sociedade civil, com 137 participantes.
- Elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar pela Comissão Técnica representada por 10 Secretarias de Estado que compõem a CAISAN/PR.

26.2.2 Programa Aquisição de Alimentos (PAA)

Realiza ações de compra e doação de alimentos provindos da agricultura familiar com o objetivo de apoiar, estimular e fomentar iniciativas de produção, promovendo o desenvolvimento local, resultando na geração de trabalho, renda e inclusão social de parcela da população, sob risco nutricional. As ações do programa foram realizadas no sentido de apoiar estratégias solidárias de organização em rede para a produção, comercialização e consumo de alimentos.

Principais resultados do PAA, entre as entidades sociais:

- Complementação da alimentação ofertada nas instituições sociais que, na maioria, passou do conjunto chá e bolacha para a refeição completa arroz, feijão, verduras e carne.
- Qualidade do alimento da agricultura familiar - avaliado como sendo superior aos alimentos industrializados e/ou adquiridos em mercados locais.
- Aproximação do meio urbano com o rural, influenciando na compreensão e entendimento sobre a forma e funcionamento do meio rural.
- Desconstrução de vários preconceitos, entre eles o de que crianças não aceitariam frutas e verduras, entre outros alimentos, em suas refeições.
- Investimentos na estrutura física e de pessoal das cozinhas das instituições, pois o alimento *in natura* necessita de mais profissionais para prepará-lo, assim como de espaços adequados para armazenagem e preparação.

Principais resultados e impactos do PAA, entre os agricultores.

- Aumento da renda familiar, em muitos casos, conquista de renda familiar.
- Garantia de mercado e de preço no período em que participa do Programa.

- Aumento na diversificação da produção de alimentos comercializados e abertura de novos canais de comercialização, venda direta nas residências, pequenos mercados, feiras livres, entre outros.
- Melhoria da infraestrutura, da embalagem e do transporte.
- Envolvimento do jovem na produção da propriedade e elevação da autoestima dos agricultores, que se sentem valorizados com seus alimentos consumidos pela comunidade.

QUADRO EVOLUTIVO DO PAA NO ESTADO - 2004/2012

ANO EXECUÇÃO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	CONVÊNIOS FIRMADOS	AGRICULTORES BENEFICIADOS	ENTIDADES ATENDIDAS	PESSOAS BENEFICIADAS	RECURSO APLICADO (R$)
2004	33	40	935	306	92289	1.635.000,00
2005	81	91	2864	964	367374	5.008.000,00
2006	204	230	5658	1995	791567	10.631.000,00
2007	215	227	5662	2354	828488	10.433.000,00
2008	-	-	-	-	-	-
2009	236	243	5058	2362	799008	15.086.000,00
2010	274	287	6874	2925	980289	22.702.000,00
2011	274	287	6865	2925	985079	15.345.000,00
2012	281	294	9253	3025	1379110	24.552.000,00

26.2.3 Programa Leite das Crianças (PLC)

Tem como objetivo auxiliar no combate à desnutrição infantil e consiste na distribuição gratuita de um litro de leite por dia às crianças com idade entre 6 e 36 meses, integrantes de famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo regional. Pela sua natureza, o Programa é intersetorial, englobando ações da SETS, da SEAB, da SEED, da SEDS e da SESA.

O Decreto n.º 5.659, de agosto de 2012, conferiu à SETS a coordenação do Programa, prevendo prazo de 180 dias para que as Secretarias parceiras procedessem as adequações necessárias para a sua reestruturação:

- Definição da composição e competências das Comissões Técnicas Regionais e dos Comitês Gestores Municipais.
- Análise e aprovação do edital de credenciamento de usinas de leite que atenderão às demandas a partir de 2013.
- Aquisição de 700 freezeres para as escolas estaduais que servem de ponto de distribuição de leite.
- Aquisição e distribuição de 1.000 caixas térmicas para acondicionar o produto para entrega nos pontos de redistribuição.

26.3 Departamento de Economia Solidária (DESOL)

26.3.1 Programa de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRODESOL)

Desenvolve políticas públicas de fomento, comercialização, crédito e consumo, como processos emancipatórios, geradores de oportunidades de trabalho e renda aos trabalhadores paranaenses em territórios historicamente excluídos e vulneráveis social e economicamente.

Apresentação de projetos para a captação de recursos federais do Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretária Nacional de Economia Solidária e do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme quadro abaixo:

CONVÊNIO	RECURSOS FEDERAIS	RECURSOS ESTADUAIS	OBSERVAÇÃO
Convênio n.º 053/2012EES nas áreas de alimentação, artesanato e confecção	2.000.000,00	566.520,00	Em processo de autorização governamental
Consulta Prévia – SEPL/SETS/SEAB - BNDES-EES nas áreas de alimentação, artesanato, confecção e reciclagem	5.000.000,00	5.000.000,00	Em processo de abertura de Edital conjunto com BNDES
Termo de Referência - Parceria com Governos Estaduais EES de Catadoras e Catadores e Redes Solidárias atuantes na área de reciclagem	2.621.878,00	265.000,00	Em processo de conveniamento com o MTE/SENAES
Ações Integradas de Economia Solidária ao Programa Família Paranaense na área de alimentação com a utilização de equipamentos de segurança alimentar	-	778.000,00	Em processo de licitação, compra dos equipamentos e materiais de consumo

- Encontros Macrorregionais, participação de Empreendimentos Econômicos Solidários, das Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária e dos Gestores Públicos:

FÓRUNS REGIONAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	MUNICÍPIOS	GESTORES	ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA	EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	TOTAL PARTICIPANTES
Campos Gerais	18	19	15	22	56
Centro	40	36	22	41	99
Leste	29	32	34	63	129
Litoral	7	17	11	19	47
Noroeste	117	35	22	16	73
Norte	98	28	20	49	97
Oeste	90	56	28	37	121
TOTAL	399	223	152	247	622

- Realização do V Encontro Estadual de Economia Solidária e a V Plenária Estadual de Economia Solidária, realizada em 61 municípios com 124 participantes:

FÓRUM PARANAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	MUNICÍPIOS	GESTORES PÚBLICOS	ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA	EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
Estadual	61	36	31	57

26.3.2 Programa de Desenvolvimento do Artesanato Paranaense (PRODEAP)

- Ações de atendimento aos Artesãos e Associações/Cooperativas no Estado:

REGIÕES	META	REALIZADO
Centro Ocidental	75	5
Centro Oriental	87	43
Centro Sul	85	0
Metropolitana Curitiba	836	1.300
Noroeste	130	83
Norte Central	237	96
Norte Pioneiro	94	3
Oeste	263	21
Sudeste	74	2
Sudoeste	119	0
TOTAL	2.000	1.553

- Participação em Eventos – a) II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, em Florianópolis, com 54 artesãos expositores e vendas no valor de R$ 7,0 mil; b) XIII FENEARTE – Feira Internacional de Negócios do Artesanato, em Olinda/PE, com 10 Empreendimentos Econômicos Solidários, 95 artesãos expositores e vendas no valor de R$ 41,7 mil; c) 13.º Festival de Inverno, em Bonito/MS, com 08 Empreendimentos Econômicos Solidários, 114 artesãos expositores e vendas no valor de R$ 9,1 mil; d) XV Salão Internacional do Artesanato, em Brasília/DF, com 03 Empreendimentos Econômicos Solidários, 20 artesãos expositores e vendas no valor de R$ 23,1 mil.
- Ações com inclusão no âmbito do Programa Família Paranaense – a) assinatura do Termo de Doação dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional entre o Governo do Paraná e o MDS; b) diagnóstico documental resultando os seguintes dados:

PROGRAMA	ATIVA	DESATIVADA	AGUARDANDO RESPOSTA	SEM RESPOSTA	TOTAL
Cozinhas Comunitárias	92	9	25	7	133
Hortas Comunitárias	131	85	196	37	449

- Microcrédito Produtivo e Orientado - 03 turmas de formação de novos Agentes de Microcrédito e Desenvolvimento Municipal, em Curitiba, Cascavel e Maringá, com 73 agentes formados que receberam capacitação inicial completa, com cursos presenciais ministrados em 03 módulos (Módulo I: Formação de Agentes de Crédito - 48 horas/aula - SEBRAE-PR; Módulo II: Empreendedorismo Formalização de MEIs - 4 horas/aula - SEBRAE-PR; Módulo III: Treinamento Operacional do Programa Crescer - 8 horas/aula - CEF).
- Microcrédito: Programa Crescer - convênio firmado entre a SETS e CEF, para concessão do Programa Nacional de Microcrédito (PNM). Foram treinados 143 agentes, com 119 beneficiados (contratos efetuados) e valor financiado de R$ 1,0 milhão.
- Microcrédito: Programa Banco Social - convênio firmado entre a SETS e a Agência de Fomento do Paraná, criado para atender pequenos empreendedores, formais ou informais, com 2.228 beneficiados (contratos efetuados) e valor financiado de R$ 20,3 milhões.

- Fomento ao Empreendedorismo e Geração de Trabalho e Renda - os agentes de apoio ao empreendedor lotados nas Agências do Trabalhador realizaram a formalização de 3.014 empreendedores para a categoria MEI e encaminharam 1.101 empreendedores para capacitação em instituição parceira. O Programa Central do Profissional Autônomo (CPA), registrou 2.359 trabalhadores inscritos, 1.421 ofertas de serviço coletadas, 1.838 trabalhadores encaminhados e 978 trabalhos realizados.

26.4 Departamento de Relações do Trabalho (DRT)

Desenvolveu suas ações tendo por objetivo promover a democratização e a modernização do sistema de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores.

Entre as metas do Programa, foram alcançados os seguintes resultados:

- Termo de Patrocínio firmado entre a SETS e a Itaipu Binacional no valor de R$ 25,0 mil, para o desenvolvimento da revista: Encontros Macrorregionais e Conferência Estadual sobre a Agenda Parananense do Trabalho Decente.
- Negociação do Piso Mínimo Regional.
- Criação do Grupo Executivo do Trabalho Decente.
- Realização de 06 Seminários Macrorregionais com 1.300 participantes.
- Impressão de 4.000 revistas, Trabalho Decente Debate Tripartite pelo fim da exploração no trabalho.
- Revitalização e/ou criação de 170 conselhos municipais.
- Acordo, em conjunto com a SESA, visando a proteção do trabalhador, operador de máquinas.

27

Secretaria do Turismo

27 Secretaria de Estado do Turismo (SETU)

A SETU, tem por finalidade as atividades relativas à definição de diretrizes, proposição e à implementação da política de governo na área do turismo, em todas as suas modalidades de gestão, promoção, normatização, hospitalidade e incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social.

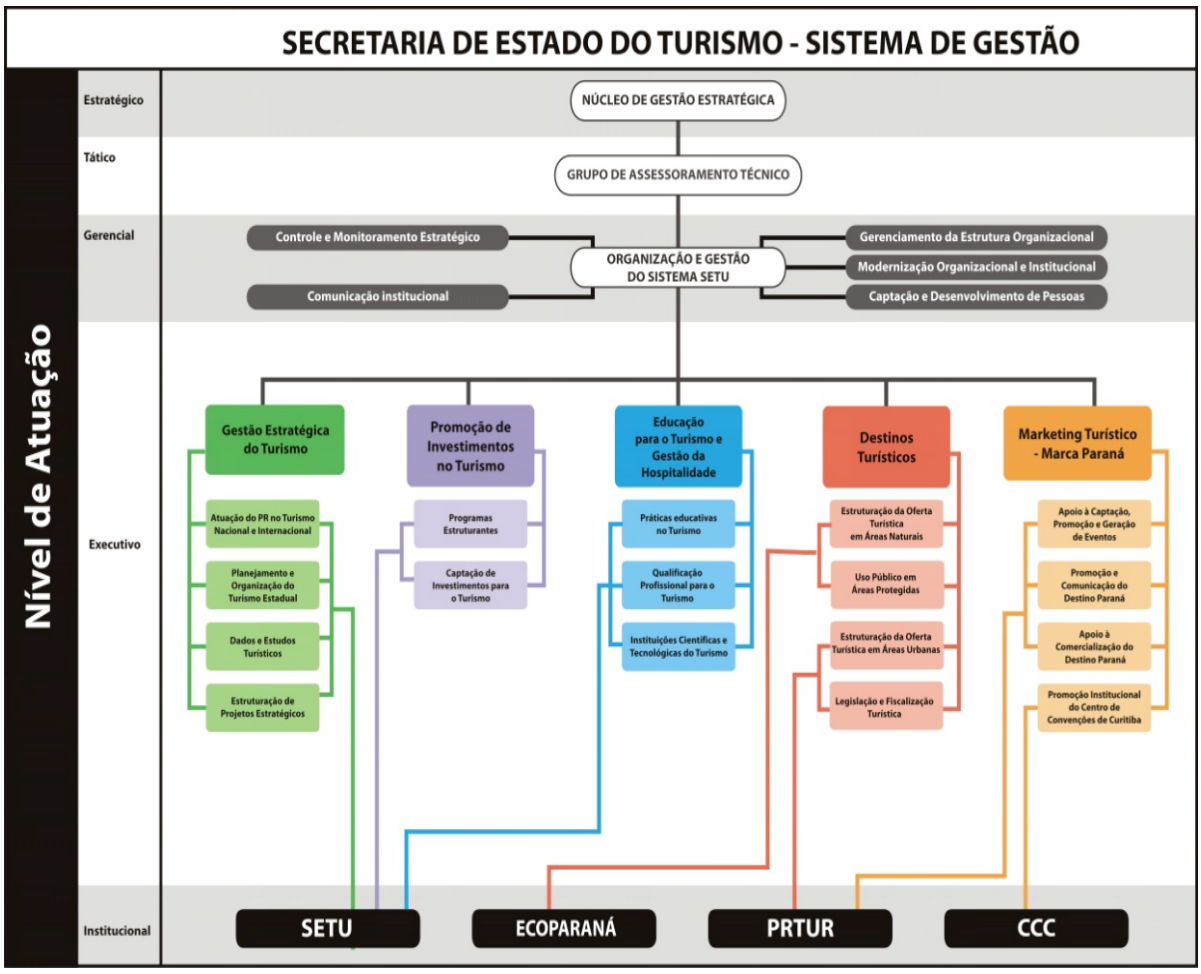
Dentro do Sistema SETU, é responsável pelos Eixos Estratégicos de Gestão Estratégica do Turismo; Promoção de Investimentos no Turismo; e Educação para o Turismo e Gestão da Hospitalidade.

Tem como missão "Fomentar e promover a atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná e para a satisfação de seus visitantes".

Atua a partir de um Sistema de Gestão pró-ativo, horizontal e integrado, orientado para a identificação de oportunidades, alcance de resultados efetivos e a otimização de recursos, composto por sua administração direta e por suas entidades vinculadas Paraná Turismo, Centro de Convenções de Curitiba e ECOPARANÁ, além dos escritórios de Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu, no nível regional, dentro de um modelo de estrutura matricial que visa o alinhamento sistêmico entre seus componentes, de forma a garantir integração e direcionamento comuns, além de clareza na atuação institucional.

Salienta-se que a SETU está orientada para desempenhar sua gestão de forma inovadora, a partir de alianças estratégicas com as organizações dos setores público, privado e academia, de forma transversal, ou seja, compreendendo que o Turismo deve ser trabalhado dentro do conceito de Sistema, onde o resultado que se espera para a atividade no Paraná depende do conjunto de atores da sociedade e da economia, vindo a conformar a visão do *Pacto Paraná para o Turismo*, trazendo seu reconhecimento como setor estratégico, facilitador da integração institucional e promotor de negócios e inclusão social.

A representação gráfica a seguir (Figura 1 – Sistema de Gestão), permite visualizar os diferentes níveis de atuação – estratégico, tático, gerencial, executivo, institucional, assim como os eixos estratégicos e programas vinculados a cada instituição, que orientaram as principais atividades realizadas em 2012.



FONTE: SETU, 2011

27.1 Administração Direta

Programas e principais ações realizados.

27.1.1 Atuação do Paraná no Turismo Nacional

- Participação: a) na Comissão de Turismo Brasil Sul (CTBS), em Balneário Camboriú-SC e em Brasília-DF; b) em ações do Ministério do Turismo (MTur) – Brasília-DF; c) no Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) – Brasília-DF.
- Participação do Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Paraná (NFPR) - Porto Alegre-RS, Brasília-DF e Rio de Janeiro-RJ; e confecção de material institucional do NFPR.
- Viabilização de parceria com o CODESUL para estruturação da Secretaria Executiva.
- Realização de reuniões e teleconferência com presença da ABIH e SEBRAE.

27.1.2 Planejamento e Organização do Turismo Estadual

- Difusão dos dados da Pesquisa de 2010 sobre o nível de desenvolvimento turístico dos municípios e a hierarquização das 10 regiões turísticas.
- Instâncias de Governança Regionais (IGRs) do Turismo: a) instituição do Certificado de Reconhecimento das Instâncias de Governança Regionais (IGRs) do Turismo; b) construção da estratégia metodológica para fortalecimento e profissionalização das IGRs; c) disponibilização de assessoria técnica para as IGRs; d) sistematização de Mecanismo de Avaliação Anual das IGRs; e elaboração de convênios com as IGRs (07 Planos).
- Elaboração de projeto de organização dos receptivos turísticos dos roteiros regionais.
- Realização de palestras informativas sobre a Política e o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná.
- Revisão e monitoramento da implementação do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2012-2015.
- Realização das atividades de Secretaria Executiva do Conselho de Turismo.
- Atualização do cadastro dos órgãos oficiais de turismo e conselhos municipais de turismo.
- Sinalização da Rota do Café e da Rota das Águas.
- Confecção de material promocional – Vale do Iguaçu, Riquezas do Oeste, Estradas e Caminhos.

27.1.3 Dados e Estudos Turísticos

- Apoio à realização das pesquisas de contagem e perfil do turista estrangeiro do MTur, realizada em Curitiba (Aeroporto Afonso Pena), com as execuções e treinamentos, além das logísticas e solicitações de autorização e liberações do local.
- Realização da coleta dos dados com aplicação dos formulários para obtenção do perfil e percepção dos turistas do navio AIDA CARA, em duas das quatro paradas (janeiro e fevereiro), além da digitação e análise dos dados com a elaboração do relatório final.
- Proposta de coleta de dados sobre os impactos da COPA FIFA 2014.
- Coleta de dados da demanda turística de Foz do Iguaçu em março e julho - digitação, tabulação e análise dos dados para elaboração do relatório final (encontra-se em andamento). Elaboração de Termo de Referência para contratação de consultoria para analisar o processo de construção de indicadores do Turismo, com acompanhamento e auxílio na elaboração do contrato.
- Coleta de dados secundários para conformação de relatórios para a CTBS, sobre os turistas estrangeiros que adentram ao Brasil pela Fronteira dos países do CODESUL (MS, PR, SC, RS).
- Desenvolvido trabalho sobre o monitoramento das ações do Plano de Ações estabelecido para o Sistema SETU.

- Revisão e publicação dos documentos da Estatística disponibilizados no site SETU (Atrativos do Paraná 2007-2011; Meios de Hospedagem 2009-2011; Passageiros do Paraná 2007-2011).

27.1.4 Estruturação de Projetos Estratégicos

- Elaboração dos projetos: Pacto Paraná, Turismo Social e COPA FIFA 2014.

27.1.5 Captação de Investimentos para o Turismo

- Impressão de folder contendo orientações para financiamento.
- Formatação da Pesquisa de Potencialidades de Investimentos no Turismo - Litoral Paranaense.
- Realização de 13 Seminários Regionais para divulgação de oportunidades de financiamento nas regiões turísticas.
- Desenvolvimento e disponibilização de três Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), abrangendo 32 municípios.

27.1.6 Práticas Educativas no Turismo

- Elaboração de material de campanha de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.
- I Ciclo de Palestras e Debates sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- Elaboração de ações a serem inseridas no Plano Decenal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.
- Produção de Material e participação na divulgação da Campanha do Turismo Sustentável e Infância no Litoral do Paraná.

27.1.7 Qualificação Profissional para o Turismo

- Elaboração e acompanhamento do Projeto Turismo e Inclusão Social para adolescentes em Foz do Iguaçu.
- Divulgação e acompanhamento do PRONATEC - COPA Paraná.

27.2 Paraná Turismo (PRTUR)

Tem o papel de executar a Política Estadual de Turismo para promover o turismo no Estado do Paraná no que se refere as atividades relativas a eventos e promoções turísticas, publicidade e propaganda, apoio aos municípios na área de turismo e ao registro e fiscalização de empreendimentos turísticos.

É responsável pelo Eixo Estratégico de Marketing Turístico e atua também no de Destinos Turísticos especificamente em seus programas de Estruturação da Oferta Turística em Áreas Urbanas e Legislação e Fiscalização Turística.

27.2.1 Destinos Turísticos

27.2.1.1 Estruturação do Turismo em Áreas Urbanas

- Elaboração e acompanhamento dos convênios com o Ministério do Turismo para: a) Sinalização Turística Rodoviária: Caminhos do Turismo integrado ao Lago do Itaipu, Litoral do Paraná e Rota dos Tropeiros; b) execução de Posto de Sinalização Turística no Aeroporto Internacional Afonso Pena.
- Acompanhamento do Processo de restauro e reforma do Palacete Mathias Bohn, em Paranaguá.
- Participação da Comissão Técnica da Assessoria Especial para Integração da Pessoa com Deficiência da SEJU.

27.2.1.2 Legislação e Fiscalização Turística

- Turismo Legal – regulamentação dos prestadores de serviços turísticos, por meio de cadastro no CADASTUR – 1.043 cadastrados.

27.2.1.3 Turismo Cultural

- Participação e acompanhamento do Conselho Estadual da Cultura (CONSEC).
- Participação no 3.º Fórum Nacional das Cidades Históricas e Turísticas, em Santa Maria–RS, promovido pelo MTur e prefeitura.
- Participação no Seminário Internacional Economia Criativa, Cultura e Negócios, realizado e promovido pela FIESP e SESI-SP.
- Participação em eventos para sensibilização e mobilização de atores municipais sobre a Economia Criativa em 10 municípios do Paraná.

27.2.2 Marketing Turístico

27.2.2.1 Apoio à Captação, Promoção e Geração de Eventos

- Eventos Nacionais - a) no Paraná: BNT MERCOSUL (Curitiba); Show Rural Coopave; ABAV – Paraná (Curitiba); EXPOBEL (Francisco Beltrão); EXPOAGRO (Laranjeiras do Sul); 52.ª Expo Londrina; 40.ª EXPOINGÁ; Festival de Turismo das Cataratas; Feira Mundo

Gastronômico (Curitiba); 2.º Festival de Turismo do Litoral (Paranaguá); b) em Outros Estados: Rio de Janeiro - ABAV Nacional; em São Paulo - Fórum Panrotas; 37.º Encontro BRAZTOA; Expo Católica; FEIRATUR; e 16.º AVIRRP (Ribeirão Preto).

- Eventos Internacionais: a) Goal To Brazil em Santiago-Chile; b) Goal to Brazil em Lisboa-Portugal; c) Feira Internacional de Turismo (FIT) em Buenos Aires-Argentina.

27.2.2.2 Promoção e Comunicação do Destino Paraná

- Lançamento de novo site do turismo estadual.
- Implementação de ferramenta de mala direta para comunicação institucional do Sistema SETU.
- Planejamento de uso das redes sociais para o público estrangeiro - twitter e facebook.
- Atualização do calendário *online* e criação de calendário de mesa 2013.
- Acompanhamento da criação de materiais de convênios firmados com o Governo Federal (MTUR e EMBRATUR).
- Reimpressão do Mapa Regiões Turísticas do Paraná.
- Confecção de Revista Bilíngue e de material gráfico em geral.
- Elaboração de vídeo da PRTUR.

27.2.2.3 Apoio à Comercialização do Destino Paraná

- DROPS - chamadas de 15 e 30 segundos, falando curiosidades de alguns pontos turísticos do Paraná, exibidos durante os intervalos da RTVE-AM.
- Elaboração de novos materiais informativos e do Guia do Litoral 2013.
- Realização de Oficina sobre informações turísticas.

27.3 ECOPARANÁ

Serviço Social Autônomo, tem a responsabilidade de idealizar projetos e ações relacionadas à promoção da atividade turística com foco no desenvolvimento sustentável do turismo em áreas naturais.

Atua no Eixo Estratégico de Destinos Turísticos, especificamente em seus programas de Estruturação da Oferta Turística em Áreas Naturais e de Uso Público das Unidades de Conservação.

27.3.1 Estruturação do Turismo em Áreas Naturais

- Contrato de Gestão entre SETU e ECOPARANÁ - Projetos: Navega Paraná e PARANATUREZA.
- Participação e acompanhamento do Conselho Estadual do Parque de Vila Velha - Ponta Grossa; e do Conselho Estadual do Parque do Monge - Lapa.

- Acompanhamento e articulações das paradas técnicas de navios de transporte de passageiros em Paranaguá.
- Participação em reuniões do Grupo de Trabalho - GT Náutico do Paraná sobre Projeto de Terminal de Passageiros no Porto de Paranaguá; Visita Técnica ao Terminal de Passageiro do Porto de Itajaí, Encontro com GT de Santa Catarina e Reunião com a MSC Cruzeiros para apresentação do Litoral Paranaense.
- Participação em reuniões técnicas de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Litoral.

27.4 Centro de Convenções de Curitiba (CCC)

Empresa Pública, tem como missão oportunizar à comunidade o acesso à cultura, à arte e ao conhecimento científico e tecnológico, por meio de infraestrutura adequada e equipada, fomentando o turismo de eventos e movimentando a economia local.

Atua no Eixo Estratégico de Marketing Turístico, especificamente em seu programa de Promoção Institucional do Centro de Convenções de Curitiba.

Principais ações realizadas:

a) 200 eventos realizados;

b) 73 visitas a órgãos públicos e empresas ligadas a eventos.

28

Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol 2014

28 Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014

As ações do Secretário Especial estão focadas em três ações prioritárias: transparência, integração com todos os municípios paranaenses e o legado que a Copa de 2014 deixará para a sociedade do Paraná.

Além dos 14 projetos constantes do Contrato de Gestão, o Secretário coordena algumas ações junto ao COL/FIFA como: a preparação dos profissionais de mídia para o mundial; ações de turismo envolvendo mais de 30 municípios indutores do turismo no Paraná, incluindo a *fun fest* que terá como palco o Parque Barigui; a ampliação da rede hoteleira, que hoje dispõe de mais de 60 mil leitos no Paraná; a qualificação profissional, com a capacitação até novembro, de mais de 30 mil trabalhadores paranaenses, via PRONATEC, SENAC, SEBRAE, ABIH, ABRASEL, FACOP, entre outros; e o recrutamento pelo COL/FIFA do corpo de voluntários generalistas e especialistas para o mundial de 2014.

Destaca-se também o acompanhamento e a fiscalização das obras dos aeroportos de responsabilidade da Infraero no Estado (Internacional Afonso Pena, do Bacacheri, de Londrina - Governador José Richa e Internacional de Foz do Iguaçu - Cataratas), além dos 40 aeroportos públicos do Paraná.

Outra ação importante está direcionada para a área de segurança da Copa de 2014, trabalho com integração de todas as forças policiais (Polícias Militar, Civil, Polícia Federal, Polícia Científica, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil). Os diversos programas nesta área incluem o projeto Família na Copa, criação da Força de Conflitos, criação da Delegacia do Turista, criação do Centro Integrado de Controle e Operações, Comandos Móveis, simulações e operações de prevenção. A FIFA contratará 3 mil STEWARS (agentes particulares de segurança) para a sede de Curitiba. Mediante parceria com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, busca-se adquirir novos equipamentos e novas tecnologias como *link* de comunicação, computadores de bordo para as viaturas, câmeras de imageamento aéreo, kits antibomba e menos letal, plataformas móveis e blindagem de veículos.

No setor de energia elétrica existe na COPEL o Programa de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), com investimento na ordem de 428,0 milhões para a Copa de 2014, sendo 230,0 milhões em 2012, envolvendo novas subestações, ampliação da rede subterrânea e geradores móveis.

Na área da saúde, merece registro a aquisição de novas ambulâncias para o SIATE e SAMU, além de novos equipamentos para as unidades de suporte avançado de vida e unidades de pronto atendimento. Além dos setores de urgência hospitalar e centrais de emergência.

Os projetos incluídos no Contrato de Gestão assinado entre o Secretário Especial e o Governador do Paraná, estão relacionados a seguir:

- Câmaras Temáticas - compostas por pessoas do mais alto nível de conhecimento técnico em diversas áreas. Reúnem-se bimestralmente para discutir e acompanhar os trabalhos necessários para a realização da Copa. Têm a pretensão de apresentar um relatório de

legados para a cidade de Curitiba e Estado do Paraná. São nove Câmaras Temáticas, totalizando 305 membros, 36 reuniões realizadas em 2012 e aproximadamente 44 palestrantes de órgãos federais, estaduais, municipais, entidades de classe, entre outros.

- Sistema de Cadastro de Projetos para a Copa do Mundo de 2014 - em parceria com a CELEPAR, foi criado um sistema único de cadastramento de projetos para o Mundial, no qual constam detalhes da execução, prazos e recursos, pois estes projetos beneficiarão o Paraná na recepção da Copa do Mundo e ainda ficarão como legado. São 826 projetos cadastrados e 130 ações para a Copa de 2014, nas áreas de infraestrutura, segurança, saúde, educação e outras, tendo mais de 1.100 acessos mensais.
- Acompanhamento das obras do PAC da Copa - o Secretário Especial exerce papel estratégico no acompanhamento das ações e projetos que serão subsidiados pelo programa, principalmente na área de mobilidade urbana que ficará como legado ao Estado do Paraná. Em Curitiba, o PAC da Copa contemplará nove projetos financiados pela Caixa Econômica Federal, quais sejam: 1) Corredor Aeroporto-Rodoviária (Av. das Torres); 2) Corredor Avenida Cândido de Abreu; 3) Requalificação da Avenida Marechal Floriano; 4) Terminal do Santa Cândida; 5) Extensão da Linha Verde Sul; 6) Reforma da Rodoferroviária; 7) Corredor Metropolitano; 8) Vias Radiais e 9) Sistema Integrado de Monitoramento (é um conjunto de medidas para implantação de um Centro Operacional para o monitoramento permanente das ruas da cidade que integram o Anel Viário). Estes projetos são coordenados pela COMEC (Governo do Paraná) e Prefeitura Municipal de Curitiba/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).
- Acompanhamento das obras do Estádio Joaquim Américo - Arena do Clube Atlético Paranaense - desde 2007 o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Curitiba estiveram empenhados na indicação de Curitiba como sede da Copa de 2014. A conquista aconteceu e, em 2009, o Estádio Joaquim Américo (Arena da Baixada) foi indicado oficialmente como palco da Copa no Paraná. Desde então, o Secretário Especial vem acompanhando todos os processos que envolvem a participação do Clube Atlético Paranaense neste projeto. Sediar os jogos da maior competição do mundo gerou a necessidade de adequações aos padrões da FIFA na Arena, as obras de reforma e ampliação estão em andamento, tendo sido cumpridas duas etapas e iniciada em Junho de 2012 a terceira etapa de obras. O acompanhamento dessas obras está possibilitando um diagnóstico permanente da real situação.
- Acompanhamento da definição da FIFA para a indicação oficial dos Campos de Treinamento – CT´s - em parceria com os técnicos do IPPUC, foram indicados 14 equipamentos (Centros de Treinamentos/Estádios) ao Comitê Organizador Local da Copa do Mundo (COL/FIFA), para acomodação de seleções estrangeiras e centros de treinamento que disputarão o mundial no Brasil. Após diversas reuniões, visitas e vistorias pela equipe técnica do COL/FIFA, foram selecionados nove municípios do Paraná, que contemplavam as exigências da FIFA para os *Team Base Camps* quais sejam: Foz do Iguaçu, Londrina, Cascavel, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa, Paranaguá, São José dos Pinhais e Curitiba. O Paraná tem 14 equipamentos incluídos na relação

oficial da FIFA, de 145 indicações de todo o Brasil. Em agosto foram selecionados os seguintes Centros de Treinamentos: do Caju e Estádio Durival de Brito e Silva em Curitiba, Estádio Olímpico Regional Arnaldo Busato em Cascavel e Estádio Regional Willie Davids em Maringá. A Secretário Especial continua trabalhando para que sejam incluídos mais CTS do Paraná na próxima lista oficial da FIFA.

- Acompanhamento dos projetos e a liberação de recursos para obras nos aeroportos e aeródromos do Paraná - acompanhamento da gestão de projetos nos aeroportos, incluindo obras de melhorias e modernização. A estimativa da INFRAERO é investir até R$ 300,0 milhões nos quatro aeroportos por ela administrados (Internacional Afonso Pena, do Bacacheri, de Londrina e de Foz do Iguaçu).
- Acompanhamento das atividades de capacitação e qualificação dos trabalhadores que atuarão na Copa 2014 - para bem receber o turista para o Mundial no Paraná, tem se buscado agregar esforços com entidades públicas e da iniciativa privada, a fim de preparar o Estado na recepção dos turistas e visitantes em geral. Estima-se que Curitiba receba aproximadamente 160 mil turistas estrangeiros e 600 mil turistas brasileiros para a Copa de 2014. Por se tratar de uma grande demanda de visitantes é fundamental a implantação de programas de qualificação e capacitação de profissionais nos diversos segmentos, como de alimentação, transporte, hospedagem, entretenimento, negócios, eventos, segurança, recepção e inclusive outros idiomas. Todas essas ações têm como fator principal oferecer excelência e bom atendimento nos padrões internacionais de qualidade nos serviços turísticos. Realizados cursos de capacitação e qualificação por diversas entidades, tais como Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH); Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná (FACOP); SEBRAE; Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) e SENAC, além de programas de capacitação através do PRONATEC (Ministério do Turismo) e da SENASP (Ministério da Justiça). A previsão até o final de 2012 é de que sejam capacitados cerca de 10.500 profissionais em mais de 250 cursos presenciais e a distância em Curitiba, Foz do Iguaçu e Paranaguá. O Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo 2014 fará este acompanhamento, possibilitando um diagnóstico da situação.
- Acompanhamento dos trabalhos de ampliação do número de leitos na rede hoteleira na cidade de Curitiba - Curitiba possui 138 hotéis e 18.500 leitos e a previsão é ampliar para 20 mil até 2014. Para tanto, foi criada uma linha de crédito especial junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os empresários do setor. No Paraná existem hoje mais de 30 mil leitos disponíveis, além dos pequenos meios de hospedagem.
- Acompanhamento de projetos realizados pela COPEL no intuito de garantir risco zero em queda de energia elétrica nos eventos da Copa do Mundo 2014 - voltados a evitar imprevistos com a realização e transmissão dos jogos no Paraná. Em 2012, os investimentos da COPEL devem alcançar R$ 24,1 milhões, para atender com eficiência e garantir a boa realização deste evento de grande porte. Entre os projetos estão: aquisição de geradores móveis e implantação do programa Programa de

Desenvolvimento de Distribuição (PDD), que atingirá Curitiba, Região Metropolitana, Litoral e pontos turísticos no Estado. Até a Copa, a COPEL prevê investimentos de R$ 510,0 milhões, visando risco zero em queda de energia elétrica.

- Participação em reuniões das Câmaras Temáticas Nacionais, inclusive nas 12 Cidades Sedes da Copa do Mundo e nos locais dos Centros de Treinamentos, de acordo com o cronograma do COL/FIFA - na busca de um melhor posicionamento do Brasil frente ao cenário internacional, no que tange a realização do evento Copa do Mundo 2014, decidiu-se pela unificação de esforços no âmbito nacional, por meio da implementação das Câmaras Temáticas Nacionais, coordenadas pelo Ministério do Esporte. O Secretário Especial tem participado de todos os debates e reuniões realizadas pelos Ministérios da República, COL/FIFA e CBF, estando presente em mais de cem encontros de trabalho, inclusive com participação nas Câmaras Temáticas Nacionais, a fim de que este esforço conjunto otimize o trabalho para obtenção do melhor resultado no evento de 2014, inclusive no Estado do Paraná.
- Realização de palestras e participação em reuniões/eventos sobre a Copa no Paraná - divulgação das ações do Estado do Paraná, por meio de palestras e participação em reuniões com o tema Copa do Mundo 2014, importantes para alimentar informações e decidir ações que possam resultar em benefícios e legado para o Paraná. Nas palestras é possível ter uma aproximação maior com o público e *feedback's* sobre os trabalhos que estão sendo realizados e esclarecendo as eventuais dúvidas. Foram mais de 100 encontros, entre reuniões e palestras.
- Acompanhamento dos trabalhos para a implantação do Terminal Turístico no Porto de Paranaguá junto com a SEIL e SETU - o Governo do Paraná identificou a necessidade de preparar o Porto de Paranaguá para receber os turistas para a Copa de 2014, prevendo a opção de escolha do turista em chegar por via marítima, foi elaborado um projeto para a implantação de um Terminal Turístico na cidade, por ser um local visado devido à proximidade com Curitiba e também por sua notória capacidade de receber grandes embarcações. As gestões junto ao Governo Federal para captação dos recursos necessários estão sendo feitas pelas respectivas Secretarias.
- Acompanhamento junto ao COL/FIFA (Comitê Organizador Local da FIFA) a seleção e recrutamento dos voluntários para atuarem na Copa do Mundo 2014. O cadastramento é de iniciativa exclusiva do COL/FIFA - o Secretário Especial tem acompanhado os trabalhos do Comitê para a seleção de pessoas que atuarão no Programa de Voluntários da Copa 2014. A estimativa é que sejam selecionados aproximadamente 18 mil candidatos do total de 80 mil inscritos em todo o Brasil, sendo que 1.500 deverão atuar na sede de Curitiba.
- Informação com transparência e credibilidade, das ações da Secretário junto aos responsáveis pela realização da Copa do Mundo e público em geral através do site - para tornar públicas e transparentes as ações e obedecer aos princípios da publicidade e do interesse público, foi desenvolvido o site www.copa2014.pr.gov.br cujo acesso é irrestrito e interativo, tendo em média 10 mil acessos mensais.

29

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

29 Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

As principais atividades desenvolvidas no decorrer de 2012, estão a seguir relatadas.

29.1 Telecentros - Espaço Cidadão

Deixaram de ser espaços somente de acesso a Internet para se tornarem centros de aperfeiçoamento profissional, além de um ponto de acesso aos serviços de governo eletrônico.

Esta proposta teve inicio em 2011, e no exercício de 2012, foram realizadas as ações a seguir.

- Telecentros Comunidades - adotou-se um sistema de gestão informatizado, onde podem ser mensurados os resultados e uso dos telecentros. Foram mantidos 24 telecentros junto a comunidades, tais como associações de moradores e igrejas.
- Telecentros em Bibliotecas Cidadãs - ação conjunta do Governo do Estado e as Prefeituras. Foram instalados 85 telecentros, totalizando no final do exercício 227 telecentros com equipamentos, em 227 municípios paranaenses.
- Outros Telecentros - Unidades Penais: instalados dois telecentros dentro das unidades penais - CPAI e CRAF, para a qualificação dos egressos e apenados, objetivando melhorar as condições de sua recolocação no mercado de trabalho.
- Espaço Cidadão Móvel – um ônibus exclusivo para a realização das aulas práticas do curso de corte e costura, adequado para esse fim. As aulas teóricas são realizadas nas salas dos Espaços Cidadão. Foi realizado o primeiro curso em Maringá, que atendeu duas turmas, num total de 24 alunos.

Em resumo, no exercício de 2012, foram implantados 87 telecentros, substituídos computadores em 10 telecentros, e migrado o link para fibra óptica em 34 municípios, e links fibra ótica da COPEL instalados em 103 municípios perfazendo 229 telecentros.

29.2 Parcerias

Constitui-se numa ação para atuar na qualificação, tanto da própria estrutura do Governo como das demais entidades parceiras.

Foram firmadas parcerias com várias Secretarias de Estado e instituições voltadas à profissionalização, para atuar em conjunto com o Secretário Especial nas unidades dos Espaços Cidadão/Telecentros, dentre as quais: Vice Governadoria, SEED, SEEC, SEDU, SEDS, SEJU, UTFPR, TECPAR, SEBRAE, SENAI e SESI.

- Programa Formação de Gestores para o Terceiro Setor - curso em parceria do Governo do Estado, Tribunal de Contas e SEBRAE, oferecido aos gestores das instituições do terceiro setor, para promover a capacitação e o compartilhamento de boas práticas

administrativas, de planejamento, de controles financeiros e de prestação de contas. Foram realizadas duas turmas num total de 1.152 alunos matriculados.

- Web conferência transmitida em parceria com a FIEP para o público do Terceiro Setor – a) Congresso CPCE alianças sociais; b) I Workshop do Terceiro Setor.

29.3 Capacitações

- Cursos em parceria com o SENAI nos Espaços Cidadão/Telecentros - foram ofertados 14 cursos com carga horária de 160 horas, nas áreas de administração, informática, panificação e automotiva, sendo contemplados os municípios de Florestópolis, Mauá da Serra, Ortigueira, Honório Serpa, Maria Helena, Guamiranga, Manfrinópolis, Conselheiro Mairinck, Boa Ventura de São Roque e Pinhal de São Bento.
- Capacitação para os monitores dos Espaços Cidadão/Telecentros - realizados seis encontros em Curitiba, com municípios diferentes, nos meses de julho e agosto. Foram capacitados 125 monitores individualmente, tendo sido abordados os seguintes conteúdos: Sistema Gestor dos Telecentros do Paraná (SGP), governo eletrônico, portal SEAE, cursos, capacitações, web conferências e Expresso (e-mail institucional).

29.4 Web conferência

- Foram transmitidas nove web conferências na área de carreiras e profissões, com a participação dos alunos das escolas públicas, abrangendo um público presencial de 680 alunos e 5.400 à distância.
- Transmissão de 19 web conferências, em parceria com a SEDS.

29.5 Avança Paraná

Demonstra a pujança econômica, social e turística do Paraná, mostrando o Estado como uma oportunidade de desenvolvimento. Aproxima autoridades, entidades e empresários no intuito de fomentar e incrementar as relações comerciais e desta forma estabelecer alianças estratégicas, marcando a presença do Governo.

O Avança Paraná participa em feiras e eventos de grande porte, articulando parcerias do Governo do Estado e entidades associativas, com rodada de negócios e exposições, demonstrando as principais ações de governo, bem como potencialidades e oportunidades existentes e que não chegam ao conhecimento da população.

Possibilita realizar encontros regionais do Governador e Secretários de Estado, com prefeitos e vereadores, bem como a possibilidade de Secretarias atenderem aos prefeitos regionalmente.

Dentre os eventos, destacam-se:

- Francisco Beltrão (EXPOBEL) – realizado em março, contou com a participação do Governador, Secretários e Deputados para a abertura da feira. Realizado encontro com monitores dos telecentro da região.
- Laranjeiras do Sul (EXPOAGRO) – realizada em março, com a participação de Secretários e Deputados da região. Inauguração da Biblioteca Cidadã e do telecentro no município, atribuição conjunta com a SEEC.
- Foz do Iguaçu - Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos – Encontro com prefeitos e prefeitas eleitos – realizado em novembro, com a presença do governador, Secretários de Estado, prefeitos e prefeitas eleitos, e participação de vários órgãos do estaduais.

29.6 Desburocratização

Proposta de instituição do Programa Estadual de Desburocratização, que tem por objetivo revisar e simplificar os fluxos dos procedimentos administrativos, aumentando a eficiência, a eficácia e a agilidade do Estado, interagindo com entidades, entes federativos e principalmente com os cidadãos que utilizam serviços públicos.

A primeira demanda trata de agilidade na concessão do licenciamento ambiental, para o que foi instituído um Grupo de Estudos composto pela Vice Governadoria, IAP, COMEC, CELEPAR, Instituto das Águas do Paraná e Comando do Corpo de Bombeiros, com o objetivo de alinhar entre as instituições, a revisão de processos evitando a morosidade e a duplicidade de exigências e informações, para a criação de sistemas tecnológicos que permitam a simplificação dos procedimentos.

No ano de 2012, foi iniciada a análise de demandas pontuais dos órgãos envolvidos e constatou-se que o IAP recebe um grande número de expedientes do Ministério Público (MP), razão pela qual o órgão foi convidado a fazer parte do Grupo. Na intenção de reduzir esse contingente foi disponibilizado acesso ao banco de dados do IAP e realizadas reuniões entre integrantes de cada um dos órgãos. Encontra-se em trâmite o Termo de Cooperação Técnica a ser assinado entre o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, o IAP e o MP e concomitantemente, os técnicos de cada órgão articulam tarefas para o andamento prático do projeto.

29.7 Outras Ações

- Encontro com Prefeitos e Vereadores da Região Sudoeste - vereadores da ACAMSOP – cerca de 70 vereadores da região, membros da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste, participaram da terceira edição do encontro entre lideranças municipais e Secretários de Estado para discutir programas e metas da administração estadual.
- Participação em Conselhos e Comitês – a) Comitê de Gestão (Decreto n.º 1.198/2011); b) Comitê do Paraná Competitivo; c) Conselheiro do Conselho de Administração da CELEPAR; d) Membro do Conselho de Tecnologia do Estado (COSIT); e) Conselho da

Cátedra Ozires Silva de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis – ISAE/FGV – representando o governo; f) Núcleo Regional da Faixa de Fronteiras.

- Homenagens – a) na sessão especial da Assembleia Legislativa do Paraná da Campanha Agosto Azul; b) na solenidade em comemoração ao Dia Nacional do Bombeiro, medalha comemorativa ao Centenário do Corpo de Bombeiros do Paraná.
- Participações – a) audiência pública da Comissão de Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa do Paraná - Associação Comercial e Industrial de Cascavel. Tema: A simplificação dos processos e a integração da cadeia produtiva através de um programa de desburocratização; b) I Congresso CPCE Alianças Sociais - Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial (CPCE), parceria entre o Secretário Especial e a FIEP, com transmissão ao vivo via web do I Workshop do Terceiro Setor, em Curitiba, com o tema "Como manter e desenvolver uma organização social", que reuniu mais de 170 lideranças do terceiro setor da Capital e teve como objetivo proporcionar a qualificação das organizações no Paraná.

30

Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

30 Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

As atividades realizadas no decorrer de 2012 estão relatadas a seguir.

30.1 Corregedoria Geral

- Formalização do Contrato de Gestão para a consecução do projeto denominado "Em busca da eficiência", com o objetivo de atuar junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo, acompanhando os procedimentos e processos administrativos em curso, inclusive com a realização de inspeções para exame de sua regularidade.
- Encaminhamento dos exemplares atualizados do Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná aos mais de 200 servidores que participaram do Curso de Capacitação em Processo Administrativo Disciplinar – promovido em 2011 em parceria com a Escola de Governo.
- Elaboração da minuta de decreto que regulamenta o trâmite da sindicância do processo administrativo disciplinar e a suspensão preventiva do servidor, nos termos da Lei n.º 6.174/70.
- Participação na 3.ª Etapa do Curso de Atualização em Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, em Guaratuba, com apresentação das palestras: "Princípios do Processo Administrativo Disciplinar", "As inovações ao procedimento disciplinar trazidas pelo Decreto Estadual n.º 5.792/2012" e "Noções gerais sobre procedimentos disciplinares". Evento destinado aos servidores dos Núcleos Jurídicos da SEED e dos Núcleos Regionais de Educação que integram comissões de sindicâncias e processos administrativos disciplinares.
- Planejamento e realização, em conjunto com a Escola de Governo e com a Universidade Estadual do Centro-Oeste, do Curso de Capacitação em Processo Administrativo Disciplinar. Foram capacitados 26 servidores em Guarapuava e 70 em Curitiba.
- Instauração de Procedimentos Preliminares de Averiguação de dois órgãos e entidades da administração estadual, visando apurar eventuais irregularidades ocorridas, assim como acompanhamento de providências relativas a outras irregularidades verificadas.
- Supervisão geral das apurações atinentes aos fatos divulgados pela imprensa envolvendo a utilização das verbas do Fundo Rotativo da Polícia Civil e o suposto uso irregular de veículos oficiais por parte de servidores das Polícias Civil e Militar, mediante o recebimento de relatórios semanais das autoridades encarregadas dessas investigações.
- Realização de 18 inspeções em sindicâncias e processos administrativos disciplinares nos seguintes órgãos: Secretarias de Estado da Fazenda; da Cultura, da Família e Desenvolvimento Social, da Agricultura e do Abastecimento, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Desenvolvimento Urbano, do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, da Segurança Pública, da Saúde, de Infraestrutura e Logística, Departamento de Estradas de Rodagem, Instituto Paranaense de Ciência do Esporte, Instituto de Pesos

e Medidas do Estado do Paraná, Instituto Ambiental do Paraná, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Coordenação da Receita do Estado e Departamento de Trânsito do Paraná.

- Reunião com o Secretário de Controle Interno: reafirmado o propósito de manter uma sintonia no equacionamento das questões submetidas à Coordenação de Controle Interno e o permanente entrosamento entre as equipes técnicas.
- Atuação na Câmara Temática da Transparência da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, com participação nas reuniões promovidas pelo Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, pelo Ministério do Esporte, Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União.
- Acompanhamento dos atos relativos à instauração, processamento e conclusão de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, a partir da leitura dos Diários Oficiais do Estado e das comunicações recebidas em cumprimento ao Decreto n.º 1.195/11. Totalizou até outubro 1.535 atos (tabela 1), conforme segue.

RESUMO DOS ATOS PUBLICADOS EM 2012 - PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTARQUIA - RESUMO ATOS MAIS RELEVANTES

CONTEÚDO DOS ATOS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	TOTAL ANUAL
Sindicância											
Instauração - Sindicância	11	29	30	42	35	32	43	69	33	66	390
Substituição membro/Prorrogação - Sindicância	4	4	4	1	2	1	0	16	6	5	43
Arquivamento/Revogação/Torna sem efeito Resol./Port. - Sindicância	10	10	1	14	9	2	9	63	21	26	165
Processo Administrativo Disciplinar											
Instauração - PAD	15	40	62	39	36	21	25	64	29	36	367
Substituição Membro/Citação/Intimação/Relação Atos/Comissão Permanente/Desarquivamento/ Retificação/Reconsideração/Reinstauração/ Revisão/Prorrogação -PAD/Notificação - PAD	13	14	29	18	25	24	9	26	9	15	172
Arquivamento/Revogação/Anulação/ orna sem efeito Resol./Port. - PAD	4	12	36	14	31	8	2	25	24	21	177
Penalidades: Advertência/Repreensão/ Suspensão/Demissão	6	7	6	19	7	12	21	33	21	22	154
Absolvição	1	6	13	15	10	4	10	3	2	3	67
TOTAL	54	122	181	162	155	104	119	299	145	194	1535

30.2 Ouvidoria Geral

- Formalização do Contrato de Gestão para a consecução do projeto denominado "Valorizando a Cidadania", que visa manter um eficiente canal de comunicação entre o cidadão e a administração pública, criando e implementando meios para a recepção de reivindicações, reclamações, denúncias e sugestões encaminhadas pela população.
- Participação nos trabalhos da Comissão constituída para elaborar o decreto que regulamentou a execução, no plano estadual, da Lei de Acesso a Informações (Decreto Estadual n.º 4.531, de 15 de maio de 2012).
- Adaptação do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO) para o gerenciamento de demandas relativas aos pedidos de acesso a informações.

- Apresentação do SIGO, a convite da Ouvidoria do Sistema Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ), em atendimento à Carta de Brasília, produzida em 2011 no II Encontro Nacional das Ouvidorias do Sistema Penitenciário.
- No período de janeiro a outubro, foram realizados 6.069 atendimentos, assim distribuídos: 1.645 denúncias, 1.907 reclamações, 2.277 solicitações, 124 sugestões e 116 elogios (tabela 2).

ÁREA DEMANDADA	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.
Administração Geral	157	185	208	201	200	160	134	178	164	161
Agricultura	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Cidadania	7	11	7	4	2	6	6	15	3	15
Cultura	1	0	4	0	0	1	0	1	4	0
Demanda Municipal	4	0	2	5	0	1	1	1	1	2
Educação	57	82	59	90	86	40	41	42	39	46
Energia Elétrica	14	5	8	9	6	7	4	9	1	5
Fazenda	8	9	12	11	9	4	12	7	5	11
Habitação	0	1	1	0	0	1	1	0	2	4
Indústria e Comércio	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4
Meio Ambiente	19	23	16	18	12	21	12	27	11	7
Outros (ausência de atribuições)	97	74	77	53	36	25	38	31	19	29
Assuntos Internos	36	37	48	24	21	29	32	38	24	30
Previdência Estadual	3	8	9	3	6	8	2	9	6	5
Saneamento	24	41	35	29	27	19	21	21	18	22
Saúde	21	21	23	32	21	26	16	15	20	24
Segurança	149	160	186	135	123	86	92	100	123	95
Insuficiência de elementos	33	70	83	54	55	48	52	60	46	68
Trabalho e Ação Social	4	2	11	6	7	3	1	1	1	2
Transporte - Trânsito	12	8	6	20	9	8	11	11	14	10
Turismo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL GERAL	646	735	795	694	620	495	477	566	501	540

31

Secretário Especial de Relações com a Comunidade

31 Secretário Especial de Relações com a Comunidade

Ações promovidas em 2012:

- Coordenação do Programa Brasil Quilombola do Governo Federal para as comunidades de remanescentes de quilombos do Paraná.
- Criação e coordenação do Grupo de Trabalho técnico para implementação das políticas pró PBQ no Paraná; reuniões do Grupo com objetivo de apresentar as demandas advindas das comunidades; e agenda de reuniões técnicas da coordenação do GTPBQ junto às secretarias e instituições componentes da estrutura governamental 2012 a 2015.
- Organização e realização do I Seminário PBQ, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
- Produção, organização e finalização do Plano de Trabalho do Programa Brasil Quilombola do Governo do Paraná para implementação da Política para as Comunidades de Remanescentes de Quilombos paranaenses.
- Reuniões do Grupo de Trabalho para apresentação do plano.
- Entrega do Plano de Trabalho PBQ para a Ministra da SEPPIR, em julho.
- Articulação junto a Fundação Cultural Palmares (FCP) nos processos de Certificação das Comunidades Tradicionais Negras no Estado do Paraná.
- Articulação junto ao PNUD e Embaixada da Suíça para acompanhar o desenvolvimento de projetos subsidiados pelo Governo Suíço para as Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Paraná.
- Parceria e articulação junto ao NEAB//UFPR para realizar o Encontro das lideranças das comunidades de remanescentes de quilombo do Estado do Paraná.
- Solicitação de subsídio do governo estadual para reunião da Diretoria da Federação para o translado das suas comunidades até o local da reunião.
- Elaboração, finalização e entrega do planejamento do trabalho de levantamento e monitoramento nas Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Paraná, solicitado pela Vice Governadoria.
- Participação nas reuniões do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); nas reuniões do GT que trata da saúde da população negra; entre outras.
- Articulação e logística para distribuição de 50 toneladas de trigo doado pelo MDA por meio da FCP para as CRQs do Paraná.
- Representação da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade no evento realizado nas Comunidades de Remanescentes de Quilombos, bem como em Congressos, Seminários e reuniões técnicas.
- Articulação junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Cultural de Curitiba para discussão sobre a questão do Patrimônio material e imaterial.
- Participação nos eventos de Educação Escolar Quilombola.

- Planejamento de ações para o mês da Consciência Negra no Paraná.
- Participação no Paraná em Ação que ocorreu no Parque do Semeador e na Cidade Industrial, em Curitiba.
- Elaboração do Plano de Ação da Assessoria Quilombola junto com representantes da SEED/DEDI para respaldar o Termo de Cooperação Técnica.
- Visita à Comunidade de Remanescente de Quilombo Varzeão, em Doutor Ulysses, por solicitação do INCRA, para acompanhamento de ações sobre a questão fundiária, bem como para realizar diagnóstico da realidade socioeconômica das famílias.
- Articulação junto ao Ministério Publico do Paraná, PGE, ITCG, INCRA, FECOQUI e Assessoria para Assuntos Fundiários, para os encaminhamentos nas questões de titulação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos que estão em terras devolutas do Estado.
- Articulações junto ao ITCG, INCRA, MPFl, FCP, SEPPIR e INCRA no processo de titulação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Estado do Paraná de acordo com o Decreto n.º 4.887/2003.
- Participação e acompanhamento das políticas referentes aos povos e Comunidades Tradicionais do Paraná.

No que concerne a Assessoria Indígena, foram realizadas:

- Integração com os órgãos municipais, estaduais e federais, para que projetos de extensão às comunidades possam ser desenvolvidos, garantindo assim, serviços gratuitos à população, bem como a efetivação das políticas públicas no Estado do Paraná.
- Fortalecimento da integração dos povos, comunidades e lideranças do Paraná, por meio da promoção e qualificação dos direitos básicos dos cidadãos, como saúde, educação, alimentação, habitação, cultura e esporte, destacando o direito a terra, a identidade étnica e cultural própria (no caso de povos indígenas), e as condições de autossustentabilidade.
- Priorização do diálogo com os povos indígenas a fim de dar atendimento voltado às suas especificidades, assegurando que questões socioculturais sejam consideradas nas Políticas Educacionais.
- Facilitação do acesso dos indígenas aos Programas e Ações realizados pelo Estado como, por exemplo, Encontro com Lideranças Indígenas, Jogos Indígenas do Paraná, Universidade para Indígenas e Paraná em Ação.
- Respaldo à reivindicação das lideranças e professores indígenas no sentido de contribuir com seus projetos societários e de revitalização cultural, linguístico, social e cosmológico.
- Assegurou que a elaboração da política pedagógica da educação escolar indígena possa garantir a proteção de seu território e a valorização de sua diversidade sociocultural.

Com base nas ações que foram apresentadas, o Secretário Especial procurou manter um compromisso compartilhado com as Secretarias de Estado, FUNAI, Ministério Público Estadual e

Federal, e demais órgãos, no sentido de orientar a ação institucional do Estado, visando um atendimento diferenciado, intercultural, específico e de qualidade para os povos indígenas do Paraná.

O Secretário Especial de Relações com a Comunidade, também é gestor do Paraná em Ação e, no ano de 2012, realizou edições do programa, conforme segue, com o objetivo de promover cidadania e inclusão social da população, por meio de serviços gratuitos, tais como, saúde, documentação, lazer, recreação, oficinas de geração de renda, atendimentos judiciários, entre outros benefícios.

MUNICÍPIO	DATA	ATENDIMENTOS	PÚBLICO ESTIMADO
Dois Vizinhos	abril	35.668	10.600 pessoas
Santo Antônio do Sudoeste	abril	39.430	11.500 pessoas
Toledo	abril	54.227	16.900 pessoas
Apucarana	junho	49.499	12.350 pessoas
Palotina	junho	46.083	13.100 pessoas
Tibagi	junho	39.954	7.900 pessoas
Quedas do Iguaçu	julho	26.588	8.300 pessoas
Ubiratã	agosto	37.064	10.500 pessoas
Clevelândia	agosto	49.734	11.000 pessoas
Curitiba (Palácio Iguaçu)	setembro	28.077	10.000 pessoas
Paiçandu	setembro	24.687	8.200 pessoas
Curitiba (Bairro Novo)	setembro	38.074	14.600 pessoas
Curitiba (CIC)	setembro	27.297	9.000 pessoas
Carlópolis	novembro	31.549	7.800 pessoas

O Secretário participou em Brasília da primeira reunião com secretários estaduais sobre participações sociais, promovidas pela Secretaria Geral da Presidência da República.

32

Escritório de Representação do Governo em Brasília

32 Escritório de Representação do Governo em Brasília

O Escritório tem por finalidade atender os interesses do Estado do Paraná em Brasília e outros locais, servindo de base e apoio à articulação do governo com os diferentes organismos da Administração Pública Federal e outras unidades da federação, com atuação voltada para as áreas de: suporte técnico, político e administrativo aos órgãos da Administração Direta e Indireta e à iniciativa privada junto às instituições federais sediadas na Capital Federal e apoio do Estado do Paraná junto aos órgãos de comunicação social, em aspectos econômicos, políticos e sociais.

Atuou junto a Bancada Parlamentar Federal, defendendo as prioridades do Governo Estadual quanto à liberação de verbas da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA) e além de outros programas setoriais.

As atividades mais representativas realizadas em 2012, foram:

- Relacionamento e Atendimento Público - ao servir de suporte técnico-administrativo aos órgãos e autoridades do Governo do Paraná em suas demandas, notadamente em Brasília, bem como na divulgação do Estado e seus municípios; assessorou e supriu a infraestrutura operacional junto ao Governador e Vice-governador durante suas permanências em Brasília; atendeu às autoridades estaduais (Secretários, Superintendentes, Presidentes de entidades, Diretores, prefeitos e assessores); encaminhou e acompanhou documentação para emissão de serviços diplomáticos, solicitados pelos órgãos estaduais; agendou e acompanhou as solicitações de audiências e reuniões junto aos diversos órgãos federais; representou dirigentes estaduais, a pedido, em eventos em Brasília; recebeu, distribuiu e protocolou correspondências do Gabinete do Governador aos diversos órgãos federais; selecionou, divulgou e arquivou matérias de interesse do Paraná; atendeu aos pedidos de informações sobre o Estado com fornecimento de publicações e dados estatísticos, entre outros; divulgou o Paraná, com distribuição de material folclórico, turístico, mapa político e rodoviário do Estado; atendeu aos pedidos de escolas de doação e empréstimos de exemplares da Constituição Estadual, livros, bandeira do Estado, matérias de divulgação do Paraná como folders, revistas, mapas e material folclórico para realização de feiras e demais eventos.
- Área de Suporte Técnico Administrativo - acompanhou trâmites de processos de interesse do Estado junto aos Ministérios, Tribunais e demais órgãos do Governo Federal; prestou serviços de assessoria técnica e administrativa aos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Paraná, junto ao Governo Federal, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; além disso, prestou suporte administrativo ao funcionamento das unidades da PGE e IAPAR, instaladas nas dependências do Escritório; disponibilizou equipamentos (computadores, impressoras, copiadoras), internet e sala de reuniões para as autoridades estaduais, quando em Brasília.

- Área Financeira - efetuou os pagamentos e compras com suporte da Casa Civil, trabalho em parceria com os setores administrativo e financeiro para atingir as seguintes metas: estabelecer a programação de despesas e atender as requisições de recursos financeiros; manter registros necessários à demonstração das disponibilidades e dos recursos financeiros utilizados; controlar as contas correntes de adiantamento; assinar os documentos relativos à área financeira; disponibilizar pagamentos; coordenar os serviços e manutenção de transporte; administrar e controlar as operações de compra de bens patrimoniais; comprar e distribuir material de expediente e limpeza; controlar almoxarifado; manutenção dos equipamentos elétricos e eletrônicos; organizar e manter atualizado os arquivos referentes à assessoria administrativo-financeira.

As metas do Escritório de Representação do Governo compreenderam a continuidade das atividades desenvolvidas, prestando apoio, acompanhando tramitações e distribuição de documentos, pleitos e processos junto aos órgãos federais e colaborando na promoção de eventos que reuniram autoridades para apresentar ou discutir propostas de interesse do Estado, quando designado e o início de atividades de Assessoria Parlamentar Civil e Militar com vistas ao acompanhamento e desenvolvimento de emendas de orçamento de interesse do Governo do Paraná, junto aos deputados federais e senadores da bancada paranaense.